



ERALDO LEME BATISTA

**Trabalho e educação profissional nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil:
análise do pensamento e das ações da burguesia industrial a partir do IDORT**

**CAMPINAS
2013**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP**

ROSEMARY PASSOS – CRB-8ª/5751

B32t Batista, Eraldo Leme, 1966-
Trabalho e educação profissional nas décadas de 1930 e
1940 no Brasil: análise do pensamento e das ações da
burguesia industrial a partir do IDORT / Eraldo Leme Batista. –
Campinas, SP: [s.n.], 2013.

Orientador: José Luís Sanfelice.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas,
Faculdade de Educação.

1. Instituto de Organização Racional do Trabalho.
2. Trabalho. 3. Educação profissional. 4. Taylorismo.
5. Educação. I. Sanfelice, José Luís, 1949- II. Universidade
Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

12-228/BFE

Informações para a Biblioteca Digital

Título em inglês: Work and vocational education in the 1930s and 1940s in Brazil: analysis of the thought and actions of the industrial bourgeoisie based on the IDORT (Rational Labor Organization Institute).

Palavras-chave em inglês:

Institute for Rational Organization of Work
Work
Professional education
Taylorism
Education

Área de concentração: Filosofia e História da Educação

Titulação: Doutor em Educação

Banca examinadora:

José Luís Sanfelice (Orientador)
José Claudinei Lombardi
Olinda Maria Noronha
Carlos Alberto Lucena
Meire Terezinha Müller

Data da defesa: 22-02-2013

Programa de pós-graduação: Educação

e-mail: eraldo_batista@hotmail.com

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

TESE DE DOUTORADO

**Trabalho e educação profissional nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil:
análise do pensamento e das ações da burguesia industrial a partir do IDORT**

Autor: Eraldo Leme Batista

Orientador: Prof. Dr. José Luis Sanfelice

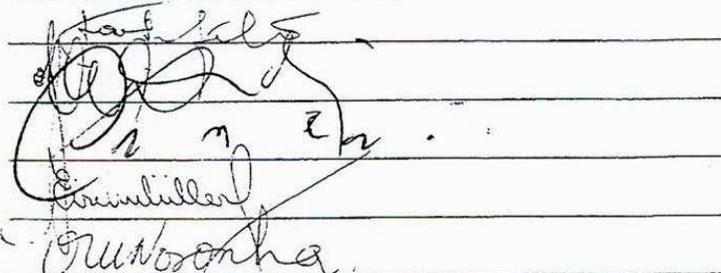
Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida por Eraldo Leme Batista e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: 22/02/2013

Assinatura Orientador



COMISSÃO JULGADORA:



A meu pai e minha mãe (in memoriam), pela vida, por trabalharem e buscarem garantir estudo aos filhos desde a escolinha rural, no interior do Estado do Paraná
À Elza, pelo apoio, incentivo e companheirismo nos momentos mais difíceis. À minha sobrinha Débora Regina Leme dos Santos (In memoriam), assassinada em Outubro de 2012, época de conclusão desta tese, foram momentos difíceis, angústia e dor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que participaram e contribuíram de alguma forma com esta tese. Aos colegas dos debates e discussões em nosso grupo de estudos e pesquisas HISTEDBR. Muitos foram os momentos de discussões, conversas na sala do grupo e nas comunicações que participamos no decorrer do período de elaboração da tese.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela bolsa de Doutorado, que contribuiu para que eu realizasse minha pesquisa e redação da tese.

A todos os funcionários da Secretaria de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, em especial a Nadir Camacho, Rita Preza, Luciana, Cleonice Pardim, pelo atendimento em todos os momentos deste trabalho.

Aos colegas Lalo, Marcos Lima, Fabiana Cassia, Henrique Novaes e, principalmente, ao meu irmão Roberto Batista, que sempre me incentivou e apoiou-me nesta caminhada.

Agradeço de coração a minha amiga Cristiane Andrade, pelo apoio e contribuição desde as disciplinas do mestrado.

Agradeço também à amiga Alda Romaguera e também a amiga Azilde, pelas contribuições nos principais momentos de elaboração da tese.

Agradeço especialmente aos professores que fizeram parte das bancas avaliadoras desta tese. Na qualificação, Olinda Noronha, Meire Müller, pelas contribuições e importantes apontamentos para o prosseguimento da pesquisa. Agradeço aos professores José Claudinei Lombardi (Zezo), Olinda Noronha, Meire Müller e Carlos Lucena, pelo aceite para participarem da banca de defesa. Fico também grato aos professores Sergio Castanho, Giovanni Alves e Lalo Minto, por terem gentilmente aceito participarem como professores suplentes.

Sem meu orientador, amigo, mestre, **Prof. Dr. José Luis Sanfelice**, talvez esta tese não tivesse chegado ao fim. Mestre, tua sabedoria, humildade, gentileza, inteligência, foram fundamentais para que eu progredisse na tese e amadurecesse um pouco mais como ser humano.

Por fim, agradeço aos meus pais, Jorge Leme Batista e Dalziza Rosa Batista (*in memoriam*), que trabalharam muito como agricultores, para garantir educação dos filhos e que, infelizmente, não se fazem presente neste momento, pois já não estão em nosso meio.

PERGUNTAS DE UM TRABALHADOR QUE LÊ

*Quem construiu a Tebas das sete portas?
Nos livros constam nomes de reis.
Arrastaram eles os blocos de pedra?
E a Babilônia, várias vezes destruída?
Quem a reconstruiu tantas vezes? Em que casas da Lima dourada moravam os operários?
Para onde foram os pedreiros, na noite em que a muralha da China ficou pronta?
A grande Roma está cheira de Arcos do Triunfo.
Quem os ergueu? Sobre quem triunfaram os Césares?
A decantada Bizâncio tinha somente palácios para seus habitantes?
Mesmo na lendária Atlântida
Os que se afogaram gritaram por seus escravos
Na noite em que o mar os tragou.
O jovem Alexandre conquistou a Índia, Sozinho?
Cezar derrotou os gauleses .
Não levava sequer um cozinheiro?
Felipe da Espanha chorou, quando sua armada
Naufragou. Ninguém mais chorou?
Frederico II venceu a guerra dos sete anos. Quem venceu além dele?
Cada página uma vitória.
Quem cozinhou o banquete?
A cada dez anos um grande homem.
Quem pagava a conta?
Tantas histórias.
Tantas questões.
Bertold Brecht*

Hoje em dia tudo parece levar em seu seio sua própria contradição, vemos as máquinas dotadas da propriedade maravilhosa de reduzir e tornar mais frutífero o trabalho humano, provocam a fome e o esgotamento do trabalhador as fontes de riqueza recém-descobertas se convertem por artes de um estranho malefício, em fontes de privações, os triunfos da arte parecem adquiridos ao preço de qualidade morais. O domínio do homem sobre a natureza é cada vez maior: mas ao mesmo tempo, o homem se transforma em escravo de outros homens ou da sua própria infâmia”

KARL MARX

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABE – Associação Brasileira de Educação
AIB - Ação Integralista Brasileira
ANDE – Associação Nacional de Educação
ANL – Aliança Nacional Libertadora
BOC - Bloco Operário e Camponês
CBAI – Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial
CFEFSP – Centro de Formação das Estradas de Ferro do Estado de São Paulo
CFESP - Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional
CFESP - Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
CIB – Centro das Indústrias Brasileiras
CIERJ - Centro da Indústria de Fiação e Tecelagem do Algodão do Rio de Janeiro .
CIESP – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CIFRS - Centro das Indústrias Fabris do Rio Grande do Sul
CIFTSP - Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo
CIJF - Centro Industrial de Juiz de Fora
CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CNI - Confederação Nacional da Indústria
CNTJ - Companhia Nacional de Tecidos de Juta
CNTJ - Companhia Nacional de Tecidos de Juta
CT – Centro de Treinamento
CTPA - Centro Técnico Pedagógico de Apoio à Formação de Formadores
CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social
DASP - Departamento Administrativo do Serviço Público
EFS – Escola de Formação e Seleção Sorocabana
EPMLAO – Escola Profissional de Mecânica do Liceu de Artes e Ofícios
EPP – Empresa de Pequeno Porte
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
IDORT Instituto de Organização Racional do Trabalho
IEL – Instituto Euvaldo Lodi
LDBN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ME – Microempresa.
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
OIT – Organização Internacional do Trabalho.
ORT – Organização Racional do Trabalho.
PCB – Partido Comunista Brasileiro

PD – Partido Democrático
PRP – Partido Republicano Paulista
RAGE - Reorganização Administrativa do Governo do Estado
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAFI - Serviço Nacional de Seleção, Aperfeiçoamento e Formação dos Industriários
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem em Transportes
SESC – Serviço Social do Comércio
SESI – Serviço Social da Indústria
SESP – Serviço de Ensino e Seleção Profissional
SESP - Serviço de Ensino e Seleção Profissional da Escola dos Ferroviários Sorocabana
SEST – Serviço Social de Transportes
SEST – Serviço Social de Transportes
SIT – Secretaria de Inspeção do Trabalho

APÊNDICE

BIOGRAFIAS RESUMIDAS

Anísio Espínola Teixeira nasceu em Caetité	250
Antônio Francisco de Paula Souza	251
Armando de Sales Oliveira	252
Euvaldo Lodi	254
Fernando de Azevedo	255
Francisco Luís da Silva Campos	255
Getúlio Dornelles Vargas	257
Gustavo Capanema Filho	259
Jorge Luís Gustavo Street	261
Luiz Carlos Prestes	262
Manuel Lourenço Filho	265
Noemy Marques da Silveira	266
Plinio Salgado	266
Roberto Cochrane Simonsen	266
Roberto Mange (Robert Auguste Edmond Mange)	268

RESUMO

A presente pesquisa estuda a concepção de educação profissional, defendida e divulgada pela revista do IDORT (1931-1942). Utilizamos as categorias de classes sociais, luta de classes e hegemonia, para entendermos as contradições de classes no período analisado. Destacamos o Instituto de Organização Racional do Trabalho – IDORT como órgão representante da burguesia industrial. Examinamos, no primeiro capítulo, a questão econômica, social e política do período, demonstrando a organização dos industriais, em especial os paulistas, que buscaram o fortalecimento de sua fração de classe no projeto de sociedade e de controle do Estado. Discorremos também sobre a repressão feita aos anarco-sindicalistas, aos comunistas e a toda organização que se contrapunha aos interesses burgueses. No segundo capítulo, analisamos o processo de constituição do IDORT, o seu projeto de defesa de uma sociedade racional e taylorizada. No último capítulo, apresentamos o projeto de educação profissional defendido pela revista, que se constituiu em fonte primária desta pesquisa. Registramos a importância dos Intelectuais orgânicos da burguesia, com ênfase à Roberto Mange, principal ideólogo dos estudos e propostas para a educação de um trabalhador dócil, disciplinado e adaptável ao projeto societário burguês. Analisamos as experiências de educação profissional nas escolas ferroviárias e do Centro Ferroviário de São Paulo, como a gênese para a constituição do Serviço Nacional de Indústria – SENAI. Finalizamos com a indicação da importância de se conhecer a história, a trajetória e os projetos originais referentes a educação profissional, como aqueles presentes na revista do IDORT, uma vez que eles dão origem a um desenvolvimento posterior de inúmeras ações da fração da classe burguesa, os industriais, no direcionamento da determinação dos rumos da sociedade brasileira, e na sua hegemonia no interior do Estado.

Palavras-chave: IDORT. Revista IDORT. Trabalho e Educação Profissional. Escolas Ferroviárias. Taylorismo e Educação.

ABSTRACT

This research analyzes the design of professional education as it was advocated and promoted by the IDORT magazine (1931-1942). We use the categories of social classes, class struggle and hegemony to understand the class contradictions of the analyzed period. We feature the "Instituto de Organização Racional do Trabalho" - IDORT [Rational Work Organization Institute] as the Organic Intellectual for the strategies and thesis of the industrialists. In the first chapter, we analyze the economic, social and political aspects of that period and explain the organization of industrialists, especially in São Paulo, which sought to strengthen their class fraction by means of a project aimed at controlling society and the State. We also describe the repression of the anarcho-syndicalists, the communists and of every organization that opposed bourgeois interests. In the second chapter, we analyze the formation process of the IDORT, its project for the defense of a rational and Taylorized society. In the last chapter, we present the design of professional education promoted by the magazine, which constitutes the primary source of our research. We acknowledge the importance of the organic intellectuals of the bourgeoisie, especially Roberto Mange, chief ideologue of the studies and proposals for the education of docile, disciplined workers who adapt to their bourgeois project of society. We analyze the experiences of vocational education in railway schools and at the Railway Centre of São Paulo as the base for the creation of the "Serviço Nacional de Industria - SENAI" [National Industrial Service]. We conclude by defending the importance of knowing the history, the path and the original projects related to professional education, such as those found in the IDORT magazine, since they gave rise to an ensuing development of countless actions by the bourgeois class fraction, the industrialists, to conduct the directions taken by the Brazilian society and to foster their hegemony within the State.

Keywords: IDORT. IDORT Magazine. Labour and Vocational Education. Schools Railway. Taylorism and Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZANDO O PERÍODO HISTÓRICO NO BRASIL: 1930-1940	11
1.1 – O IDORT	25
1.2 - O controle fora do chão da fábrica	29
1.3 - A burguesia organiza-se	35
1.4 - A luta pela hegemonia: a resistência operária	39
1.5 - O movimento contra operários e comunistas	43
1.6 - A luta pela hegemonia nos anos 1920 e 1930: os comunistas	59
1.7 - A luta pela hegemonia: a extrema direita em cena - os integralistas	66
CAPÍTULO II – OS PIONEIROS DA RACIONALIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: ANÁLISE DA REVISTA IDORT	71
2.1 - O taylorismo e sua influência na indústria brasileira	71
2.2 – O processo de constituição do IDORT	73
2.3 – O projeto IDORT	88
2.4 – A revista IDORT	100
2.5 - O funcionamento do IDORT	112
2.6- O tempo na produção	121
2.7– A defesa da racionalização	135
2.8 – A “Jornada Contra o Desperdício”	144

CAPÍTULO III - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: ANÁLISE DOS ANOS 1930 E 1940	151
3.1 – Considerações sobre os anos de 1930 e 1940	156
3.2 - A influência do IDORT na educação profissional no Brasil	163
3.3 - A gênese do trabalho de aprendizes	168
3.4 - A exploração do trabalho e a resistência dos trabalhadores ferroviários	172
3.5 - A escola de formação ferroviária sorocabana	187
3.6 - O centro ferroviário de ensino e seleção profissional	209
3.7 – O SENAI	220
Considerações finais	225
Referência Bibliográfica	232
Fontes documentais	247
Sites consultados	248
Arquivos visitados	249
Apendice – Biografias resumidas	250

INTRODUÇÃO

No início do século XX, o Brasil vivenciava mudanças na sua estrutura econômica. A crise do capitalismo mundial, em 1929, abalou as economias dos países dependentes, afetando o Brasil, pois sua economia estava assentada na produção do café. Objetivando maior produção, as indústrias começavam a se desenvolver, articulando e implementando novas formas de produção e maquinarias. Nesse período, a República oligárquica atravessava profunda crise, pois não conseguia dar respostas aos problemas vivenciados na agricultura no tocante à crise de exportação. No início da década de 1920, os EUA estavam vivenciando uma situação de superprodução e consumo, estímulo e investimentos, uma crise que afetava os países periféricos. No Brasil, essa crise atingiu a classe média e operária, o que contribuía para o aumento das crises sociais e políticas.

Segundo Galbraith (2008, p. 157), “[...] embora a produção por trabalhador tivesse aumentado durante o período, os salários mantiveram-se relativamente estáveis, bem como os preços. Em consequência, os lucros das empresas cresciam rapidamente, o mesmo acontecendo com as rendas pessoais dos ricos e milionários”. O processo de concentração de renda estava ainda mais centralizado na camada mais rica da sociedade:

Entre 1919 e 1929 a participação do 1% mais rico da população cresceu em cerca de 15%. [...] Qualquer coisa que abalasse a confiança dos ricos no futuro de suas empresas ou de suas fortunas pessoais traria péssimas conseqüências para as despesas totais e, portanto, para o andamento da economia como um todo (GALBRAITH, 2008, p. 157).

Essa crise mundial afetou o comércio e a indústria no Brasil, contribuindo para o aumento do desemprego e das péssimas condições de trabalho, além da luta pela regulamentação trabalhista, que foram motivos para protestos e greves. Paralelamente, em 1922, ocorre a fundação do Partido Comunista do Brasil, com o propósito de difundir as suas ideias no país e disputar o poder político, confrontando os interesses da burguesia industrial. Na luta por melhores condições de vida e trabalho, a classe operária organizava-se, sob orientação de grupos anarco-sindicalistas, comunistas e socialistas. É nesse período de efervescência política e de necessidade de retomada econômica que ocorrem no Brasil as primeiras experiências de aplicação dos

métodos de organização científica do trabalho, com o objetivo de aumentar a produção e possibilitar o crescimento da indústria nacional.

Um dos idealizadores desse projeto foi Roberto Mange, engenheiro e especialista suíço, grande entusiasta do Taylorismo, que já havia divulgado e colocado em prática essas ideias, a partir de suas experiências com educação profissional para os trabalhadores da Estrada de Ferro Sorocabana. O Serviço de Ensino e Seleção Profissional da Escola dos Ferroviários Sorocabana (SESP) foi organizado em 1930. Funcionou de setembro daquele ano até agosto de 1934, quando passou a fazer parte do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional (CFESP), fundado no mesmo ano. O SESP foi importante no processo de constituição do Centro Ferroviário de Ensino e desenvolvia duas importantes atividades: a de Ensino Profissional e a de Seleção Profissional. A primeira referia-se à organização dos diversos cursos e a outra, à pré-seleção de candidatos aos cursos de aprendizes de ofícios e seleção para os cargos de acesso a diferentes funções, tendo por base a aplicação da psicotécnica.

De acordo com os intelectuais da burguesia industrial (Roberto Mange, Roberto Simonsen, Aldo Azevedo), o projeto de racionalização era necessário para a implementação da indústria moderna brasileira, a qual dependia da formação de um novo trabalhador que incluía não apenas operários hábeis, mas que atendessem aos interesses do capital e não questionasse as propostas racionalizadoras. Todavia, se de um lado existia o movimento dos industriais visando aumentar a produção e expandir a indústria no país, por outro lado, o movimento dos trabalhadores não aceitava as mudanças no espaço fabril; por isso, protestavam e resistiam, organizando greves contra a exploração existente e reivindicando aumentos salariais, melhores condições de trabalho e de vida. A greve de 1917 paralisou São Paulo: os trabalhadores mostraram-se organizados, já que havia luta da classe trabalhadora não apenas no interior do espaço fabril, mas nos bairros, nos becos, tomando conta das ruas de São Paulo e do Rio de Janeiro, insurgindo-se contra a proposta de organização e racionalização do trabalho no interior das fábricas.

No início do século XX, foram deflagradas importantes greves nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, sendo que, em 1906, ocorreu grande mobilização dos trabalhadores ferroviários do Estado de São Paulo, demonstrando o seu grau de mobilização. Em 1907, operários de diversos setores da produção (ferroviários, calçados e têxteis) tentaram organizar uma greve geral, exigindo jornada de trabalho de oito horas. Assim, os metalúrgicos

abandonaram o trabalho, sendo seguidos pelos operários da construção civil, das fábricas de calçados, das indústrias têxteis. Esses movimentos foram duramente reprimidos pela força policial do Estado (WEINSTEIN, 2000, p. 72).

Outra crise desencadeada no país foi a sucessão presidencial de 1930 que, por diversas denúncias de fraudes, levou a um conflito político que só teve resolução com a condução de Vargas ao poder. Em três de novembro daquele, Vargas toma posse como presidente provisório do novo governo revolucionário, ocorrendo um processo de transição que nada tinha de “revolucionário”, foi rearranjo do bloco de poder, sem mudar as suas estruturas, ou seja, mantinha-se a velha estrutura latifundiária do país. Antunes (1982) mostra que esse processo deu-se “pelo alto”, sem a participação da classe trabalhadora, tendo ficado nítida a conciliação estabelecida entre as frações dominantes.

A disputa pelo poder em 1930, a subida de Vargas ao governo central e as suas acirradas disputas com a burguesia paulista demonstravam as divergências que existiam entre as frações da classe dominante, notadamente, entre fazendeiros e industriais paulistas, que se organizaram e buscaram construir sua hegemonia enquanto fração de classe, a partir do ideário industrialista e inspirado nas teses tayloristas. Para tanto, criaram instituições como CIESP (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo) em 1929, ORT (Organização Racional do Trabalho) em 1930, FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) em 1931, e o IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho) no mesmo ano. Por meio desses instrumentos, a burguesia industrial articulava um projeto para a formação de uma nova classe trabalhadora nacional, adestrada, disciplinada e cooptada. Assim, ganham espaço na sociedade, defendia suas teses, buscando hegemonia e propondo um modelo de sociedade pautada na organização racional. Demonstrando articulação e preocupação com este projeto de sociedade nacional, essa mesma burguesia propõe a criação da Escola Livre de Sociologia Política em 1933 e a criação da USP em 1934. Este projeto vai se concretizando a partir da constituição do IDORT. Ressalta-se que este Instituto, tinha bem claro o seu projeto de sociedade brasileira, que pressupunha o controle da sociedade a partir das suas ideias de racionalização. Para viabilizar esse projeto, seria necessário ser a referência nas frações da própria classe burguesa, controlar ou estar nos principais postos do Estado e, ao mesmo tempo, subordinar as classes subalternas para seus interesses.

O embate político e ideológico nesse período evidencia que as classes subalternas não aceitaram tal projeto, ocorrendo inúmeras ações de resistência via protestos, paralisações no trabalho e greves, muitas vezes com confrontos violentos contra o aparato repressivo do Estado, sempre solicitado pelos industriais.

Lembramos também que, como se não bastasse tal confronto com o Estado centralizador e autoritário, após 1937, a classe operária via-se em confronto com os industriais e também com um movimento de extrema direita que se organizava na sociedade, os integralistas¹ e seu principal articulador, Plínio Salgado. Observamos que, além desses setores, a classe operária – defendendo seus direitos – confrontava-se com os operários ligados à igreja católica, que eram subservientes aos interesses do capital. Nesse período, lideranças políticas originárias de outros países e que se contrapunham a esse projeto eram presos e extraditados para seus países. Com relação a essa questão, Gramsci entende que:

A supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que ele visa a ‘liquidar’ ou submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (essa é, de fato, uma das principais condições para a própria conquista do poder); depois, quando exercer o poder, e mesmo se o mantém fortemente nas mãos torna-se dominante, mas deve continuar a ser também dirigente (Cadernos do Cárcere, 2002, v. 5, p. 62).

Como se vê, para conseguir viabilizar seu projeto, a burguesia industrial teria que ter consenso da sociedade ou “eliminar” os seus “inimigos”. Além de eliminar os que se opunham a seu projeto, era necessário controlar e disciplinar a classe trabalhadora nos seus diversos ramos.

Entendemos que a burguesia conseguiu divulgar suas teses, ideias e projetos a partir de um dos seus principais órgãos de divulgação, a saber, a revista IDORT, que foi estratégica para disseminar naquele período, a proposta de sociedade defendida pelos industriais.

Esta pesquisa busca compreender o pensamento e ações da burguesia industrial paulista, suas estratégias de fortalecimento e organização na década de 1930, a partir da Fundação da FIESP, do IDORT e da criação da sua revista, com o objetivo de difundir as ideias tayloristas no país. Partindo da análise dessa revista, pretendemos desvendar se - de fato - houve

¹ Ação Integralista Nacional. Partido político de extrema direita, inspirado no nazi-fascismo europeu, fundado em 1932 e extinto em 1937.

um projeto articulado, definido, institucionalizado e com apoio do Estado sobre a formação da classe trabalhadora nacional. Também pretendemos desvendar se os industriais desejavam construir uma proposta educacional que contemplasse todos os trabalhadores, se tinham e apoiavam um projeto educacional para o país e, em caso afirmativo, qual seria ele?

Partimos da hipótese de que não é por acaso que o IDORT foi criado no Estado mais rico da nação, onde a indústria estava em plena expansão, local propício, portanto, para divulgar as ideias de ORT. O que estava em jogo era a disputa de hegemonia e, para tanto, os trabalhadores deveriam ser controlados, adestrados, disciplinados e orientados dentro da lógica burguesa industrial. Para que isso ocorresse, fazia-se necessário construir, política e ideologicamente, o discurso de um mesmo projeto voltado para uma sociedade sem classes, sob os mesmos interesses de participação, colaboração e harmonia social, enfim, uma sociedade com possibilidade iguais para todos, que se fundasse na paz social.

Foi em São Paulo que a agricultura cafeeira introduziu inovações nas relações de produção, revolucionou o sistema de transportes e iniciou, entre as primeiras indústrias nacionais, a fabricação de máquinas para o beneficiamento de café. Muito embora em função do comércio exportador, estes fatos favoreciam também a transição para a implantação do capitalismo industrial. Outros motivos poderiam ainda ter sido suficientes para a criação de uma organização do tipo do IDORT, que possibilitou a oficialização da racionalização no Brasil (MEDEIROS, 1980, p. 128).

Outra hipótese apontada neste trabalho é que a proposta de formação profissional foi iniciada nas companhias ferroviárias, a partir da Criação do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional na década de 1930, pois este era um setor onde os trabalhadores estavam organizados e mobilizavam-se contra as péssimas condições de trabalho e os novos métodos de trabalho e lutavam pela redução da jornada. Há outra questão também relevante nessa hipótese, que era a luta política, a luta de classes e os seus interesses antagônicos, levando-se em consideração que a maior parte das lideranças sindicais e populares era vinculada ao anarquismo e ao comunismo. Os ferroviários faziam protestos e paralisações, o que impedia o escoamento aos portos da produção exportada (de café), situação que acarretava “prejuízos” para os seus maiores produtores e também para os investimentos de bancos e médios e grandes industriais das maiores cidades do país naquele período (São Paulo e Rio de Janeiro) tornando-se, pois, necessário e urgente “capacitar”, “doutrinar” esses trabalhadores “rebeldes”.

Uma terceira hipótese busca averiguar se a ideologia da burguesia industrial presente na revista IDORT contribuiu também para a constituição do sistema S (SENAI, SESI, SENAC, SEBRAE). Portanto, o objetivo deste trabalho é mostrar que os industriais paulistas criaram um projeto de nação a partir dos pressupostos da organização científica do trabalho, visando não apenas à formação de um operário para o chão da fábrica, mas de todos os trabalhadores e, por extensão, de toda a sociedade, criando, assim, uma sociedade racional.

No primeiro capítulo, abordamos o período histórico 1930-1940, demonstrando o crescimento das organizações dos industriais, que, desde a década de 1920, articulavam-se em associações e Federações que os representassem, em seus respectivos segmentos. No início da década de 1930, a FIESP é criada em São Paulo; em 1931, os industriais demonstram sua capacidade de articulação, criando o IDORT e na sequência, o principal meio de divulgação de suas ideias, que foi a criação da revista IDORT. Estes mesmos industriais articulam-se também no meio político, sendo que um de seus principais representantes na seara política foi o Industrial e Engenheiro Roberto Simonsen.

Justificamos a periodização, pois é quando surge o IDORT e a sua revista, além de ser o período em que Getúlio Vargas torna-se Presidente da República. Também é nesse período que se aprofundam os conflitos burguesia e proletariado, tornando-se um dos motivos que levaram a burguesia a organizar-se, criando associações comerciais, industriais e também agrárias, pois ao se deparar com a capacidade de organização operária, resistência e luta contra as condições de trabalho e de vida nos bairros de São Paulo, buscou pela força, controlar a situação social, reprimindo violentamente as greves e protestos, perseguindo e prendendo as lideranças sindicais.

A partir das lutas dos trabalhadores, geralmente liderados por anarco-sindicalistas e comunistas, oriundos da Europa, e que “traziam de seus países ‘ideologias estranhas’, vale dizer, o anarquismo e o comunismo”, é que no final da década de 1920 e início da década seguinte, ganha força entre os industriais a idéia de que era necessário, investir na formação e preparação de trabalhadores nacionais, buscando com isso, enfraquecer a organização proletária e formar um novo trabalhador, nacional, dócil, adaptável as mudanças na indústria e disciplinado.

Demonstraremos neste trabalho que além deste enfrentamento com a burguesia industrial, os operários organizados e sob orientações comunistas, encontraram mais um inimigo na luta política e social, que foi o movimento de extrema direita, liderado por Plínio Salgado, os integralistas. Portanto trata-se de um período rico de luta social e política da classe trabalhadora,

que além da luta contra a exploração no espaço fabril, luta por condições dignas de moradia, denunciando as péssimas condições de vida, exigindo do Estado, políticas públicas que os atendessem.

Destacamos neste capítulo, a importância do Partido Comunista Brasileiro (PCB) para a organização da classe operária brasileira, além de deixar um legado para todos os trabalhadores nacionais, de experiências de organização, mobilização e luta contra a burguesia nacional. Neste sentido é que procuramos deixar claro que o embate não ficou apenas no campo das ideias, mas que a luta de classe ocorreu em todos os setores da sociedade, com enfrentamentos, perseguições, prisões, deportações, assassinatos tanto por seguranças da burguesia, bem como pelo aparelho repressor do Estado.

Também é nesse período histórico que ocorre o golpe do Estado Novo, intensificando a repressão sobre os movimentos sociais e o Partido Comunista, além de ser uma época em que o debate sobre a educação se dá entre os diversos campos políticos e ideológicos existentes no país.

No segundo capítulo, analisaremos como se deu o processo de organização dos industriais nesse período (1930-1942) e como foram implementadas as experiências de racionalização do trabalho no Brasil. É nesse contexto histórico, político, social e econômico da década de 1930 que surgem as propostas articuladas por um grupo de industriais para a criação de uma entidade que defendesse a organização e racionalização do trabalho a partir das concepções tayloristas, divulgando o surgimento de uma sociedade baseada no industrialismo. O projeto de criação do IDORT atendia a estes objetivos, ou seja, juntar, sistematizar e divulgar o pensamento e ações desta burguesia, para toda a sociedade.

Dedicamo-nos, nesta pesquisa, a analisar e compreender o pensamento e ações do IDORT, referentes à educação profissional, um dos temas centrais no projeto burguês do período. Entendemos ter sido este Instituto central na articulação e difusão das ideias industriais nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil, via revista IDORT. Por esse motivo, a opção por pesquisar a revista dessa organização burguesa.

A divulgação das teses sobre a racionalização do trabalho foi um dos objetivos desta revista, divulgando a importância de organizar o espaço fabril, aumentar a produção, melhorar o desempenho dos trabalhadores e o tempo utilizado na produção de determinada mercadoria. O ensino profissional era visto como fundamental neste processo, e Roberto Mange tornou-se referência para pôr em ação essas teses.

No terceiro capítulo, desenvolvemos uma análise sobre a proposta educacional dos industriais, e como surgiram a Escola de Formação Ferroviária Sorocabana e o Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional e posteriormente o SENAI. Analisaremos o projeto defendido pelos industriais paulistas e divulgados na revista IDORT, tendo como principal referência nesta área o Engenheiro e professor Roberto Mange, que havia realizado suas primeiras experiências no Liceu de Artes e Ofícios, através do qual pretendia introduzir, no Brasil, o ensino racionalizado, que propiciaria conhecimento e rendimento para a indústria. Posteriormente, este engenheiro introduz seus conhecimentos e experiências acumuladas na Escola Ferroviária Sorocabana.

Antes de desenvolver estas análises, fizemos apontamentos sobre o processo de criação das escolas de ofício no país, entendendo que elas tenham sido o embrião para o surgimento, crescimento das ideias e ações voltadas para a educação dos trabalhadores. Demonstraremos que a preocupação crescente com a formação dos trabalhadores tinha sentido em existir, pois neste período, a industrialização estava aflorando no país, contribuindo e incentivando mudanças, como a implementação de novos equipamentos e a preocupação constante em ter força de trabalho “mais qualificada”.

Destacamos nesta pesquisa o papel estratégico, central e fundamental de Roberto Mange, para desenvolver as experiências racionais na formação dos trabalhadores. Desenvolvemos apontamentos neste trabalho, que sinalizam que este engenheiro foi a principal liderança do movimento pela administração científica do trabalho no país; era um intelectual que transitava por diversos setores da sociedade, tornando-se necessário destacar também, a estreita relação de Mange com Lourenço Filho e Fernando de Azevedo, o que contribuiu para entendermos os pressupostos inerentes na pedagogia escolanovista, ou seja, a defesa de uma utopia racional, procurando, com isso, negar as contradições existentes na sociedade.

Se a Escola de Formação dos Ferroviários Sorocabana foi importante para o acúmulo de experiências na formação de trabalhadores, foi o Centro de Formação dos Ferroviários, criado em meados da década de 1930, que contribuiu decisivamente para que Mange desenvolvesse ainda mais suas teses sobre educação dos trabalhadores, a partir de pesquisas e práticas implementadas neste processo de formação, procurando com isso, negar as contradições existentes na sociedade.

Mange, além de aperfeiçoar “os cursos ferroviários”, aperfeiçoava também “os processos psicotécnicos para a seleção do pessoal, mantendo como norma a preocupação de adaptar procedimentos às necessidades de cada Estrada”. (SENAI, 1991, p. 109)

A partir dos estudos, apontaremos que ocorre um acúmulo de experiência e fortalecimento da defesa da educação profissional, no período do Estado Novo (1937-1945), em que os industriais conseguiram regulamentar as propostas de ensino profissional no Brasil, a partir da reforma Capanema (1942), conhecida também como Leis Orgânicas do Ensino. Essa reforma estruturou o ensino profissional, reformulou o comercial e criou o SENAI.

Conforme os estudos realizados, observamos que os empresários estavam bem articulados no seu projeto para a formação de uma nova classe trabalhadora no país. Mange torna-se um intelectual orgânico da burguesia, sendo fundamental nesse processo originário de formação dos trabalhadores a partir do projeto idortiano, ou seja, não se trata de qualquer intelectual, mas sim de um destacado professor que representava os interesses da classe dominante (industrial), sendo também uma liderança destacada na defesa da administração científica do trabalho. Além de ter influência no meio industrial, era amigo dos principais signatários do Manifesto dos Pioneiros, como Lourenço Filho, Fernando Azevedo e Anísio Teixeira.

Verificamos em nossa pesquisa que o primeiro destes desenvolveu atividades e experiências com relação à educação profissional, apoiando Mange na Escola Ferroviária Sorocabana, demonstrando a afinidade entre um intelectual dos industriais e um renomado professor e intelectual da educação brasileira.

Desenvolvemos uma análise demonstrando que os industriais tinham como estratégia formar um novo trabalhador, buscando com isso, diminuir ou mesmo retirar do setor fabril os trabalhadores estrangeiros, pois estes, em sua maioria, tinham ideologias “estranhas”, eram “contestadores” e podiam criar “problemas” para o projeto nacionalista de industrialização do país.

Privilegiamos o estudo, análise e interpretação da educação profissional proposta na revista IDORT, por entender que a investida da burguesia industrial tinha como objetivo principal consolidar a hegemonia do seu projeto para o país, preparando, qualificando e disciplinando o trabalhador para a produção industrial, sob o viés técnico e científico.

Enfim, do ponto de vista metodológico, o processo que culminou nesta pesquisa foi:

1. No primeiro momento, fizemos um levantamento dos autores que mais publicaram na revista e as incidências dessas publicações, na década de 1930, primeira fase de nossa pesquisa, observando qual a ligação desses autores com o Instituto de ORT.
2. A seguir, analisamos todos os editoriais da revista referentes ao período proposto, buscando entender a linha de pensamento das publicações e se nelas ficava explícita a sua linha política e ideológica.
3. Na sequência, estabelecemos critérios para a organização da base de dados, em que constam as informações que deram suporte à pesquisa empírica: autor, título do texto e data de publicação. Definimos também uma lista de autores estrangeiros que publicaram na revista, bem como o título e o número em que foi publicado. Para melhor entendermos as publicações, as separamos por autores ligados ao IDORT, autores brasileiros não pertencentes ao Instituto e autores estrangeiros. Realizamos sistematização estatística dos dados levantados, elaboração gráfica e sua análise a partir da proposta de nossa pesquisa;
4. A partir dos dados levantados na nossa pesquisa, respaldados pelos estudos e análise da revista, estudamos como se deu o processo de divulgação e propaganda das ideias tayloristas no Brasil. A partir dessa análise, pretendemos desvendar se de fato houve um projeto definido de formação da classe trabalhadora e, uma vez definido, como se deu e quais as estratégias para implementá-lo. Também objetivamos desvendar se os industriais desejavam construir uma proposta educacional que contemplasse todos os trabalhadores e, se sim, que proposta era esta.
5. Finalmente, na análise da revista IDORT, buscamos depreender o projeto proposto pela burguesia industrial sobre Organização Científica do Trabalho. Realizamos pesquisa e estudos em diversas referências bibliográficas que tratam do objeto de estudo e do período histórico.

Sendo assim, esta investigação pretende contribuir com a escassa bibliografia existente sobre o tema, demonstrando que o projeto industrial para um Brasil desenvolvido estava articulado no período, com a atuação dos industriais em diversas frentes, visando consolidar suas ideias e propostas. Os intelectuais orgânicos da burguesia industrial apresentavam boa desenvoltura em todos os setores da sociedade, ocupando pontos estratégicos do aparelho estatal, atuando nas discussões sobre os projetos educacionais para o país, sendo que os escolanovistas integravam também essas discussões, demonstrando a capacidade de articulação deste grupo.

CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZANDO O PERÍODO HISTÓRICO DO BRASIL (1930-1940)

Elogio da Dialética

A injustiça avança hoje a passo firme
Os tiranos fazem planos para dez mil anos
O poder apregoa: as coisas continuarão a ser como são
Nenhuma voz além da dos que mandam
E em todos os mercados proclama a exploração;
isto é apenas o meu começo

Mas entre os oprimidos muitos há que agora dizem
Aquilo que nós queremos nunca mais o alcançaremos

Quem ainda está vivo não diga: nunca
O que é seguro não é seguro
As coisas não continuarão a ser como são
Depois de falarem os dominantes
Falarão os dominados
Quem pois ousa dizer: nunca
De quem depende que a opressão prossiga? De nós
De quem depende que ela acabe? Também de nós
O que é esmagado que se levante!
O que está perdido, lute!
O que sabe ao que se chegou, que há aí que o retenha
E nunca será: ainda hoje
Porque os vencidos de hoje são os vencedores de amanhã

Bertold Brech

Neste capítulo, faremos a análise do período histórico do Brasil, focando as décadas de 1930 e 1940. Para tanto, fez-se necessário situar alguns eventos importantes da década anterior, que influenciaram as decisões da burguesia industrial na década de 1930. A República oligárquica estava atravessando profunda crise desde o início da década de 1920. Diversos setores da sociedade encontravam-se descontentes, como, por exemplo, a classe média e a operária. Em 1922, os comunistas articulam-se e fundam o Partido Comunista do Brasil², disputando a hegemonia³ com as frações burguesas (agrária e industrial), na possibilidade de realizar uma revolução no Brasil. Além desse partido, outros movimentos contestatórios e populares foram ganhando força e, nesse caso, citamos as rebeliões tenentistas. A classe operária também se organizava, sob orientações dos anarco-sindicalistas, comunistas e socialistas, fazendo protestos, greves, lutando em prol de melhores salários, redução da jornada de trabalho, melhores condições de trabalho, enfim, foi um período efervescente.

Se o Brasil vinha vivenciando uma crise econômica, política e social, esta vai se aprofundar em 1929, com a grande crise do capitalismo mundial, a quebra da bolsa de valores dos Estados Unidos. Não obstante, no início dessa década, os EUA estavam vivenciando uma situação de superprodução e consumo, estímulo e investimentos, segundo interpretação de Galbraith (2008, p. 157):

[...] nesses anos de prosperidade, a renda estava sendo distribuída com marcada desigualdade. Embora a produção por trabalhador tivesse aumentado durante o período, os salários mantiveram-se relativamente estáveis, bem como os preços. Em consequência, os lucros das empresas cresciam rapidamente, o mesmo acontecendo com as rendas pessoais dos ricos e milionários. Em 1929, os 5% da camada de elite da população concentravam cerca de um terço do valor de toda a renda pessoal do país. Entre 1919 e 1929, a participação do 1% mais rico da população cresceu em cerca de 15%. Isso significava que a economia dependia ampla e crescentemente do consumo de

² Segundo Segatto, “o surgimento do PCB, no início da década de vinte, foi consequência necessária do processo de formação da classe operária brasileira e do desenvolvimento de suas lutas. Sua fundação respondeu a uma exigência do movimento operário, que já mostrara, nas primeiras décadas do século XX, a carência de um partido político operário revolucionário. O nascimento do PCB, portanto, constituiu uma consequência da formação do proletariado e do desenvolvimento de suas lutas no Brasil, que tem início na segunda metade do século XIX, e ocorre em função da implantação da indústria que, por sua vez, será parte de um processo de profundas transformações por que passava a sociedade nacional naquele momento, em razão do desenvolvimento da economia cafeeira no Rio de Janeiro, sul de Minas e São Paulo” (SEGATTO, 1989, p. 17).

³ Segundo Gramsci, “a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’ ou submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (essa é, de fato, uma das principais condições para a própria conquista do poder); depois, quando exercer o poder, mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também dirigente” (GRAMSCI, 2002, V. 5, p. 62).

bens de luxo das camadas abastadas e de sua propensão em reinvestir o que não queriam, ou não podiam, gastar consigo mesmos. Qualquer coisa que abalasse a confiança dos ricos no futuro de suas empresas ou de suas fortunas pessoais traria péssimas consequências para as despesas totais e, portanto, para o andamento da economia (GALBRAITH, 2008, p. 157).

Segundo entendimento de Oliveira (2002), o Brasil passava por uma intensa agitação política que se aprofundou ainda mais com a crise de 1929, afetando seriamente sua economia e também a classe trabalhadora. Com relação à questão econômica, este autor observa que se registrou:

[...] uma queda drástica no preço internacional do café e uma crise do comércio e da indústria local que desde meados da década anterior vinham enfrentando o declínio de suas atividades, o que provocou inúmeras falências ou a queda expressiva nos níveis de produção daquelas empresas que ainda conseguiam se manter em operação. Isso trouxe um aumento do desemprego nas áreas rurais e urbanas. A crise econômica atingiu, portanto, todos os setores e exigiu a revisão da política econômica e medidas urgentes na área social (OLIVEIRA, 2002, p. 53).

Com relação a essa crise e suas implicações para os trabalhadores brasileiros, esse mesmo autor é enfático ao afirmar que enfrentaram tempos difíceis, pois além “[...] dos efeitos diretos da crise sobre o emprego e os salários, que tornaram mais dramáticas suas condições de vida, eles já conviviam desde os anos vinte com o refluxo de suas lutas e com a destruição ou divisão de suas organizações”. Refluxo este, como resultado da forte repressão desencadeada pelos industriais e pelo Estado, acentuando-se sob o governo Vargas (OLIVEIRA, 2002, p. 53).

Essa crise se deu em virtude da superprodução que atingiu todos os países capitalistas, principalmente aqueles que eram considerados subdesenvolvidos.

A crise do capitalismo em 1929 abalou fortemente a economia agrário-exportadora brasileira, assentada no café, e agravou ainda mais a crise política. A sucessão presidencial de 1930 foi a gota d’água desse processo. Visando a manter o seu domínio no poder em meio à crise econômica, a oligarquia paulista rompeu o histórico acordo com a oligarquia mineira – denominado “política do café com leite” – e indicou unilateralmente o nome de Júlio Prestes, presidente do estado de São Paulo, como candidato à presidência da República (BUONICORE, 2009, p. 182).

Após processo tumultuado que culminou na Eleição de Júlio Prestes, porém sob forte acusação de fraude, e após diversos acontecimentos políticos que levaram a um movimento de contestação do resultado da eleição, a partir de manifestações populares e sublevação dos tenentes, abriu-se uma crise propícia ao movimento revolucionário, a partir de um levante armado

da Aliança Liberal⁴, que se iniciou em 3 de outubro e, em pouco tempo, tomou conta dos estados sulinos, rebelião que saiu vitoriosa. Washington Luís, 21 dias antes do término do seu mandato como presidente do país, renunciou em decorrência dos fortes movimentos contestatórios, do movimento armado e da instabilidade política gerada pelas denúncias de fraude no processo eleitoral.

Em 3 de novembro de 1930, Vargas⁵ toma posse como presidente provisório do novo governo, ocorrendo um processo de transição que nada tinha de “revolucionário”, pois foi um rearranjo do bloco de poder, porém sem mudar a velha estrutura latifundiária do país. Este contexto histórico e político foi marcado pela “revolução de 1930”, pelo movimento constitucionalista de 1932 e pelo Estado Novo. Com relação ao processo revolucionário de 1930, Antunes (1982) entende que se deu “pelo alto”, não tendo participação da classe trabalhadora, que foi excluída, pois ficou nítida a conciliação estabelecida entre as frações dominantes.

Torna-se importante e necessário observar que destacados fazendeiros de café também desenvolviam atividades industriais, sendo um dos exemplos desse período Antonio Prado, que, em:

[...] todo o período de sua vida pública, foi fazendeiro, industrial, comerciante e político. Herdou fazendas de café e multiplicou-as. Foi diretor de banco e organizou e dirigiu muitas empresas. Em 1892 tornou-se presidente da Companhia Paulista, cargo que ocupou até 1928. Em 1895, fundou o curtume da Água Branca, combinando os interesses da ferrovia e da exportação. Foi prefeito de São Paulo quatro vezes, no período compreendido entre 1899 e 1910 (CAMARGO LEME, 1986, p. 39).

⁴ Em 1929, as oposições lançam as candidaturas de Getúlio Vargas à presidência e de João Pessoa para vice-presidência. Organizam também a Aliança Liberal, que tinha como objetivo a campanha eleitoral. O programa refletia as aspirações das classes dominantes regionais não associadas ao núcleo cafeeiro e tinha por objetivo sensibilizar a classe média. Defendia a necessidade de se incentivar a produção nacional em geral e não apenas o café; combatia os esquemas de valorização do produto em nome da ortodoxia financeira e, por isso mesmo, não discordava nesse ponto da política de Washington Luís. Propunha algumas medidas de proteção aos trabalhadores, como a extensão do direito à aposentadoria a setores ainda não beneficiados por ela, a regulamentação do trabalho do menor e das mulheres e aplicação da lei de férias. [...] Sua insistência maior concentrava-se na defesa das liberdades individuais, da anistia (com o que se acenava para os tenentes) e da reforma política, para assegurar a chamada verdade eleitoral (FAUSTO, 2009, pp. 319-320).

⁵ A figura de maior expressão da história política brasileira do século XX provinha de uma família de estanceiros de São Borja, na região gaúcha da Campanha. Seu pai – líder local do PRR – envolveu-se nas lutas contra os federalistas. Getúlio fez até 1930 uma carreira tradicional, nos quadros do PRR, sob a proteção de Borges de Medeiros. Foi promotor público, deputado estadual, líder da bancada gaúcha na Câmara Federal, ministro da Fazenda de Washington Luís e governador do Rio Grande do Sul. Em 1930, saltou para a presidência da República, personificando uma linha de ação muito diversa da política oligárquica (FAUSTO, 2009, p. 331).

Ou seja, fazendeiros⁶ de café muitas vezes também eram comerciantes, políticos, ligados a bancos e à indústria, diversificando suas atividades financeiras. A partir do exposto, entendemos que o capital cafeeiro e industrial se relacionam, sendo um processo contraditório sim, mas que se complementam, pois a economia exportadora de café foi criando as condições para o surgimento e crescimento da indústria. Nesse sentido, concordamos com Silva (2004) quando diz o seguinte:

A constituição de um sistema de ferrovias e a introdução das máquinas para o beneficiamento do café estimularam a acumulação de capital e aumentaram a procura de mão-de-obra. As atividades do beneficiamento do café e da construção e manutenção das redes ferroviárias de transportes utilizavam mão-de-obra assalariada e, também nas lavouras, os cafeicultores, de forma crescente, já a estavam empregando, uma vez que a mão-de-obra escrava já dava sinais de escassez e se apresentava de alto custo, e, ainda já havia sinais de que a abolição da escravatura estava próxima. A transição para a economia exportadora de café (capitalista) completa-se com a imigração de trabalhadores livres europeus, que foi a solução encontrada para a escassez de mão-de-obra escrava. A economia exportadora de café foi quem criou as condições para o surgimento do capital industrial (SILVA, 2004, p. 26).

Antunes (1982, p. 46) utiliza-se dos conceitos desenvolvidos por Antonio Gramsci sobre a revolução passiva. Segundo esse autor, Gramsci define o ressurgimento como uma revolução “passiva”, “[...] ‘revolução sem revolução’ ou ainda uma ‘revolução-restauração’, onde, além da exclusão das classes populares do processo de unificação, houve um rearranjo pelo alto entre as elites, possibilitando-as a comandar este processo de modernização na Itália”. Este mesmo autor conclui que se a revolução de 1930:

[...] marcou o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância de uma estrutura produtiva industrial, é necessário lembrar que este trânsito seguiu a forma lenta, conciliadora, hipertardia, conciliando o velho com o novo, “pelo alto”, na conformidade da via colonial (ANTUNES, 1982, p. 57).

Esse processo de mudança não desmonta, não exclui o setor agrário, pois o mesmo era parte integrante dessa mudança, existindo uma unidade e ao mesmo tempo contradição entre a economia cafeeira, comercial e industrial, conforme entendimento de Silva (1995, p. 97):

Na verdade, ao examinarmos os diferentes aspectos da questão concluímos que as relações entre o comércio exterior e a economia cafeeira, de um lado e a indústria

⁶ Nesse caso, podemos citar o fazendeiro e industrial Francisco Matarazzo e o Senador Vergueiro.

nascente, de outro, implicam, ao mesmo tempo, a unidade e a contradição. A unidade está no fato de que o desenvolvimento capitalista baseado na expansão cafeeira provoca o nascimento e um certo desenvolvimento da indústria; a contradição, nos limites impostos ao desenvolvimento da indústria pela própria posição dominante da economia cafeeira na acumulação de capital.

Silva (1995, p. 98) não deixa dúvidas sobre a relação da economia cafeeira com a economia mundial, cumprindo um papel importante em um país subordinado aos interesses internacionais.

A própria economia cafeeira, a sua condição como centro motor do desenvolvimento do capitalismo no Brasil não é senão a forma concreta de inserção no Brasil dentro da economia mundial, a forma como se desenvolve o capitalismo em um país que ocupa uma posição subordinada dentro da economia mundial.

O Brasil cumpre “religiosamente” a lógica do capital internacional e não poderia ser diferente, em se tratando de uma economia capitalista subordinada, dependente. Concordamos também com as análises de Camargo Leme (1986, p. 27), ao observar o crescimento do capital britânico no país passando a dominar “[...] as condições externas como: transporte, financiamento e comercialização, especialmente do café, sem penetrar em sua produção”.

Nesse sentido é que reafirmamos que não ocorreu processo de crescimento do país, isolado dos interesses do capital internacional, do monopólio estrangeiro, pois as ferrovias, por exemplo, surgem e crescem com investimento e interesses de grupos econômicos ingleses, ou seja, do capital estrangeiro. Nessa questão, Camargo Leme (1986, p. 29) observa o processo de dependência paulista do capital inglês, com a construção da São Paulo Railway, que ligava Jundiaí a Santos em 1867. Essa estrada de ferro

[...] acabou por se tornar a mais importante ferrovia paulista, uma vez que monopolizava o trajeto até o porto de Santos, o que tornou desnecessário ao capital inglês novos investimentos diretos neste setor de transportes. Assim, a Companhia Paulista de Estrada de Ferro (inaugurada em 1872), inteiramente paulista, não foge do jugo do capital inglês, porque além de aumentar sua rentabilidade, por ser sua tributária, o fez com maquinaria e tecnologia inglesa (CAMARGO LEME, 1986, p. 29).

Entendemos que esse processo de mudanças no Brasil se dá de forma subordinada, orquestrada e controlada pelo capital externo, ou seja, restrita e sob os interesses de investidores estrangeiros. Silva desenvolve muito bem seus argumentos sobre essa questão:

[...] a acumulação do capital possui esse inconveniente de depender, em última análise, das transformações operadas pelo próprio capital ao nível da produção. A constante revolução do modo de produção é uma característica essencial do capitalismo, na medida em que dela depende a expansão do excedente econômico. Ora, a divisão internacional do trabalho, ao mesmo tempo que permite uma rápida acumulação de capitais baseada na expansão cafeeira, limita os efeitos dessa acumulação sobre o modo de produção. Num primeiro momento, a divisão internacional do trabalho determina que o Brasil deve especializar-se na produção de café e outros bens primários. Aparentemente, essa divisão do trabalho é perfeitamente adequada à reprodução do capital ao nível da economia mundial e ao nível de cada economia nacional (SILVA, 1995, p. 102).

O que ocorre no início do século XX no Brasil é resultado do próprio desenvolvimento do capitalismo, não sendo idêntico ao que ocorreu nos países Europeus ou nos Estados Unidos, mas tendo sua própria forma de desenvolvimento, sem rupturas. Com relação a essa questão, Silva (1995, p. 106-107) afirma:

Concretamente, a reprodução do capital cafeeiro e das formas de subordinação da economia brasileira levam ao nascimento e ao desenvolvimento da indústria que, por sua vez, está em contradição com a própria reprodução do capital cafeeiro e as formas de subordinação da economia brasileira. Mais uma vez afastamos a noção simplista de contradição, segundo a qual as contradições internas do capitalismo levariam à sua própria destruição. Nem a subordinação do Brasil na economia mundial e o capital cafeeiro excluem a industrialização, nem a industrialização implica na destruição dos laços que unem o Brasil à economia mundial e muito menos ainda na destruição do capitalismo no Brasil. A industrialização pode, simplesmente, levar a mudanças nas formas de subordinação associadas a transformações do capitalismo no Brasil: por exemplo, a perda da posição dominante por parte do capital cafeeiro ou mesmo do capital comercial em geral.

Informamos que não é nosso objetivo desenvolver esse debate neste trabalho, mas apenas apontar questões para deixarmos claro o nosso entendimento referente a ele, sendo que não comungamos com as teses sobre transformação do Brasil, sequer que ocorreu um processo “revolucionário” em 1930, nas características das revoluções clássicas. Se ficarmos apenas considerando os limites impostos à industrialização, corremos o risco de ver aí uma “grande” disputa entre o setor agrário exportador e o setor industrial, como se fossem dois setores que não se complementavam ou articulavam-se, dependendo dos interesses, ou supor que os industriais não tinham um “pé” no setor agrário, com suas propriedades rurais, seus latifúndios.

Silva (1995, p. 108) alerta que, para entendermos as formas como são geradas capitais no Brasil,

[...] não basta destacar os limites impostos pelas formas de desenvolvimento, é preciso considerar também que o próprio modo de inserção do Brasil na economia mundial

assegura uma rápida acumulação em geral, e uma rápida acumulação em particular para o capital industrial. Graças às possibilidades de importação de equipamentos os mais modernos, o capital industrial brasileiro pode ‘saltar etapas’ e, desde o início, adotar técnicas avançadas e garantir-se uma rentabilidade elevada.

Esse autor captou sabiamente que o processo de nascimento e crescimento do capitalismo pelas terras brasileiras não se deu conforme o capitalismo clássico, ou seja, por meio do artesanato, depois manufatura e indústria.

Assim, o Brasil pode passar diretamente à grande indústria, sem atardar-se nas formas anteriores de desenvolvimento do capitalismo na indústria. Os resultados da análise dos dados sobre a indústria brasileira em 1907, levantados pelo Centro Industrial do Brasil, indicam-nos que o fundamento a grande indústria não resulta, no Brasil, da transformação do artesanato e da manufatura. [...] De outro lado, porque esses são efeitos do próprio desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Por isso, o capital industrial não se opõe diretamente as formas de acumulação dominante, mas procura sempre desenvolvê-las em seu próprio proveito (SILVA, 1995, p. 109).

Este é o mesmo entendimento de Moraes (1990, p. 01), quando observa que “[...] a instalação das unidades industriais no Brasil foi realizada sob o padrão da grande indústria, através da importação de equipamentos europeus e, depois americanos”. Entende ainda que, “[...] ao não atravessar o período manufatureiro, o empresário industrial local não enfrentaria imediatamente a necessidade de destruir o trabalho qualificado preexistente”. O problema que os industriais brasileiros enfrentavam nesse período era em “formar a força de trabalho para o desempenho das atividades fabris”.

Ao pesquisar este período histórico, Souza (2012, p. 1) entende que os industriais não conseguiram romper com as oligarquias, passando a apostar na modernização como “revolução passiva”:

[...] apoiando-se no Estado e procurando dirigi-lo a favor de seus interesses, valendo-se para isso, em diferentes contextos, de aparelhos privados de hegemonia como a FIESP (1928), o IDORT (1931), a CNI (1938) o IPES (1961), o PNBE (1990), entre outros que, para além de suas especificidades, atuaram e atuam coletivamente em defesa dos interesses empresariais.

Esse processo foi importante para o início do capitalismo industrial no país, porém sem ruptura, sem conflitos, mas a partir de “conciliação entre o velho e o novo, entre vários

segmentos representantes dos interesses agrários e mesmo dos setores urbanos emergentes”⁷ (ANTUNES, 1982, p. 67). Foi um processo em que ocorreu conciliação de classe, porém torna-se importante ressaltar que não se deu de forma tranquila, pois ocorreram fissuras no interior da classe dominante, nas disputas “pelo maior controle do aparelho do Estado buscando uma participação mais decisiva na nova configuração do poder” (ANTUNES, 1982, p. 69). Com relação a essa questão, concordamos com o autor, pois entendemos que se tratou de um processo “reacionário de transição”, não desmontando a estrutura latifundiária, “o que permitiu o crescimento da emergente burguesia industrial”, não ocorrendo nenhuma participação popular. Conforme a compreensão desse autor, o processo ocorreu, excluindo as classes populares da direção econômica, social e política do país (ANTUNES, 1982, p. 72-73).

Esse autor entende, assim como já exposto por Silva (1995), que o processo “revolucionário” de 1930 significou:

[...] o fim de um ciclo, o agrário-exportador, e o início de outro, que gradativamente criou as bases para a acumulação capitalista industrial no Brasil. Porém essa transição não se deu de forma superadora, radical e abrupta. Pelo contrário, deu-se [...] de forma conciliadora, quando os interesses agrários, expressando o velho, mesclaram-se com os interesses urbanos e industriais emergentes, num rearranjo do bloco de poder onde nenhuma fração dominante na fase anterior foi absolutamente excluída (ANTUNES, 1982, p. 72).

Antunes (1982) observa ainda que, após a “ascensão” de Vargas ao poder, o Estado passa a implementar uma política sindical com o objetivo principal de “controlar” e “desmobilizar” os operários.

[...] o Estado iniciou a formulação de uma política sindical, cujo aspecto essencial era o seu caráter controlador e desmobilizador, condição esta necessária não só para que o movimento operário não ultrapassasse os limites impostos pela nova ordem política, mas também para que se assegurassem as condições mínimas garantidoras da instauração de uma nova ordem econômica dirigida para a industrialização (ANTUNES, 1982, p. 74).

Ao também desenvolver pesquisa sobre esse período histórico, Oliveira (2002) observa que a lei de sindicalização promulgada sob o Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931:

⁷ A existência de conflitos entre o agrário e a burguesia urbana na indústria não chega a se caracterizar como antagonismo. Não há uma luta frontal entre os dois setores. Essa situação nos reforça a tese de que a burguesia industrial atuava nos moldes dos quadros do domínio oligárquico sem contestá-lo ou propor mudanças, pelo contrário, beneficiando-se dele (TEIXEIRA, 1990, p. 46).

[...] impunha as seguintes condições para o reconhecimento oficial dos sindicatos: reunião de pelo menos 30 associados de ambos os sexos, maiores de 18 anos; maioria de dois terços de brasileiros natos ou naturalizados; reserva da maioria dos cargos de administração e de representação a brasileiros natos ou naturalizados, com 10 anos no mínimo de residência no país, e limitação da participação de estrangeiros a no máximo um terço; mandato anual sem direito à reeleição; gratuidade dos serviços de administração, sem direito ao acúmulo de cargos; e abstenção de qualquer propaganda de “ideologia sectária”, de caráter social, político ou religioso, bom como de candidaturas a cargos eletivos, estranhos à natureza e finalidade das associações. Além disso, os empregados e funcionários públicos não desfrutavam do direito de sindicalização; as organizações de classe só podiam se filiar a entidades internacionais mediante prévia autorização ministerial; os estatutos sindicais deviam obedecer a normas predefinidas a ser submetidos à aprovação ministerial; os sindicatos, federações e confederações deviam relatar anualmente suas atividades aos órgãos ministeriais; e ao Ministério do Trabalho cabia conceder ou não o reconhecimento oficial, fiscalizar as assembléias gerais e a situação financeira dos sindicatos, lavrar multas pelo descumprimento da lei, fechar o sindicato, federação ou confederação por até seis meses ou promover a sua dissolução definitiva, podendo destinar o seu patrimônio a entidades de assistência social (OLIVEIRA, 2002, p. 61).

Ou seja, o Estado podia tudo sobre as organizações sindicais, que não tinham autonomia, não podendo tomar iniciativas contrárias aos interesses de Vargas. Esse decreto autoritário contribuiu para enfraquecer ainda mais a organização sindical naquele período.

Os empresários defensores da organização e racionalização do trabalho verão suas ideias sobre “paz social”, “cooperação de classe”, sociedade “harmoniosa” defendidas e implementadas por Vargas. A “paz social” era procurada por meio de concessões e benefícios concretos, a que não era insensível à massa dos assalariados. A possibilidade do controle operário incluirá necessariamente uma legislação minimamente protetora do trabalho” (VARGAS apud VIANNA, 1999, p. 150).

Com relação ao governo Vargas e às leis trabalhistas implementadas, entendemos, assim como Evaristo de Moraes Filho, que as mesmas não foram dádivas do Estado, mas outorgadas pela “bondade” do governo, ou seja, as conquistas trabalhistas foram resultado das lutas e pressão dos movimentos sociais, desde início do século XX no Brasil. Segundo o autor, era “[...] exagero e grave ofensa aos trabalhadores brasileiros a constante afirmativa de que nada existiu antes de 1930, que toda a legislação a favor dos operários lhes fora graciosamente outorgada, sem nenhuma luta, nem manifestação expressa dos mesmos de que a desejavam” (MORAES FILHO, 1978, p. 196).

Ao analisar também essa questão, Oliveira (2002, p. 12) discorre um raciocínio idêntico ao de Moraes Filho. Este pesquisador entende que a questão social não surge pós 1930, ela já estava posta desde o século XIX no país, aprofundando-se nos primórdios do século XX,

com o crescimento de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Nos anos anteriores a 1930, os trabalhadores resistiram, lutaram pela redução da jornada, contra a superexploração do trabalho, enfim, a luta de classes foi acirrada nesse período. A questão social e as reivindicações dos trabalhadores eram tratados como “caso de polícia”.

Não há dúvidas de que a questão social já estava posta em cena desde a I República, sobretudo pela força das greves e manifestações que atingiram seu auge no final dos anos dez, apesar de um compromisso urbano-industrial ainda incipiente. Como veremos, a expansão das atividades urbano-industriais foi acompanhada pela diversificação das ocupações e pelo surgimento de um razoável contingente de assalariados urbanos, propiciando as bases materiais para a disseminação de experiências de luta e de organização social nas principais cidades do país. Os trabalhadores enfrentaram a repressão e a descontinuidade de suas práticas associativas, muitas vezes abaladas pela própria instabilidade econômica. Contudo, a superexploração do trabalho, a resistência patronal em admitir qualquer interferência pública no regime fabril, sua relutância em aceitar a participação sindical em negociações coletivas, a abordagem predominante da questão social com “caso de polícia” e a resistência do poder oligárquico em promover a incorporação política e social dos trabalhadores estimularam a politização dos conflitos trabalhistas, mesmo quando eles diziam respeito apenas às condições de trabalho (OLIVEIRA, 2002, p. 12).

Estes mesmos industriais ficarão mais entusiasmados, ao ouvirem o pronunciamento feito por Vargas, nos primeiros anos de seu governo, afirmando que:

O individualismo excessivo, que caracterizou o século passado, precisava encontrar limite e corretivo na preocupação predominante do interesse social. Não há nessa atitude nenhum indício de hostilidade ao capital, que, ao contrário, precisa ser atraído, amparado e garantido pelo poder público. Mas o melhor meio de garanti-lo está, justamente, em transformar o proletariado numa força orgânica de cooperação com o Estado e não o deixar, pelo abandono da lei, entregue à ação dissolvente de elementos perturbadores, destituídos dos sentimentos de Pátria e de Família (VARGAS apud ANTUNES, 1982, p. 74).

Além de relacionar a importância da cooperação do proletariado com o Estado, Vargas faz crítica às lideranças estrangeiras como sendo perturbadores da ordem e que não tinham sentimentos de amor a pátria. Importante destacar que essa mesma burguesia industrial, que foi ocupando espaço nos aparelhos do Estado, no decorrer da década de 1930, teve papel “contrarrevolucionário” destacado entre 1930 e 1932.

Segundo Fausto (2009), a burguesia industrial de São Paulo opôs-se à Aliança Liberal e à candidatura de Vargas, apoiando abertamente a de Júlio Prestes.

Mal esboçada a disputa, as principais associações industriais de São Paulo lançavam um manifesto, com data de 30 de Julho de 1929, publicado com grande destaque na primeira página do Correio Paulistano, apoiando a candidatura Júlio Prestes. O documento era assinado, sem designação de nomes, pelo Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, Centro dos industriais de Fiação e Tecelagem, Centro das Indústrias de Papelão, Centro do Comércio e Indústria de Madeiras de São Paulo, Centro dos industriais de Papel do Estado de São Paulo, União dos Fabricantes Nacionais de Papel, Associação dos Industriais e Comerciantes Gráficos, Centro dos Industriais de Calçados de São Paulo (FAUSTO, 2009, p. 45-46).

Fausto (2009) observa ainda que, além do empenho dos industriais paulistas na eleição de 1929, estes tiveram papel destacado no movimento constitucionalista, demonstrando a oposição declarada a Vargas:

O episódio revolucionário de 1932 revela, por sua vez, o ajustamento da indústria paulista, ao lado das demais forças que se opuseram ao governo nascido da revolução. Na primeira quinzena de junho daquele ano, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo convocou os sócios da entidade para ouvir comunicações oficiais de Altino Arantes e Francisco Morato, que tinham importantes problemas por expor aos industriais, decidindo-se na reunião manter apoio moral e financeiro à Frente Única Paulista [...] O comportamento do ideólogo mais lúcido da industrialização, que sempre expressou muito mais os interesses de conjunto do setor do que esta ou aquela reivindicação específica, é exemplar, pois não indica discordância alguma com a atitude de frieza ou mesmo de oposição da grande indústria de São Paulo e do Distrito Federal com relação à Revolução de 1930 (FAUSTO, 2009, p. 48).

Roberto Simonsen foi um dos principais articuladores da campanha de Julio Prestes, publicamente posicionou-se contra a revolução de 1930 e, com a deflagração do movimento constitucionalista de 1932⁸, além de apoiador, foi nomeado para várias funções, o que significava o apoio da FIESP (Federação das indústrias do Estado de São Paulo), pois era o presidente dessa organização empresarial.

Ao ser deflagrado o movimento de 1932, Simonsen – presidente em exercício da FIESP – foi nomeado para vários cargos, entre eles, o de presidente dos Serviços de Cadastro e Mobilização Industrial, órgão que realizou um considerável esforço de guerra e de

⁸ A 9 de julho de 1932, estourou em São Paulo a revolução contra o governo federal. O esperado apoio do Rio Grande do Sul e de Minas não veio. O interventor gaúcho, Flores da Cunha, que hesitava, decidiu apoiar Getúlio e enviar tropas contra São Paulo. Houve apenas uma rebelião no Sul, logo derrotada. Em Mato Grosso, o general Bertoldo Klinger envolveu-se na articulação revolucionária, prometendo uma significativa ajuda em homens e munição. Mas chegou a São Paulo com apenas algumas centenas de soldados, assumindo o comando das operações militares a partir de 12 de julho. O movimento de 1932 uniu diferentes setores sociais, da cafeicultura à classe média, passando pelos industriais. Só a classe operária organizada, que se lançara em algumas greves importantes no primeiro semestre daquele ano, ficou à margem dos acontecimentos. A luta pela constitucionalização do país, os temas da autonomia e da superioridade de São Paulo diante dos demais Estados eletrizaram boa parte da população paulista (FAUSTO, 2009, p. 346).

organização da produção durante os meses de revolta. No fim do movimento recebeu um voto de louvor por sua atividade, em sessão da Federação das Indústrias, ocasião em que Otávio Pupo Nogueira – velho articulador dos industriais – referiu-se a Simonsen como pessoa “a quem os paulistas devem muitos dos trabalhos da retaguarda da Campanha Constitucionalista em que São Paulo se tem empenhado (FAUSTO, 2009, p. 49).

Após o fracasso do movimento, preocupado com possíveis represálias do governo federal, Simonsen, autoexilou-se em Buenos Aires (Argentina), não ficando muito tempo por aquelas terras, retornando algum tempo depois e articulando com os industriais paulistas sua candidatura a Deputado Federal, “[...] como representante dos industriais, nas eleições para a Assembleia Constituinte convocada por Getúlio em 03 de maio do ano seguinte” (MÜLLER, 2009, p. 91). No entanto, com toda sua história de oposição a Vargas, isto não foi empecilho para que ocorresse uma aproximação deles sob o Estado Novo:

[...] quando Getúlio suspendeu as eleições que estavam por vir e se declarou ditador de um “Estado Novo”, a afinidade com os homens-fortes do governo o levou a ser indicado para o Conselho Federal para o Comércio Exterior, inaugurando seu novo status como membro atuante do governo. Na época, Simonsen estava em evidência não só pelo seu trabalho e livros lançados, mas por ter participado de acalorados debates com o também engenheiro Eugênio Gudín, travando ambos, intenso duelo de ideias sobre a questão da interferência do Estado na Economia e na Educação (MÜLLER, 2009, p. 139).

Na verdade, ocorre uma contradição clara, por parte dos industriais paulistas, que não se reconheciam na Aliança Liberal, muito menos na política do Governo Vargas, contrapondo-se a ele, no movimento constitucionalista de 1932⁹. Entendemos ser contraditória a posição de setores da indústria paulista, pois Júlio Prestes estava defendendo os interesses dos grandes grupos de cafeicultores do país, era do Partido Republicano Paulista, filho e membro da oligarquia rural, justamente aquela que não queria mudanças na sociedade. Também não entendemos porque o Jornal o Estado de São Paulo apóia Vargas, já que os interesses deste jornal, estava na defesa também da oligarquia. Vargas irá via a Aliança Liberal apresentar plataforma de apoio a industrialização nacional, que era a mesma defesa de Simonsen, que apoio a candidatura de um oligarca.

⁹ “[...] O episódio da Revolução de 1932 evidenciou as tensões havidas entre o papel desempenhado por São Paulo na construção da nação e suas aspirações frustradas com a Revolução de 1930. A memória estabelecida desde então somente parcialmente guarda correspondência com o complexo quadro político e social que culminou com a guerra civil. O mito da ‘excepcionalidade paulista’, calcado em sua constituição racial e sócio-cultural diferenciada – idéia delineadora de uma identidade regional comum a muitos daqueles que lutaram em 1932 – ainda persiste informando o imaginário social paulista, a despeito da desconstrução a que se tem dedicado a historiografia nos últimos anos” (SANTOS; MOTA, 2010, p. 10).

Nesse processo de transição pelo “alto” ocorrido em 1930, “[...] houve a exclusão de qualquer participação operária na direção econômica, social ou política do país, a luta pela autonomia e preservação dos sindicatos ganhou um aspecto particularmente importante na luta da classe operária pelo atendimento de suas necessidades e de seus interesses de classe (ANTUNES, 1982, p. 82).

Se Vargas implementa políticas em prol da industrialização¹⁰, ao mesmo tempo vai introduzindo políticas de cooptação dos trabalhadores, porém de forte repressão aos seus movimentos liderados pelos anarquistas e comunistas. Com essas medidas, buscava criar políticas que visassem tal cooptação, intensificando também o discurso ideológico de uma sociedade harmônica, sem classes, na qual todos estariam do mesmo lado, não existindo patrões e operários, mas empregados e empregadores (GIANOTTI, 2007, p. 131). Este autor nos informa ainda que a proposta de um novo sindicalismo defendida por Vargas significava que eles “deveriam defender a conciliação de classes e zelar pela harmonia de interesses entre capital e trabalho. As ideias-chave passarão a ser ‘colaboração de classe’ e ‘paz social’. Não haveria mais lutas. O Estado seria o pai de todos” (GIANOTTI, 2007, p. 131).

Segundo ainda Gianotti (2007) os empresários buscavam diversos métodos para controlar a classe trabalhadora, cooptando, reprimindo e explorando trabalhadores estrangeiros, mas ele constata que, com Vargas, o projeto burguês de controlar os trabalhadores, ganha força e sustentação do Estado. “[...] Ao mesmo tempo, queriam controlar o movimento operário, através da repressão e da cooptação. Defendiam que a classe trabalhadora poderia participar do desenvolvimento da nação, mas sempre, evidentemente, de maneira controlada” (GIANOTTI, 2007, p. 91).

As análises de Tenca (2006, p. 41), quanto ao Governo Vargas e sua relação com os industriais, informa-nos que os industriais conquistam espaço no interior do Estado, fortalecendo-se. “As teses referentes aos princípios da [...] racionalização do trabalho, reforçando o caráter ‘científico’ da ‘nova’ administração que, segundo os seus mais fiéis defensores, transformava a atividade estatal em ação conduzida por imperativos técnicos e não por interesses públicos” (TENCA, 2006, p. 41).

¹⁰ Torna-se fundamental informar que essa industrialização não ocorre por acaso ou “naturalmente”, sendo um processo do capitalismo em países “subordinados”, “subordinada aos interesses do capitalismo monopolista e, mais ainda, onde era ainda marcante a presença dos setores burgueses agrários, fortes ainda no aparelho do Estado (ANTUNES, 1982, p. 71).

Sistematizando os diversos pesquisadores citados entendem que o discurso ideológico tinha como objetivo construir uma sociedade harmônica, sem conflitos e com colaboração de todas as classes¹¹.

Entendemos que o discurso ideológico dos industriais ganha força na década de 1930¹². Se em alguns momentos utilizava-se a força, a violência¹³ para reprimir greves e protestos dos trabalhadores, em outros, vão se alterando as estratégias empresariais no sentido de cooptá-los para suas teses. Como demonstraremos nesta pesquisa, a partir de meados da década de 1920, começa a se estruturar uma proposta de educação profissional voltada para os trabalhadores brasileiros.

1.1 O Instituto de Organização Racional do Trabalho - IDORT

Entendemos ainda, assim como Weinstein (2000, p. 75), que a defesa entusiasmada pela “paz social” era ideológica, pois os industriais ligados ao IDORT viam que a proposta de organização racional do trabalho somente teria êxito se houvesse cooperação e contribuição dos servidores com as ideias dos industriais. A “questão social” não era “[...] um aspecto de pouca importância para os industriais adeptos da racionalização, uma vez que eles consideravam a paz social tanto um pré-requisito quanto uma consequência da implantação de seu projeto” (WEINSTEIN, 2000, p. 75).

Ao analisar essa mesma questão, Antonacci (1993) observa que os industriais ligados ao IDORT, desde a década de 1920, estavam realizando experiências advindas das ideias tayloristas no espaço fabril, mas que esses mesmos industriais defendiam que a racionalização

¹¹ Todos deveriam contribuir para esse projeto da classe dominante, que defendia a racionalização na sociedade e todos os setores da vida humana, o espaço fabril, o cotidiano das pessoas, o próprio Estado não deveria escapar das medidas salutaras da organização racional, já que isto significava a adoção de “método de técnica e organização, planejados para assegurar o mínimo de gastos, tanto de esforço como de material” (PICHELLI, 1997, p. 25).

¹² Os empresários brasileiros, nesse período, ganham forte aliado, que é o Estado varguista, que passa a formular “política sindical coibidora, controladora e que visou a sujeitar politicamente a classe operária à dominação do capital, através da dissolução de suas organizações independentes e, em função da resposta operária, do desenvolvimento da repressão policial, que, em determinados momentos, como em 1935, foi incontrolável” (ANTUNES, 1982, p. 73).

¹³ Com relação ao uso da força pública (polícia), dentre os defensores da organização científica do trabalho, nenhum empresário “[...] descartava o uso da força, na teoria ou na prática, como forma de reprimir a classe trabalhadora. Ao mesmo tempo em que preconizava a paz social, Simonsen e outros reconheciam que tal ‘paz’ seria conseguida, em alguns casos, pela intervenção da polícia” (WEINSTEIN, 2000, p. 41).

deveria ser para toda a sociedade. É nesse sentido que a autora observa que o taylorismo extrapolou o espaço fabril e articulou-se

[...] a vários interesses e movimentos de controle social, entretecendo práticas e discursos que se pautavam por retirar dos trabalhadores e outros sujeitos sociais a capacidade de decidir e trilhar caminhos próprios, ao expropriá-los de seus saberes, aspirações, proposições e fixar-lhes conhecimentos, organizações, necessidades e capacidades codificadas pela racionalidade de nova ordem social. A ordem corporativista, edificada e operacionalizada por meios e designações técnicas, sentenciando lugares e atividades, derivou de alterações na forma de autoridade e exercício do poder, que colocam em relevo as questões políticas inerentes ao taylorismo e possibilitam ter presente que suas práticas, nos mundos do trabalho, marcaram o advento desse modo de organização da vida social e estatal (ANTONACCI, 1993, p. 25).

Essa mesma autora observa que as ideias de Fayol¹⁴ foram também muito valorizadas pelos membros do IDORT; desse modo, constituíram e encontraram ressonância na

[...] lógica totalitária latente em São Paulo, na década de 30, fundamentaram as atividades do IDORT, no seu empenho em absorver e responder aos entraves à racionalização, numa perspectiva de que não só o trabalho, mas a sociedade [...] é organizável, passível e sujeita a intervenções de técnicos. Trabalho e sociedade são moldáveis e administráveis, de acordo com determinados e específicos interesses: foram o raciocínio e o procedimento da razão vitoriosa, organizada no IDORT pela burguesia industrial paulista (ANTONACCI, 1993, p. 31).

No período entre 1920/1930, a classe trabalhadora, sob influência dos movimentos anarquista¹⁵, socialista, comunistas¹⁶ e reformistas¹⁷ alarmavam a burguesia nacional, em

¹⁴ Henri Fayol nasceu em 1841, em Constantinopla (hoje Istambul), na Turquia. Aos dezessete anos, foi para a França, concluindo nesse país o curso de engenheiro de minas. Embora engenheiro, Fayol era mais um administrador de cúpula, preocupado em estabelecer os princípios da boa administração, do que propriamente um técnico (HELOANI, 2003, p. 61).

¹⁵ Entendemos, assim como Antunes (1982, p. 103) que os anarco-sindicalistas constituíam força significativa no meio operário até meados da década de 1930, “[...] porém, pesquisa efetuada nas categorias mais significativas do operariado em São Paulo mostrou que não é verdadeira a afirmativa segundo a qual os anarco-sindicalistas eram uma força secundária no início dos anos 30; ao contrário, pelo menos até 1934, eles ainda constituíam força significativa em termos de penetração no movimento sindical”.

¹⁶ “Ao entrarem em cena, os comunistas procuraram se firmar como a nova vanguarda operária, recrutaram muitos de seus quadros entre velhos militantes anarquistas e socialistas e investiram na organização por ramos industriais e na criação de uma confederação geral de trabalhadores. Sua gradativa influência no meio sindical foi acompanhada por uma tentativa deliberada de ingressar na política e pela intenção de subordinar a luta sindical às suas diretrizes partidárias. Mas também os comunistas sofreram as consequências das derrotas acumuladas pelo movimento operário e tiveram que esperar muito tempo para ocupar seu lugar no cenário nacional” (OLIVEIRA, 2002, p. 24).

¹⁷ Todas essas correntes políticas, “[...] em algum momento, reivindicaram melhores condições de vida e trabalho, e almejavam, por razões ideológicas ou conjunturais, certas normas de proteção social e a intermediação pública dos conflitos trabalhistas” (OLIVEIRA, 2002, p. 12).

decorrência do seu alto grau de organização, mobilização e enfrentamento. Nesse sentido é que diversas alternativas para barrar esses movimentos, são buscadas pelas elites, via leis de expulsão do país, repressão, cooptação e também educação profissional, com o objetivo de adestrar, orientar e disciplinar os trabalhadores.

Mas quem era e como era formado este proletariado? Segundo análise de Ruy (2010, p. 34),

O proletariado brasileiro era formado também por trabalhadores da construção civil, ferroviários, estivadores, portuários, mineiros e trabalhadores domésticos, alcançando assim cerca de 1,5 milhão de pessoas. Com forte presença em pequenas oficinas de caráter artesanal ou manufatureiro, trabalhando muitas vezes lado a lado com seus patrões, esse proletariado ainda não havia sofrido o completo despojamento das ferramentas e dos meios de trabalho e não se constituía ainda, por isso, plenamente em uma classe de trabalhadores assalariados típica do modo de produção capitalista. Tinha ainda forte influência artesã, e seus extratos inferiores eram ocupados por ex-escravos, uma reserva de mão-de-obra que muitas vezes era mobilizada, durante as greves, pelos industriais, para ocupar os lugares dos grevistas.

Entendemos que sob o Estado Novo, a burguesia industrial, visualiza seus interesses concretizados, pois os trabalhadores e movimentos sociais “indesejáveis” são tratados com repressão pelo Estado. O mesmo:

[...] prende, tortura, assassina todo aquele que se levanta em seu caminho, seja qual for sua orientação política. As liberdades civis são malbaratadas; priva de seus direitos políticos milhares de operários, camponeses, empregados, intelectuais e membros de profissões liberais. Usa-se uma legislação repressiva brutal; as greves e reuniões são dissolvidas pela força; os direitos políticos suspensos sob a falsa premissa de proteção, outrora antianarquista, hoje anticomunista (LINHARES, 1977, p. 19).

Se observarmos o discurso dos industriais na revista do IDORT (1932, p. 6), constatamos que os trabalhadores “insatisfeitos” eram considerados membros doentes de um corpo e perturbadores de uma ordem social, pois estavam em desarmonia com o todo. “[...] no organismo social esse absurdo é tentado de várias formas e as chamadas lutas de classe não são mais do que uma luta de órgãos que pretendem dirigir o organismo, isto é, fígados e estômagos que pretendem ser cérebros, de vez em quando” (REVISTA IDORT, 1932, p. 6).

Destacamos também, nesse tópico, que, além da preocupação com os “baderneiros”, a elite paulista via na educação e na educação profissional, uma forma de amenizar a questão social, evitar ou diminuir o crescimento da violência urbana, conforme aponta Müller (2009, p. 17):

Com o rápido crescimento das cidades, a paz social estava comprometida por problemas decorrentes da urbanização, como o aumento no número de ocorrências criminais, de desempregados e de pessoas nas ruas. Portanto, urgia criar cursos profissionalizantes para despertar nos filhos da classe trabalhadora os 'hábitos de trabalho profícuo', tornando-os 'úteis a nação' o que, em última análise, nada mais é que uma forma de assegurar a tranquilidade das elites, afastando os ociosos do mundo do crime, oferecendo-lhes o trabalho indesejado que poucos escolheriam executar. A educação, nesse contexto, passa a ser vista como a defensora da ordem social, a responsável por impedir o perigo iminente representado pelas massas inoperantes (MÜLLER, 2009, p. 17).

A partir do discurso proferido por Wenceslau Brás (1914-1918) no Senado, em que defende a implantação de escolas por todo o país, como forma de diminuir a violência, o crime e a vagabundagem, fica explícito que a educação profissional também era vista como projeto para adestrar as classes perigosas.

A criminalidade aumenta; a vagabundagem campeia; o alcoolismo ceifa, cada vez mais, maior número de infelizes, porque, em regra, não tendo as pobres vítimas um caráter bem formado e nem preparo para superar as dificuldades da existência, tornam-se vencidos em plena mocidade e se atiram à embriaguez e ao crime (FONSECA apud MÜLLER, 2009, p. 187).

Constatamos que o movimento da burguesia industrial para desqualificar ou mesmo menosprezar os trabalhadores vinha de todos os lados, pois, além de considerá-los uma classe perigosa, que precisava ser educada, preparada para se tornarem cidadãos, eram vistos também, como uma doença para a sociedade, comparando-os ainda a órgãos inferiores como o estômago, dando a entender que o cérebro é a classe dominante e que, mesmo assim, sendo inferiores, estes trabalhadores ligados às ideias anarquistas, socialistas e comunistas julgavam-se na condição de dirigir o organismo social, de vez em quando, querendo ser cérebros, como se no organismo social cada um nascesse com seu destino.

Se por um lado observamos o fortalecimento da burguesia industrial nesse período, não devemos concluir que ela teria uma concepção totalmente nacional. Nesse sentido, concordamos com as conclusões de Buonicore (2009, p. 130-131):

O processo de crescimento da burguesia industrial e o surgimento da consciência de seus interesses não nos devem levar à falsa conclusão de que ela teria se transformado naquilo que no interior do marxismo-leninismo se chamou 'burguesia nacional'. O seu projeto não se contrapunha ao latifúndio e nem ao imperialismo. As próprias condições históricas em que ela se formou, marcadas pelo crescimento da luta pelo socialismo,

empurraram-na para uma política de compromisso com o latifúndio e de submissão ao imperialismo. Não houve no Brasil qualquer possibilidade de se forjar uma unidade entre burguesia industrial e o proletariado em torno de um projeto de desenvolvimento econômico capitalista autônomo. As tentativas feitas através do Estado na chamada era Vargas (1930-1964) foram duramente rejeitadas por ela.

1.2 O controle fora do chão da fábrica

Entendemos que o discurso empresarial, visando a cooptação dos trabalhadores, era de cunho político, ideológico e de pressão no interior do espaço fabril, pois, além da exploração imposta à classe trabalhadora, o controle¹⁸ no espaço de trabalho era cada vez mais rígido e, como se não bastasse isso, os empresários passaram a criar métodos¹⁹ buscando controlar a vida dos operários fora das fábricas.

Houve agravamento da questão social, pós-guerra, com o aumento do desemprego e miséria. Em paralelo a isso estavam os protestos dos trabalhadores, que denunciavam a exploração no local de trabalho. Era essa forma

[...] de expressão dos operários de São Paulo, que começavam a se organizar sob a égide do anarquismo, dominante nas organizações operárias espanholas e italianas, origem dos principais líderes sindicais paulistanos. Distúrbios nas ruas: essa estratégia anarquista buscava disseminar os ideais libertários de uma sociedade sem Deus, patrões ou Estado. Para isso, propunham ações diretas – greves, boicotes, ocupações. Nas fábricas, organizando grêmios e sindicatos, lutavam contra o autoritarismo dos patrões, contra as jornadas de trabalho de quinze horas, a larga utilização do trabalho infantil e feminino, os baixos salários. Em 1917, uma greve geral convocada pelas associações e ligas anarquistas chegou a paralisar 50 mil trabalhadores. Nos bairros populares, no interior da luta contra a carestia, os anarquistas propunham “ligas de inquilinos” movimentos de boicote total ou parcial ao pagamento dos aluguéis. Em São Paulo nos anos de 1913 e 1914 e novamente em 1919 e 1920, foram organizadas associações de inquilinos por quarteirão ou bairro com o objetivo de mobilizar os moradores para boicotes a pagamento de aluguel, mas, sobretudo, para propagandear as idéias anarquistas entre trabalhadores descontentes e lograr engrossar as manifestações de rua (ROLNIK, 1997, p. 154).

¹⁸ Ficava cada dia mais explícito entre intelectuais, industriais e defensores da racionalização do trabalho que a “única maneira de aumentar o controle sobre o processo de trabalho era a simplificação das tarefas e a ‘desqualificação’ da força de trabalho, que iria permitir a rápida substituição dos trabalhadores não-especializados e combativos, que recebiam altos salários, por trabalhadores não especializados” (WEINSTEIN, 2000, p. 36).

¹⁹ Simonsen elaborará métodos racionais de trabalho a partir das experiências pioneiras desenvolvidas em sua empresa (Companhia Construtora de Santos). “Os relatórios anuais que Simonsen preparava, a partir de 1916, refletem uma tentativa sistemática e consciente de aplicar métodos racionais de organização a toda a empresa, de desenvolver novas formas de relações de trabalho, como a criação de comissões de trabalhadores e gerentes para negociar as disputas” (WEINSTEIN, 2000, p. 35).

Qual era a resposta de Washington Luís, prefeito de São Paulo entre os anos de 1914 a 1919 e filiado ao Partido Republicano Paulista (PRP), para esta questão social?

A resposta que o PRP apresentava à nova realidade política da cidade era a repressão e o reforço às fraudes e impedimentos para a ampliação da participação política. A célebre expressão de Washington Luís, prefeito de São Paulo de 1914 a 1919, governador do Estado de 1920 a 1924 e o último presidente da era PRP, de 1926 a 1929 – “a questão social é um caso de polícia” – definia o tom conservador e repressivo do republicanismo paulista. Aliando-se às novas classes dominantes ligadas à indústria e associadas ao capital estrangeiro, o PRP respondia à questão social com prisões, deportações e ocupação do espaço público com forte esquema militar e policial (ROLNIK, 1997, p. 155).

Uma das primeiras experiências para controlar o operário fora das fábricas, deu-se com a construção de vilas operárias, conforme nos informa Teixeira (1990, p. 73-74):

O industrial, ao construir a vila operária, não estava resolvendo apenas um problema habitacional, estava construindo ainda um elemento de pressão junto ao operariado, capaz de atenuar os conflitos entre o capital e o trabalho, assegurando que sua produção não sofresse de continuidade pela ação dos movimentos grevistas. Isso significava dizer que o controle da moradia era um passo a mais em direção ao controle da mão-de-obra, controle esse que tendia a assumir uma nova roupagem mais “sutil” e eficiente. [...] A vila operária, ao mesmo tempo que dá ao empresário a garantia de uma mão-de-obra estável, facilita-lhe a imposição de um estilo de vida, através de um “código de conduta” que extrapola os limites da fábrica e alcança os trabalhadores em sua intimidade, em seu lar, em seu lazer, como um “novo campo de moralização e vigilância”.

Ao analisar as estratégias empresariais no início do século XX no Brasil, visando o controle dos operários para além dos muros das fábricas, Rago (1997, p. 177) entende que as construções das vilas operárias tinham mais objetivos de controlar os hábitos e passos dos operários do que lhes proporcionar de fato dignidade em morar. Essa autora nos informa que os códigos de condutas eram rígidos e, para os operários garantirem seus empregos nas fábricas, não poderiam infringir o que era definido pelos industriais sem nenhuma participação ou mesmo sugestão dos operários, ou seja, era um código disciplinar autoritário. Também foi uma forma de mascarar a relação entre operários e patrões, pois não existia mais a repressão, mas, ao mesmo tempo, o operário não poderia dar um “passo em falso” fora do código disciplinar. “[...] Através da imposição das vilas operárias, vilas punitivas e disciplinares, estabelece-se todo um código de condutas que persegue o trabalhador em todos os espaços de sociabilidade, do trabalho ao lazer” (RAGO, 1997, p. 177).

Para viabilizar esse controle, os industriais também criaram as “vilas-cidadelas”, que eram um “conjunto de moradias e agrupamentos coletivos edificados pelas próprias fábricas para seus operários” (ROLNIK, 1994, p. 100). Ao analisar tal situação, esta autora nos informa ainda que a cidadela

[...] é um bairro completo: casas, escola, creche, armazém, praça, campo de futebol, igreja, gerido pelo proprietário da indústria para seus operários. Nela, o tempo fora da fábrica também está sujeito às normas que imperam durante a jornada de trabalho. Quem mora na vila-cidadela deve ter um comportamento “em casa” e “na rua” tão disciplinado e organizado quanto o comportamento “na fábrica”. Isto é garantido por uma série de controles presentes nas cidadelas: obrigatoriedade de freqüentar a igreja, toque de recolher à noite, bailes vigiados. Além destes, evidentes, a própria identificação patrão/senhorio já significa maior controle sobre o trabalhador: a cessão da casa era apresentada como um privilégio para o operário, alcançado por este graças a um comportamento exemplar na produção, ou seja, regularidade, produtividade, dedicação e, sobretudo, submissão. Muitas vezes tinham o direito de morar na vila da fábrica as famílias que possuísem mais do que três membros trabalhando naquela indústria, o que estimulava a própria família a manter a autovigilância, já que comportamentos irregulares de qualquer um dos seus membros moradores-trabalhadores implicavam a perda da casa. Todas estas formas de controle nada mais fazem do que estabelecer uma vida coletiva heterônoma: o bairro popular dominado pela fábrica (ROLNIK, 1994, p. 100-101, grifos nossos).

Ou seja, buscavam-se diversas formas para controlar o trabalhador. Além das vilas-cidadela, muitos industriais criaram também a “vila higiênica”, que, segundo Rolnik (1994), diferenciava-se também do cortiço:

A vila, padrão popular proposto na legislação, se diferencia do cortiço por conter, no interior de cada unidade, as áreas de cozinhar, lavar, banhar e defecar. As unidades, ainda geminadas e dando para pátio ou corredor comum, possui mais de um cômodo. A vila tem, portanto, mais separações do que o cortiço. Além disto, as atividades que mais são coletivas e misturadas no cortiço passam a ocorrer nos fundos de cada casa, longe da vista dos vizinhos (ROLNIK, 1994, p. 100).

Essa autora observa que as intenções dos industriais em controlar os trabalhadores além fábricas não era questão fácil, pois os becos, pátios dos bairros populares, contribuía para que as pessoas conversassem dos problemas cotidianos e, nesse período, os anarquistas tinham forte atuação nos bairros, o que facilitava as mobilizações que rapidamente ganhavam as ruas. “[...] Nascidos nos becos e pátios dos bairros populares se convertiam em assembleias públicas, nos salões, esquinas, praças. Sair às ruas, paralisando e modificando a ordem reinante na cidade, era a estratégia de disseminação e articulação dos setores oprimidos e explorados proposta pelos anarquistas” (ROLNIK, 1994, p. 104).

Campos (1988) é outra autora que analisa o controle que os industriais procuravam impor aos trabalhadores para além muros das fábricas. Segundo essa autora:

[...] controle e disciplinarização ultrapassam o lócus fabril, invadindo a vida cotidiana, o espaço de vida privado das pessoas. Esta invasão total em todas as instâncias da vida humana visava, para além das simples adequações, estabelecer novos métodos de organização da produção, da racionalização do processo de trabalho. Tinha uma proposta que objetivava a construção de uma ética baseada na disciplina, uma estratégia de controle e de mecanismos que permitissem a transformação de idéias de uma classe em idéias dominantes da sociedade, fazendo com que certos valores e normas aparecessem dotados de universalidade. Para que este processo de introjeção se realizasse eficazmente havia que se fazer o enquadramento do indivíduo. Enquadrava-se também o tempo e o espaço do cotidiano familiar, as condutas, afetos e emoções. Mediante estas táticas, a vida privada dos indivíduos foi atrelada aos destinos de uma determinada classe social, a burguesia. O corpo, o sexo, os sentimentos conjugais, parentais e filiais passaram a ser utilizados como instrumentos de diferenciação e dominação (CAMPOS, 1988, p. 18).

A partir das considerações de Campos e Rolnik, torna-se importante afirmar que havia resistência de movimentos organizados, ora pelos anarquistas, ora pelos socialistas ou pelos comunistas que, a partir de organizações populares, buscavam a rua como forma de protestar, ou pelas condições de moradias, ou para condenar as ações truculentas do poder público, ou seja, o projeto racionalizador de sociedade gerou resistência dos subalternos.

Se por um lado os industriais faziam “choupanas”, isto é, pequenas casas em vilas operárias para “melhorar” a qualidade de vida dos que lá habitariam, por outro lado, o poder público ia criando leis para “enxotar” os pobres do centro da cidade de São Paulo, buscando, com isso, dar nova aparência para a mesma. Essa política do poder “público” deixava ainda mais os operários nas “mãos” dos industriais, pois, em vez de morarem na beira do “brejo”, poderiam morar nessas vilas, condições mais “dignas, desde que aceitassem as regras do “jogo”, dependiam apenas deles.

Era necessário e urgente “limpar” a área, higienizar o centro da cidade. Segundo Rolnik:

A primeira preocupação da legislação municipal, além de redesenhar as ruas centrais, foi eliminar estas formas de ocupação da área mais valorizada – o centro da cidade. Com a proibição da instalação de cortiços, casas de operários e cubículos, proibiu-se genericamente a presença de pobres no centro da cidade, que no momento em estudo era o principal objeto de investimentos através dos chamados ‘Planos de Melhoramentos da Capital’. Esse tipo de intervenção no território ‘popular’ complementava o projeto urbanístico municipal de construção de uma nova imagem pública para a cidade, aquela de um cenário limpo e ordenado que correspondia à respeitabilidade burguesa com a

qual a elite do café se identificava. [...] Doença, imoralidade e pobreza se enredaram numa trama maldita de tal modo que as condições de moradia precárias eram imediatamente associadas a imoralidade e a doenças, demarcando um território rejeitado na cultura urbanística da cidade (ROLNIK, 1997, p. 37 e 41).

Entendemos que, de fato, a proposta taylorista de não ficar apenas no espaço fabril foi se ampliando, penetrando rapidamente em atividades foras dos muros das fábricas, como bem nos sugerem Rago e Moreira (2003, p. 11):

[...] Em múltiplos campos da sociedade, no esporte ou no trabalho doméstico, procura-se obter o máximo de rendimento do tempo não raro obedecendo-se às regras e instruções ditadas por bulas e guias “científicos” de racionalização do agir, do sentir e do pensar. As bancas de jornais, tanto quanto os programas de televisão, estão hoje repletos destes manuais e receitas que pretendem ensinar como aproveitar bem o tempo, como fazer o seu dia render, como fazer muito mais exercícios num mesmo espaço de tempo etc.

Um dos principais industriais a criar toda uma estratégia de cooptação por meio das vilas operárias foi Jorge Street, brasileiro que iniciou suas atividades na área ainda no século XIX no Rio de Janeiro. Defendia uma aproximação dos patrões com os operários, acreditava que, diferente do fordismo, os industriais deveriam estabelecer uma relação paternalista com os operários, prestando-lhes assistência, incluindo aí moradia. Defendia que o industrial fosse como um pai, um conselheiro para com os operários ao contrário do que pregava Ford, que defendia que o empresário não poderia ser o tutor dos seus trabalhadores, mas apenas prover subsistência material, moral e intelectual. Tratava-se de uma visão paternalista defendida pelos industriais que se organizavam também via igreja católica.

Assim era o entendimento de Street:

[...] para o Brasil eu sempre discordei da tese (referindo-se a Henry Ford), pois conhecendo, como me prezava conhecer, a mentalidade e a cultura do nosso operariado, eu entendia que devíamos até melhores tempos, passar por um período intermediário, em que nós, patrões, servíssemos de conselheiros e guias, sem que ao meu ver isso constituísse uma teoria pesada ou inconveniente aos nossos auxiliares de trabalho (STREET, apud, TEIXEIRA, 1990, p. 80).

Se por um lado Street dava toda a assistência aos operários nas vilas, por outro, cobrava lealdade em momentos em que “pipocavam” greves em outras fábricas. Segundo Teixeira (1990, p. 83), esse industrial cobra-os publicamente, acreditando que não irão “trair” sua confiança. “[...] E afirmei ter a certeza de que nenhum dos nossos homens seria colhido nessas

lamentáveis desordens, guardando, todos, a honra da nossa fábrica que era também a honra de todos eles”.

Na verdade, Street captou muito cedo, bem antes que a maioria dos industriais, que valia mais a pena apostar na cooptação e assistencialismo do que no confronto com os operários, assim ele sempre se mostrou flexível para aceitar de vez em quando alguma “má conduta” dos seus operários, mas sempre cobrando fidelidade, lealdade e compromisso com a fábrica que lhes garantia lazer, saúde, escola e, acima de tudo, trabalho. Esse industrial não aposta na repressão do Estado aos trabalhadores, até porque, com o tempo, ele vai conhecendo o seu operário, conforme nos informa Teixeira (1990, p. 83-84): “[...] Ele conhece seu operariado, aglutina-o, persuadindo-o pessoalmente, conduzindo-o exatamente aonde quer chegar, ou seja, na ‘dissolução dos conflitos’”.

Era uma industrial “fino”, “educado” na sua relação com os seus operários, sempre “ajudando-os”, com visão assistencialista. Quando o “pau” cantava no “lombo” dos operários, com aquele mesmo cacetete democrático defendido por Simonsen, Street aparecia na cena fazendo discurso apaziguador. Era possível, segundo esse industrial, uma relação de fato harmoniosa entre todos. Todos irmanados por um novo Brasil. Não se trata aqui de sátira, mas mostrar que a proposta era de construir uma grande família, sendo que um dos primeiros pilares das vilas operárias era justamente a da Igreja, onde todos, patrões e operários, participavam e comungavam na mesma missa, ouvindo o mesmo sermão e sendo abençoados pelo mesmo padre. Em todas as vilas operárias das fábricas da Companhia Nacional de Tecidos de Juta (CNTJ), empresa pertencente a Street, a construção das igrejas era estratégica no plano de cooptação. A igreja também desempenhava um papel central neste processo, pois legitimava a prática dos industriais, além de justificar e defender as mesmas como sendo “positivas” para os trabalhadores.

A igreja fecha o círculo de empreendimentos que a CNTJ realizou na cidadela operária. Ao lado de um projeto de proporcionar ao trabalhador melhores condições de trabalho, dá assistência espiritual aos trabalhadores, sem que eles precisassem sair dos limites da vila operária. Constitui-se em elemento de controle patronal, introjetando a moral e os costumes burgueses no operariado, reafirmando a estratégia de despolitização do mundo fabril. O ensino religioso era ministrado no grupo escolar, sendo obrigatória a primeira comunhão e a missa aos domingos. [...] A primeira comunhão era cercada de atenção especial. A empresa fornecia gratuitamente vestuário, calçados, grinalda para as meninas, vela, terço e livro. E imprimia ao fato um clima de grande religiosidade (TEIXEIRA, 1990, p. 91).

Mas o projeto “audacioso” de Street não parava por aí. Além de toda a assistência social, “[...] creches, jardim-da-infância, escolas primárias, farmácia e armazém” e atendimento médico, também se investiu nas atividades de lazer para os moradores das vilas operárias, “[...] promovendo festas, bailes, jogos de futebol, concertos musicais, peças de teatro, etc”, demonstrando, assim, como este industrial era sutil na cooptação dos operários, passando a ser visto por muitos como um “pai”, aquele que “cuidava”, que estava sempre por perto, presente e preocupado com o bem estar dos seus trabalhadores. Teixeira (1990, p. 90) nos informa, em sua pesquisa sobre Street, que o futebol era fundamental para criar esse laço, essa relação “harmoniosa”. Conforme a fala de uma moradora da vila operária: “- Sempre teve aqui as festas juninas. Fazia o baile no campo de futebol... ficava assim de gente... as barraquinhas com pipoca, batata-doce, quentão e tinha brinquedos para as crianças”.

Uma entrevista realizada com uma senhora que viveu na vila Maria Zélia, citada por Teixeira (1990, p. 90), demonstra bem como eram estas festas patrocinadas pelo industrial. “[...] O jogo de futebol constituía lazer atrativo ao operariado e elemento de controle de força de trabalho; nada escapava ao domínio do empresário. O time Maria Zélia fez fama no meio operário, Street fornecia o uniforme. As “peladas” acompanhadas de música tornavam-se evento social”.

As ações de Street tinham o objetivo de estabelecer uma boa relação com seus operários, sem conflitos, criando um clima “cordial”, sem classes e antagonismos, na verdade, a vila Maria Zélia foi-se tornando a grande família empresário/operário, sendo Street o “pai” de todos. Tanto é que o maior evento na vila operária era organizado no final de cada ano, nas festas natalinas, criando uma relação próxima entre operário e patrão. Street organizava uma festa em sua própria casa, convidando seus operários, pois acreditava que “[...] abrir as portas de sua casa ao operariado, recebê-lo com festas, onde era servido por suas filhas, transmitia ao trabalhador a idéia de pertencer a uma grande família: excelente instrumento de cooptação” (TEIXEIRA, 1990, p. 89).

1.3 A burguesia organiza-se

Apontamos, em nosso trabalho, a organização dos trabalhadores vinculados a diversas correntes políticas nesse período estudado. Consideramos importante, também,

apresentarmos como se deu o processo de organização da burguesia, em diversos setores da produção capitalista. Entendemos que o crescimento das organizações operárias e os constantes embates e lutas por melhores condições de trabalho suscitaram a preocupação com a necessidade de se ter uma legislação social.

Ao sentir a força da classe operária, a burguesia procurou pela força, por leis pré-fabricadas, pelas prisões em massa, pelo terror, anular os movimentos operários e suas conquistas sociais, acabar com todas as liberdades, suspender os direitos constitucionais adquiridos e estabelecer o lema “ao proletário só dever – não direitos” (LINHARES, 1977, p. 16).

Assim como as organizações populares, sindicais e partidárias, as associações ligadas tanto à burguesia agrária, quanto à industrial e comercial articulam-se a partir dos seus interesses específicos.

Oliveira (2002, p. 25) informa-nos:

Até pelo menos 1870, esses setores estavam reunidos na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, fundada em 1827. Ela estava organizada como uma sociedade científica e órgão consultivo do governo, mas atuava também como um instrumento de pressão de grupos organizados, abrigando em seu interior grandes fazendeiros, comissários de café, exportadores e industriais, cujos interesses eram muitas vezes conflitantes, sobretudo em relação às políticas cambial e tarifária.

Esse mesmo autor demonstra o processo acelerado em que se deu a organização da burguesia em seus diversos setores da produção a partir dos seus interesses enquanto frações de classe. Vejamos:

Em 1870 surgiu, porém, o Clube da Lavoura e do Comércio, que passou a reunir as casas comissárias responsáveis pelo financiamento do café na região Sudeste. Em 1881 foi criada a Associação Industrial. Em 1880 surgiu o Centro Industrial, que sobreviveu apenas até 1892. Em 1902 foi criado o Centro de Indústrias de Fiação e Tecelagem de Algodão do Rio de Janeiro, a partir de uma cisão da Sociedade Auxiliadora. E em 1894 foi fundada a Associação Comercial de São Paulo. Com exceção desta última, todas as outras estavam sediadas na Capital Federal e eram mais ligadas aos interesses do empresariado carioca (OLIVEIRA, 2002, p. 26).

Entendemos que a preocupação dessa burguesia, em se organizar nos seus respectivos setores, dava-se por diversos motivos, principalmente para expandir suas atividades econômicas agroexportadora, enfrentar a crise econômica mundial, que afetava a economia local. Também se organizavam para combater a organização dos trabalhadores, ocupar espaço e ter poder de

pressão sobre o Estado, ou seja, estamos falando de um período de acirramento da luta de classes no Brasil. Em 1902, é fundada “a Sociedade Paulista de Agricultura, que passou a reunir agricultores e comissários. Dez anos depois, surgiu o Centro Agrícola Paulista. E, em 1919, foi criada a Sociedade Rural Brasileira, a partir de uma dissidência da cafeicultura paulista, que se tornou, na década seguinte, a mais importante associação rural paulista”. Em 1904, os industriais criam o Centro Industrial do Brasil (CIB)²⁰, que teve como seu primeiro presidente o Engenheiro militar Sezerdelo Correia, bem relacionado com os militares e com o governo (OLIVEIRA, 2002, p. 28).

Nesse período, começam a surgir divergências entre os industriais e, no ano de 1919, ocorre a primeira cisão no CIB, culminando com a saída dos industriais do algodão, que se organizam e fundam o Centro da Indústria de Fiação e Tecelagem do Algodão do Rio de Janeiro (CIERJ). Segundo ainda informações do pesquisador Oliveira (2002, p. 28), em 1928, ocorre cisão interna na Associação Comercial de São Paulo. Até aquele ano, os industriais e setores do comércio estavam juntos na mesma organização, ou seja, na Associação Comercial, mas também em virtude do crescimento da indústria no Estado de São Paulo, surgem divergências de encaminhamentos da Associação, e os industriais fundam o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP)²¹ em período de “grande turbulência econômica, social e política”. Esta organização industrial surge, “para defender de maneira mais incisiva os interesses dos industriais paulistas” (SENAI, 1991. p. 72).

Nesse mesmo período, ocorre também a organização de novas associações regionais e por setor, como a constituição do Centro Industrial de Juiz de Fora (CIJF) em 1926. Em 1930, os industriais gaúchos criam o Centro das Indústrias Fabris do Rio Grande do Sul (CIFRS). A partir dessas informações, percebemos que as frações de classe burguesa estavam se articulando e se mobilizando pelo país. Esse movimento tinha seus objetivos e estratégias, sendo que uma das

²⁰ “O CIB representou o primeiro passo com a finalidade de organizar uma entidade de classe da indústria de caráter mais duradouro, sem qualquer interferência estatal. Ele surgiu a partir da fusão da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional com o Centro de Indústrias de Fiação e Tecelagem do Algodão do Rio de Janeiro e sobreviveu até 1931, quando foi promulgada uma nova lei de sindicalização. A partir daí, o CIB deu lugar à Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJ), reconhecida oficialmente pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio” (OLIVEIRA, 2002, p. 26).

²¹ “Faziam parte da primeira diretoria do CIESP, entre outros, Jorge Street (juta), Roberto Simonsen (cerâmica), Horácio Lafer (papel), José Ermínio de Moraes (têxtil), Antonio Devisate (calçados), Basílio Jafet (têxtil), Pissoti Gamba (têxtil), Francisco Matarazzo Jr. (têxtil, alimentos e outros), Carlos Von Bullow (bebidas) e Alfredo Weiszflog (papel e gráfica) (OLIVEIRA, 2002, p. 28).

questões que despertaram os industriais foi o poder de mobilização e enfrentamento da classe trabalhadora.

Ao desenvolver importante pesquisa sobre os industriais nesse período, Leme (1978, p. 10) também compreende que uma das grandes justificativas para a organização e mobilização dos industriais foi a necessidade de enfrentar a organização dos trabalhadores:

No transcorrer da década de 1920, o patronato aumenta o número das suas organizações por setor. A formação de uma entidade de classe industrial geralmente visava à defesa dos interesses econômicos mais imediatos do setor industrial nela congregado. Entretanto, a necessidade de união do empresariado frente aos operários em greve é outro motivo forte de que resulta a criação de muitas associações patronais. Possuindo o proletariado organização em entidades de classe superior à do patronato, este é impulsionado, nos momentos de greve, a se organizar também, para poder lidar com as associações proletárias (LEME, 1978, p. 10).

Outro ponto de destaque foi a crise econômica dos anos 20, que obrigou a burguesia a fazer investimentos nos diversos setores da produção, buscando com isso melhorar a exportação e disputa no mercado interno e externo. Outro fator importante que devemos destacar é a disputa cada vez mais acirrada para ocupar espaços na máquina estatal.

O fortalecimento dos industriais paulistas nessa década e sua contribuição para o desenvolvimento da indústria no país permitiu a criação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) no ano de 1931. Leme informa-nos como se constituiu a primeira diretoria dessa Federação:

O primeiro presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo é Luiz Alves Pereira, representante das Estradas de Ferro. Horácio Láfer é o segundo secretário; Roberto Simonsen, como representante dos bancos, é o Presidente do Conselho Consultivo, além de vice-presidente da diretoria geral; o Conde Siciliano, ligado à metalurgia, é o secretário do Conselho. A representação dos diferentes setores industriais acha-se garantida na distribuição dos diversos cargos de direção: tecidos, papel, calçados, metalurgia, alimentação, produtos químicos, etc. (LEME, 1978, p. 20).

Percebemos o grau de organização dos industriais, que, em pouco tempo, passam a contar com a Confederação Industrial do Brasil, fundada simbolicamente em 1933, pois não tinha ainda as condições exigidas pela lei para que fosse reconhecida oficialmente. A sua criação só se dá de fato em 1938, composta no início, segundo Leme (1978, p. 22), pelas Federações de:

São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Já em 1940, congrega também a Federação Industrial de Pernambuco, fundada após 1938. Posteriormente, ainda, é fundada a Federação das Indústrias do Estado do Paraná. Euvaldo Lodi – que é o primeiro presidente da Confederação Nacional da Indústria – destaca-se como o grande artífice responsável pela criação da entidade, que é a concretização de uma aspiração longamente almejada pelos industriais. O fato é ressaltado por Roberto Simonsen, em discurso proferido no banquete oferecido pelas classes produtoras a Euvaldo Lodi, por motivo de reconhecimento oficial da Confederação Nacional da Indústria (LEME, 1978, p. 22).

Lembramos que, em 1931, os industriais paulistas criam o IDORT, que passa a ser referência na articulação, sistematização e divulgação das ideias do empresariado industrial nacional.

1.4 A luta pela hegemonia: a resistência operária

As transformações do trabalho no Brasil não ocorrem de forma pacífica, aceitável ou mesmo com a submissão dos trabalhadores. O surgimento das indústrias, a concentração cada vez maior de habitantes nas maiores cidades do país, os crescentes problemas sociais (falta de moradia e de trabalho, saúde pública precária) e as péssimas condições de trabalho, mais a intensa exploração da força de trabalho no espaço fabril, contribuíram para que os trabalhadores organizassem movimentos contestatórios, grevistas, pelos principais centros urbanos do país.

Expusemos, no início deste capítulo, particularidades do capitalismo no Brasil em relação ao Europeu. Consideramos importante destacar também que em um país de:

[...] capitalismo hipertardio, onde o verdadeiro capitalismo, em sua configuração industrial, praticamente iniciava o seu processo de consolidação, dessa situação é decorrente uma classe operária que, apesar de ter atingido a fase última do seu processo de formação – o trabalhador da indústria mecanizada – deveria ainda expandir-se quantitativa e qualitativamente, aumentando o seu contingente na medida em que o parque industrial desenvolvesse com mais vigor seus departamentos. Ao nascer nas condições objetivamente favoráveis ao seu desenvolvimento, a classe operária brasileira teve um processo de formação distinto do proletariado europeu e sua incompletude verifica-se pela sua incapacidade em transitar o em si ao para si (ANTUNES, 1982, p. 58).

Com relação às condições de trabalho no chão das fábricas, Oliveira (2002, p. 17) observa, a partir da sua pesquisa, que:

[...] não havia as mínimas condições de higiene e segurança, especialmente nas pequenas fábricas, instaladas em locais improvisados e insalubres, sem ventilação, iluminação ou proteção adequada das máquinas, o que era causa de inúmeros acidentes. Nos locais de trabalho vigoravam os regulamentos internos, que estabeleciam as normas sobre jornada de trabalho, valor dos salários, idade de admissão de menores, multas por atrasos, conversas e pequenos erros cometidos na produção. Não se previa o pagamento de horas extras, descanso semanal, férias ou licença para tratamento de saúde, e as poucas normas de proteção ao trabalhador eram desconhecidas ou simplesmente desrespeitadas (OLIVEIRA, 2002, p. 17).

As condições de trabalho na indústria no início do século XX no Brasil eram alarmantes. Dando sequência à sua análise sobre tais condições, Oliveira (2002, p. 17) nos informa que elas estavam impregnadas:

[...] pelos padrões herdados da escravidão, que se mantiveram mesmo depois de algumas décadas de abolição do trabalho escravo. Qualquer reclamação por parte dos trabalhadores podia ser considerada um desacato à autoridade patronal, as mulheres sofriam constantes assédios de seus superiores e era comum a aplicação de castigos corporais para os menores aprendizes. Além disso, os patrões podiam contar com a colaboração das forças policiais para conter eventuais conflitos trabalhistas e manter seu poder discricionário no interior das empresas (OLIVEIRA, 2002, p. 17).

Ao analisar estas condições de trabalho dos operários, Segatto (1989, p. 19) nos informa que as condições de vida e trabalho do proletariado, em seu período de formação, eram bastante difíceis, com a jornada de trabalho, em muitos casos, chegando a treze, catorze e até quinze horas por dia, não tendo direito a descanso semanal remunerado, aos domingos e feriados, nem às férias anuais; não havia contrato de trabalho: os operários eram admitidos e demitidos verbalmente, sem qualquer tipo de indenização. O capitalista não tinha qualquer obrigação em caso de doença do trabalhador, mesmo em se tratando de acidente de trabalho ou de doença profissional. Os salários eram baixos, fazendo com que o nível de vida dos trabalhadores fosse precário, o que resultava em subnutrição, más condições de moradia, etc. Além dos baixos salários, o custo de vida era alto, os alugueis caros, obrigando ao trabalho as mulheres e crianças, o que acarretava, conseqüentemente, na abundância de mão de obra, no desemprego e na queda dos salários.

Weinstein (2000, p. 72) informa-nos sobre as greves ocorridas no Rio e São Paulo. Essa autora entende ainda que as primeiras grandes greves no Brasil ocorreram no início do século XX, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. “[...] Em 1906, São Paulo foi cenário de

uma prolongada greve de ferroviários, e no ano seguinte houve a primeira tentativa de greve geral. Exigindo jornada de trabalho de oito horas, os metalúrgicos abandonaram o trabalho, sendo seguidos pelos operários da construção, das fábricas de calçados, das indústrias têxteis”.

Nessas duas questões, o governo do Estado interveio, dissolvendo as manifestações, garantindo o movimento dos trens e reprimindo violentamente as associações operárias.

Rago também desenvolve análise, observando as lutas dos trabalhadores nesse período. Para ela, no início do século XX, muitas foram as lutas dos trabalhadores²², que não se curvaram à exploração no chão da fábrica. A luta dos libertários, buscando construir uma nova sociabilidade, foram muitas. Nos anos de 1918 a 1922, por exemplo, os operários radicalizaram, de modo que suas lutas “[...] travadas contra a organização capitalista do processo produtivo aponta para a proposta anarquista de autogestão da produção”. Os anarco-sindicalistas “sonhavam” com o controle da fábrica pelos operários, desejo que acompanhava as estratégias de luta e resistência “efetivadas no cotidiano da produção” (RAGO, 1997, p. 18).

Sader (1980), também observa a capacidade de organização e mobilização dos trabalhadores:

Muitas greves, protestos e mobilizações populares ocorrem no início do século XX no Brasil, geralmente contestando contra as condições de trabalho, de moradia, redução jornada e contra novas formas de organização do trabalho. O período que vai de 1903 até 1909 é marcado por um ascenso de greves e mobilizações. Em 1903, uma grande greve dos carroceiros abala a capital do país. Em 1905, ocorre uma grande greve de ferroviários paulistas e outra dos trabalhadores do porto de Santos. [...] Nesse clima realiza-se o 1º Congresso Operário [...] que será seguido por uma extensão de greves e manifestações importantes (SADER, 1980, p. 18).

Em 1917, ocorre rápido fortalecimento do movimento operário, quando uma grande fábrica de tecelagem decreta o prolongamento da jornada noturna, causando indignação e revolta dos operários:

Como resposta seus operários entram em greve, exigindo aumento de salários, abolição de multas, regulamentação do trabalho da mulher e do menor, etc. Dias depois, outra tecelagem paralisa-se e, quando suas reivindicações são satisfeitas, os operários voltam ao trabalho mas decidindo aportar ajuda material aos grevistas. Nos primeiros dias de

²² Consideramos importante anotar a importância da imprensa operária neste período, pois ela fazia o contraponto com a imprensa burguesa, divulgando ações e mobilizações operárias. “Os jornais de tendência anarquista, anarco-sindicalista, comunista, ou jornais de sindicatos, dos pequenos grupos socialistas ou antifascistas, eram parte integrante do cotidiano da cidade e do ponto de vista de como os trabalhadores viam seus problemas. No período, o semanário católico do Centro Operário Católico Metropolitano O Operário via em alguns desses jornais fonte de perigosa agitação no meio operário” (GUZZO DECCA, 1987, p. 97).

Julho são apenas duas empresas que continuam em greve, mas quando uma intervenção da força pública resulta na morte de um jovem anarquista, provoca uma extensão inusitada do movimento. No enterro estarão cerca de 10 mil pessoas, que percorrerão as ruas de São Paulo e logo iniciarão atos de violência. Nos 3 dias seguintes a greve se generaliza, paralisando não somente as manufaturas mas ainda os transportes urbanos e as ferrovias (SADER, 1980, p. 18).

Sader informa-nos que, após essas reivindicações em São Paulo, o movimento operário sofreu forte repressão, levando novamente ao refluxo; no entanto, no Estado do Rio de Janeiro, “uma onda de greves de têxteis e ferroviários culmina com um levante de características insurrecionais em novembro de 1918”. Em 1910, o movimento operário no Rio de Janeiro amplia sua organização e, no 1º de maio deste ano, “[...] 60 mil pessoas se reúnem no Rio, expressando já a força de massa dos sindicatos anarquistas. Assustada, a burguesia desata uma intensa repressão. Tentativas de greves no Rio e em São Paulo marcarão o fim desse auge, o último marcado pela liderança anarco-sindicalista”²³ (SADER, 1980, p. 19).

Astrogildo Pereira, líder anarquista no início do século e, posteriormente, fundador do Partido Comunista Brasileiro em 1922, tece duras críticas à postura dos anarquistas na década de 1920, ao mesmo tempo em que considera a importância do Partido Comunista:

As grandes greves e agitações de massa do período de 1919-1920 puseram a nu a incapacidade teórica, política e orgânica do anarquismo para resolver os problemas de direção de um movimento revolucionário de envergadura histórica, quando a situação objetiva do país (em conexão com a situação mundial criada pela guerra imperialista de 1914-1918 e pela vitória da revolução operária e camponesa na Rússia) abriu perspectivas favoráveis à derrubada do poder feudal-burguês dominante. A constatação deste fato, resultante de um processo espontâneo, e a bem dizer instintivo, de autocrítica, que se acentuou durante a segunda metade de 1921, sob a forma de acaloradas discussões nos sindicatos operários, levou diretamente à organização dos primeiros grupos comunistas, que se constituíram como passo inicial para a fundação do Partido Comunista. A bancarrota do anarquismo fora total e com ela ficou encerrado um largo período da história do movimento operário brasileiro. O conseqüente surgimento do Partido Comunista, ao mesmo tempo que se assinalava o início de um novo período, era também a revelação de que as lutas precedentes haviam produzido um rápido amadurecimento político da classe operária brasileira, que assim mostrava compreender qual o papel histórico que lhe caberia à frente da revolução social e nacional em marcha (PEREIRA, 1979, p. 61).

²³ “Os Anarco-sindicalistas acreditavam que seu objetivo seria atingido com a derrubada da burguesia do poder, sem um longo período de transição posterior. Isso seria alcançado através de um grande ato: a greve geral revolucionária. O sindicato anarquista, dirigido por comissões que deveriam expressar a vontade dos sindicalizados e não sua vontade própria, representava um esboço da sociedade que pretendiam instaurar. Uma sociedade sem Estado, sem desigualdade, organizada em uma federação livre de trabalhadores” (FAUSTO, 2009, p. 198).

Gianotti (2007), ao analisar a organização dos trabalhadores no Brasil, na década de 1920, observa que as mobilizações operárias eram tratadas com repressão violenta. Ao relatar uma greve geral ocorrida em 1918 na cidade do Rio de Janeiro, este autor observa que esta adquiriu um caráter insurrecional. Segundo este mesmo autor, “Mais de vinte mil têxteis, metalúrgicos e trabalhadores da construção civil cruzam os braços. A burguesia responde com uma violentíssima repressão”.

1.5 O movimento contra operários e comunistas

Manfredi (2002), ao analisar os movimentos de contestação política e as alternativas buscadas pela burguesia para desmobilizar a organização operária, observa que, em período de movimentos de luta contra as condições de trabalho, a burguesia industrial via no ensino “[...] profissional [...] um antídoto contra o apregoamento das idéias exóticas das lideranças anarco-sindicalistas existentes no operariado brasileiro, o que, na época, era majoritariamente formado por imigrantes estrangeiros” (MANFREDI, 2002, p. 82).

A partir das lutas dos trabalhadores²⁴, reivindicando redução de jornada, melhores condições e salários, é que Pichelli (1997) entende que, no final da década de 1920 e início da década seguinte, ganha força no IDORT²⁵ e também no setor industrial brasileiro a ideia de que era necessário:

[...] recompor o operariado brasileiro com trabalhadores nacionais, pois, segundo a compreensão da burguesia na época, uma das razões para os constantes conflitos na época anterior (República Velha) era a forte presença de trabalhadores estrangeiros que traziam de seus países ‘ideologias estranhas’, vale dizer, o anarquismo e o comunismo (PICHELLI, 1997, p. 5).

²⁴ Interessante observar que os trabalhadores, quando não faziam greve em razão da forte repressão, construíam outras estratégias de contestação, sendo que uma delas foi justamente a sabotagem. Ela foi utilizada também como um método, “[...] complementar a greve ou como tática alternativa, no caso da impossibilidade de se cruzarem os braços na fábrica. Significa não apenas reduzir a extração da mais-valia, ao diminuir o ritmo da produção, como também deteriorar o produto, o que acarretaria maior prejuízo ao proprietário e ainda ‘inutilizar a matéria-prima’, encarecendo os custos da produção” (RAGO, 1997, p. 29).

²⁵ Conforme apontamentos de Pichelli (1997), “a importância deste instituto está no fato de aglutinar a vanguarda da burguesia industrial paulistana, que o tinha como instrumento para a implantação de uma ampla ação no sentido de concretizar um vasto plano de reordenamento e intervenção na sociedade da época” (PICHELLI, 1997, p. 8).

Moraes (2003) constata que a burguesia já se articulava muitos anos antes de 1930, a partir de uma “ofensiva ideológica e da ampliação das medidas repressivas contra o movimento operário, que alcança entre 1917 e 1920 seu maior índice de mobilizações no período, é organizada logo após a greve da Light de 1919 mais um ‘movimento da Liga Nacionalista’, Liga Anti-Anarquista”.

A indignação, a revolta e a disposição para a luta contra as diversas formas de exploração se dão em todos os espaços, na fábrica, no bairro, nas organizações dos trabalhadores. É o operário dizendo não, gritando, sentindo e mobilizando-se contra essa situação profissional e de vida. Nesse sentido, a fábrica aparece como um lugar satânico, anti-social, o servidor não se identificando com o seu labor. “[...] aparece como um lugar detestável, de dominação e do aniquilamento da criatividade da classe operária”. A fábrica passa a ser vista também como um local de sofrimento, de angústia e mutilação. (RAGO, 1997, p. 19-20).

O industrial passa a ser visto quase como um “vampiro” a sugar-lhe a última gota de sangue:

[...] O discurso operário sobre a fábrica traduz, desde cedo, a revolta contra a imagem edulcorada do mundo do trabalho projetada pelo imaginário burguês. Falar da fábrica significa, nesta perspectiva, questionar praticamente a organização capitalista do processo de produção por vários lados. Neste movimento, as estratégias de luta preconizadas pelos libertários, desde a sabotagem, o boicote, o roubo, a destruição de equipamentos, até a greve geral, confluem na direção das práticas de resistência cotidiana criadas pela combatividade operária (RAGO, 1997, p. 20).

Interessante observar a capacidade de luta, de mobilização da classe trabalhadora no início do século XX no Brasil, mesmo sob forte repressão, não “arredava o pé” de sua luta. Se hoje (2012) vemos a organização dos trabalhadores “adocicados” pelo saber da burocracia estatal e pelo “canto da sereia”, entoando emocionados o Hino Nacional, no início do século XX, sob todas as adversidades, a classe trabalhadora cantava a Internacional. Lembramos que esta foi publicada (traduzida) pela primeira vez no Brasil por A Voz do Trabalhador, em seu número 10, de Maio de 1909, segundo nos informa Linhares (1977, p. 51):

A pé! Ó vítimas da fome!
A pé! Famélicos da terra!
A ígnea Razão ruge e consome
A crostra bruta que a soterra!
Cortai o mal bem pelo fundo
A pé! A pé! Não mais senhores!

Se nada somos em tal mundo
Sejamos tudo, ó produtores!

Bem unidos façamos
Desta luta a final
De uma terra sem amos
A Internacional!

Messias, Deus, Chefes Supremos
Nada esperamos de nenhum!
Sejamos nós que conquistemos
A terra-mãe, livre e comum!
Para não termos protestos vãos
Para sairmos deste antro estreito,
Façamos nós por nossas mãos
Tudo o que a nós nos diz respeito!

Bem unidos façamos

Crime de rico a lei cobre
O Estado esmaga o oprimido
Não há direitos para o pobre
Ao rico tudo é permitido
À opressão não mais sujeitos!
Somos iguais a todos os seres
Não mais deveres, sem direitos
Não mais direitos, sem deveres

Bem unidos façamos

Abomináveis na grandeza
Os reis da mina e da fornalha
Edificam tal riqueza
Sobre o suor de quem trabalha
Todo o produto de quem sua
A corja rica o recolheu;
Querendo que ela o restitua
O povo só quer o que é seu.

Bem unidos façamos

Fomos do fumo embriagados!
Paz entre nós, guerra aos senhores!
Façamos greve de soldados:
Somos irmãos trabalhadores,
A corja vil e cheia de galas,
Nos quer a força, canibais,
Logo verá que as nossas balas
São para os nossos generais.

Bem unidos façamos

Somos o povo dos ativos
Trabalhador forte e fecundo,
Pertence a terra aos produtivos,
Ó parasita, deixa o mundo!
Ó parasita que te nutres

Do nosso sangue a gotejar,
Se nos faltarem os abutres,
Não deixa o sol de fulgurar

Bem unidos façamos

Verificamos que, se a burguesia desenvolve um discurso radical contra a organização dos trabalhadores, que tinham ideias “complicadas” e deveriam ser “banidos” do país, esse discurso torna-se mais forte ainda com Vargas no poder político do país. Como os comunistas nesse período estavam bem organizados no movimento operário e na organização política via BOC (Bloco Operário e Camponês) e suas críticas ao governo Vargas também eram radicais, a contrapartida não foi diferente. O perigo “comunista” rondava o país e consideramos que a Intentona Comunista de 1935 foi explorada para respaldar ainda mais o discurso anticomunista da burguesia industrial e de Vargas.

Constatamos também que o Brasil já estava no embate com o comunismo, pois, no discurso de Vargas, fica clara a aversão pela União Soviética:

O programa apregoado pelos sectários do comunismo no Brasil, ignorantes do que vai pelo país e vãos de idéias válidas, incluía, como aspiração do proletariado nacional, reformas já executadas e em pleno vigor. O nosso operário nada teria a lucrar com o regime soviético. Perderia, pelo contrário, as conquistas obtidas como concessão espontânea dos poderes instituídos, em troca da submissão ao trabalho forçado e coletivo (VARGAS, 1938, p. 435).

A preocupação de Vargas e da burguesia brasileira tinha fundamento, pois a experiência revolucionária soviética levou ao poder o partido comunista. Consideramos que foi uma possibilidade que se concretizou a partir da luta e disputa por hegemonia, segundo entendimento também de Braga. Essa autora observa ainda que o projeto da burguesia “[...] foi um projeto histórico que se chocou com os interesses do capital, fortemente mobilizados para fazer valer a sua racionalidade como horizonte da totalidade social”. Entende ainda que o

taylorismo/fordismo foi uma arma importante para combater a organização dos trabalhadores (BRAGA, 2005, p. 30)

Vargas demonstra irritação com os comunistas “camuflados”, isto é, aqueles que não aparecem, os que não se identificam, considerando esses, os mais perigosos.

Não são perigosos, apenas, os comunistas rubros, ativos e práticos, que fazem claramente a sua nefasta propaganda e aliciamento. Igualmente o são os de outras variedades, mais difíceis de caracterizar e que, ao contrário dos primeiros, escapam à energética e pronta ação defensiva do Governo. Os disfarçados, intimamente vermelhos, atuando com duplicidade; os hipócritas, que afetam atitudes e, até, rótulos nacionalistas, acumplicitam-se à obra de destruição e, na treva, serem às ligações inimigas, encobrendo os manejos dos adversários da nossa existência de povo livre, não são menos temíveis (VARGAS, 1938, p. 439).

Ideias estranhas, perigosas, perturbadoras da ordem, que não cabem no Brasil, que possui um povo ordeiro e que deseja viver na mais repleta harmonia social.

Sempre fomos um povo pacífico, desejoso de viver em boa harmonia com todos os povos. Assim como não toleramos intromissões nas nossas questões internas, também não estabelecemos preferências para as nossas relações, condicionando-as às diretrizes da vida política dos outros países, a menos, naturalmente, que, tal como no caso do comunismo, se procure amparar formações partidárias em nosso território, atribuindo-lhes atividades estranhas às nossas tradições sociais, e, portanto, perigosas e perturbadoras (VARGAS, 1938, p. 446).

Vargas faz discurso amedrontador sobre o comunismo, como sendo um movimento tirânico e prejudicial ao país e aos seres humanos. Segundo ele, é o caso de se ficar atento contra essas ideologias, pois atentam contra a ordem e contra os interesses da coletividade. Para Vargas, o comunismo:

[...] está condenado a manter-se em atitude de permanente violência, falha de qualquer sentido construtor e orgânico, isto é, subversiva e demolidora, visando, por todos os meios, implantar e sistematizar a desordem, para criar, assim, condições de êxito e oportunidades que lhe permitam empolgar o poder a fim de exercê-lo tiranicamente, em nome e em proveito de um pequeno grupo de ilusos, de audazes e de exploradores, contra os interesses e com o sacrifício dos mais sagrados direitos da coletividade (VARGAS, 1938, p. 450).

Neste trabalho, demonstramos que, se a classe operária estava vivenciando momentos difíceis no espaço fabril, organizando greves e questionando as mudanças nos métodos de trabalho, lutando por melhores condições, menor jornada, enfim, enfrentando os interesses do capital, sendo reprimidos em suas ações, por outro lado estes se deparam também com

movimentos de trabalhadores ligados ao sindicalismo “amarelo”²⁶ e também os ligados à igreja católica²⁷ que aceitam as regras do jogo e fazem movimentos contra as ideias “estranhas”, comunistas.

Ao também analisar este período, Oliveira (2002) observa:

Os trabalhadores enfrentaram a repressão e a descontinuidade de suas práticas associativas, muitas vezes abaladas pela própria instabilidade econômica. Contudo, a superexploração do trabalho, a resistência patronal em admitir qualquer interferência pública no regime fabril, sua relutância em aceitar a participação sindical em negociações coletivas, a abordagem predominante da questão social como ‘caso de polícia’ e a resistência do poder oligárquico em promover a incorporação política e social dos trabalhadores estimularam a politização dos conflitos trabalhistas, mesmo quando eles diziam respeito apenas às condições de trabalho (OLIVEIRA, 2002, p. 12).

Esse discurso ideológico irá reforçar a aversão aos trabalhadores estrangeiros, conforme nos demonstra Moraes (2003), que, em sua pesquisa, observa que greves, protestos e mobilizações lideradas por estrangeiros contribuem para reforçar a visão negativa da burguesia com relação a estes trabalhadores, que eram vistos como “baderneiros”, “agitadores”, sendo acusados de serem responsáveis pela desordem e anarquia social.

Além da estratégia de Vargas para cooptação dos movimentos sociais, a repressão tinha um objetivo de “calar” os rebeldes, insubordinados, “desordeiros”. Mas uma política autoritária de Estado iria complicar ainda mais o sindicalismo combativo. Trata-se do Decreto nº 19.770 de 19 de Março de 1931, que trata da lei de sindicalização:

²⁶ Segundo Karepovs, “o sindicalismo ‘amarelo’ ou reformista não representava uma corrente política específica. Pelo contrário, era um agrupamento dos mais variados campos ideológicos: socialistas reformistas, sindicalistas, republicanos, positivistas, cooperativistas. Suas diferenças eram minimizadas com uma visão sindical em que a greve era considerada um recurso extremo; as conquistas trabalhistas eram buscadas por meio de medidas legais – apelando-se aos serviços de advogados, políticos, representantes dos poderes públicos –; buscava-se constituir sindicatos fortes e ricos, tendo a beneficiência como forma de assegurar associados e recursos; e por tentar conquistar espaços de participação institucional lançando candidatos próprios nas eleições parlamentares ou apoiando candidatos que se comprometessem com a defesa de seus interesses específicos” (KAREPOVS, 2006, p. 23).

²⁷ “Constitui-se um paradoxo o fato de a Igreja Católica, nos anos 30, ter, de um lado, repellido a concepção do mundo liberal, em nome de um pensamento próprio, que, entre nós, Alceu Amoroso Lima denominou de ‘integrista’ e, de outro, postulado pelo sindicalismo livre e plural. Essa forma de sindicato, como é sabido, consiste na pedra de toque dos sistemas liberais modernos, que ampliaram o âmbito da obrigação política para compreender, além do indivíduo, os grupos sociais organizados. Como tal, revela-se incompatível com concepções organicistas e unitárias da vida social. Não oferece, pois, solução de continuidade com os pressupostos liberais clássicos, consistindo numa variação deste” (VIANNA, 1999, p. 194).

Com o objetivo de fazer com que as organizações sindicais operárias e patronais assumissem uma posição de órgãos de colaboração do Estado, colocando em prática um modelo inusitado de sindicatos, baseado no corporativismo. Adotava-se o princípio da unidade sindical, rompendo com a pluralidade existente até então, ou seja, apenas um sindicato representativo de cada categoria profissional seria reconhecido pelo governo, tornando-se os outros, ilegais (MÜLLER, 2009, p. 81).

Essa pesquisadora observa, em suas análises, que o compromisso de Vargas com os industriais, a sua relação próxima e “amigável” com eles, era totalmente diferente da praticada com os trabalhadores, pois todos os projetos de leis voltados para a indústria eram antecipadamente enviados para a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e também para a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), sempre pedindo pareceres e observações sobre estas leis. Porém, este procedimento não era praticado “[...] com os sindicatos operários, minimamente representados no Departamento Nacional do Trabalho, por trabalhadores escolhidos pelas diretorias das grandes indústrias”, ou seja, mesmo os trabalhadores cooptados não eram chamados para opinarem sobre leis que poderiam afetar ou não o conjunto dos trabalhadores, demonstrando, assim, o falso discurso de colaboração e harmonia entre as classes e o governo (MÜLLER, 2009, p. 83).

Ao analisar o processo imigratório no Brasil, Fausto (2009, p. 205) observa que este tem início no segundo reinado, mas que terá maior impacto nos anos posteriores à proclamação da República. Segundo este autor,

o incentivo à vinda de imigrantes passou por alguns ensaios e erros. Em 1847, Nicolau de Campos Vergueiro, antigo regente do Império e fazendeiro, cuja fortuna provinha em boa parte do comércio de importação de escravos, tentou uma primeira experiência. Com recursos do governo imperial, trouxe imigrantes alemães e suíços para trabalhar em suas fazendas e outras do Oeste Paulista, pelo regime de parceria. Os parceiros se dedicavam ao trato e à colheita do café, dividindo com o proprietário da terra os lucros ou prejuízos anuais. A experiência resultou em inúmeros atritos. Mesmo sendo provenientes de regiões da Europa batidas pela crise de alimentos, os parceiros não se conformaram com as condições de existência encontradas no Brasil. Eles eram submetidos a uma disciplina estrita, incluindo a censura de correspondência e o bloqueio da locomoção nas fazendas. Por fim, uma revolta explodiu em 1856 na Fazenda Ibicaba, de propriedade de Vergueiro, na região de Limeira. Daí para a frente, as tentativas de parceria cessaram.

Percebemos, após esse relato, que as péssimas condições de vida e de trabalho eram vivenciadas também pelos trabalhadores nas fazendas de café. Interessante observar que, assim como na indústria, lá ocorreram resistência e não aceitação das condições precárias em que viviam.

Com o processo de abolição no país, iniciou-se um movimento imigratório em massa, contribuindo para ampliar a disponibilidade de força de trabalho, tanto para a lavoura cafeeira, como para o processo de expansão industrial. Cafeicultores paulistas organizaram-se e fundaram, em 1886, a Sociedade Promotora da Imigração, recebendo do governo provincial a responsabilidade pela sua organização. Segundo Oliveira:

A imensa maioria daqueles que aportavam em Santos era levada para a Hospedaria dos Imigrantes, localizada no Brás, com capacidade para acolher até 3 mil pessoas, mas que em certas ocasiões chegou a abrigar um número maior de pessoas. Os imigrantes ficavam na Hospedaria até oito dias, no máximo, seguindo para as fazendas de café logo depois da assinatura de seus contratos de trabalho. Todos os custos com passagens, deslocamentos e estadias eram cobertos pelo governo paulista (OLIVEIRA, 2002, p. 14).

Diversos foram os fatores que contribuíram para esse processo imigratório, sendo um dos principais motivos “a crise na Itália que se abateu com mais força sobre a população pobre, resultante da unificação do país e das transformações capitalistas [...]. Ao mesmo tempo, o pagamento de transporte e o alojamento representaram, bem ou mal, um incentivo” (FAUSTO, 2009, p. 207).

A classe dominante, que via nos imigrantes a solução para substituição do trabalho escravo no período da crise escravocrata, agora veem os mesmos como problema para a nação, colocando-os

[...] sob suspeição, portador de “sentimentos” estranhos ao “nosso” meio e responsável pelas “desordens” e anarquia social. Ao mesmo tempo, o trabalhador nacional – o pobre, livre e liberto, o “jeca tatu”, na expressão de Monteiro Lobato – passa a ser consensualmente considerado como o mais adequado para compor a força de trabalho do país (MORAES, 2003, p. 215).

Preocupados com a presença estrangeira e sua influência sobre o trabalhador nacional, é que o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo procura sofisticar as formas de controle, fazendo triagem, um trabalho “meticuloso de seleção do operariado”, realizado por todas as fábricas de tecelagem ligadas a este Centro, buscando organizar uma lista de “indesejáveis”. Esse sistema buscava banir do meio industrial os “agitadores” (MORAES, 2003, p. 222).

Vargas (1985, p. 167) também analisa essa questão, apontando a constante preocupação dos industriais com os trabalhadores estrangeiros no país. Estes mesmos industriais

irão propor um projeto de educação profissional coordenado pelo IDORT via Roberto Mange, somente para os trabalhadores brasileiros.

Esta preocupação já estava presente desde o início do governo da Revolução, materializada na ‘Lei dos 2/3’, em 1931 – que obrigava a existência de no mínimo 2/3 de empregados brasileiros em cada empresa – e um decreto-lei que restringia a entrada de estrangeiros em nosso território. Nesse momento a migração interna garantia o suprimento de mão-de-obra para a indústria. Assim se refere Lindolfo Collor sobre o decreto relativo à imigração: ‘E essa gente vinha para o Brasil porque não sabia para onde ir. Quando as coisas não lhes corriam bem em outros lugares, lembravam-se de que existia no globo um país despolicado que era, sob muitos aspectos, o paraíso dos vagabundos. Para aqui se encaminhavam, aumentando as dificuldades da vida nos centros urbanos e infectando o trabalhador brasileiro de idéias subversivas que não podem pregar livremente em nenhum país civilizado (VARGAS, 1985, p. 166-167).

A questão não era tão fácil assim, pois os industriais não conseguiam trabalhadores brasileiros suficientes para substituir os estrangeiros nas funções mais qualificadas. “[...] Daí o interesse empresarial em atuar na formação da classe operária de acordo com a disciplina e a moral taylorista” (VARGAS, 1985, p. 167).

Roberto Mange também defendia o investimento na formação do trabalhador brasileiro, justificando em sua defesa que “[...] têm apreciáveis qualidades fundamentais de caráter e indiscutíveis aptidões para o trabalho, faltando-lhes apenas uma orientação mais segura, perseverante e metódica que lhes viesse abrir novos horizontes e incitá-los à atividades” (SENAI, apud MÜLLER, 2009, p. 126).

Ao realizarmos estudo historiográfico, verificamos que, desde o início do século XX, já existiam leis que legalizavam a expulsão de trabalhadores estrangeiros. A primeira foi aprovada em 1907 e denominada Lei Adolfo Gordo, em referência ao deputado autor do projeto. Gianotti (2007) informa-nos que esta lei

[...] foi tornada mais dura e passou a dar ao governo plenos poderes para expulsar, devolvendo para seus países de origem aqueles trabalhadores estrangeiros que liderassem greves. Considerados agitadores subversivos, precisavam ser devolvidos aos seus países. Em 1921, uma nova lei, mais rígida, chamada Lei Infame, foi criada para expulsar os imigrantes que o governo considerava “agitadores”. Anos depois, em 1927, um Decreto-lei, conhecido como Lei Celerada, dava amplos poderes à polícia política para invadir sindicatos, jornais, moradias e clubes que poderiam ser interditados e fechados definitivamente. Durante os anos que vão de 1904 a 1926, são feitas leis, editados decretos, apresentadas emendas, adendos e todo tipo de artifício jurídico para aprofundar as medidas repressivas. Todas elas visavam expulsar estrangeiros e fechar sindicatos (GIANOTTI, 2007, p. 101-102).

Ao mesmo tempo em que se implantavam políticas com o objetivo de “adestrar” os trabalhadores, a repressão aos movimentos operários era implacável. A política de ameaças,

pressão, chantagem, cooptação, perseguição, prisões e extradições de trabalhadores estrangeiros, foi uma estratégia para fragilizar e desorganizar o movimento social combativo. Consideramos que, além da lei Adolfo Gordo de 1921, a lei de repressão ao anarquismo buscava garantir a simpatia de toda a burguesia industrial em ascensão no país. Se não bastassem essas leis repressivas e autoritárias, em 28 de Julho de 1927, foi criada a lei celerada, que previa “repressão a greves, além de autorizar o fechamento de jornais, revistas ou outros meios de comunicação simpáticos à organização de sindicatos, associações e entidades que incidissem na prática de atos contrários à ordem, tornando-os crimes inafiançáveis” (MÜLLER, 2009, p. 73).

Segundo Silva:

O governo acusava os trabalhadores de origem europeia de ‘fomentarem’ greves sem sentido e contra eles tomou várias medidas de repressão: em 1907 uma lei trata da expulsão de estrangeiros ‘indesejáveis’ que ameçassem a ordem e a segurança nacionais. Em 1913, a possibilidade de expulsão estende-se mesmo aos estrangeiros que residiam no país há pelo menos dois anos consecutivos ou por tempo inferior quando fosse casado com brasileira ou viúvo com filho brasileiro, casos que a lei de 1907 protegia. As leis repressivas são uma resposta das classes dominantes às classes operárias que tenta se organizar e as greves espontâneas que eclodem no período. A lei de 1907 levou vários anos sendo discutida até ser aprovada. Em 1903 existe na imprensa operária ecos sobre um projeto de lei (que eles chamam de lei iníqua) que está em discussão. Diz o referido projeto: “São causas bastantes para a expulsão; os interesses da alta política concernindo à ordem e a segurança públicas”. [...] A lei de 1913 é uma emenda à lei Adolfo Gordo, retirando algumas proteções de que gozavam os trabalhadores estrangeiros cuja situação pessoal se enquadrava nas condições que vimos acima (SILVA, 1977, p. 177).

Se não bastassem todos os empecilhos na luta contra a classe dominante, o movimento sindical combativo tinha como inimigos declarados as lideranças e trabalhadores ligados à igreja católica. Segundo Gianotti (2007, p. 98), “[...] os católicos sempre representavam uma forte oposição aos anarquistas, comunistas e socialistas. Essas três tendências criticavam fortemente a maioria dos bispos e demais sacerdotes, por estarem sempre do lado dos senhores, dos patrões”. A relação da igreja tanto com a burguesia industrial como com a agrária era estreita, evidenciando a postura conservadora das lideranças católicas no meio operário.

Esse autor nos informa ainda que, no interior das fábricas, os católicos, seguindo orientação da igreja, deveriam ser contra as greves organizadas pela esquerda. Estes mesmos seguidores das doutrinas da “santa” igreja católica deveriam “[...] apoiar os esforços ‘sinceros’ dos governos, que buscavam ‘melhorar a vida dos trabalhadores’ [...] Nada de lutas de classes entre patrões e operários” (GIANOTTI, 2007, p. 98).

Nas décadas de 1920 e 30, as ações dos industriais ganham corpo e, em 1929, é criada o CIESP; em 1931, organizam o IDORT, estudam, pesquisam e divulgam as ideias de racionalização do trabalho a partir de Taylor. Buscam formas de cooptar, controlar e disciplinar os trabalhadores, com o objetivo de produzir mais com menos tempo e com maior “qualidade”. A burguesia industrial vai se fortalecendo e implementando suas teses no ambiente fabril e também no interior do Estado, onde aos poucos, vão ganhando espaço e poder no governo Vargas, no Estado Novo.

Essa resistência permanece nos anos de 1930, quando o movimento operário não aceita as normas estabelecidas no Decreto nº de 19.770, do qual se erigia a estrutura sindical brasileira. Entre os princípios básicos deste decreto, consta:

A subordinação dos sindicatos ao Estado, através da intervenção do Ministério do Trabalho junto às diretorias, às próprias assembléias e através do controle financeiro exercido sobre os recursos dos sindicatos. O seu caráter desmobilizador também se expressava nas restrições impostas à atuação dos estrangeiros, que constituíam a parcela politicamente mais avançada dentre os operários, além da proibição explícita ao sindicato de exercer qualquer atividade política e ideológica (ANTUNES, 1982, p. 77).

Segundo esse mesmo autor, nas regiões mais industrializadas, a resistência e combatividade dos operários eram mais frequentes, existindo uma resistência “[...] maior à incorporação do sindicato pelo Estado” (ANTUNES, 1982, p. 84).

Até 1934, a luta operária contra o autoritarismo de Estado foi constante; no entanto, após o fracasso do movimento da Aliança Nacional Libertadora (ANL), a repressão foi mais intensa, desmobilizando os sindicatos organizados, pois a onda repressiva:

[...] desencadeada pela Lei de Segurança Nacional, de 4 de abril de 1935, e o fracasso do movimento aliancista, foi praticamente impossível aos trabalhadores operar nos quadros de um sindicalismo autônomo. Um dos dispositivos da Lei de Segurança Nacional dissolvia a Confederação Unitária Sindical; outro limitava o direito de greve a ‘motivos pertinentes às condições de trabalho’. Já em 1936, forçado pela reversão total da conjuntura, o sindicalismo oficialista aumenta em 55% (ANTUNES, 1982, p. 85).

Após todas as ações da burguesia industrial, do Estado repressor e dos movimentos de direita, entendemos, assim como Antunes (1982, p. 73), que o enfraquecimento da classe operária, na década de 1930, deu-se em consequência

[...] da repressão política e ideológica desencadeada pelo Estado, através da política sindical controladora e da legislação trabalhista manipulatória, [...] da atuação controladora do Estado, visível na sua política sindical e ao mesmo tempo manipulatória, através da ideologia do varguismo, do que da exclusiva incapacidade da classe operária.

Ao mesmo tempo que defende ideais de “todos unidos pelo progresso do país”, Roberto Simonsen, enquanto intelectual burguês, faz severas críticas ao marxismo e à luta de classes, claramente com o objetivo de enfraquece-los, ou mesmo eliminar as resistências operárias. Analisando o seu pensamento, podemos compreender que ele defendia, por um lado, o desenvolvimento da técnica e da educação profissional para melhorar a produção e, por outro, o investimento no trabalhador, preparando-o para a produção, o que, na verdade, contribuía para que colaborasse com os industriais e não tivesse ideias e defesas sobre a luta de classes (SIMONSEN apud ANTONACCI, 1993, p. 103).

Simonsen, Mange e outros industriais entendiam que o Estado tinha um papel fundamental na divulgação da ideologia de “cooperação de classe” para o funcionamento de uma sociedade “harmoniosa” entre capital e trabalho. Definiam o Estado como “um mecanismo potencialmente útil para disciplinar os membros da própria classe” (WEINSTEIN, 2000, p. 71).

Discorrendo ainda sobre as ideias de Simonsen, destacamos que ele tinha bem claros seus objetivos com a fundação do IDORT nas suas defesas apaixonadas pela organização e racionalização do trabalho. Simonsen não disfarçava sua tese e demonstra claramente a questão ideológica com relação às ideias marxistas quando defende

[...] uma era de harmonia social decorrente da reorganização científica da sociedade. Depois de inspirar uma política de trabalho avançada, a racionalização iria evoluir para um “sistema político” baseado na “razão e no conhecimento técnico”. Em seguida Simonsen dissertou sobre ‘um verdadeiro equilíbrio entre os elementos que constituem as forças vivas da produção. A racionalização tem profundos efeitos sociais e contraria de forma patente as idéias fundamentais do marxismo. [...] a aceitação do controle operário na solução de problemas econômicos, tudo isso contribui para neutralizar a luta de classes prevista por Karl Marx (WEINSTEIN, 2000, p. 88).

Em pronunciamento na Câmara Federal, em 2 de Junho de 1947, Simonsen elogia a decisão do Superior Tribunal Eleitoral de cassar o registro do Partido Comunista do Brasil, pondo-o na ilegalidade. Este industrial demonstra mais uma vez sua aversão aos comunistas e sua concepção autoritária de sociedade.

Senhor Presidente, vem-se fazendo, no Parlamento, reiteradas apreciações sobre o recente julgamento do Superior Tribunal Eleitoral, cassando o registro do Partido Comunista do Brasil. Os insinuos, sem dúvida, ao País, um inequívoco testemunho de vigilância cívica e sabedoria jurídica, sobremaneira honrosas para a magistratura brasileira, (Muito bem). Não poderia, Sr. Presidente, aliando a responsabilidade do meu mandato, o conhecimento direto da atuação do Partido Comunista nas atividades econômicas do País deixar de manifestar, como representante de São Paulo, onde, por excelência, concentram os comunistas as suas mais nocivas atividades, o meu profundo respeito pela sábia decisão do colendo Tribunal. Sou dos que acreditam, Sr. Presidente, nas virtudes da democracia, quando praticada com integral acatamento aos seus postulados fundamentais (SIMONSEN, 1947, p. 1).

Este intelectual expõe, nesse discurso, o sentimento da burguesia nacional, que ao mesmo tempo em que “defende” a democracia, apoia regimes autoritários, como foi o caso do Estado Novo, do governo Dutra e da decisão autoritária e “anti-democrática” do Superior Tribunal Eleitoral. A contradição é tanta que, após anos defendendo as decisões autoritárias de Vargas, faz um discurso em defesa da democracia, contra um partido que considerava autoritário. Simonsen entende por democracia: “[...] o regime político emanado direta e livremente da vontade popular, orientando e solucionando os problemas que decorrem das relações individuais e coletivas, com a necessária flexibilidade permissiva de uma segura evolução econômica e social do povo” (SIMONSEN, 1947, p. 1).

Dando sequência às “pérolas” pronunciadas por este engenheiro, industrial e representante da burguesia industrial no parlamento, continua sua exposição, como se dando uma “aula” de democracia:

Em uma democracia, o governo deve estar a serviço exclusivo do povo, garantindo as suas liberdades, promovendo a elevação de seus índices de cultura e o desenvolvimento da sua civilização, através da técnica e da ciência. E a política geral se deve subordinar à vontade da maioria, livremente expressa através do sufrágio universal da representação proporcional e da pluralidade de partidos (SIMONSEN, 1947, p. 2)

O que este industrial não informa em seu discurso, é que o PCB tinha base social e que representava outra ideologia que não a dos industriais; portanto, deveria ser banido da política brasileira. A própria defesa deste industrial é autoritária, não respeitando a pluralidade e opiniões divergentes. Para justificar ainda mais sua defesa “ferrenha” contra os comunistas, alega que os mesmos são anti-democráticos, autoritários, defendem governos autoritários, entenda-se aí que está falando da União Soviética, afinal, democracia e comunismo não combinam: “[...] na

plenitude de seu conceito são inconciliáveis e incompatíveis em sua essência” (SIMONSEN, 1947, p. 2).

Segundo esse industrial, o comunismo contraria a natureza humana, além de se tratar de um movimento político e ideológico que menospreza “[...] as forças espirituais que constituem a base nuclear da vida; não pode, por essa razão, perdurar, onde for instituído, por tempo superior aquele que os homens podem suportar, dominados pela força das baionetas”. Entendemos beirar o “cinismo” o pronunciamento desse parlamentar burguês, ao alegar que, em certas circunstâncias, Marx tinha razão ao criticar o capitalismo, mas que se tratava de outros tempos, distantes, não servindo mais para esse período estudado. Foram momentos circunstanciais da época em que Marx viveu.

Quando Karl Marx observou as lutas de classe na Inglaterra, perduravam, inconstavelmente, *há muito tempo, ásperas condições de comando patronal*. E, não obstante a conceituação científica de que procurou lançar mão e a sua fulgente inteligência, deixou-se ele influenciar pelas impressões dominantes do ambiente em que viveu, vindo, assim, a construir a sua doutrina com dados nitidamente circunstanciais. *Não é admissível que possa haver exploração do homem pelo homem*. Justiça e Liberdade são conceitos que se irmanam e completam. A possibilidade de coação econômica tende a desaparecer em função das afirmações da justiça social, que se inspira, numa perfeita conciliação de meios e fins, nos superiores princípios da moral cristã. A mística comunista apresenta-se sensivelmente diminuída, onde se pratica a justiça social. Os espíritos verdadeiramente cultos, inclinados à apreciação do fenômeno social sob seus diferentes ângulos, não podem admitir a doutrina marxista como capaz de estabelecer um regime compatível com as necessidades fundamentais do homem. (SIMONSEN, 1947, p. 3, grifos nosso).

Dados apresentados nesta pesquisa demonstram que não tem fundamento o discurso de Simonsen, uma vez que a classe trabalhadora era explorada nas fábricas, as ações de repressão e cooptação faziam parte das práticas do Estado e dos industriais. Mulheres e crianças trabalhavam em condições desumanas no chão da fábrica e as más condições de moradia nas periferias das maiores cidades eram gritantes. O Partido Comunista colocava-se em defesa dos interesses dessa classe trabalhadora, defendendo greves, mobilizações e paralisações. A conciliação de classe deveria ser aos moldes dos interesses da burguesia, caso contrário, o “diálogo” seria via ações repressivas.

Para um leitor mal informado, Simonsen deixa entender que é o expoente máximo da defesa da democracia no Brasil e que essa democracia é parte natural do sistema, em que todos têm os mesmos direitos. Deixa entender também que, nessa época, não havia mais a exploração

do homem pelo homem e que, nas indústrias, os operários se realizavam enquanto seres sociais. Segundo ainda Simonsen, o que Marx denunciou “foi há muito tempo, outra época da história” e que não tem mais cabimento falar de exploração, de condições desumanas. Entendemos que esse industrial cumpria muito bem seu papel no cenário político, defendendo os interesses da burguesia. O capitalismo é outro, os industriais são outros, os tempos mudaram, e o capitalismo tornou-se “humano”. As ideias comunistas, segundo ele, são “prejudiciais” para a sociedade, “desagregadoras”, “obstruem” a moralidade da sociedade, comprometem e impedem a “evolução progressista do País” (SIMONSEN, 1947, p. 4).

Mesmo sob pressão das organizações operárias, sob orientação comunista, os industriais, segundo Simonsen (1947, p. 4), jamais revidaram com repressão, ataques e violência. Sempre buscaram o diálogo, a “paz social”, um justo entendimento para garantir a justiça social:

A classe patronal brasileira jamais replicou com atos de prepotência ou de reação violenta, a essa demolidora e corruptora. Muito ao contrário, colaborou sempre, e lealmente, com os poderes públicos para a legislação e vigência de judiciosa legislação trabalhista, visando um justo e razoável entendimento entre as classes, capaz de satisfazer e assegurar os anseios de paz e de justiça social (SIMONSEN, 1947, p. 4).

Os industriais são “bons” e “justos” e, portanto, condenam as ações dos comunistas nas fábricas paulistas, são sabotadores, impedindo o bom funcionamento das fábricas, por mais que os industriais invistam na área social, não são compreendidos em suas ações:

E é exatamente nas fábricas onde existem os melhores serviços sociais, que procuram introduzir essa sabotagem organizada. Consideram eles que os dirigentes patronais, indiferentes ao estudo e à prática dos serviços sociais – colaboram na fermentação do ambiente de revolução que colimam atingir. E os empregadores interessados no advento, da política de justiça social – esses sim – precisam ser contrariados e desarticulados uma vez que a sua política não é, forçosamente, a mais conveniente aos propósitos revolucionários comunistas (SIMONSEN, 1947, p. 5).

Simonsen defende em discurso na Câmara Federal, que por todas as ações anti-democráticas, destabilizadoras da ordem, desagregadoras da sociedade, o Partido Comunista deveria ser banido do cenário político, sendo louvável a postura do Superior Tribunal Eleitoral, ao cassar o registro desse partido.

Na verdade Sr. Presidente, admitir o Partido Comunista no Brasil, gozando de todas as prerrogativas asseguradas pela nossa Constituição – quando ele usava dessas

prerrogativas para dissolver, por processos inconfessáveis, as nossas instituições, exacerbar antigas tentativas de conflito entre a liberdade e a justiça, acentuar a separação de classes, extremando-as, e forçar o divórcio entre a liberdade e a segurança individual, problemas esses que nós outros, os verdadeiros democratas, procuramos resolver pela prática da justiça social – é concorrer para o destino suicida da nossa democracia. São Paulo, pelas suas tradições de ordem e de trabalho, pelo acentuado amor ao Brasil, não pode deixar, pela maioria de seus filhos, de aplaudir a ação verdadeiramente patriótica do Superior Tribunal Eleitoral e o cumprimento, rigorosamente dentro da lei com que executa a sentença judicial o governo do eminente Sr. General Eurico Gaspar Dutra (SIMONSEN, 1947, p. 7).

Pelas palavras do próprio intelectual da burguesia, percebemos a visão que se tinha de fato dos movimentos dos trabalhadores do período, ou seja, greve, protestos eram “coisas de comunistas”, “desordeiros” de uma ordem social progressista. Torna-se fundamental expormos, neste tópico, que os comunistas, além de enfrentarem a repressão desencadeada pelos industriais, com aparato policial e repressivo do Estado, de terem em seu meio os trabalhadores ligados aos interesses conservadores da igreja católica, defrontavam-se com mais um inimigo pelo caminho, que era o Jornal “O Estado de São Paulo”.

Em 15 de Julho de 1927, uma matéria publicada nesse veículo, informa a posição dessa empresa jornalística:

Somos conservadores. Entre os regimes coletivistas ou comunistas que abolem a propriedade privada e os outros que a mantêm, não vacilamos, somos pelos outros. Nem a organização social, nem a doutrina política dos comunistas nos seduzem. Os processos de ação que eles têm posto em prática, esses então nos provocam horror... Dito isto, está dito que não recusamos a nossa solidariedade aos que lutam contra o comunismo. Tê-la-á o governo do Brasil, quando o comunismo constituir, na verdade, um perigo para o Estado (O Estado de São Paulo apud CAPELATO; PRADO, 1980, p. 105).

Esse jornal defendia a intolerância para com os comunistas, segundo Capelato e Prado:

O perigo pressentido assumiu formas concretas para os representantes do jornal no período que se segue à Revolução de 1930, quando, então, os editoriais evidenciavam um “temor pânico” pelo comunismo. Havia ainda uma expectativa em torno do novo governo. As primeiras medidas tomadas por Vargas provocaram suspeitas de que o governo poderia inclinar-se para o comunismo. As intenções do interventor paulista – João Alberto – de dar liberdade à propaganda comunista e à organização do Partido Comunista do Brasil que se achava na ilegalidade desde 1924 fundamentavam em parte essas suspeitas. Face ao exposto, os liberais de “O ESP” passaram a clamar pela repressão ao comunismo, lançando-se a uma intensa campanha de contrapropaganda, argumentando que não passará de utopia desoladora o comunismo integral, enquanto a humanidade for o que a natureza a fez. Regimes que suprimam a propriedade individual ela não os tolera, nem tão cedo estará em condições de os tolerar – se é que em algum tempo venha a tolerá-lo (CAPELATO & PRADO, 1980, p. 105).

Tratava-se, portanto, de unir forças na nação para destruir essa doutrina, que estava ganhando “terreno” no país. Esse jornal argumentava que “[...] o empenho principal do movimento era o de destruir as forças da nacionalidade brasileira para erguerem sobre suas ruínas um edifício de despotismo feroz [...] pelo que a defesa do comunismo confunde-se no espírito público com a defesa da pátria” (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 107).

Segundo esse jornal, que expressava os interesses da burguesia:

O povo e o governo precisavam convencer-se de que o comunismo era um perigo concreto que reclamava vigilância contínua e combate sem quartel. Que todos se prevenissem contra os “apóstolos dessa seita perigosa”... pois “o comunismo com que lhe acenam é a desordem, é a miséria, é a desgraça, é o suicídio... Maldita seja essa ideologia terrível que para o governo dos homens afasta a inteligência, a cultura e a razão e apela para a força, ignorância e crueldade” (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 107).

Segundo Capelato e Prado (1980, p. XIV), “[...] se o comunismo não for, agora, definitivamente aniquilado, haverá necessidade, talvez, de se provocar a emenda de vários textos constitucionais, e se for preciso ir até lá, vamos sem hesitação”. Estas autoras observam ainda que para o jornal O Estado de São Paulo, “[...] A salvação pública tudo sobreleva. Se ela impuser, além de outros, o sacrifício de princípios doutrinários, que a tornem incerta e precária, façamos esse sacrifício” (O Estado de São Paulo apud CAPELATO, 1980, p. XIV).

1.6 A luta pela hegemonia nos anos 1920 e 1930: os comunistas

A contribuição do Partido Comunista Brasileiro (PCB) para a organização da classe trabalhadora brasileira foi fundamental nesse período que estudamos. Este partido entendia e defendia a importância da luta política, não ficando apenas no campo da ação sindical, confrontando-se com a burguesia na disputa pelo controle do Estado.

Conforme entendimento de Sodré (1984, p. 28), o surgimento do PCB foi importante e fundamental para o “[...] processo de formação da classe operária brasileira e do desenvolvimento de suas lutas. Sua fundação respondeu a uma exigência do movimento operário, que já mostrara, nas primeiras décadas do século XX, a carência de um partido operário revolucionário”. Ou seja, com o enfraquecimento e limites das propostas dos anarquistas, a fundação de um partido que representasse os operários na disputa pela conquista do poder de

Estado e enfrentasse as questões concretas da classe, apontando para a construção de uma sociedade socialista, foi fundamental.

Para Sodré (1984, p. 29), como “um elemento de importância crescente” é a classe operária que se

[...] formava então, era constituído por imigrantes estrangeiros. Muitos milhares destes – italianos, mas também espanhóis, portugueses, poloneses etc, – que vieram para o Brasil, encaminhados às fazendas de café, não se submeteram às condições semiservi do trabalho nos latifúndios cafeeiros e dirigiram-se para as cidades, notadamente São Paulo, à procura de emprego. Em sua maioria, tratava-se de antigos artesãos arruinados ou de operários desempregados, em seus países de origem, e muitos deles haviam ali adquirido experiência da organização e de luta, no movimento reivindicativo; frequentemente, eram adeptos de idéias socialistas, embora com acentuada tendência para as concepções pequeno-burguesas do anarquismo. Não obstante, por sua combatividade, seu nível cultural mais alto, sua experiência, representaram contribuição importante no processo de formação do proletariado como classe.

Também Carrion (2010, p. 41), ao analisar o enfraquecimento do anarco-sindicalismo e o surgimento do partido comunista, entende o seguinte:

Esse processo decorreu, em primeiro lugar, da falência do anarco-sindicalismo, que dirigiu as grandes lutas do proletariado brasileiro na segunda década do século 20 – como as greves gerais de 1917 e 1919 e a insurreição anarquista de 1918 – levando-as a um beco sem saída. Nesse sentido, o Partido é herdeiro direto dessas grandes mobilizações operárias. Em segundo lugar, o surgimento do Partido Comunista do Brasil é o resultado natural do amadurecimento político das lideranças mais avançadas do movimento operário brasileiro de então que – ao tomarem conhecimento da Revolução Russa, das conquistas do poder soviético e da teoria marxista – perceberam a impotência do anarquismo, com o seu espontaneísmo, sua fluidez orgânica e seu apoliticismo.

Ao comentar sobre o processo de fundação do PCB, Astrogildo Pereira, nos informa que, “O Partido Comunista do Brasil, nasceu das lutas operárias que agitaram o país durante os anos de 1917 a 1920 e se formou sob a influência decisiva da Revolução Socialista de Outubro. O que quer dizer que nasceu e se formou já na época das guerras imperialistas e das revoluções proletárias” (op.cit.1979, p. 44).

Ao analisar o processo de fundação do PCB, Segatto (1989, p. 23) entende que esse fato político foi importante para o proletariado brasileiro, pois significava a “[...] abertura de perspectiva de superação do espontaneísmo, do economicismo, da dispersão, do doutrinário abstrato, etc, no sentido da organização centralizada, com uma linha política definida e cientificamente fundamentada, e com vistas à transformação revolucionária da sociedade”.

Ao também analisar a fundação desse partido, Ruy (2010, p. 29) observa:

A fundação do Partido Comunista do Brasil é um marco do movimento operário e da vida do povo brasileiro; não foi um acontecimento fortuito, mas correspondeu às necessidades históricas do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, que deu novos rumos à luta de classes. Os trabalhadores realizavam greves combativas, com manifestações de rua onde reivindicavam seus direitos. Sua criação resultou da conjugação de três fatores principais – a formação e relativo crescimento do proletariado brasileiro, o exemplo da Revolução Russa de 1917 e a influência da Internacional Comunista, fundada em 1919, e a crise do anarco-sindicalismo.

O Partido Comunista vai se fortalecendo no decorrer dos anos 1920, pela sua inserção no meio operário e também em decorrência dos limites do anarquismo, da sua “debilidade ideológica e política [...] que negava a organização política, procurando enfrentar o Estado através da ação direta, e vendo, na greve geral, a forma de destruir o capitalismo e implantar a autogestão social – foi posta a nu” (SEGATTO, 1989, p. 21).

Para Ruy (2010, p. 39), a Internacional Comunista:

[...] influenciou a criação de partidos comunistas em todos os países; no Brasil não foi diferente, tendo havido contatos entre representantes da IC e líderes proletários brasileiros. Foi por influência dela que o Grupo Comunista do Rio de Janeiro começou a publicar, em 1922, a revista Movimento Comunista, que aderiu ao programa da IC e assumiu a tarefa de organizar o Partido Comunista do Brasil.

Como já exposto, Vargas e a burguesia brasileira tinham razões suficientes para se preocuparem com os comunistas, pois a experiência revolucionária soviética levou-os poder. Consideramos que foi uma possibilidade que se concretizou a partir da luta e disputa de hegemonia, segundo entendimento também de Braga. Essa autora observa ainda que “[...] foi um projeto histórico que se chocou com os interesses do capital, fortemente mobilizados para fazer valer a sua racionalidade como horizonte da totalidade social” (BRAGA, 2005, p. 30).

Com relação à postura da igreja católica nesse período, em seus estudos, Simão esclarece:

A Igreja Católica, no entanto, visando contribuir para a preservação da ordem social e do privatismo patronal, no estabelecimento das condições de trabalho, adotou o mutualismo como forma sucedânea da greve para propiciar melhorias de vida aos trabalhadores. Os centros operários católicos, a partir de 1917, passaram também a solicitar melhorias nas condições de trabalho, mas através de acordos pacíficos com o patronato e da aprovação de leis sobre a matéria rejeitando a técnica dos conflitos coletivos de trabalho. Naquele ano, o congresso dessas associações deliberou apresentar ao governo a solicitação de

medidas protetoras de trabalho e, em 1920, o Centro Operário Católico Metropolitano comunicava ser contrário à greve interprofissional ocorrida nesse ano, orientada pela Federação Operária (SIMÃO, 1966, p. 116-117, grifo nosso).

Sobre as condições de vida da população nesse período, Pereira (1979, p. 45) nos informa que houve:

[...] larga agitação popular em diversas cidades brasileiras, realizando-se numerosos comícios [...] promovidos pela COB. No Rio, cerca de quinze comícios de bairro foram efetuados, em preparação do comício central no Largo São Francisco, a 16 de março de 1913, do qual participou uma multidão superior a dez mil pessoas [...]. Péssimas condições de trabalho, certos sinais de crise, a carestia crescente – eis os fatores que forçavam a classe operária a lutar em defesa dos seus interesses mais elementares. [...] crescia a sua combatividade, de que foi exemplo típico a greve nas Docas de Santos (1912), durante a qual se registraram sérios choques entre a polícia e os grevistas.

A situação era alarmante, pois, sempre após as manifestações, protestos e greves, vinha a forte repressão, perseguindo e prendendo lideranças dos movimentos, levando a um arrefecimento da luta. Sobre isso, Ruy (2010, p.38) comenta:

Entre 1920 e 1921, muitos sindicatos desapareceram ou se enfraqueceram; muitos jornais operários fecharam, o movimento grevista perdeu intensidade. O anarquismo perdia terreno: em 1924, havia 35 mil trabalhadores sindicalizados no Rio de Janeiro. Dos quais 3.500 estavam filiados a sindicatos comunistas, 1.500 a sindicatos anarco-sindicalistas, e a maioria a sindicatos “amarelos” (pelegos), “trabalhistas” e independentes.

Se não bastasse toda essa situação política, a organização combativa dos operários enfrentava a postura conservadora e reacionária dos sindicatos com ligação à igreja católica. O sindicalismo amarelo era a denominação dada para este tipo de postura política, ou seja, o peleguismo. Segundo Karepovs:

O sindicalismo amarelo ou reformista não representava uma corrente política específica. Pelo contrário, era um agrupamento dos mais variados campos ideológicos: socialistas reformistas, sindicalistas, republicanos, positivistas, cooperativistas. Suas diferenças eram minimizadas com uma visão sindical em que a greve era considerada como um recurso extremo; as conquistas trabalhistas eram buscadas por meio de medidas legais – apelando-se aos serviços de advogados, políticos, representantes dos poderes públicos - buscava-se constituir sindicatos fortes e ricos, tendo a beneficiência como forma de assegurar associados e recursos; e por tentar conquistar espaços de participação institucional lançando candidatos próprios nas eleições parlamentares ou apoiando candidatos que se comprometessem com a defesa de seus interesses específicos (KAREPOVS, 2006, p. 23).

Ou seja, seria mais uma luta dos comunistas, sendo que, em seu próprio meio de trabalhadores, uma orientação religiosa conservadora “atrapalhava” a luta social. Além disso, o Partido Comunista enfrentava a debilidade teórica e formativa do proletariado nacional. Se os problemas de sua organização eram muitos, a disposição de luta não faltava (RUY, 2010, p. 36).

O ingresso da ala esquerda do “tenentismo” no partido de Luiz Carlos Prestes, Agildo Barata, Dinarco Reis e outros”, foi fundamental para colocá-lo no “[...] curso principal do movimento revolucionário brasileiro. Entretanto, foram portadores de um viés conspirativo e militarista que influenciou de forma duradoura a política partidária” (RUY, 2010, p. 36).

Já na década de 1930, o PCB inicia nova tática, buscando agregar:

[...] todos os setores que se colocavam contra o movimento de direita, fascista sob direção de Plínio Salgado. Deste movimento contra o avanço das forças reacionárias no Brasil surge em 1935 a ANL – Aliança Nacional Libertadora, transformando-se “[...] em um amplo movimento de massa, alcançando uma amplitude nunca antes vista na história do Brasil. Dela participaram comunistas, socialistas, liberais, etc, incluindo-se aí operários, elementos de classe média, militares, burgueses e outros”, o que demonstra a amplitude deste movimento, mas torna-se importante destacar que quanto mais o governo Vargas ameaçava a ANL, mais a repressão rondava as portas do movimento é que lideranças iam caindo fora do barco, ficando praticamente só os comunistas (SEGATTO, 1989, p. 45).

Torna-se importante destacar, neste tópico, o entendimento de Vianna (2010), expresso em entrevista concedida à Fundação Mauricio Grabois. Essa pesquisadora entende que a ANL não teve nenhuma influência da Internacional Comunista (IC). Para ela:

A ANL só teve origens nacionais. Ela surgiu a partir das lutas contra o integralismo, que foram duramente reprimidas. Desde o final de 1934 que os tenentes descontentes com os rumos da revolução de 1930 começaram a organizar a frente. O comandante da Marinha, Roberto Sisson, o principal idealizador da Aliança, resumiu sua origem – que não teve NADA a ver com o PCB. Sisson diz que ele e os tenentes que fundaram a ANL eram nacional-libertadores que lutavam pelo povo, com uma finalidade nacional: "a defesa antiimperialista do Brasil". Seu ideal era "nacional e popular", jamais tendo pensado em um regime comunista para o país. Explicava que se criara entre aquele grupo de tenentes um forte sentimento nacionalista e antiimperialista, sendo o imperialismo, inclusive, o responsável pela fraqueza das Forças Armadas.

Vianna nos informa ainda que os tenentes dissidentes da Revolução de 30 tiveram maior “destaque na organização da ANL, o que deu à organização uma projeção política e uma articulação nacional derivadas de suas experiências de luta e de seu prestígio”. Para a autora, a história da ANL teve início em 1934, sendo que a primeira referência a ela é de janeiro de 1935,

mas existiram tentativas de formação de frentes anti-fascistas nos anos anteriores, especialmente em 1934:

Seu lançamento, em março de 1935, foi o coroamento de um processo de lutas, de organização e acumulação de forças por parte dos setores antifascistas da sociedade. Passou pelo movimento grevista da classe operária, pelas discussões de programas de ação entre grupos e partidos de esquerda e pelos tenentes inconformados com os rumos que tomara o movimento de 1930 – lideranças, grupos e reivindicações que encontraram um denominador comum na luta contra o integralismo e a Lei de Segurança Nacional. (VIANNA, 2003, p. 32).

Quanto mais crescia a ANL, mais forte se tornava o movimento que contestava e denunciava a mesma de ser comunista, antidemocrática e contra os interesses na nação. Konrad (2010, p. 65) entende que, com a ANL, milhares de brasileiros puderam, de fato, participar de um movimento político “que colocou as bases da luta pela libertação e desenvolvimento soberano da nação”. Esse autor entende ainda que tal movimento contribuiu para que a classe operária rompesse com “o isolamento político, ao participar de uma frente ampla e popular, que contou com a adesão de intelectuais, militares e outros setores de assalariados, além da pequena burguesia”.

Em 1935, o movimento é posto na ilegalidade por Vargas, surgindo grupos em diversos pontos do país, ocorrendo uma radicalização dos grupos remanescentes, especialmente dos comunistas dirigidos por Prestes, e o encaminhamento para a luta armada, que explodiu em Natal, Recife e Rio de Janeiro

[...] através do 21º Batalhão de caçadores, que tomou o governo estadual por uns poucos dias; no dia seguinte, o movimento insurrecional estoura no Recife, no 29º Batalhão de caçadores, com os amotinados mantendo a cidade em estado de guerra por três dias, sendo depois desbaratados ou se dispersando pelo interior; e no dia 27 a insurreição irrompe no Rio de Janeiro, sublevando o 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha, sob o comando de Agildo Vieira de Azevedo, sem ao menos conseguir sair às ruas (SEGATTO, 1989, p. 48).

O Estado age rapidamente contra a ANL, derrotando o movimento dos comunistas em 1935, pois a aparato era forte e sem trégua para aqueles que lutavam pela democracia. Além disso, os comunistas defendiam abertamente o processo revolucionário e a transformação da sociedade brasileira no momento em que se fortalecia internacionalmente o movimento contra o comunismo. A burguesia vai se fortalecendo também no interior dos aparelhos do Estado,

conquistando espaços, no Estado Novo, apoiando abertamente as medidas autoritárias e repressoras. Segatto nos informa como foi esse processo:

Desse momento em diante, o PCB em particular, e o movimento operário e outros setores progressistas em geral, sofrerão violenta repressão, que durará vários anos. Há um grande número de prisões, vários assassinatos, e muita gente se exilando. São criadas polícias especiais e o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). [...] Com isso estava aberto o caminho para a implantação do Estado Novo, em 1937, instaurando um regime de ditadura aberta (SEGATTO, 1989, p. 49).

Nessa mesma linha de raciocínio, Vianna (2003, p. 59) nos informa que “[...] com o fechamento da ANL a organização esvaziou-se, só continuando nela os comunistas e os tenentistas que estavam dispostos a lutar até o fim por uma revolução nacional-libertadora, como vinham fazendo desde 1922”. A maior repressão ocorreu após os levantes armados de novembro de 1935.

Se a situação dos trabalhadores diante da postura autoritária dos industriais e do Governo Vargas não era das melhores, após 1937, com a decretação do Estado Novo, as organizações dos trabalhadores e as lideranças comunistas foram perseguidos ainda mais, sendo os de origem estrangeira deportados. Lembramos que, mesmo antes do Estado Novo, Vargas já tinha deportado Olga Benário.

Contrapondo as versões liberais, que entendem ser o levante de 1935 o responsável pela instalação do Estado Novo, Vianna (2010) é enfática, afirmando que essa versão liberal não tem fundamento, pois

Getúlio sempre teve planos continuístas. Em 1935, quando chegaram ao Rio as notícias dos levantes no Nordeste, as preocupações de Vargas – como mostra sua correspondência na ocasião – era com e sobre Flores da Cunha, que ameaçava seus planos continuístas. No final de 1935, a frente contra Getúlio era grande, incluindo seu próprio patrono, Borges de Medeiros. O que Getúlio fez foi usar a “Intentona” em seu proveito, e uniu em torno de si toda a oposição a seu governo.

Diante do quadro de perseguição e forte repressão ao Partido Comunista, sua direção reduzida a um secretariado nacional, decidiu-se pela sua transferência para Pernambuco e depois para a Bahia. Em alguns Estados foram criadas direções; no entanto, em decorrência da repressão, os contatos eram praticamente inexistentes. “A repressão continuava agindo. Em 21 de abril de 1937, em São Paulo, no governo de Armando de Salles Oliveira, aconteceu o massacre

dos presos do Maria Zélia, antiga fábrica paulista transformada em presídio político. Ali foram assassinados quatro presos e muitos outros foram feridos, acusados de tentar escapar” (KONRAD, 2010, p. 66).

A partir de então, Vargas passa a governar de forma autoritária, dispensando:

[...] o apoio de movimentos da sociedade civil. A centralização do poder em suas mãos era garantida por vários dispositivos inseridos na nova carta constitucional. Tanto o executivo estadual quanto o municipal passaram a ser exercidos por interventores nomeados diretamente pelo poder central. Pelo artigo 180 Vargas assegurou o direito de governar por decretos-leis, de forma autoritária, sobre matérias de competência do legislativo. Os atos emanados do poder central buscavam, em todas as frentes, consolidar uma estrutura corporativista, apresentada como caminho para a modernização e eficiência operacional, requerida pelo país naquele momento histórico (SENAI, 1991, p. 68).

Concluimos este tópico observando que a classe operária e o PCB foram violentamente perseguidos. No entanto, não se calam diante das diversas formas de repressão. A disputa de hegemonia esteve fortemente presente nesse período, sendo que a luta se deu de diversas formas, denunciando as arbitrariedades do Estado, lutando em defesa dos operários e contra os patrões, divulgando as ideias de uma sociedade diferente.

1.7 A luta pela hegemonia: a extrema direita em cena - os integralistas

O objetivo deste tópico é o de apresentar uma breve análise sobre o movimento de extrema direita no país na década de 1930 – o integralismo - pensado, articulado e criado sob coordenação de Plínio Salgado²⁸. Pretendemos apresentar as ideias básicas desse movimento para demonstrar a disputa política e ideológica, que, a nosso ver, estava bastante acirrada. Demonstramos, neste trabalho, que a classe operária e os movimentos de esquerda estavam sendo

²⁸ Plínio Salgado (1895-1975), original de São Bento do Sapucaí, SP, escritor e político brasileiro, foi deputado estadual (1928-1930), fundou a Ação Integralista Brasileira em 1932, movimento de cunho fascista que tentou chegar ao poder sob sua liderança, tentando depor Vargas em 1938. Foi preso e exilado em Portugal, tendo retornado ao Brasil em 1945. Fundou o Partido de Representação Popular (PRP). Em 1955, candidatou-se novamente a presidente da República; elegeu-se deputado federal para a legislatura de 1958 a 1962. Com a “Revolução de 1964”, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Como escritor, participou do Movimento Modernista de 1922, atuando no grupo Verde-Amarelo. Entre seus trabalhos publicados, citamos os livros **O esperado**, de 1931, **O que é Integralismo?** de 1934. O seu sonho era tornar-se o *Führer* brasileiro, entretanto nunca conseguiu concretizá-lo (ARMANDO FILHO, 1999, 79).

atacados por todos: pelo movimento articulado dos industriais, pelo movimento conservador da igreja católica, pelo integralismo e pelo Estado, via postura autoritária de Vargas.

Esse movimento surgiu em virtude da organização dos integralistas na Sociedade de Estudos Políticos²⁹, fundada em 1932:

Organizando-se em várias comissões internas de estudo, cujas reuniões gerais eram feitas no Clube Português de São Paulo. As principais tendências debatidas, de fundo ideológico antiliberal e nacionalista, eram duas: a primeira, em torno de Plínio Salgado, era majoritária e considerava as atividades da Sociedade como um instrumento a serviço da Nação; a segunda, embora possuísse idéias comuns ao primeiro grupo, era partidária de um regime baseado no catolicismo e na realeza (ARMANDO FILHO, 1999, p. 33).

Ao analisar este movimento político no Brasil, Trindade observa que, “após a fundação da S.E.P, Salgado começa a articular os intelectuais e os movimentos dispersos da extrema-direita. Considera que o papel pioneiro de São Paulo no passado devia renascer nesta obra de salvação nacional” (TRINDADE, 1979, p. 120).

Nesse mesmo ano, Plínio Salgado propõe a criação da Ação Integralista Brasileira (AIB), que tinha como finalidade “transmitir os resultados dos estudos e as bases doutrinárias da Sociedade de Estudos Políticos e seus objetivos”. Para finalizar o integralismo, “faltava apenas a publicação do manifesto do movimento, que é esboçado em junho de 1932 e aprovado quase sem alterações”. Em 7 de outubro de 1932 divulgam o Manifesto de fundação do integralismo no Brasil, “como um movimento político nacional”. (ARMANDO FILHO, 1999, p. 34).

Esse manifesto faz defesa de sociedade harmônica para que todos possam alcançar uma situação financeira satisfatória, dependendo para isso da pessoa, da vontade própria:

Deus dirige os destinos dos povos. [...] Os homens e as classes, pois, podem e devem viver em harmonia. É possível ao mais modesto operário galgar uma elevada posição financeira e intelectual. Cumpre que cada um se eleve segundo sua vocação [...] A Nação Brasileira deve ser organizada, uma, indivisível, forte, poderosa, rica, próspera e feliz [...] Mas o Brasil não pode realizar a união interna e perfeita de seus filhos, enquanto estiverem Estados dentro do Estado; partidos políticos fracionando a Nação; classes lutando contra classes [...] Por isso, a Nação precisa organizar-se em classes profissionais. Cada brasileiro se inscreverá na sua classe. Essas classes elegem, cada

²⁹ “A primeira reunião para a formação da Sociedade de Estudos Políticos realiza-se em 1932, por iniciativa de Salgado em São Paulo, na sede do jornal *A Razão*. Nessa reunião, participa um grupo de jovens intelectuais: Cândido Motta Filho, Ataliba Nogueira, Mário Graciotti, João Leões Sobrinho, Fernando Callage e vários estudantes da Faculdade de Direito” (TRINDADE, 1979, p. 116).

uma de per si, seus representantes nas Câmaras Municipais, nos Congressos Gerais. [...] (ARMANDO FILHO, 1999, p. 35).

A postura dos integralistas é de tal forma autoritária que a defesa do seu pensamento deveria realizar as suas teses ou eles tomariam o poder a força, conforme o Manifesto de Outubro:

Ou os que estão no poder realizam o nosso pensamento político, ou nós, da Ação Integralista Brasileira, nos declaramos proscritos [...] até o dia em que formos em número tão grande que restauraremos pela força nossos direitos de cidadania, e pela força conquistaremos o poder da República [...] O direito de prosperidade é fundamental para nós, considerando o seu caráter natural e pessoal. [...] Pretendemos fazer funcionar os poderes clássicos (Executivo, Legislativo e Judiciário), segundo impositivos da nação organizada, com base nas suas Classes Produtoras, no Município e na Família (ARMANDO FILHO, 1999, p. 35).

Segundo esse mesmo autor, a Ação Integralista Brasileira se expandiu pelo país ao longo da década de 1930:

[...] crescendo de forma impressionante, chegando a ter em seus quadros, no ano de 1936, cerca de '800 mil membros', [...] além de subsidiar dezenas de jornais, revistas, periódicos e até estações de rádio, como a Mayrink Veiga no Rio de Janeiro. Contava ainda com a simpatia de empresários, intelectuais, parte da classe média, uma parcela do clero e de oficiais das Forças Armadas" (ARMANDO FILHO, 1999, p. 36).

Trindade (1979) nos informa a estrutura social da Ação Integralista Brasileira, demonstrando, a partir de uma pirâmide, que esta era formada por três camadas, sendo que a maior presença nessa organização fascista eram da classia média, tendo supremacia das elites intelectuais:

A camada média dos dirigentes regionais encontra-se ainda sob a preponderância da média burguesia intelectual que, com a burguesia e média burguesia dos oficiais, ocupa quase os três quartos dos pontos de direção. A participação neste nível de integralistas oriundos da pequena burguesia e das camadas populares não ultrapassa a um quarto do total. Na camada inferior, a pequena burguesia e as camadas populares formam globalmente os três quartos do total de militantes locais. E essa estratificação social é análoga à estrutura paramilitar da organização da milícia: as elites intelectuais detêm o "comando" e as camadas médias e populares não intelectualizadas constituem a "tropa" (TRINDADE, 1979, p. 136).

Movimento de extrema direita, que combatia o comunismo, o fechamento de partidos e organizações operárias, divulgava publicamente a defesa do uso da violência contra adversários políticos; enfim, em linhas gerais, defendia o Fascismo e o Nazismo:

O movimento defendia um governo forte, o Estado todo-poderoso e militarizado, censura às atividades artísticas e aos meios de comunicação, regime de partido único, liderado por um chefe incontestável, defesa da propriedade privada, a disciplina e a hierarquia dentro da sociedade, o predomínio dos interesses da Nação sobre os do indivíduo, o nacionalismo extremado, o uso da violência contra adversários políticos, o fechamento de todas as organizações operárias e, propunha o combate brutal e sem tréguas ao comunismo (ARMANDO FILHO, 1999, p. 36).

Era uma organização bem estruturada, com disciplina e hierarquizada, sendo que o seu representante máximo tinha poder inquestionável sobre os demais membros. O lema desse movimento era “Deus³⁰, Pátria e Família”, uma exaltação patriótica ao progresso e futuro do país. Mas como se organizavam? Esta, assim como o fascismo e o nazismo,

[...] organizou o cerimonial do poder: seu símbolo era o sigma (Σ), décima oitava letra do alfabeto grego (soma em matemática), sua saudação, “Anauê”, que em tupi significa “você é meu parente”, proferida com o braço direito levantado à altura da cabeça e a palma da mão voltada para frente. Seus militantes usavam uniforme composto de camisa verde, gravata preta, bota de couro preta, calças pretas, braçadeiras brancas com o sigma e, nos desfiles, marchavam com o passo de ganso, postura característica do Exército alemão. Havia ritos para batizados, casamentos e enterros, com uniformes, hinos marciais, gestos e palavras. A hierarquia atingia também a Juventude Integralista, conhecida como “plinianos”. (ARMANDO FILHO, 1999, p. 39).

Segundo Trindade (1979), desde o Chefe até os militantes de base, tudo era muito bem organizado, havia disciplina e respeito para com os superiores, tratava-se de uma organização burocrática e totalitária.

A burocracia da organização, manifesta-se através de um complexo de órgãos, funções, papéis, comportamentos previstos minuciosamente pelos estatutos, resoluções do Chefe e rituais; o caráter totalitário, por sua vez, através das relações rígidas entre os órgãos de enquadramento disciplinado dos militantes (a partir das organizações da juventude até a milícia) e da submissão autoritária e fidelidade aos superiores hierárquicos. Neste sentido, o totalitarismo e a burocracia são elementos indissociáveis na organização do integralismo (TRINDADE, 1979, p. 162).

³⁰ A identificação confessional dos integralistas permite determinar a existência de uma relação entre filiação religiosa e adesão política. A quase totalidade dos seus militantes se proclama cristã; embora o grupo majoritário seja de confissão católica, não se pode esquecer a presença de um grupo considerável de protestantes dentre eles, em geral descendentes de imigrantes alemães no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina (TRINDADE, 1979, p. 146).

Nessa organização o poder do chefe é inquestionável, sendo que ele tinha poderes absolutos, decidia quem assumiria determinada função ou não, destituía alguém de outro cargo, definia a doutrina e as ações que este movimento deveria tomar. Também era o comandante das forças integralistas, ou seja, centralizava todas as funções de decisões.

As crianças também eram educadas nos princípios integralistas desde os 4 anos. Segundo Armando Filho (1999, p. 39),

As crianças eram iniciadas e formadas no movimento dos 4 aos 15 anos, com os infantes, os curupiras, os vanguardeiros e os pioneiros. Deviam obediência aos seus superiores, em linha rígida e autoritária. Ao completarem 16 anos, todos se inscrevem nas Forças Integralistas: milícia, decúria, terço, bandeira ou legião. Com a energia da pregação dos seus líderes, não recuavam perante a violência, cabendo salientar que as mulheres também eram aceitas nas organizações do movimento.

Entendemos que esse partido cumpre um papel fundamental na luta contra o comunismo, sendo de extrema direita, sintonizado com os movimentos nazistas e fascistas da Europa. Teve crescimento considerável na década de trinta, sendo que, em seu Congresso, realizado em Petrópolis (RJ), em 1935, “já havia 1.123 grupos organizados em todo o país, somando algo em torno de 400.000 membros” (ARMANDO FILHO, 1999, p. 47).

Entendemos que o anticomunismo dos integralistas, contribuiu para fortalecer o pensamento autoritário de Vargas com relação aos comunistas, contribuindo também para que Vargas pudesse, sem oposição e movimentos contestatórios, construir as bases para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

CAPÍTULO II – OS PIONEIROS DA RACIONALIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: ANÁLISE DA REVISTA IDORT

2.1 Taylorismo e sua influência na indústria brasileira

Taylor seus estudos em 1880 e começa a desenvolver suas ideias buscando construir um projeto para que a indústria “produzisse melhor”, que o trabalhador produzisse mais em menos tempo. Ao analisar essas idéias, Hobsbawm (2002, p. 71) entende que a “[...] tarefa em que o ‘taylorismo’ concentrou imediatamente seus esforços – e à qual a imagem pública da ‘administração científica’ era identificada – era como conseguir que os operários trabalhassem mais”.

Para conseguir seus objetivos e comprovar a eficiência de suas teses, Taylor elabora três métodos, a saber:

1 – isolando cada operário de seu grupo de trabalho e transferindo o controle do processo de trabalho do operário ou do grupo a agentes de administração, que diziam ao operário exatamente o que fazer e quanto produzir, à luz de; 2 – uma divisão sistemática de cada processo em unidades componentes cronometradas (‘estudo do tempo e do movimento’); e 3 – de vários sistemas de pagamento dos salários, o que incentivaria o operário a produzir mais (HOBSBAWM, 2002, p. 71-72).

No início do século XX, os industriais brasileiros admiravam as ideias de Taylor², porque entendiam que elas eram centrais para a consolidação de um projeto nacional, pois defendiam a racionalização como solução para uma série de problemas econômicos e sociais para o país. Nessa época, deu-se o processo de constituição da base produtiva industrial, contribuindo para o surgimento³¹ de ideias relacionadas à organização da indústria nacional. Ibanhes (1992, p. 27) observa que:

² Frederick Wislow Taylor nasceu em 1856 em Germantown, subúrbio de Filadélfia, Estado da Pensilvânia, nos Estados Unidos. Era ‘bem nascido’, no mais elevado sentido da expressão, foi o iniciador da eficiência industrial, sendo chamado, com inteira justiça, o “Pai da Organização Científica do Trabalho”. Contribuiu de forma eficaz para o desenvolvimento industrial do século XX (TAYLOR, 2006).

³¹ Frederick Wislow Taylor nasceu em 1856 em Germantown, subúrbio de Filadélfia, Estado da Pensilvânia, nos Estados Unidos. Era ‘bem nascido’, no mais elevado sentido da expressão, foi o iniciador da eficiência industrial, sendo chamado, com inteira justiça, o “Pai da Organização Científica do Trabalho”. Contribuiu de forma eficaz para o desenvolvimento industrial do século XX (TAYLOR, 2006).

[...] proposições a respeito da organização da produção vão surgindo, e discussões sobre aspectos desta organização mais e mais se desenvolvem no cenário brasileiro na razão direta do estabelecimento da industrialização em nosso país. Expressões como “taylorismo”, “administração científica”, “fordismo”, “organização” ou “racionalização” passam a freqüentar cada vez mais o debate acerca das relações sociais advindas do mundo do trabalho em geral, particularmente àquelas ligadas à indústria.

Torna-se necessário, portanto, explicitarmos o que é o taylorismo e como suas ideias de racionalização do trabalho foram fundamentais para o desenvolvimento da industrialização nacional. Segundo entendimento de Cattani (2002, p. 309), o Taylorismo é um:

Sistema de Organização do Trabalho, especialmente industrial, baseado na separação das funções de concepção e planejamento das funções de execução, na fragmentação e na especialização das tarefas, no controle de tempos e movimentos e na remuneração por desempenho. O Taylorismo é uma estratégia patronal de gestão/organização do processo de trabalho e, juntamente com o fordismo, integra a Organização Científica do Trabalho. Conjugado à utilização intensiva da maquinaria, sua ênfase é no controle e na disciplina fabris, com vistas à eliminação da autonomia dos produtores diretos e do tempo ocioso como forma de se assegurarem aumentos na produtividade do trabalho (CATTANI, 2002, p. 309).

Este movimento nasce como resposta do capital para a crise econômica e social vivida pelo sistema capitalista desde o século XIX. Tem como objetivo disciplinar o trabalhador nesta nova perspectiva. Taylor elabora suas “brilhantes” teses³² para o capital, em período de crise mundial e também de grande agitação social. Segundo Hobsbawm (2002, p. 73):

Não apenas entre agricultores, que, como vimos, foram abalados pelos tremores sísmicos do colapso dos preços dos produtos agrícolas, mas também entre as classes operárias. Não é óbvio o motivo pelo qual a Grande Depressão levou à mobilização maciça das classes operárias em numerosos países e, a partir do final dos anos 1880, à emergência dos movimentos de massa socialistas e trabalhistas em muitos deles.

Este autor entende ainda que o taylorismo só ganhará força nos EUA e na Europa, após 1918, quando o nome de Taylor “[...] seria o título sintético do uso racional da maquinaria e

³² “As ideias de Taylor foram posteriormente ampliadas, na França, pelo engenheiro e administrador Henri Fayol que em 1916, publicou seu livro “Administration Générale et industrielle”. Sua doutrina ficou conhecida como fayolismo e tinha por objetivo a administração de uma empresa no seu conjunto. Como princípios gerais, preconizava: uma estrutura hierárquica para a empresa; chefias em todos os escalões; a divisão do conjunto das operações em seis funções; administrativa, técnica, comercial, financeira, contábil e de previdência e, finalmente, a implantação de cursos preparatórios para os futuros chefes” (SENAI, 1991, p. 54).

da força de trabalho para maximizar a produção, paradoxalmente tanto entre os responsáveis pelo planejamento bolchevique como entre os capitalistas” (HOBSBAWM, 2002, p. 72).

Ao desenvolver análise sobre o taylorismo, Segnini (1986, p. 82) observa que, além de ser uma das formas de gestão capitalista que visavam organizar racionalmente o trabalhador no interior da fábrica, “rompe suas fronteiras e se volta na sociedade, para a formação do tipo adequado de homem para o desenvolvimento do capitalismo”.

Outros estudos sobre este movimento, como o de Rago e Moreira (2003, p. 10), expressam claramente o objetivo desse sistema em controlar, dominar e explorar os trabalhadores:

O taylorismo, método de racionalizar a produção, logo, de possibilitar o aumento da produtividade do trabalho “economizando tempo”, suprimindo gestos desnecessários e comportamentos supérfluos no interior do processo produtivo, [...] aperfeiçoou a divisão social do trabalho introduzida pelo sistema de fábrica, assegurando definitivamente o controle do tempo do trabalhador pela classe dominante.

Diversos autores analisados neste trabalho, tanto da sociologia do trabalho, quanto da economia e história, definem o taylorismo como estratégia para racionalizar, produzir mais, acumular e extrair o máximo de mais-valia via exploração da força de trabalho.

2.2 O processo de constituição do IDORT

É nesse contexto histórico, político e social (década de 1930) que surgem as propostas articuladas por um grupo de industriais para a criação de uma entidade que defendesse a organização e racionalização³³ do trabalho a partir das concepções tayloristas³⁴, divulgando o surgimento de uma sociedade baseada no industrialismo, que estava em expansão.

³³ No decorrer deste trabalho, utilizamos diversas denominações para fazer referências às ideias de Taylor editadas no livro *Princípios da Administração Científica*. Dentre elas, estão: organização científica do trabalho, racionalização, organização racional do trabalho, administração racional.

³⁴ “Os defensores do taylorismo consideravam o termo ‘racional’ como um conjunto de estratégias para a reorganização do trabalho (e da própria vida cotidiana), de acordo com princípios técnicos considerados “científicos”, desenvolvidos por especialistas, negando todo e qualquer método empírico baseado na experiência, na prática e na tradição. Na mesma edição, defendia a separação entre o espaço dos aprendizes e o espaço operário das oficinas, além de reforçar sua crença na utilização das Séries Metódicas Ocupacionais em substituição à presença do mestre instrutor” (MÜLLER, 2009, p. 86).

Alguns nomes da elite industrial, como Aldo Mario da Azevedo, Roberto Simonsen, Roberto Mange³⁵ e Armando de Salles Oliveira, defendiam a constituição de um sociedade racional. Um dos que mais contribuíram para a organização da sua classe no país foi Simonsen, entusiasta da racionalização, utilizando o método e técnicas tayloristas em sua empresa, desde o início do século XX. Exemplo disso foi a experiência que desenvolveu com a construção de diversos quartéis militares em 1923 no Brasil. Foram utilizadas, nesse processo, inúmeras técnicas e métodos de organização racional, padronizando essa construção, resultando na redução de custos e conclusão das obras em menor tempo (MEDEIROS, 1980, p. 125).

Simonsen também foi um dos responsáveis pela “criação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo em 1933 com o sentido de preparar a elite empresarial para a atividade industrial” (VARGAS, 1985, p. 169). Em 1918, discursou aos operários da Companhia Construtora de Santos a necessidade da racionalização do trabalho, além de criticar a luta de classes e propor a cooperação entre empresários e trabalhadores em torno das ideias da racionalização. Nesse momento, Simonsen chamava a atenção do empresariado nacional para a situação do pós-guerra, quando, diante da

[...] perspectiva de “evitar a todo transe que sejam trazidas para o nosso Brasil as lutas de classe”, diante da “tremenda luta econômica que se vai travar”, impunha a necessidade da moderna organização do trabalho. Estruturar as empresas para a “máxima economia na produção pela racionalização da máxima eficiência”, implicava novas relações com os trabalhadores, para que ‘imperem os verdadeiros princípios da cooperação entre patrões e operários’ (ANTONACCI, 1993, p. 37).

Este industrial defendia, em seus trabalhos, palestras e conferências, a importância de se aperfeiçoar um método do trabalho, de seleção profissional, e também desenvolver uma técnica pedagógica, que estivesse a serviço dos industriais visando maior produtividade.

A prosperidade do Brasil no pós-guerra, com ênfase em novos métodos de produção, mais científicos e eficientes, que acarretariam a elevação tanto dos lucros quanto do padrão de vida, por meio da redução dos custos. [...] a redução dos custos de produção não se faria à custa de seus salários, mas antes por meio de uma ‘máxima eficiência do trabalho’, que seria obtida com uma ‘perfeita organização na qual, por disposições inteligentemente adotadas, as perdas de tempo e os esforços não-produtivos sejam reduzidos ao mínimo’. [...] os verdadeiros princípios de cooperação cordial entre

³⁵ Roberto Mange estava entre os fundadores da nova instituição, já trazendo sua experiência da aplicação dos métodos psicotécnicos à seleção profissional, levada a efeito no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, desde 1923, e no Serviço de Ensino e Seleção Profissional da Estrada de Ferro Sorocabana, em funcionamento desde 1930.

patrões e operários iriam predominar, em função dessa ‘perfeita organização’ (SIMONSEN apud CUNHA, 2005, p. 31).

Percebemos, no discurso desse entusiasta³⁶ do taylorismo, a defesa da concepção de colaboração de classe, de cooperação cordial, como mecanismo para se viabilizar o projeto de racionalização no país, possibilitando, assim, a elevação dos lucros.

O jornalista Adensohn publica um texto na revista IDORT, em 1981, sob o título de “O IDORT EM SEU 50º ANIVERSÁRIO: Do pioneirismo à consolidação e projeção internacional do movimento brasileiro de administração”, em que destaca as primeiras iniciativas de aplicação dos métodos de organização científica. “Em nosso país as primeiras tentativas de aplicação dos métodos de seleção e vocação profissionais eram realizadas, em 1924, em várias entidades, por Clóvis Ribeiro, Geraldo de Paula Souza, Roberto Mange, Lourenço Filho e Monteiro de Camargo, entre outras destacadas personalidades” (ADENSOHN, 1981, p. 4).

Como se vê, ocorria nesse período um processo acelerado de organização dos industriais. Verificamos que, no decorrer dos anos 1920, já discutiam a necessidade de estarem mais organizados enquanto classe. Um dos resultados desse anseio foi a criação do CIESP em 1929. Sobre o processo de organização dessa Instituição patronal, Azevedo (1932) observa que ele mesmo se reanimou nessa empreitada, quando encontrou, na Associação Comercial de São Paulo, um grupo de estudiosos sobre a organização racional e que projetavam “a fundação de um Instituto para introdução da Technopsychologia do Trabalho entre nós”. Informa este engenheiro e industrial que o grupo teve apoio da Associação Comercial, pelo seu secretário, Clovis Ribeiro, que “são credores de uma grande dívida, hóspedes que fomos, como o somos neste momento, de sua casa generosa e acolhedora”. (AZEVEDO, 1932, p. 37).

O movimento em defesa da racionalização do trabalho foi, portanto, fundamental para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, pois houve a introdução de técnicas implementadas, em primeiro lugar, no espaço fabril, visando controlar os trabalhadores e, ao mesmo tempo, fazer com que a produção aumentasse a partir do aumento do ritmo do trabalho. Segundo Vargas (1985):

³⁶ Lembramos que, assim como Simonsen, Mange foi um grande entusiasta, defensor e divulgador da Organização Racional do Trabalho, sendo um “[...] engenheiro que se tornou industrial e outro engenheiro, que se tornou educador, representam, de formas diversas, mas inter-relacionadas, as aspirações daqueles que defendiam a racionalização como solução para uma série de problemas econômicos e sociais” (WEINSTEIN, 2000, p. 34).

O taylorismo foi, portanto, a criação do elo que faltava na formação da tecnologia fabril e na intermediação com as ciências. Nesse processo configurou um corpo social que vem sustentando essa ideologia, e criou as condições para adaptar e subordinar o conhecimento das ciências humanas e sociais às leis da produção. Esse ideário propagava a eliminação da luta de classes fornecendo aos trabalhadores maiores salários mas, também, com o barateamento da produção, novas oportunidades de consumo. Na gestão da produção à “gerência científica” procurava estabelecer objetivamente os tempos de produção, os métodos de trabalho e os salários. Promovendo uma intermediação, “com base científica”, entre o capital e o trabalho (VARGAS, 1985, p. 159).

As companhias ferroviárias foram o local por excelência onde os industriais testaram essas técnicas, após a criação da sua escola de formação, junto à Companhia de estrada de Ferro Sorocabana, na década de 1920, a partir da preocupação de preparar o ferroviário, para que se adequasse ao seu processo de trabalho, para se adaptar às novas tecnologias que foram implantadas nessas empresas, como a eletricidade.

Segundo Adensohn (1981), “a compreensão da necessidade de se iniciar um processo de organização para maior eficiência administrativa e da produção já ressaltava das manifestações de líderes e personalidades na década dos anos 20” (ADENSOHN, 1981, p. 4). O autor informa ainda que a burguesia industrial preocupava-se com as técnicas de ensino e pedagógicas, tanto que:

[...] por sugestão do Clóvis Ribeiro, a diretoria da Associação Comercial de São Paulo deliberou contratar o prof. Léon Walther, especialista suíço de renome mundial, sobretudo na área da psicologia do trabalho industrial. Sua presença entre nós, durante vários anos, contribuiu para a criação e desenvolvimento da psicotécnica aplicada ao trabalho industrial e aperfeiçoamento dos métodos de seleção profissional e das técnicas pedagógicas. (ADENSOHN, 1981, p. 4, grifos nosso).

Os cursos de psicologia aplicada ao trabalho e tecnopsicologia do trabalho industrial, que eram ministrados por Léon Walther, foram fundamentais para divulgar as teses tayloristas no Brasil e também para preparar os industriais para a introdução da racionalização em suas fábricas. Medeiros informa que, após a realização dos cursos ministrados para os industriais e comerciantes de São Paulo, foi solicitado a um grupo de pessoas “um parecer sobre os estatutos de uma sociedade destinada à divulgação dos princípios da ORT”. Esta autora informa ainda que, apesar dos esforços para a organização dessa instituição, “não houve prosseguimento nas atividades para a concretização da ideia, coincidindo com o período de eclosão da crise econômica mundial de 1929” (MEDEIROS, 1980, p. 126).

É necessário lembrar que, em 1930, esses mesmos industriais criaram a ORT (Organização Racional do Trabalho), a partir das experiências vivenciadas na empresa Estrada de Ferro Sorocabana, que tinha por objetivo solucionar os diversos problemas técnicos, administrativos e também de formação e aperfeiçoamento de pessoal. Cunha informa que esta Organização:

[...] expressava o conjunto de teorias que surgiram a partir do século XIX inspiradas na doutrina de Frederick Taylor, que a chamou de Teoria de Administração Científica do Trabalho. Essa teoria tinha como objetivo final a obtenção do máximo de produtividade de cada trabalhador, apresentando a peculiaridade de poder ser utilizada com êxito em diferentes sistemas econômicos, como no capitalismo tardio e no socialismo nascente (CUNHA, 2005, p. 116).

A partir das experiências de diversos empresários paulistas envolvidos com as propostas de organização científica do trabalho e também da proposta de criação do ORT no final dessa década, é que se chega, na década de 1930, a um esboço do que seria uma Instituição voltada para a organização do trabalho, o IDORT. O ORT utiliza-se de experiências da psicotécnica para o desenvolvimento das ideias de organização, padronização, elaboração de estratégias para redução de custos, disciplinarização e controle dos trabalhadores.

Uma questão interessante apontada por Segnini (1989), ao analisar as mudanças ocorridas nas companhias ferroviárias no Brasil, no início do século XX, refere-se às mudanças tecnológicas que estavam ocorrendo em seu interior e obrigavam o trabalhador a se adequar e ser disciplinado sob esta nova realidade. Conforme entendimento da autora:

[...] além das razões de “disciplina operária” ou mesmo por causa dela, a energia elétrica passa a ser utilizada na Companhia Paulista, realizando a passagem da energia a vapor para a energia elétrica. Conjuntamente, surgia a necessidade de adequar o trabalhador às experiências da nova tecnologia. Uma forma de organizar o trabalho, vinda dos Estados Unidos e Europa, se mostrava eficaz, para o capital, na resolução dos problemas apresentados: o taylorismo (SEGNINI, 1989, p. 87).

O trabalhador deveria ser educado, por exemplo, para evitar acidentes de trabalho e, ao mesmo tempo, produzir mais; deveria receber educação profissional para atender à nova realidade imposta pela indústria que adotava métodos científicos e, concomitantemente, instalando novos equipamentos, com tecnologia mais sofisticada e máquinas mais “avançadas”.

Ao analisar o período em que os industriais estão se organizando, Azevedo observa que a crise de 1929 foi fundamental para que mudassem de estratégias e que os industriais passassem de fato a se organizarem. Para este autor, a crise deixou evidente a necessidade de organização econômica e financeira, “melhorando a qualidade de nossa produção, barateando seu custo, facilitando sua circulação e distribuição e proporcionando melhor remuneração ao nosso operário cujo padrão de vida é sabidamente inferior”. Esse autor frisa ainda que todos deveriam estar empenhados para transformar as empresas, tornando-as mais produtivas, acabando com a “inércia e a rotina” que proibia o progresso do país. Para tanto, deveriam contar também com a colaboração dos trabalhadores nesse objetivo (AZEVEDO, 1932, p. 36).

Segundo Azevedo, já existia no Brasil, até a data de fundação do IDORT, “centros isolados de pensamento e estudo da racionalização, em todos os recantos em que uma inteligência syntonizada por uma orientação científica captasse sua poderosa irradiação”, demonstrando assim que o debate em torno da racionalização de fato já estava ocorrendo no país, que industriais no início do século XX já faziam menção à organização racional do trabalho e também de toda a sociedade (AZEVEDO, 1932, p. 36).

Após as articulações entre os industriais já citados neste texto e a tentativa frustrada de fundação do IDORT³⁷ ao final dos anos de 1920, o ideal dos pioneiros da indústria se concretizaria em 1931, depois de luta “incansável” do principal articulador e líder do movimento industrialista, Aldo Mário Azevedo, conforme informa Adensohn (1981):

Um líder autêntico do movimento, Aldo Mário de Azevedo, conseguiu reunir junto a Armando de Salles Oliveira um grupo de destacados paulistas e, assim, catalisar os esforços em prol da organização científica no País. Associado ao Instituto de Genebra, Aldo Mário de Azevedo procurava divulgar os progressos de que tomava conhecimento. Projetou a criação do Instituto Paulista de Eficiência, buscando o apoio do empresariado e estudiosos dos métodos de racionalização, mantendo contactos com todas as pessoas que poderiam aliar-se à empresa, para um Brasil maior e melhor. Seu entusiasmo contagiou e foi acolhido por Armando de Salles Oliveira, constituindo-se, em fins de 1930, uma comissão organizadora (ADENSOHN, 1981, p. 4).

Azevedo também se destacou na defesa das ideias de Administração Científica do Trabalho, definindo-a como “conjunto de conhecimentos que leva ao ato complexo de organizar,

³⁷ Entendemos que a criação do IDORT foi resultado da organização dos empresários desde a década de 1920, liderados por Simonsen, Azevedo e diversos entusiastas e defensores da organização científica do trabalho. Em 1928, por exemplo, Simonsen liderou a organização e criação do centro das indústrias do Estado de São Paulo (CIESP). “Este passou a ser o centro ideológico e organizador dos industriais paulistas” (GIANOTTI, 2007, p. 90).

sob o domínio constante da razão, iluminada pela ciência”. Outro nome de destaque, segundo Adensohn (1981), era o de Paulo Nogueira Filho, considerado igualmente pioneiro das ações em prol da racionalização. “Também se situa entre as iniciativas pioneiras a tentativa, mais ou menos sistematizada de aplicação dos princípios de racionalização, a efetuada por Paulo Nogueira Filho em uma fábrica de tecidos paulista. E o fez com tal êxito que foi convidado a empregar tais métodos em estabelecimentos suíços” (ADENSOHN, 1981, p.3).

Finalmente, em 23 de junho de 1931, a comissão organizadora do Instituto, que tinha como membros Roberto Mange, Lourenço Filho, José O. Monteiro de Camargo, Henrique Dumont Villares, Geraldo de Paula Souza, Prof. Damasco Penna, Luiz Tavares Pereira, Gaspar Ricardo Junior, Clovis Ribeiro, Aldo Mario de Azevedo e Armando de Salles Oliveira, foi convocada em assembleia que culminou com a fundação do IDORT. Nesse processo, é importante destacar mais uma vez o papel estratégico desenvolvido pelos dois últimos. Em discurso de fundação da organização empresarial, Gaspar Júnior deixa claro também que sua principal finalidade era **“melhorar o padrão de vida dos que trabalham em São Paulo e no Brasil, pela difusão e introdução dos processos de organização científica do trabalho e da produção”** (ADENSOHN, 1981, grifos nossos).

Na assembleia de fundação do Instituto, foi eleita e empossada a sua primeira diretoria:

Presidente: Armando de Salles Oliveira

Primeiro vice-presidente: A. C. Pacheco e Silva

Segundo vice-presidente: Luis Tavares

Primeiro Secretário: Aldo Mário de Azevedo

Segundo Secretário: Clóvis Ribeiro

Primeiro Tesoureiro: Oswaldo Reis de Magalhães

Segundo Tesoureiro: Vicente Soares de Barros Jr.

Azevedo³⁸, escolhido primeiro secretário, fez longo discurso no dia da fundação do Instituto, publicado no primeiro número da revista IDORT em seu primeiro número, no qual destaca os objetivos e finalidades dessa organização industrial, apontando três preocupações fundamentais que norteavam todo o trabalho do IDORT:

1° - O intercâmbio de ideias, experiências e pesquisas entre os estudiosos e interessados dos problemas do trabalho; 2° - a aplicação dos métodos científicos e sistemas de trabalho que, por uma organização administrativa adequada e por uma orientação racional do trabalhador, resultem melhora da qualidade do produto, baixa do preço de custo e melhor remuneração do operário, a par de maior conforto e melhores condições higiênicas do trabalho; 3° - a transformação, pela cooperação íntima das classes e camadas sociais, dos adversários irredutíveis que hoje se digladiam, em colaboradores de um mesmo ideal: o bem comum (AZEVEDO, 1932, p. 37).

Na verdade, esse discurso é base do seu estatuto que também foi aprovado no mesmo dia, ou seja, expressava os anseios dos fundadores, que tinham como membros nada menos que os principais industriais do Estado de São Paulo. Percebemos a preocupação das elites industriais em ampliar o seu campo de conhecimento sobre a questão do trabalho. Para alcançar seu objetivo, além de educar o próprio operário segundo os princípios da instrução racional, era também necessário a burguesia industrial formar ou ampliar as chamadas elites³⁹. Propõe-se já, então, neste primeiro número, a cooperação das classes como forma de alcançar os objetivos propostos por eles, que eram interesses de toda a sociedade, os quais garantiriam o bem comum.

Uma primeira constatação, a partir da leitura da revista, é que o IDORT surge para difundir o projeto industrial no Brasil, sob a lógica racional do trabalho. Para Medeiros (1980), esse Instituto tem como objetivo sistematizar as ideias tayloristas, como podemos observar a seguir:

Foi o responsável pela difusão sistemática da doutrina da ORT no Brasil. Teve sua origem ligada às ideias de racionalização, introduzidas pela transferência de técnica dos países já industrializados, sob a forma de máquinas ou habilidades para operá-las, e

³⁸ Esse Engenheiro e Industrial se filia em 1929 ao Instituto Internacional de Organização Científica do Trabalho, sediado em Genebra. No Brasil, articula os industriais para a criação de instituição que defendesse e difundisse as ideias de Taylor, fortalecendo também o projeto industrial no país.

³⁹ Não trabalhamos com o conceito de elite, quando o citamos é em referência aos autores da burguesia industrial e agrária deste período estudado. Trabalhamos com o conceito de classes sociais para entendermos os grupos organizados no interior dessa sociedade capitalista. Utilizamos o conceito de fração de classe para entendermos, por exemplo, a burguesia agrária e a industrial que disputavam espaços nos aparelhos do Estado. Entendemos que, no interior do sistema capitalista, existem lutas de classes e, dependendo da correlação de forças, uma classe pode deter a hegemonia ou não.

através de membros da elite e da classe média urbana, que viajavam para esses países, a fim de aprender engenharia mecânica e elétrica ou estudar especificamente a instalação e operação de certas espécies de máquinas importadas do estrangeiro. Estas idéias desenvolveram-se e firmaram-se concomitantemente à formação da ideologia do industrialismo, no decorrer dos anos vinte (MEDEIROS, 1980, p. 124).

Observamos que, de fato, esta afirmação se confirma, pois os principais industriais do período participaram do processo de fundação do IDORT. Após a crise de 1929 e com a criação da CIESP também em 1929 e fundação do IDORT em 1931, os industriais passaram a atuar mais ativamente e de forma mais articulada, buscando a construção da hegemonia de suas teses e projetos.

Ao analisar o movimento dos industriais nesse período histórico e a articulação e fundação do IDORT, Heloani (1997, p. 73) ressalta que esse instituto foi fundado com o:

[...] objetivo de centralizar todos os esforços de difusão dos princípios e métodos de administração científica. O surgimento desse instituto representou para o ideário dos industriais paulistas o início de uma nova organização social: a sociedade de consumo de massas. O crescimento e a institucionalização dos princípios tayloristas e fordistas foram vistos pelo capital como os instrumentos necessários para elevar o consumo da produção através da diminuição dos preços, aumento de salários e eficiência da produção.

Armando de Salles Oliveira⁴⁰, sendo seu primeiro presidente, era um defensor convicto das ideias preconizadas por Taylor. Segundo Adensohn, ele já defendia que o problema brasileiro era “de organização e a organização se faz, na maioria dos casos, sem a exigência de novos recursos financeiros” (ADENSOHN, 1981, p. 3).

Rapidamente, o IDORT se transformaria “[...] na principal agência de programação da organização racional do trabalho no Brasil, desempenhando o papel de centro intelectual do industrialismo para as questões relativas à racionalização, o que também significava participar diretamente da redefinição das funções do Estado na condução do processo de industrialização” (MICELI, 1992, p. 139).

Em 1981, em comemoração aos cinquentenário do IDORT, o então presidente dessa organização patronal, Oscar Augusto de Camargo, faz um breve histórico desse instituto, mostrando que “o IDORT projeta o Brasil no cenário mundial da administração, fortalecendo sua imagem como nação que se aplica com seriedade na difusão e aprimoramento dos métodos e princípios fundamentais à evolução racional de sua sociedade” (CAMARGO, 1981, p. 2).

⁴⁰ Ver Apêndice: Biografias Resumidas, pg. 248



Professores da Escola Politécnica de São Paulo, que participaram ativamente da criação do IDORT. Na foto, da esquerda para a direita, estão sentados, Basilides Godoy, Roberto Mange e ao seu lado, Ary Torres. Ítalo Bologna e o primeiro na fila de trás, tendo ao lado, de óculos e bigode, Ricardo Capote Valente. De Homens e Máquinas, Roberto Mange e a Formação Profissional. Volume I, SENAI, 1991, p. 99.

Podemos inferir desse discurso que a ORT, seguindo preceitos tayloristas, não apenas para a racionalização da indústria mas para a sociedade, era perseguida por décadas, até os anos 1980. A este respeito, uma das principais referências sobre essa temática, Antonacci (1993, p. 32) explicita que:

[...] se as ideias e práticas da administração científica tomaram posição na década de 20 – como resposta patronal à organização operária por transformações racionais nas condições de vida e de trabalho –, foi ao longo das décadas subsequentes que suas modificações expandiram-se em ritmos, desdobramentos e fases, conforme as conjunturas e o jogo de forças sociais.

Após a década de 1920, as práticas e atividades racionalizadoras “invadiram” a vida social, reordenando espaços, redimensionando tempos e reorientando relacionamentos sociais, num processo que se estendeu até a década de 1960, quando outros problemas e questões deixaram à mostra as mesmas conflituosas e contraditórias faces do capitalismo dominante.

O início das atividades do IDORT “não foi nada fácil, pois significou muito sacrifício”, nas palavras dos idealizadores do Instituto, levando em consideração que, naquela época, segundo eles, “inexistia clima receptivo à implantação de programas calcados nas teorias da racionalização do trabalho, nos princípios científicos da administração já largamente praticados no exterior, especialmente nos países industrialmente mais avançados”. Mas foi um grupo de industriais, idealizadores, pioneiros, “um pugido de brasileiros lúcidos, dotados de fé e descortino, [que] vislumbraram o alcance do projeto e se puseram em campo, aceitando o desafio numa quadra difícil da vida nacional e mundial”, (CAMARGO, 1981, p. 2).

Ou seja, entendiam os industriais que eles, além de lúcidos, foram os que se puseram a campo, num período de crise, em busca de um projeto que colocasse o país no caminho para o progresso. Os industriais reconheciam as dificuldades enfrentadas para implementarem as teses tayloristas no Brasil no espaço fabril. Mesmo não citando os embates com os trabalhadores, apontamos que uma das dificuldades foi justamente a não aceitação por parte destes últimos das mudanças fabris, sendo que as resistências foram muitas, em virtude da organização dos trabalhadores. Convém destacar, por exemplo, que a categoria dos profissionais que atuavam na área têxtil não se submetia aos ditames da burguesia industrial. A partir da sua mobilização e luta, levou os industriais a se organizarem e fundarem, em 1919, o Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo (CIFTSP), conforme informa Medeiros (1980):

Os industriais paulistas mobilizaram-se também contra a ação dos trabalhadores, insatisfeitos com o seu ganho, em defesa de seus lucros. Em 1919, surgiu o Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo (CIFTSP), associação mercantil fundada com o propósito de controlar os trabalhadores. Expressando este objetivo manifestou, desde suas primeiras sessões, interesse pelo estudo de todas as questões trabalhistas, da própria legislação do trabalho e de meios práticos para solução de greves mediante a adoção de medidas coercitivas (MEDEIROS, 1980, p. 118).

Os industriais, “pioneiros” da racionalização, tiveram dificuldades no início da década de 1930, em virtude dos embates com o governo Vargas, que criou empecilhos para o projeto da burguesia industrial a qual, diga-se de passagem, era representada majoritariamente pelos industriais do Estado de São Paulo e que tinham apoiado Julio Prestes para a eleição no período.

Ressaltamos que o discurso da técnica e da ciência, em que se propagava a neutralidade do IDORT, mascararam a questão política, social e da luta de classes, tal como observam Rago e Moreira (2003, p. 27):

A idéia de ciência passa a legitimar o método Taylor, já que nesta perspectiva ele se fundamenta num saber objetivo, competente e acima de tudo neutro, apolítico, desinteressado, isto é, da ordem da ‘verdade’, opondo-se à ‘anarquia’, dos métodos empíricos tradicionais. A imagem de oposição entre um método e outro dispensa comentários. Deste modo o discurso taylorista constrói a imagem de neutralidade e de eficácia de acordo com a representação burguesa da técnica como matéria que contém leis próprias, objetivas e imparciais, às quais não se pode nem se deve opor resistência.

Entendemos que o taylorismo, em sua proposta ideológica, esconde os objetivos de fato da proposta de racionalização, da concentração do saber nas mãos da administração. Com relação a essa questão, “permite mascarar o conteúdo político da técnica de uma maneira muito hábil, ou seja, dissociando a questão da técnica da questão da política de tal modo que ambas aparecem como elementos independentes” (RAGO; MOREIRA, 2003, p. 27).

Nessa mesma linha de raciocínio, Heloani (2002, p. 18), após analisar a obra de Taylor, entende que, na verdade, esse engenheiro quer nos induzir “a pensar que o capital e trabalho se fortalecem com a prosperidade e a cooperação. Implicitamente inicia o processo de modernização do corpo, através da construção desta arquitetura da visão sobre o trabalho”. A defesa desse projeto racionalizador, pelo qual lutava a burguesia industrial, evidencia que a única possibilidade de se construir uma sociedade “saudável”, desenvolvida, “próspera”, seria a conciliação de classes, a cooperação entre todos, pois não havia interesses divergentes e todos deveriam, “irmãdos”, contribuir com esse projeto.

Nota-se que a preocupação dos industriais com a luta de classes era evidente e, para acabar com esses conflitos, propunham o diálogo, a colaboração entre as classes, pois, segundo eles, “em um país paradisíaco”, não tinha sentido falar em interesses diferentes, devendo haver um só, único para o país, que era o do progresso, do desenvolvimento, da organização racional do trabalho e da sociedade. Segundo a elite industrial, o desenvolvimento da sociedade deveria ser a luta de todos, pois faziam parte de um mesmo organismo social, com os mesmos interesses, portanto, não havia sentido falar em classes sociais.

Azevedo, sobre o processo que conduziu Vargas ao poder, observa que este fato político, trouxe uma agitação reivindicatória por parte dos trabalhadores, considerados inferiores:

[...] uma agitação reivindicatória nas grandes camadas inferiores do cone de areia que symbolisa nossa formação social e provocou igualmente uma recrudescencia das chamadas luctas de classes tão prejudiciaes ao desenvolvimento e mesmo à existência de um organismo único, como é o paíz. Não se comprehende que, num paíz como o Brasil, pleno de recursos inexplorados, gastemos intelligencia, tempo e energia em discussões estéreis e em luctas internas, que só nos prejudicam e nos enfraquecem diante de outros povos unidos e organismos na fortíssima concorrência internacional (AZEVEDO, 1932, p. 37, grifos nossos).

Está expressa nessa citação a máxima dos industriais idortianos, pois entendem que o IDORT é o único órgão saudável da sociedade, já o proletariado e suas manifestações grevistas são obstáculos para o bom funcionamento desta sociedade, apontando que a resistência dos trabalhadores, só enfraquece a nação diante de outros países. Percebe-se o pensamento autoritário dos mesmos, uma vez que, na visão deles, dever-se-ia desconsiderar outros projetos para fazer prevalecer a sociedade harmônica, tal como idealizavam. Entendemos, desse modo, o porquê de os industriais aceitarem e apoiarem o Estado Novo instalado por Vargas no período 1937-1945.

No Editorial da revista IDORT, número 2, percebemos nitidamente a defesa de uma sociedade harmônica, segundo o entendimento da burguesia industrial, e, para tanto, necessitaria convocar os trabalhadores para a cooperação entre as classes, “Os brasileiros ainda não se compenetraram da luta e não se convenceram da necessidade inadiável de união, cooperação, de colaboração e de disciplina. Assistimos diariamente às mais estéreis discussões e lutas entre partes do organismo vivo que é a nossa pátria” (Revista IDORT, nº 2, fev. 1932, p. 1).

O discurso ideológico dessa fração da classe dominante toma como ponto de partida a identificação dos seus interesses com o chamado interesse coletivo. Ideologicamente, o discurso da técnica e da ciência, portanto da neutralidade do projeto de racionalização proposto pela burguesia, mascara a questão política, social e da luta de classes.

Os intelectuais orgânicos do IDORT apresentam-no para a sociedade como sendo “apenas” um Instituto de carácter técnico, “despossuído” de objetivos políticos e ideológicos e não tendo um direcionamento de classe. Buscavam aparentar uma entidade “neutra”, defensora dos interesses nacionais e para todos os brasileiros. Amaral (1961, p. 11), ao participar da comemoração dos 30 anos dessa entidade, deixa clara tal postura “neutra”. Assim, o projeto do IDORT é “[...] Promover uma intensa campanha pela elevação do *standart of living* do brasileiro que trabalha, sem discriminação de classe e sem preocupações religiosas”.

[...] nem todos os brasileiros se compenetraram dessa realidade, mesmo os das classes mais cultas e estudiosas [...] Organizemo-nos, Unamo-nos. Temos recursos infinitos de

matéria-prima e de energia motriz. *Temos mao-de-obra barata e abundante.* Temos um clima paradisíaco. Não sofremos terremotos... Estudemos com vontade nossos problemas de produção. Melhoremo-la. Anulemos sistematicamente o desperdício. Utilizemos com mais inteligência o trabalho dos nossos operários. Eduquemo-los, ensinemo-los a trabalhar melhor [...] Que os patrões e os operários se unam na defesa dos interesses mútuos [...] Maior produção, melhor qualidade, maior remuneração, mais conforto e menor custo. São esses os resultados que conseguiremos matematicamente pela racionalização e organização científica do nosso trabalho (Revista IDORT, nº 2, fev.1932, p. 1-2, grifos nossos).

Se a classe operária fazia um discurso e tinha uma prática que se contrapunha aos interesses da burguesia industrial, essa mesma burguesia passa a organizar um contra-ataque, fazendo um discurso político, deslocando as causas da crise para a ‘desorganização administrativa’ que gerava o desperdício de recursos. Para a burguesia, a questão era economizar, racionalizar e não desperdiçar tempo, material, bastava apenas administrar melhor a produção e cronometrar o tempo.

Como se vê, os industriais tentavam mostrar que os conflitos, por serem prejudiciais aos seus interesses e, portanto, à concretização do seu projeto de racionalização da sociedade, ocorriam não por conflitos antagônicos em uma sociedade de classes, mas simplesmente por desentendimento. Por isso, o projeto idortiano centrava-se na cooptação dos trabalhadores: aqueles que não aceitassem as regras do jogo teriam os “cacetetes” do Estado.

Com relação a essa estratégia dos empresários, concordamos com as análises desenvolvidas por Gramsci (1991, p. 295), quando estudou o taylorismo-fordismo, identificando estratégias de persuasão e coerção sobre os trabalhadores. Segundo Gramsci:

Recordar as experiências de Ford e as poupanças feitas pela sua empresa com a gestão direta do transporte e do comércio das mercadorias produzidas, poupanças que influíram sobre os custos de produção, permitiram melhores salários, e menores preços de venda. Uma vez que existiam estas condições preliminares, já racionalizadas pelo desenvolvimento histórico, foi relativamente fácil racionalizar a produção e o trabalho, combinando habilmente a força (destruição do sindicalismo operário com base territorial) com a persuasão (altos salários, benefícios sociais diversos, propaganda ideológica e política habilidosíssima), e conseguindo deslocar, sobre o eixo da produção, toda a vida senão de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia (GRAMSCI, 1991, p. 295).

O processo ocorrido aqui foi idêntico ao norte-americano, ou seja, era necessário eliminar as resistências e desenvolver estratégias de cooptação dos trabalhadores.

Ao analisarmos o discurso ideológico da burguesia industrial, a partir do IDORT, também presente na análise de diversos estudiosos e pesquisadores como Antonacci (1993),

Cunha (2005), Pichelli (1997), Manfredi (2003), Kuenzer (2002), Tenca (2006), Weinstein (2000), Moraes (2003), constatamos que este já era, na década de 1930⁴¹, pautado “[...] no controle do operariado, na eliminação dos conflitos e no progresso industrial, [assim] procurava apresentar-se como única possibilidade de progresso da nação brasileira” (PICHELLI, 1997, p. 18).

O discurso dos industriais era político e ideológico, pois propunha a cooperação entre as classes, mascarando a luta de classes. Em contrapartida, as condições de trabalho nas indústrias eram motivo de denúncias realizadas pela imprensa operária. No setor têxtil, por exemplo, tinha-se uma das referências da produção naquele período:

[...] as queixas referentes às condições de trabalho provinham, na sua grande maioria, das mulheres que representavam uma parcela significativa do contingente de trabalhadores desse segmento industrial (58%). Tal fato não se dava por acaso, pois as mulheres, juntamente com os menores, constituíam o setor mais desorganizado do mercado de trabalho. Exatamente aí o taylorismo foi empregado para reduzir as tarefas a um conjunto delimitado de movimentos padronizados e passíveis de controle, além de permitir a incorporação de um segmento barato e desarticulado ao mercado de trabalho. As fábricas da família Matarazzo constituem um exemplo significativo dessa “ergonomia perversa”: chegaram a desenvolver máquinas com a metade do tamanho normal para serem operadas por crianças operárias [...] (HELOANI, 1997, p. 78).

A partir dos estudos realizados, consideramos que o principal obstáculo enfrentado pelo capital era a resistência operária ao processo de exploração. Essa resistência também ocorreu no Brasil, pois os trabalhadores não aceitaram pacificamente as novas propostas de organização no espaço fabril, tese defendida também por Coriat (1985, p. 84) que observa que “a questão que a Taylor se coloca [...] é aquela que a todo o capital se coloca [...] como contornar, ou melhor quebrar, o que se designa por “falta de zelo”, e que nós designaremos pelo seu conceito: a resistência operária ao trabalho assalariado”. Era necessário, portanto, quebrar a resistência operária, a organização sindical, para garantir maior produção e expansão do capital.

⁴¹ Importante observar que, nas décadas de 10 e 20 do século XX, já existiam mecanismos de controle sobre os trabalhadores fabris. Como nos informa Ghiraldelli (1987), “dentro das fábricas, mestres e contra-mestres se responsabilizavam pela disciplina do trabalho. Em muitos casos os operários abriam uma verdadeira frente de batalha contra tais figuras, isentando o patrão, e mais ainda, as condições sociais, de qualquer culpa pelo regime de opressão no trabalho. É significativo que várias greves foram deflagradas contra as atitudes dos mestres. Aos poucos, também a figura do patrão foi sendo responsabilizada pelo regime de opressão vigente, sendo os mestres entendidos como meros arautos do capitalista” (GHIRALDELLI, 1987, p. 41-42).

Essa mesma estratégia foi empregada pelos industriais no Brasil, no início do século XX, acentuando-se pós anos trinta, quando o Estado Vargas elabora leis do trabalho, sindical fascista, com o objetivo de não tolerar mais a organização e a contestação dos trabalhadores, as quais seriam tratadas, a partir de então, como subversão, acarretando, assim, perseguições, prisões e deportações dos trabalhadores estrangeiros. Nesse sentido, tornava-se necessário forjar uma classe trabalhadora apta para os projetos que estavam sendo implementados.

Conforme o entendimento dos industriais, todos sairiam ganhando com o projeto racionalizador, pois significava a “marcha do progresso, da civilização, do desenvolvimento”. Em seu livro *Orientação Industrial Brasileira*, Simonsen faz os seguintes apontamentos sobre essa questão:

[...] querer negar que o desenvolvimento e a consolidação do Parque Industrial Brasileiro concorrem para o aumento da riqueza, prestígio, poder e formação de nossa própria raça, é desconhecer os mais comeinhos princípios da política econômica e social. A grande indústria, por toda a parte do mundo em que se instala, traz como corolário a melhoria dos salários, o barateamento relativo do produto, o enriquecimento social, e o aumento da capacidade de consumo. Traz ainda mais, como consequência, intensificação das relações comerciais, dos meios de transportes e a marcha vitoriosa da civilização (SIMONSEN, 1928, p. 12).

Os Intelectuais orgânicos do IDORT recorriam, portanto, à identificação da organização social, buscando semelhanças entre a sociedade racional e o corpo humano. Segundo Azevedo, “toda a organização racional se assemelha ao corpo humano ou as suas partes componentes”. Ela deve possuir o órgão de ‘direção’, como o cérebro, capaz de receber as sensações exteriores, defini-las, classificá-las, conjugá-las e resolvê-las, determinando a ‘reação’ adequada”, ou seja, a organização racional deve comandar, dar linha, definir o funcionamento do corpo, diga-se sociedade, como se estivesse regendo uma orquestra, portanto, os órgãos devem estar em sintonia com o comando. Na verdade, são ideias que buscam mascarar e não aceitar as manifestações dos operários para, posteriormente, reprimi-los a partir desse consenso de harmonia social.

2.3 O projeto IDORT

A partir da análise da revista IDORT, constatamos que o Instituto criado em 1931 pelos industriais paulistas:

É uma sociedade civil de intuítos não econômicos [...] constitui-se com objetivo de estudar, aplicar e difundir os métodos de organização científica do trabalho. Com isso tem o intuito de aumentar o bem-estar social, por meio do acréscimo da eficiência do trabalho humano, em todos os seus ramos, expresso no máximo proveito, quer para o individuo, quer para a coletividade. Em resumo, pode-se dizer que o Instituto de Organização Racional do Trabalho é uma sociedade de estudos e de ação, voltada, imediatamente, ao melhor aproveitamento de todo esforço humano empregado em qualquer das múltiplas manifestações da atividade moderna, não só na indústria, mas também, na própria ciência e no trabalho intelectual, em tudo enfim, onde a arte de fazer e de administrar tenha de se fazer sentir (Revista IDORT, nº 1, jan. 1932, p. 1).

Ainda segundo informações recolhidas da Revista IDORT, o Instituto foi criado sem interesses, como se fosse neutro e não tivesse um projeto político.

O Instituto de Organização Racional do Trabalho de São Paulo não tem outro escopo. Não tem fins de lucro; não tem interesse algum commercial; não é defensor de classes, nem é político. É uma associação que se fundou com o único fim de difundir e aplicar entre nós os conhecimentos científicos da organização e do trabalho para que elles sejam aproveitados por todos os que labutam, caracterizando sua acção na mais pura e desinteressada accepção da palavra – cooperação (Revista IDORT, nº 5, mai. 1932, p. 2).

Os ideólogos do IDORT entendiam que esse Instituto tinha um papel importante a cumprir, pois deveria incluir em seus objetivos “[...] a pesquisa e o intercâmbio de idéias, a aplicação de métodos científicos e a transformação dos inimigos de classe em colaboração para ‘prosperidade geral’” (WEISTEIN, 2000, p. 89). Ressalta-se que os industriais ligados ao IDORT tinham como principal referência uma obra de Taylor⁴², *Princípios de Administração Científica* (2006), em que expôs suas concepções sobre a racionalização do processo de trabalho. Lembramos que os seus princípios consistiam em intensificar a produtividade, aumentando os excedentes por meio de imposição da “ciência” do trabalho aos servidores.

No que se refere ao chão da fábrica, a proposta pressupunha, então, exercer um maior controle sobre os operários, submetendo-os a técnicos especializados, e também eliminar muitas funções pela simplificação do processo laboral, aumentando com isso a produção e os lucros. Em artigo publicado na revista IDORT em 1938, o Vice-Presidente do Instituto, Azevedo, ao analisar

⁴² Rago e Moreira informam que Taylor pertencia a “uma família abastada de formação puritana e só não realizou seu sonho de estudar na Universidade de Harvard, devido a problemas de visão. Aos 22 anos, decide-se pela profissão de engenheiro e inicia seus estudos como aprendiz numa pequena oficina da Filadélfia. Nos quatro anos seguintes, ele se torna sucessivamente chefe-ferramenteiro, segundo contramestre, contramestre, chefe-mecânico, diretor de pesquisa e, enfim, engenheiro-chefe das Usinas Midvale Steel Co” (RAGO; MOREIRA, 2003, p. 15).

o desperdício e os acidentes no interior das fábricas, sugere meios para evitá-los e garantir produção sem “problemas”, “A fábrica ordeira, bem organizada, disciplinada, apresenta sistematicamente um baixo coeficiente de acidentes [...] Somente com ordem, disciplina e educação é possível tornar o operário um colaborador do empregador na profilaxia dos acidentes” (AZEVEDO,1938, p. 206-207).

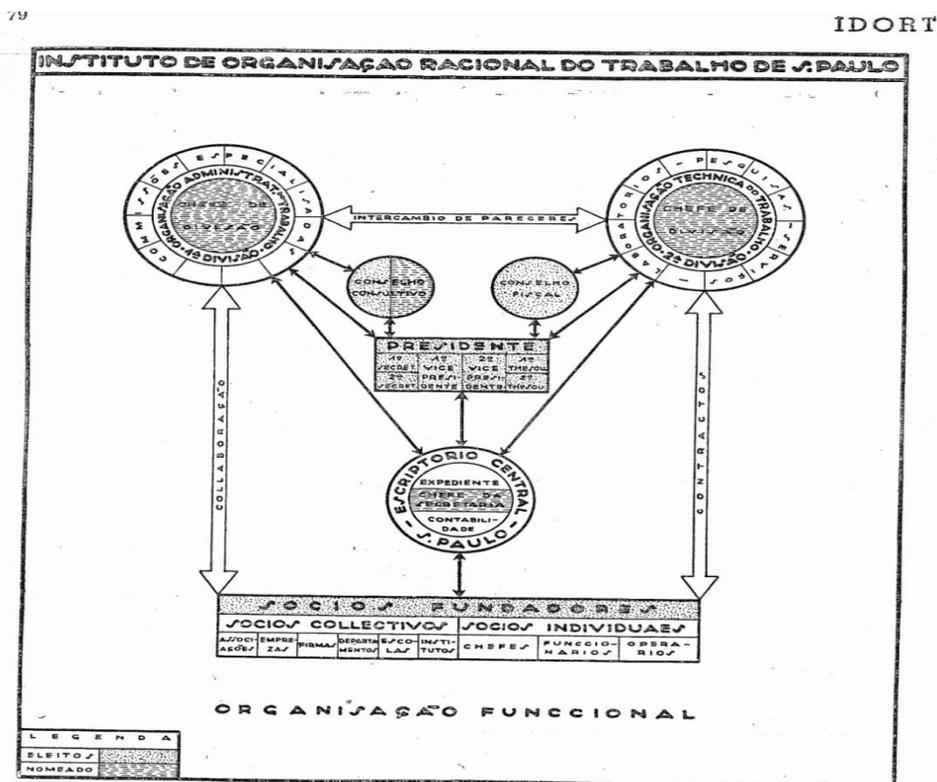


FIGURA 3 — Tendo como fundamento da sociedade os socios, vemos que elles se dividem em socios collectivos e individuais os quaes por sua vez são subdivididos em associações, empresas, firmas, etc., etc., conforme é indicado na parte inferior (base) da figura. Os socios fundadores provêm dos socios referidos, por eleição, conforme ordenam os estatutos. O escriptorio central de São Paulo centraliza o expediente e contabilidade do instituto, sob a direcção do chefe da secretaria, nomeado pela directoria. Logo acima se encontra a Directoria, cujos membros são todos eleitos. O presidente, elemento eminentemente executivo da Directoria, está em contacto directo com o Conselho Consultivo que, conforme os estatutos, tem parte dos membros eleitos (presidentes das comissões especializadas) e parte nomeados. Por outro lado, a Directoria, e principalmente o presidente tem contacto directo com o Conselho Fiscal, cujos membros são eleitos. A 1.ª Divisão do Instituto está representada no circulo superior á esquerda. O Director tecnico (nomeado) forma a parte central, em contacto com todas as Comissões especializadas. Esta Divisão tem os seguintes contactos e relações: — Com o Conselho Consultivo, ao qual fornece parte dos trabalhos, etc. Com os socios, pela collaboração. Com a Directoria. Com o Escriptorio Central, para o andamento do trabalho. Os contactos indicados são os seguintes: Com o Conselho Fiscal, pelo exame dos contractos e contas de execução do serviço. Com a Directoria. Com o escriptorio central, como na 1.ª Divisão. Com os socios, na forma de contractos de execução de serviço.

Como se Organizava o Instituto de Organização Racional do Trabalho. In: **Revista IDORT**, nº 16, p. 80, 1933.

Apesar de o Brasil viver num período histórico sob profunda crise social, em virtude da quebra de bolsa de valores de Nova York em 1929, nota-se que o discurso da burguesia industrial não problematiza desigualdades sociais, pobreza, desemprego e crise social profunda, pelo contrário, é como se as contradições do capitalismo não existissem. Explicitava sua crença de que apenas pela disciplina e colaboração entre classes seria suficiente resolver uma crise do

próprio sistema. É notório, contudo, um discurso político e ideológico que visava, na verdade, mascarar justamente essa crise do capitalismo.

A proposta de organização racional extrapolava, como já explicitamos, o espaço fabril; tratava-se de um projeto para todos os setores da sociedade. Se a proposta era disciplinar o operário para o chão da fábrica, paralelamente, seria disciplinar a sociedade na lógica da racionalização.



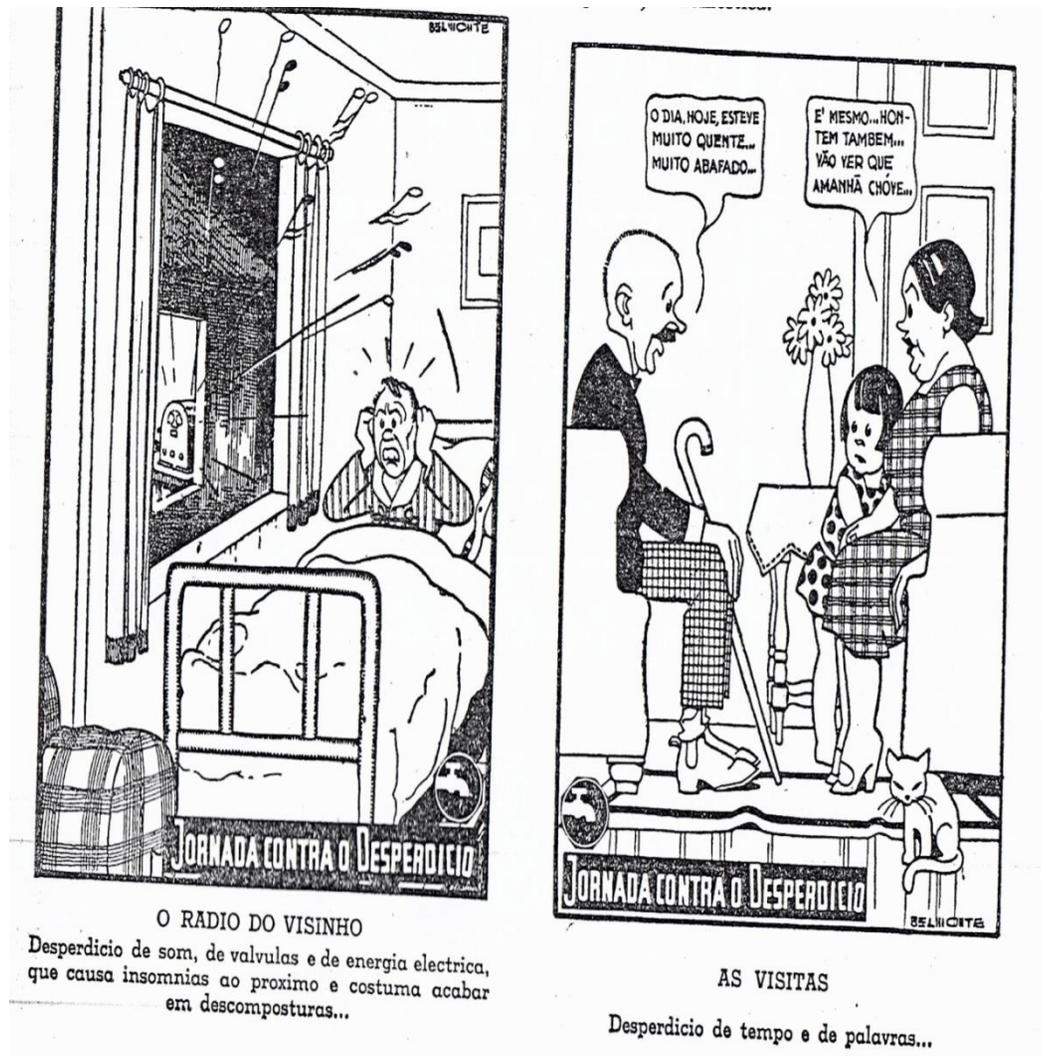
NA RUA

Desperdício de energia física que como consequência, produzirá desperdício de objectos, de saúde, de bom humor e de paciência...

Revista IDORT, nº 82,83,84 de 1938, p. 225.

Na campanha contra o desperdício, organizada pela revista IDORT, em 1938, previa orientação para toda a sociedade, como deveria economizar tempo, evitar desperdício, buscando

com isso racionalizar o máximo a vida das pessoas e suas ações. Para o IDORT, as pessoas deveriam ser objetivas nas conversas também, para não perder tempo, economizar palavras.



Revista IDORT, nº 82,83,84 de 1938, p. 266.

Para a revista IDORT, as visitas também atrapalhavam a vida racional, pois as pessoas perdiam tempo com visitas e conversas, ou seja, até conversar, ter vida social, era visto como perda de tempo. Este tempo deveria ser utilizado para o trabalho. Ouvir música, lazer, também era visto como atividade “infrutífera”, perda de tempo.



Durante a exposição contra o desperdício viam-se varios stands sugestivos

Revista IDORT, nº 82,83,84 de 1938.

Esta campanha foi organizada e divulgada pelo IDORT, para a sociedade, buscando com isso, “conscientizar” a mesma para a importância de se utilizar “bem” o tempo. Lembramos que esta campanha também foi utilizada para “conscientizar” as “donas” de casa de como utilizar o tempo no trabalho doméstico e como não perder tempo nas atividades do lar.



COSINHA LABORATORIO. — Esta photographia da idéa de como deve ser feita a disposição dos moveis em uma cosinha racional. A cosinheira sentada em um banquinho rotativo, pode effectuar todos os trabalhos (preparo de alimento, lavagem da louça, etc.) As dimensões, propositadamente reduzidas, são razoavelmente determinadas para concentrar em um só ponto os diferentes "momentos" do trabalho.

A revista IDORT, elabora proposta de como economizar tempo na cozinha, onde o espaço deve ser pequeno e prático para a realização rápida das tarefas e para que não se perca tempo nas alimentações (Revista IDORT, nº 82,83,84 de 1938, p. 272).

Trata-se de racionalização da vida como um todo das pessoas, mas apenas para a classe trabalhadora, pois a burguesia vivia em imóveis grandes, espaçosos, luxuosos, ou seja, em mansões.

Lembramos que, em 1933, a revista IDORT reproduzia nove argumentos favoráveis à racionalização, dos quais três deixam evidentes quais eram as suas proposições. Conforme a revista, a racionalização possibilitava a ampliação da lucratividade com o trabalho humano, ao

mesmo tempo em que beneficiava todos os operários, pois teriam maiores ganhos, assim a sociedade também ganharia, pois todos estariam bem, com melhores salários e “felizes”. Assim, os intelectuais ligados ao IDORT procuravam esconder a exploração existente na fábrica bem como as péssimas condições de trabalho, jornadas intermináveis, controle sobre o trabalhador. Além disso, a disciplina tinha por objetivo o aumento considerável da produção, elevando o lucro dos industriais pela mais valia absoluta.

Vejamos, a seguir, os benefícios da racionalização a partir dos nove pontos apresentados pela revista:

1° tem desenvolvido e vulgarizado métodos que aumentam a produção por homem-hora. Melhora o “turnover” do capital, elimina o desperdício, reduz o custo da produção e distribuição; simplifica a direção e planeja para o futuro; 2° tem ajudado a levantar a carga dos ombros do homem, aumentando o uso da força mecânica; 3° melhorou as condições físicas do trabalho...; 4° melhorou os resultados dos esforços humanos...; 5° tem ajudado a encurtar as horas de trabalho e a proporcionar aos operários mais tempo livre; 6° trouxe maior cooperação entre operários e patrões, esclarecendo seus mútuos fins e os passos a serem dados para chegar a esses fins; 7° começou a remover os obstáculos de classe, baseando as promoções individuais, assim, abrindo oportunidades de carreira e distinções de classe difícil no passado; 8° tem reduzido o custo das necessidades da vida por meio da simplificação, padronização e produção em massa, facilitando destarte à família média maior conforto físico do que antes; 9° forneceu uma técnica para simplificar situações complexas e planejou o seu respectivo controle, que pode ser aplicado muito mais extensivamente do que no passado à direção das forças mudáveis da indústria, não só em benefício de uma classe, mas de toda a humanidade (PINTO, 1933, p. 53).

Logo no primeiro ponto, já fica evidente que a racionalização aumentaram a produção por trabalhador, reduz os custos ocorrendo aumento do lucro dos industriais. No segundo tópico, afirma-se que esta ajudaria o trabalhador, pois melhora o seu ofício, minimizando a sua carga, mas deixam de mencionar que ocorre aumento do seu ritmo. No terceiro ponto, consideram que melhoraria as condições físicas do trabalho, pois os mais árduos passam a ser feitos pela máquina, embora não esclareça que tal procedimento libera-o para produzir mais ainda, pois este fica focado apenas na produção de certa mercadoria. No quarto tópico, fica evidente que melhoraria o resultado dos esforços humanos, pois, com a racionalização, ocorre aumento considerável da produção, sendo que o trabalhador não precisa mais se locomover, ficando preso na linha de produção. No ponto seguinte, é afirmado sobre o interesse em comum em produzir mais, alcançar os fins, mas não afirma que, ou o trabalhador adere a essa lógica, tornando-se dócil, ou se rebela e está fora dela, enfim, ou se deixa cooptar ou será um trabalhador indesejado

pelo setor industrial em ascensão. As promoções deixam explícito que ocorre um processo individual na produção: quem produz mais rápido, é mais ágil e produz mais, recebe o prêmio “operário padrão”, adaptável e rentável para o capital. No ponto oitavo, por sua vez, fica evidente a produção em massa, taylorizada, de modo que o trabalhador segue a linha da produção e o aumento do ritmo se dá a todo instante, em busca da elevação da produção. No último tópico, enfim, fala de controle do processo de trabalho, e isso de fato ocorre cada vez mais acentuadamente com a racionalização. Ressaltamos que essas questões ficam fora da análise dos industriais, pois o que lhes interessa mesmo é a superprodução e o lucro e não a satisfação de fato dos trabalhadores.

Outra autora que pesquisou a organização do IDORT foi Weinstein (2000). Em sua análise, observa que a sua criação foi resultado do crescente entusiasmo e aceitação das ideias de racionalização pelos industriais. Conforme compreensão desta autora:

[...] a fundação do IDORT em 1931 foi apenas um dos muitos sinais do crescente entusiasmo pela racionalização entre os líderes da classe industrial. Mais uma vez, Roberto Simonsen tentou estabelecer um programa para a indústria, esboçando sua estratégia num discurso pronunciado no Instituto Mackenzie [...] Simonsen aproveitou a ocasião para analisar os problemas que dificultaram o desenvolvimento industrial brasileiro na década anterior. A solução que ele propôs para esses problemas, como era de se esperar, foi a organização racional da produção (WEINSTEIN, 2000, p. 87).

Por um lado, a burguesia fazia um discurso de conciliação de classe, colaboração e disciplina de todos unidos em prol do progresso do país, de modo que “[...] os patrões e os operários se unam na defesa dos interesses mútuos”, propondo que os trabalhadores fossem parceiros no projeto burguês, pois só assim “[...] iria ganhar (com) o desenvolvimento industrial”. De outro, buscava formas para conter as organizações trabalhistas que defendiam ideologias comunistas, socialistas e anarquistas, neutralizando-as, pois questionavam e atrapalhavam o projeto burguês (PICHELLI, 1997, p. 18).

Entendemos que os principais defensores da organização científica do trabalho deixavam evidentes suas propostas não somente para a indústria, mas sim para a sociedade e que suas ideias eram fundamentais para neutralizar a luta de classes e cooptar os trabalhadores⁴³.

⁴³ Esta visão está explícita em documento do Senai (1991), demonstrando que o projeto racionalizador era de fato pensado para toda a sociedade, reforçando as teses “[...] da pedagogia do industrialismo nas escolas, nas fábricas, nas ruas, escritórios e até nos lares” (SENAI, 1991, p. 98).

Salienta-se, pois, que o discurso ideológico e a prática industrial dos principais membros do IDORT tinham por objetivo cooptar os trabalhadores para uma sociedade sem conflitos, de colaboração. Todavia, tinham também como objetivo desqualificar o discurso formulado pelas lideranças operárias: “rearticulando o espaço fabril, educar o operariado segundo os princípios da ética do trabalho e, desse modo, consolidar o projeto hegemônico da burguesia industrial” (PICHELLI, 1997, p. 77).

Sendo assim, um dos seus objetivos era quebrar a autonomia e o poder desses grupos de operários que, nas formas de trabalho e de organização, expressavam uma elaboração cultural de vida através de concepções e disposições de tempos e espaços, de costumes e comportamentos. Ou seja, visando controlar o trabalhador, teriam que, pois, a todo custo, combater todo um modo de viver e se relacionar disseminado pela sociedade.

Este projeto de cooperação entre as classes fica evidenciado no editorial da revista IDORT, 1932, número 4, cujo título é “ESPRIT DE CORPS”, em que se discorre sobre a importância do envolvimento do trabalhador no seu ofício, a importância da solidariedade como forma de conseguir a eficiência da organização do trabalho. Segundo este editorial:

Um dos factores mais decisivos na eficiencia da organização de um trabalho coletivo – embora frequentemente esquecido ou desprezado – é o que os francezes chamam ‘esprit de corps’ e que poderíamos traduzir livremente por ‘espírito de solidariedade’. Todo conductor de homens, isto é, todo chefe de serviço deve estimular o desenvolvimento desse estado psicologico entre os seus subordinados. Os empregados e operários que trabalham conscientemente sob a acção desse estado de espírito serão sempre os melhores auxiliares e os mais productivos. O ‘esprit de corps’ é a compreensão, por parte de cada indivíduo de uma organização determinada, de sua ‘função’ no conjunto, isto é, da influência de sua actuação particular nos resultados do todo. Para se chegar a esse estado de espírito é necessário um trabalho preparatório bem coordenado, corroborado por actos e factos de evidente significação, partidos do centro, ou melhor, da direcção da empresa (Revista IDORT, nº 4, abr. 1932, p. 1).

No entendimento dos industriais, uma empresa onde exista cooperação, solidariedade e espírito coletivo funcionará sem conflitos. Para se chegar a esse ponto, torna-se necessário preparar o trabalhador, dar-lhe uma formação sistemática, constante, para que adquira o espírito “capitalista da empresa”, tal como explicitado a seguir:

Quando todos os elementos de trabalho de uma empresa estão sinceramente imbuidos do espírito de solidariedade e de cooperação, a organização – tal qual uma machina bem ajustada e lubrificada – funcionará suavemente, sem choques e sem attrictos, prompta sempre para os mais rápidos movimentos ou os mais surprehendedentes esforços (Revista IDORT, nº 4, abr. 1932, p. 2).

Para demonstrar como deve ser esse funcionamento e como atingir esses objetivos, o editorial cita a experiência realizada em uma empresa de tecidos de algodão, onde um cartaz era fixado em todas as seções da fábrica e também nos escritórios, para que todos seguissem as orientações enumeradas. O título do cartaz era “Programma Para o Ano Novo: Produzir mais e melhor por menos”, no qual se explicitavam os objetivos da racionalização do trabalho, que, para um bom entendedor, significava aumentar a produção. Na sequência do cartaz, vinha a chamada “Economia e Cooperação” e, logo em seguida, todas as orientações para os trabalhadores. Trata-se de uma citação longa, mas que consideramos importante transcrevê-la na íntegra, pois é um exemplo real do empenho das empresas em aumentar a sua produção, além de demonstrar a aproximação às ideias insistentemente pregadas pelos defensores da ORT.

Economia do trabalho: Execute o seu serviço com o maior cuidado e atenção para que seja perfeito. Assim, não será necessário desmanchá-lo ou fazê-lo de novo. De material – Não desperdice a matéria prima nem outros quaesquer materiaes. Tudo custa dinheiro. Tenha o maior cuidado com as machinas e outros instrumentos que auxiliam o seu trabalho e procure conservá-los em bom estado. Não se esqueça que quanto mais adiantada é a fabricação, mais valor tem o producto e mais cuidado é preciso para não desperdiçar. Si um kilogrammo de algodão custa um tanto, o de fio custa o dobro e o de tecido vale quatro vezes mais.

Cooperação pela disciplina: - Mantenha a ordem, a limpeza e a hygiene dentro da fábrica. Não perturbe o trabalho com conversas. Respeite os seus superiores e obedeça as instruções de serviço com boa vontade. Quando estiver em dúvida, pergunte. Pela atenção: - Communique aos seus chefes qualquer irregularidade que observar no funcionamento das machinas. Uma machina, consertada a tempo, evitará graves desastres ou grandes prejuízos. Pela Intelligencia: - Trabalhe sempre pensando no serviço que está executando. Procure encontrar processos mais rápidos e mais econômicos nas operações que executa e que evitem defeitos de fabricação. É assim que a indústria tem progredido e que o operário prospera na sua carreira. Pela confiança: - Seja amigo dos seus companheiros de trabalho e dos seus chefes. Quando tiver alguma queixa, faça-a logo. Quem trabalha aborrecido fica com má vontade e quem trabalha com má vontade trabalha mal. Confiança mútua é indispensável para se entender (Revista IDORT, nº 4, abr. 1932, p. 2-3, grifos nosso).

A partir dessa citação, percebemos que a preocupação era notoriamente com as máquinas, com a disciplina no trabalho, com o comprometimento, com a colaboração e interesses da empresa, de forma a garantir uma produção maior. Porém, nenhum item nos leva a refletir sobre uma preocupação com o indivíduo, com seu bem-estar, segurança ou condições de trabalho. Ainda, a empresa fixou ao lado dos cartazes a seguinte chamada: “1931 foi regular. Vamos fazer força para 1932 ser melhor”, reforçando um estímulo para que se produzisse cada

vez mais, embora revelando eterna insatisfação com os resultados, já que, provavelmente, no ano seguinte, os dizeres seriam iguais.

É preciso reconhecer, no entanto, que os idortianos foram originais, ao proporem o “novo”, o “moderno”, a saída para o “progresso” do país, via industrialização, dispendo-se a organizar a sociedade, que era “arcaica”. Tinham a “poção mágica” do desenvolvimento, por meio da qual todos ficariam irmanados na paz, justiça e igualdade de oportunidades, pois suas teses eram inquestionáveis e, portanto, a felicidade geral da nação estava na racionalização do trabalho, da sociedade, todos produzindo para “todos”.

Do ponto de vista das teorias, “Os princípios da administração científica” tiveram suas aplicações intensificadas por Henry Ford, que desenvolveu em suas fábricas a perfeita intercambialidade das peças, fixando o trabalhador no mesmo posto e realizando a mesma tarefa, durante toda a jornada, evitando assim desperdício de tempo e energia. Tanto Taylor como Ford eram admirados pelos engenheiros e industriais no Brasil ligados ao IDORT. Entendemos essa admiração ao taylorismo, em razão de ser um modelo de produção que resolve temporariamente a crise capitalista, instalando novas formas de produzir, pressupondo total controle sobre os trabalhadores que, diga-se de passagem, nos primeiros anos, foi bem sucedido, além de ser uma novidade para a indústria nacional que estava em processo de expansão.

Heloani (1997, p. 74) entende que o teses fordistas foram utilizadas pelos industriais paulistas como forma de controlar os trabalhadores, discipliná-los com o intuito de aumentar a produção, tal como se observa a seguir:

O fordismo, em virtude de seu apelo de intensificação da gestão disciplinar do trabalho e da verticalização da produção, foi utilizado como suporte ideológico desse modelo de concentração de capital. E adequou-se muito bem aos objetivos de elevar o controle sobre o trabalho por parte dos industriais paulistas. A disciplina dos ritmos de trabalho poderia controlar o desempenho do trabalhador em virtude da mecanização dos meios de transporte entre um posto de trabalho e outro.

Os industriais paulistas tinham um projeto bem definido para o crescimento da indústria no Estado de São Paulo e também para o país e, para isso, contavam com um projeto de controle e doutrinação dos trabalhadores, inclusive fora do espaço fabril. A partir de seus estudos e análise sobre o taylorismo e o fordismo, Heloani (1997) afirma que os industriais paulistas quiseram implementar no Brasil a mesma experiência fordista realizada no Itália, não levando, porém, em conta as especificidades dos dois países.

Para expressar bem este momento em que a burguesia propunha a domesticação da classe trabalhadora e a constituição hegemônica do seu pensamento, reportamo-nos a Vianna (1999, p. 113), que nos informa que

o domínio integral da burguesia (domínio mais direção da vida social) requer um sistema de organização da vida das classes subalternas. Crenças, valores, formas de lazer e conduta instintiva são questões a serem resolvidas, no sentido de adequá-los à ordem em curso. A burguesia industrial brasileira, afirmando sua pretensão hegemônica, nega mostrar-se neutra quanto ao problema. Assume conseqüentemente o evangelho fordiano do trabalho e seu escopo totalizante de submeter o trabalhador à fábrica, a partir do controle de sua vida instintiva.

Entendemos que o referido órgão foi pensado e gestado no interior das mudanças ocorridas na sociedade brasileira, sob as bases das ideias tayloristas; nos princípios técnicos, métodos de organização científica do trabalho, com o objetivo de acelerar a industrialização, tendo que disciplinar e controlar a classe operária. Em outras palavras, o IDORT era um projeto audacioso para o nosso país, pois pressupunha investir na produção e instalação de novos equipamentos na indústria; aumentar a produção e, ao mesmo tempo, convencer os trabalhadores que este era um projeto para toda a sociedade. Em casos de resistência, o Estado atuaria reprimindo e regulamentando leis que, indiretamente, levariam a cooptação, como ocorreu com as leis trabalhistas outorgadas por Vargas.

2.4 A revista IDORT

O primeiro número da Revista do IDORT foi lançado em Janeiro de 1932 na cidade de São Paulo. Trata-se de uma revista com edição mensal, distribuída aos sócios do Instituto e enviada aos diretores das empresas vinculadas ao IDORT. O endereço da revista era o mesmo do Instituto: Rua Senador Feijó, 27, 3º andar, São Paulo.

Conforme editorial da revista número um, esta seria a publicação oficial do Instituto IDORT:

Registrar-se-à a actividade e divulgará o que de mais interessante se realiza no mundo da matéria. Os nossos sócios sempre encontrarão nella espaço para apresentar seus estudos e observações, referentes à organização científica do trabalho. IDORT será a revista de todos aquelles que, compreendendo a significação desta campanha por melhorar, desejam progredir com a mesma velocidade da civilização actual (Revista IDORT, nº 1, jan. 1932, p. 2).

A primeira diretoria da revista foi constituída pelos próprios diretores do Instituto IDORT:

PRESIDENTE	Armando de Salles Oliveira
1 Vice-presidente	Dr. A. C. Pacheco e Silva
2 Vice-presidente	Luiz T. Alves Pereira
1 Secretário	Aldo Mario de Azevedo
2 Secretário	Clovis Ribeiro
1 Tesoureiro	Gastão Vidigal
2 Tesoureiro	Vicente Soares de Barros Jr.
Director Técnico da 2ª divisão	Roberto Mange

Essa revista foi constituída também, conforme se informa na primeira edição, por comissões de redação, ficando assim:

- 1) Assuntos Gerais do IDORT: Armando de Salles Oliveira⁴⁴, Clovis Ribeiro e Brenno Ferraz;
- 2) Organização Geral do Trabalho Administrativo: Aldo Mario de Azevedo, Roberto Simonsen e Domicio Pacheco e Silva;
- 3) Orientação Profissional: Victor da Silva Freire e Da. Noemy Silveira;
- 4) Seleção e Educação Profissional: Roberto Mange e J. O. Monteiro de Camargo;
- 5) Technopsychologia do Trabalho: Roberto Mange e Julio Genta;
- 6) Higiene do Trabalho: Dr. Antônio Francisco de Paula Souza e Dr. Antonio C. Pacheco e Silva.

⁴⁴ Armando de Salles Oliveira era genro de Júlio de Mesquita (pai), sendo que desde anos 10, já fazia parte do grupo do O Estado de São Paulo. “[...] Na década de 20, enquanto Júlio de Mesquita era ainda diretor-presidente de O Estado de São Paulo, Júlio de Mesquita Filho era secretário do jornal (cargo que assumiu em 1921) e Francisco Mesquita, seu irmão, gerente. Os redatores principais eram Nestor Rangel Pestana e Júlio de Mesquita Filho. Armando de Salles Oliveira já era um dos diretores da Sociedade Anônima desde 1914, ao lado de Júlio de Mesquita, pai. Com a morte deste, em 1927, Armando de Salles Oliveira tornou-se presidente da empresa e Júlio de Mesquita Filho, diretor do jornal. São redatores, nesta época, Plínio Barreto, Paulo Duarte, Léo Vaz, Amadeu Amaral e Vivaldo Coaracy. Fernando de Azevedo ingressou na redação em 1923, permanecendo até 1926” (CARDOSO, 1982, p. 43, grifos nosso).

IDORT
RUA SENADOR FEIJÓ
N.º 27, 3.º - S. PAULO

ORGAM DO INSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO
RACIONAL DO TRABALHO DE S. PAULO

INDICE
DO
PRIMEIRO VOLUME
DA
REVISTA
IDORT
REFERENTE
AO ANNO DE
1 9 3 2



S. PAULO
1 9 3 3

Capa da primeira revista do IDORT, lançada em 1932.

A estrutura da revista IDORT, nas décadas de 1930 e 1940, não sofreu muitas modificações. Foram editadas, de Janeiro de 1932 a Dezembro de 1942, 132 revistas, edição mensal, o que constitui o seu universo. A partir de 1942, passou a ser veiculada com o título de “Revista de Organização Científica” e não mais como “Revista de Organização Racional do Trabalho”. Lembramos que ela foi editada até o ano de 1981, totalizando 595 edições.

Os artigos e notícias da revista foram “precedidos de um número de três algarismos”, que buscava classificar a matéria editada. Para tornar mais prática a sua publicação e leitura, foi feito um sistema de classificação, explicado logo a seguir. Para tanto, os editores estabeleceram dois sistemas: “dos papéis recebidos ou expedidos: por destinatário ou remetente, em pastas nominaes, guardadas no archivo, em ordem alphabetica; e por assumpto, classificado segundo um código decimal, cuja estrutura foi previamente estabelecida” (Revista IDORT, nº 4, abr. 1932, p. 10).

As cartas expedidas eram organizadas da seguinte forma:

Além dessas duas formas de arquivamento, adoptamos, para a correspondência expedida, a classificação por sequencia, isto é, pela ordem chronologica de expedição, o que é facilitado pela numeração continua de todas as cartas enviadas. Cópias dessas cartas são archivadas em pastas denominadas “SEQUENCIA”, cada uma das quaes contem 100. Todas as nossas cartas, no lugar destinado à “nossa referencia”, levam dois números em forma de fracção decimal. O numerador é o algarismo de código da classificação por ASSUMPTO; o denominador indica o numero de ordem da carta. O systema de archivo por ordem chronologica e por destinatário, em ordem alphabetica, é o mais conhecido e de uso corrente e dispensa qualquer descripção (Revista IDORT, nº 4, abr. 1932, p. 10).

Os artigos, notícias e assuntos da revista eram classificados de forma decimal, de modo que os assuntos gerais eram indicados de 000 a 090; já a classificação estabelecida para a primeira divisão de organização era de 100 a 199 e, finalmente, a classificação para as questões relativas à segunda divisão de organização técnica do trabalho ficou definida na numeração de 200 a 299.

Foram estabelecidas tais formas de organização da revista, pois sua direção considerava que era a mais prática e racional, flexível e segura, tendo - além disso - uma capacidade ilimitada. Ou seja, funcionava da mesma forma que o Instituto: os assuntos eram tratados a partir dos temas ligados a cada divisão, definidos na fundação do Instituto. Os editoriais, artigos e outras questões publicadas eram classificados da seguinte forma:

000 a 099 – Assuntos Gerais do IDORT

- 000 – Não Classificados
- 010 – Instituto Internacional de Organização Científica do Trabalho
- 020 – Diretoria em Geral
- 030 – Secretaria em Geral
- 040 – Revista e Publicações do IDORT
- 050 – Tesouraria em Geral
- 060 – Conselho Fiscal
- 070 – Sócios em Geral
- 080 – Conselho Consultivo em Geral
- 090 – Assuntos Gerais

100 a 199 – 1ª Divisão: Organização Administrativa do Trabalho

- 100 – Não Classificados
- 110 – Administração em Geral
- 120 – Estatística em Geral
- 130 – Contabilidade em Geral
- 140 – Compras e Vendas em Geral
- 150 – Produção em Geral
- 160 – Padronização em Geral
- 170 – Legislação em Geral
- 180 – Financiamentos
- 190 – Vários

200 a 299 – 2ª Divisão: Organização Técnica do Trabalho

- 200 – Não Classificados
 - 210 – Orientação Profissional
 - 220 – Seleção Profissional em Geral
 - 230 – Instrução Profissional em Geral
 - 240 – Tecnopsicologia em Geral
 - 250 – Higiene do Trabalho
 - 260 – Pesquisas Científicas – Laboratório
 - 270 – Material Técnico – Aparelhagem
 - 280 – Contratos de Serviço
 - 290 – Vários
- (Revista IDORT, nº 4, abr. 1932, p. 12-13).

Em linhas gerais, essa classificação permaneceu, ao longo do tempo, sofrendo algumas alterações, a partir do crescimento do Instituto, do surgimento de novas demandas e da criação de novos campos de atuação. Com o decorrer dos anos, algumas mudanças foram implementadas, como, por exemplo, ao final dos anos 1930, o perfil editorial apresentava outro

formato, em decorrência do regime ditatorial de Vargas, no qual era proibida a veiculação de jornais e revistas por organizações da sociedade.

No número 6, publicada em 1932, o editorial nos informa que foi realizado um balanço do Instituto IDORT, que, até aquele período, contava com 170 sócios “das várias categorias”, número não tão expressivo. Conforme o mesmo editorial, a diretoria do instituto não se conformava com essa situação:

Nessas condições, não nos conformamos com o aparente insucesso que transparece das linhas acima. Persistimos, certos da cooperação geral. Com um pouco mais de tempo, havemos de vencer a indiferença pública. Basta que cada um dos nossos associados nos traga mais um sócio. Dentro em pouco, teremos duplicado o quadro social e, com isso, a esfera de influência que nos permitirá a realização prática de trabalhos de racionalização, em que consiste o nosso último objectivo (Revista IDORT, nº 6, jun. 1932, p. 2).

No dia 30 de Junho de 1932, foi realizada uma assembleia geral, no salão nobre da Associação Comercial, onde foram indicados e eleitos os membros da Diretoria e da Comissão Fiscal que iriam administrar o Instituto no exercício seguinte. O processo de eleição se deu por aclamação, ficando assim constituída a sua diretoria por unanimidade: para presidente, Armando de Salles Oliveira; 1º vice-presidente, Antonio C. Pacheco; 2º vice-presidente, Luiz T. Alves Pereira; 1º secretário, Aldo Mario de Azevedo; 2º secretário, Clovis Ribeiro; 1º tesoureiro, Oswaldo Reis de Magalhães; 2º tesoureiro, Vicente Soares de Barros Junior. Para membros da comissão fiscal: Henrique Dumont Villares, Dr. Luis Orsini de Castro e Prof. J. B. Damasco Penna. (Revista IDORT, nº 7, jul. 1932, p. 8).

Nessa mesma assembleia, foi discutida e deliberada a alteração do estatuto com relação aos sócios, definindo dois tipos:

O sr. Presidente poz, em seguida, em discussão a modificação dos estatutos, na parte referente as categorias de sócios (art. 13º b), pediu a palavra o dr. Aldo M. Azevedo para esclarecer a assembléia que a modificação proposta pela Directoria constava do relatório apresentado aos sócios e se resumia no desdobramento das classes de sócios collectivos em duas categorias, sendo a primeira a constante dos estatutos, pela qual se exige o pagamento de 250\$000 por trimestre e a segunda categoria, pela qual cabe o pagamento de 60\$000 por trimestre. Ambas as categorias terão os mesmos direitos, com a diferença que os sócios de 2º categoria receberão as publicações em menor numero de exemplares. Posta em votação essa proposta, foi aprovada por unanimidade de votos (Revista IDORT, nº 7, jul. 1932, p. 8).

Também naquela assembleia, foi posta em votação e aprovada, por unanimidade, a proposta de sócios individuais serem considerados sócios fundadores do instituto, sendo 28 os que estariam nessa “migração”:

Dr. Jocondio Meira Vasconellos, Cesario Coimbra, Carlos Vieira de Carvalho, dr. Orlando Flores, dr. Carlos W. de Magalhaes, Walter Busing, Brenno Ferraz, dr. Aldo Ge, dr. Ralpho Pompêo de Camargo, dr. Raul Cavalcanti de Albuquerque, Jayme Loureiro, Augusto Shmuziger, dr. Aristides do Amaral, Candido Fontoura, Carlos E. Azevedo, Jorge Griesbach, dr. Francisco João Maffei, Nelson Malta, dr. Cincinato Cajado Braga, dr. Italo Bologna, Roberto Papp, Hermínio Gomes Moreira, dr. Luiz Cintra do Prado, Juventina P. Santanna, Frederico Hermann Jr., Luiz Galhanone, dr. Armando Ciampolini e dr. Alvaro de Salles Oliveira (BOSCH, apud, Revista IDORT, 1932, p. 9).

Sobre os sócios e em que categoria devem se encaixar, a revista - a partir do estatuto - informa que:

Quanto as contribuições a que são obrigados, os sócios se dividirão nas seguintes classes: Collectivos de 1º e 2º categorias; Individuaes, de 1º, 2º e 3º categorias; § 1º Os sócios collectivos serão: associações, empresas, firmas collectivas, departamentos de administração publica, escolas e institutos officiaes e particulares e pagarão a contribuição de R\$ 250\$000 por trimestre, os de 1ª categoria e de R\$ 60\$000, os de 2ª § 2º - Os sócios individuais pagarão: Se forem patrões, chefes de serviço, administradores ou profissionaes independentes, R\$ 30\$000 por trimestre; Se forem funcionarios ou empregados, R\$ 10\$000 por trimestre; Se forem operários ou estudantes, R\$ 5\$000 por trimestre; 3º - As contribuições serão pagas adiantadamente (Revista IDORT, nº 22, out. 1933, p. 220).

O IDORT entendia que essa divisão contribuiria para prestar um melhor serviço, conforme as divisões existentes. Para ser sócio do instituto, necessitava ser cadastrado e efetuar pagamentos mensais. Percebemos que tanto empresas, bem como pessoas físicas, poderiam ser sócias. “O IDORT alimenta o maior desejo de prestar serviços aos seus associados, na esphera do programma que se traçou”. Esses serviços podem revestir as formas de:

1º) publicação periodica, como a revista “IDORT”, que está prestes a concluir o seu segundo anno de circulação; 2º) publicações avulsas, como o estudo ‘Estatistica Mecanica’, do eng Aldo Mario de Azevedo, que ainda temos à disposição dos associados que o solicitarem; 3º) consultas à biblioteca, que está em formação, com cerca de 130 obras especializadas e mais de 500 exemplares de revistas technicas, que fornecemos por empréstimo, mediante simples recibo; 4º) consultas por correspondência, a que sempre temos atendido; 5º) serviços da sede social e da secretaria, onde os nossos directores e funcionarios sempre attendem os que os procuram no interesse social. (Revista IDORT, nº 22, out. 1933, p. 220).

A direção do IDORT considerava que esta seria a melhor forma para as contribuições sociais que o Instituto cobrava:

Quer-nos parecer que não há outras modalidades de retribuição directa às contribuições sociais que cobramos. Quaesquer serviços que ensaiemos terão de se enquadrar nos moldes acima enumerados, ou pertencerão a categoria de retribuição indirecta de ordem geral. Aliás, estamos no mesmo caso do Instituto de Organização Científica do Trabalho, de Genebra, cuja actividade se expressa em publicações e serviços de secretaria, sem falar nos trabalhos de interesse colectivo (Revista IDORT, nº 22, out. 1933, p. 220).

Existia toda uma organização para a categoria de sócios que, além de participarem das atividades do Instituto, poderiam utilizar a sua estrutura, incluindo a biblioteca. Assim, a revista comemora o aumento de sócios para o Instituto:

Realizamos no anno que finda um auspicioso progresso no augmento do nosso quadro social, graças a diffusão das idéias que se consubstanciam em nosso programa e a dedicação de alguns dos nossos associados, que se têm desvelado na propaganda do Instituto entre amigos, aqui, no Rio, em Belo Horizonte e em outros centros de cultura intelectual. Contando o nosso quadro com 158 sócios em 30 de Junho do anno passado, temos presentemente inscriptos 250 socios, que se dividem em: 7 collectivos de 1º categoria; 1 colectivo de 2º categoria; 115 individuaes 1º categoria; 117 individuaes 2º categoria; 10 individuaes 3º categoria, num total de 250 socios.

Também eram passadas informações para os presentes nas assembleias quando ocorriam desistências de sócios fundadores do Instituto, não citavam nomes, mas informavam que se tratava de poucas pessoas. “Temos que lamentar algumas desistências de sócios, entre elles alguns fundadores; o numero desses, porém, é pequeno e não influiu no crescimento do quadro social, como se vê dos algarismos acima” (Revista IDORT, nº 19, jul. 1932, p. 151).

A situação financeira do Instituto também foi exposta para todos os sócios, mostrando as dívidas existentes:

Graças ao aumento do numero de socios, conseguimos este anno, organizar um orçamento equilibrado entre a receita e a despeza, proporcionando mesmo, eventualmente, um pequeno saldo mensal. Poderá assim o IDORT, iniciar o reembolso dos que lhe adeantaram fundos e, com a provável continuação do augmento do quadro social, poderá desenvolver com os próprios recursos actividades em outros campos mais largos, cuidando também de melhorar sua installação e serviços de bibliotheca. A divida do Instituto é de r\$27:379\$800, da qual a maior parte se refere a adeantamentos feitos pelos membros da sua directoria. No seu activo figuram a receber as seguintes importâncias: De contribuições dos socios – 4:905\$000. De annuncios: - 829\$600 (Revista IDORT, nº 19, jul. 1932, p. 152).

Analisando o quadro dos sócios por estados e cidades, é possível perceber que, em 1933, o IDORT estava concentrado majoritariamente na cidade de São Paulo e no estado, tendo poucos representantes em outros estados do país.

QUADRO DOS SÓCIOS DE “IDORT” POR ESTADOS E CIDADES

(Revista IDORT, nº 19, jul. 1933, p. 145).

Estado de São Paulo

Relação de Sócios no Estado de São Paulo	
Capital	170
Campinas	4
Sorocaba	3
Araraquara	3
Santos	3
Jundiahy	2
Assis	2
Botucatu	2
Piracicaba	2
Itapetininga	2
Tatuhy	1
Bragança	1
Guarantan	1
Cosmopolis	1
Estação Amalia	1
São Simão	1
Juquery	1
Mayrink	1
Araras	1
Itu	1
São Carlos	1
Guaratinguetá	1
Total	205
Districto Federal	38
Total DF	38
Estado de Minas Gerais	

Belo Horizonte	4
Divinópolis	1
Total no Estado	5
Estado do Espírito Santo	
Victória	1
Estado de Pernambuco	
Recife	1
Total Geral de Sócios	250
Quadro dos sócios do IDORT por profissões	
Engenheiros	95
Empregados de commercio e industria, bancos, estradas de ferro e repartições publicas	39
Diversos	28
Contadores	24
Professores	20
Advogados	15
Industriais	12
Estudantes	10
Medicos	7
Total	250

O IDORT afirma-se como uma instituição voltada para os interesses gerais da sociedade e não apenas para os seus sócios, deixando claro que é aberta e que se propõe também a prestar serviços de interesse público:

Ahi, beneficiando as empresas que solicitam os nossos trabalhos e das quaes requeremos remuneração especial, proporcional as economias com que as brindamos, não deixamos, entretanto, de prestar com isso um serviço de interesse publico, que reverte em favor da collectividade e que exprime o melhor do nosso programa. Os nossos associados – é evidente – deverão levar em muito boa conta essa parte dos nossos serviços, que constituem a própria razão de ser do IDORT. Do exposto se infere que, comquanto nos esforcemos por offerecer serviços directos aos nossos consócios em compensação as contribuições que recebemos, não deixamos de ser, em primeiro lugar e sobretudo, uma associação devotada ao interesse geral. Assim, dividimos o nosso quadro social em categorias de contribuintes, de accordo com as possibilidades presumíveis de cada um. Comtudo, isso não importa em nenhuma exigência de nossa parte. Os sócios do IDORT se classificam a si mesmos, não só conforme as suas posses, como segundo o seu maior ou menor entusiasmo pela obra que realisamos, o que equivale ao índice de sua

capacidade de sentir o bem publico, entrevisto pelo nosso ângulo visual (Revista IDORT, nº 22, out. 1933, p. 220).

Na verdade, o Instituto não era aberto a todos, pois quem decidia sobre os seus rumos eram os industriais. Observa-se que esse discurso seria mais uma questão política e ideológica, dando a entender que era uma organização para todos da sociedade.

Na revista número 15 de 1933, há um interessante anúncio:

Devido á escassez de nosso 'stock', somos obrigados, muito a contra gosto, a elevar para três mil réis (3\$000) o preço de cada exemplar do 1º, do 2º, do 3º e do 4º números de 'IDORT'. Mesmo assim, só os forneceremos aos nossos associados para completar collecção. A outras pessoas só os venderemos em collecção annual completa. Aos possuidores de exemplares avulsos desses quatro números avisamos que os adquirimos pelo primitivo preço de 2\$000 (Revista IDORT, nº 15, mar. 1933, p. 58).

Julgamos interessante tal anúncio, pois a partir do mesmo, podemos depreender que a procura por números atrasados vinha sendo intensa, já que, no mesmo anúncio, o IDORT se propõe a comprar os primeiros números para, supomos, revendê-los depois. O que teria levado a um interesse maior pela aquisição dos primeiros exemplares da revista? Cremos que isto possa ter se dado a partir da consolidação do modelo racional de trabalho nas grandes empresas paulistas, despertando, talvez, o maior interesse pela revista representativa da elite industrial.

Em assembleia geral ordinária, realizada em 28 de Junho de 1933 nas dependências do salão nobre da associação comercial de São Paulo, é apresentada pela directoria aos sócios do IDORT a prestação de contas da entidade. Para conduzir os trabalhos da assembléia:

[...] foi aclamado para presidir os trabalhos o Sr. Professor João Baptista Damasco Penna, que convidou para secretario o Sr. Brenno Ferraz. Abrindo a sessão, o Sr. Presidente agradeceu a sua escolha e mandou proceder à leitura do relatório da directoria. Submetido a discussão e a votos, foi approved unanimemente, assim como o parecer do perito-contador Sr. Aristides de Macedo Filho, acerca das contas do exercício. Em seguida, declarando o Sr. Presidente que ia proceder à eleição da nova directoria, o sr. Dr. Raul Cavalcanti propoz que fosse reeleita por aclamação a directoria que terminava o mandato, o que foi feito, proclamando o Sr. Presidente reeleitos os srs. Armando de Salles Oliveira, Presidente; Dr. Antonio Carlos Pacheco e Silva, Vice-presidente; Luiz T. Alves Pereira, Vice-presidente; Aldo Mario de Azevedo, Secretario; Clovis Ribeiro, Secretario; Osvaldo Reis de Magalhaes, Thesoureiro; e Vicente Soares de Barros Junior, Thesoureiro (Revista IDORT, nº 19, jul. 1932, p. 164).

Nessa mesma assembleia, foram indicados e aprovados diversos nomes para comporem o quadro de sócios. Mange foi elogiado pelo seu trabalho com a segunda divisão e por

ter contribuído na feitura do Código de Educação do Estado de São Paulo. O presidente da assembleia, usando de palavra,

[...] felicitou o Sr. Dr. Roberto Mange, director da 2ª Divisão, pela sua proficiente cooperação na feitura do Código de Educação do Estado de São Paulo, em cuja parte IV estão consagradas ideias que o Instituto defende, propondo que constasse da acta um voto de louvor ao illustre professor. O Sr. Dr. Roberto Mange falou agradecendo (Revista IDORT, nº 19, jul. 1932, p. 164).

Também era apresentado o relatório das atividades realizadas até o momento, sendo apresentada a seguinte situação do Instituto:

De conformidade com o disposto no art. 1º letra 'i' dos nossos estatutos, a directoria do IDORT tem o prazer de relatar succintamente os principaes factos occorridos desde a ultima assembléa, realisada em 30 de Junho do anno passado, apresentando ao mesmo tempo o balanço e contas referentes à sua gestão financeira. De accordo com os artigos 8º, 13º e 20º dos mesmos estatutos, essa assembléa deverá eleger a nova Directoria e a Commissão Fiscal, bem como preencher as vagas existentes no quadro dos sócios fundadores para completar o numero de 120 (art. 9º, 1º) (Revista IDORT, nº 19, jul. 1933, p. 151).

Apresentamos, a seguir, os dados da Revista IDORT em porcentagem no período de 1932 a 1939, efetuando a distribuição de Artigos e Resenhas entre autores nacionais, estrangeiros, Institutos e Organizações Internacionais e Artigos do IDORT. Esta exposição é para termos uma visão geral da presença dos intelectuais orgânicos da burguesia nacional na revista.

Na década de 1930, mereceram destaque, nos editoriais da revista, os "Assuntos Gerais", responsáveis por cerca de 60% do total - cuja maior parcela foi dedicada à subdivisão "091 - Racionalização em Geral". Aos trabalhos da primeira divisão, foram dedicados mais ou menos 30% deles, e à segunda divisão, os outros 10% dos editoriais.

A revista passou por problemas para ser publicada no segundo semestre de 1932, mas prosseguiu "vitoriosa", segundo entendimento do seu conselho editorial:

Por motivos óbvios, a publicar conjuntamente 2 e 3 numeros da revista, de modo que chegássemos ao último numero de 1932, em Dezembro daquelle anno. Os leitores não foram prejudicados com isso porque os números conjuntos continham matéria muito mais numerosa, compensando assim a falta. Temos presentemente 57 assignantes, além dos sócios. A venda avulsa tem sido em media de 11 exemplares. Parece-nos que esta ultima poderia ser augmentada por melhor distribuição nas bancas de jornaes (Revista IDORT, nº 19, jul. 1932, p. 151).

Entendemos, portanto, ser o IDORT o principal intelectual orgânico⁴⁵ da burguesia industrial, buscava, por meio de seu principal meio de divulgação, conquistar e consolidar a sua hegemonia no interior da sociedade.

2.5 O funcionamento do IDORT

Com a fundação do IDORT, os industriais paulistas definiram um ambicioso programa, dividido em duas frentes de ação. Como primeira, foi criada a Divisão de Organização Administrativa que, ao longo do período analisado na presente pesquisa (1930-1945), produziu inúmeros trabalhos expostos nas páginas das revistas do IDORT. A segunda foi a Divisão de Organização Técnica. Sua finalidade básica era atender às necessidades empresariais, desse modo, deveria elaborar estudos e experiências que proporcionassem a qualificação da mão de obra. Para isso, ela foi estruturada com os seguintes objetivos: orientação profissional, seleção e educação profissional, tecnopsicologia e higiene no trabalho. A partir dessas duas divisões, de acordo com Azevedo, resolveram:

[...] assim a questão por duas direções opostas: uma centrífuga, do patrão ou chefe de empresa para os operários, determinando os órgãos e coordenando racionalmente as respectivas funções; e da periferia para o centro, partindo do operário, analisando-o, selecionando-o, orientando-o e instruindo-o de acordo com suas aptidões físico-psicológicas, em ascensão gradativa até o chefe de serviço (AZEVEDO, 1932, p. 37).

Azevedo fez uma explanação para todos os presentes na assembleia de fundação do Instituto, explicitando o modo como iriam funcionar essas divisões. Segundo este industrial, “a primeira divisão organiza o trabalho em conjunto, colectivamente, coordenado”, já a segunda divisão deveria pegar o indivíduo “[...] como ponto de partida, como o elemento ‘dx’ do trabalho. Podemos dizer, salvo abuso de expressão, que a primeira divisão cuida da resolução integral do trabalho enquanto que a segunda resolve a sua diferencial” (AZEVEDO, 1932, p. 37).

⁴⁵ “Corresponde a cada modo de produção uma classe fundamental e, assim, um tipo de intelectual. Já em seu ensaio sobre a questão meridional, Gramsci observava que a camada dos intelectuais foi radicalmente modificada, em cada país, pelo desenvolvimento do capitalismo. [...] Para organizar o Estado, para organizar o comércio, a classe dominante desenvolveu um tipo particular de intelectual. A indústria introduziu um novo tipo de intelectual: o quadro técnico, o especialista da ciência aplicada. Nas sociedades em que forças econômicas desenvolveram-se num sentido capitalista, a ponto de absorver a maior parte da atividade nacional, prevaleceu esse segundo tipo” (PORTELLI, 2002, p. 111-112).

O objetivo primeiro do trabalho dessas duas frentes, como definiu a própria direção do IDORT, era a eficiência que deveria ser atingida com a "eliminação dos desperdícios, em outras palavras, obtenção do proveito máximo com o mínimo de energia". A primeira frente (divisão) teria como principal objetivo reproduzir e elaborar estudos que possibilitassem ao empresariado nacional racionalizar o modo de administrar suas próprias empresas para a obtenção de taxas maiores de lucros. A função dessa divisão era elaborar "trabalhos de estudos de gabinetes, administração, estatística, contabilidade, compras e vendas, produção, padronização, legislação e financiamentos cujos métodos serão estudados pelas respectivas comissões, com o fim de aperfeiçoá-los" (Revista IDORT, nº2, fev. 1932, p. 3).



No ano de 1935, a diretoria do IDORT decidiu criar um distintivo para a Instituição, procurando, por meio dele, traduzir as ideias dessa organização empresarial. Após diversas consultas e estudos, ficou decidido por um distintivo "simples, expressivo, lógico e bastante significativo. Sob as iniciais IDORT se encontra um campo quadriculado próprio para graphics. Ele reproduz o bem conhecido quadrante de coordenadas cartesianas, sobre o qual foi traçada uma curva de forma parabólica ascendente representando a evolução ideal. É a curva normal de crescimento, no período inicial; curva também conhecida como a curva biológica, por obedecer à lei do crescimento de tudo o que tem vida, desde a célula unitária até os mais complexos organismos, como o homem e suas aglomerações. (V. "IDORT", nº3, março de 1932). É ainda essa curva a parte inicial da Curva de Frequência Acumulada, quando a distribuição é normal. Circundam o campo gráfico os fatores fundamentais da evolução normal, na Organização Racional do Trabalho: - a razão, ponto de partida essencial, de um lado, e o saber, causa e efeito da evolução; como meio intermediário, figura o método, enquanto que o tempo, elemento indispensável a tudo que existe, serve de linha básica para todo o conjunto, de acordo, aliás, com as regras da representação gráfica. Pode-se traduzir, pois, o distintivo idortiano, da seguinte forma: "tendo como origem a razão e orientado pelo saber, procura o IDORT (aplicando a Organização Racional do Trabalho) realizar a evolução normal, através do tempo, pela utilização do método Científico". (Revista IDORT, Nº53, mai. 1936, p. 107).

Conforme apontamentos de Azevedo, a segunda divisão teria papel de trabalhar “tecnicamente por meio de agentes especialistas no próprio campo de execução do trabalho, estudando e resolvendo cada caso de per si”. Segundo Azevedo, na segunda divisão,

[...] estão incluídos, não só os assumptos de organização technopsychologica do trabalho, que só por si constituiriam programma de estudos de um instituto, como também os referentes à orientação profissional, selecção e educação profissionais e hygiene do trabalho, que são complementos da Technopsychologia (AZEVEDO, 1932, p. 3).

A comissão de Organização Administrativa do Trabalho, que teria as comissões especiais ou de técnicos contratados, “cuidará da simplificação, uniformização e eficiencia dos methodos e processos”. Lembramos que essa Divisão ficou sob responsabilidade do Engenheiro e industrial Francisco de Salles Oliveira, que foi diretor da Escola de Engenharia Mackenzie e também dirigente da Pirelli S/A.

Apresentamos logo a seguir como funcionaria essa comissão, que foi dividida em diversos setores especializados para as áreas definidas. Conforme a revista IDORT (nº 2, fev. 1932, p. 3):

1. Administração. Escolha da organização adequada; determinação e coordenação das funções; simplificação e uniformização dos methodos de trabalho nos escriptorios (correspondência, arquivos, etc). 2. Estatística. Systematização das Estatísticas (formulas, diagramas, etc). 3. Contabilidade. Uniformização dos systemas de escripturação, dos balanços, etc. Simplificação das contas recíprocas. 4. Compras e Vendas. Estudos dos mercados. Concentrações, Stocks, Armazens, etc. 5. Produção. Controle de custo (programas de previsão, fatores de custo, remuneração do trabalho). Lugares de trabalho (divisão e distribuição, sequencia das operações, transportes internos, etc.) Utilização dos resíduos. 6. Legislação. Estudo das questões financeiras. Simplificação das relações entre bancos e clientes. Estudos das formas de credito e de suas garantias.

Essa é a organização proposta pela Direção do IDORT para a Divisão de Organização Administrativa do Trabalho. Os critérios adotados para essa divisão, segundo a própria revista, “[...] tanto quanto possível, o da competência, sem esquecer de dar as commissões o equilíbrio necessário pela representação distribuída pelas varias actividades de trabalho a que se dedicam os sócios que as compõem” (Revista IDORT, nº 2, mar. 1932, p. 4).

Ainda segundo as formas de funcionamento dessa divisão, sobre os diversos assuntos sob sua responsabilidade, todos os sócios poderiam dar sugestões, opinar sobre os mais variados temas, conforme se vê a seguir:

[...] qualquer de nossos sócios, especialmente os membros das comissões especializadas, pode apresentar these ou consulta. Estas serão imediatamente copiadas e distribuídas entre os membros da comissão especializada. Cada um dos seus membros se manifestará, igualmente por escripto, sobre o assumpto e os pareceres serão intercambiados entre todos os membros, de modo a se chegar rapidamente à opinião geral. Nesse ponto, quando houver fundas divergências, convocar-se-a uma sessão plenária de comissão para votar e preparar as conclusões, sendo, quando necessário, nomeado um relator geral para o final do processo. Dado a dificuldade de se conseguir a possibilidade de reuniões plenárias freqüentes – pois, é quase impossível conciliar o tempo disponível dos sócios em momentos simultâneo para todos – parece-nos que o methodo de trabalho indicado acima é o mais efficiente e mais positivo (Revista IDORT, nº 2, fev. 1932, p. 4-5).

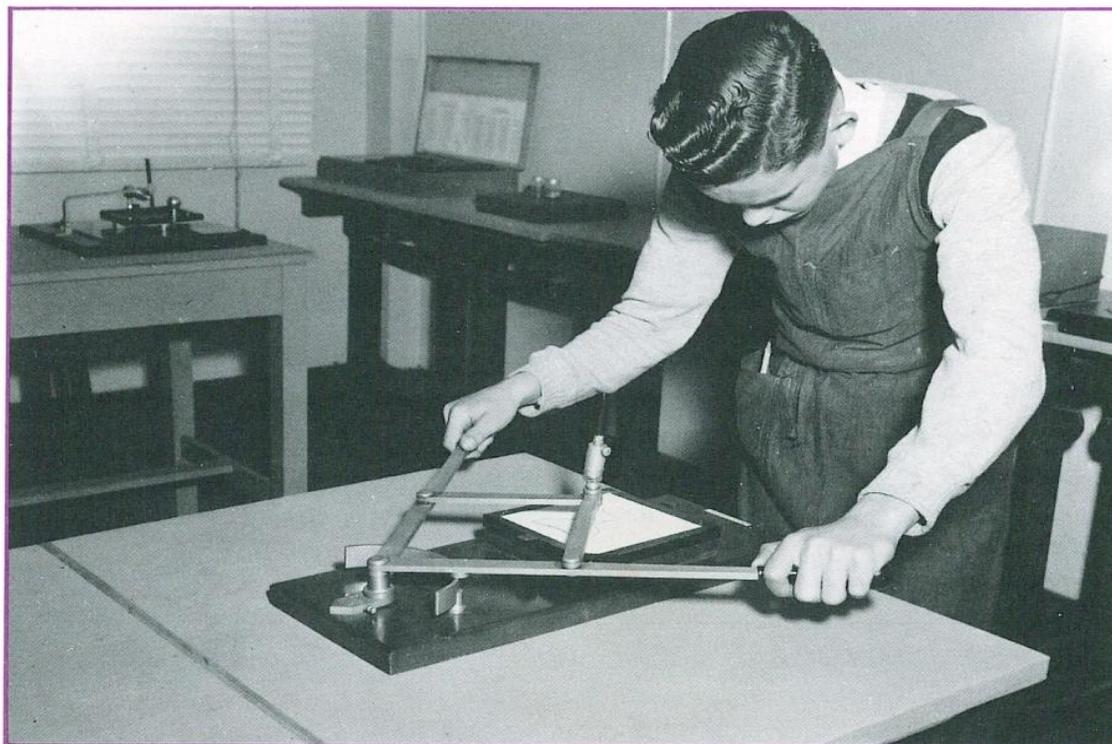
Definiu-se também como deveria funcionar a Divisão de Organização Técnica do Trabalho, para a qual Mange foi nomeado responsável, cuidaria dos aspectos relacionados à inserção e construção do indivíduo, preestabelecido em funções e subordinando-o cada vez mais ao processo produtivo em geral e à máquina em particular. Os técnicos ligados a essa divisão deveriam cuidar, segundo a revista IDORT (nº 2, fev. 1932, p. 3-4), das questões relativas a:

1. Orientação Profissional: Cooperação com as escolas para tornar conhecidas as profissões normaes da cidade e do país; levantamento do cadastro e elaboração do perfil psychologico das differentes profissões; trabalhos para guiar candidatos na escolha da profissão, etc. 2. Seleção e educação de profissionais. Análise do trabalho nas várias profissões, para verificação das aptidões básicas de cada uma, seleção por meio de testes, de candidatos a determinadas profissões, tais como: aprendizes⁴⁶ e operários de industrias, condutores de vehiculos, telephonistas, telegraphistas, ferroviários, agentes de segurança, aviadores, etc; collaboração na organização de cursos de educação profissional, tendo em vista, o desenvolvimento racional de aptidões na base psychotechnica, bem como a aquisição methodica de conhecimentos Techno-profissionaes; verificação da efficiencia de provas e methodos psychotechicos; determinação dos padrões profissionaes (valores médios) em nosso meio (grifos nosso).

É possível perceber a preocupação existente com as escolas no sentido de fazer levantamento das aptidões dos alunos, buscando orientá-los para as profissões existentes nas empresas, a partir da psicotécnica. Além da articulação entre IDORT e as escolas, buscando

⁴⁶ Trata-se de um conceito utilizado desde as corporações de ofícios, mas que no Brasil aparece, pela primeira vez, como categoria profissional, com o Decreto 6.029/40 de 26 de julho de 1940. Definia-se esta função como trabalhador ligado à indústria, no entanto executando carga horária diária e salário diferenciados.

orientar desde os filhos jovens dos trabalhadores para o ofício, percebe-se também uma preocupação e crença incontestável na psicotécnica⁴⁷ como método infalível de alocação de pessoas em determinadas funções.



A Psicotécnica considerava as condições anátomo-fisiológicas como fatores essenciais, estreitamente ligados à qualidade do desempenho profissional. No gabinete instalado na sede do SENAI-SP, o candidato submetia-se a teste de coordenação motora.

O Instituto também propõe a colaboração na organização dos cursos profissionalizantes, visando a racionalização do trabalho e a busca de métodos mais eficientes para a produção, para a realização dos trabalhos, estabelecimento de padrões e normas para execução das funções.

Dando sequência às definições de como deveria funcionar a Divisão de Organização Técnica do Trabalho, percebemos que os técnicos dessa Divisão deveriam ser responsáveis ainda, conforme a revista IDORT (1932, nº 2, p. 4), pela Technopsychologia do trabalho, a qual compreendia:

⁴⁷ Tratamos desta questão no capítulo referente à educação profissional.

1. Technopsychologia do trabalho – Cooperação na organização techno-racional do trabalho (organização objetiva) para verificação psicológica e melhor coordenação de suas diferentes fases; estudo dos movimentos profissionais considerados sob o duplo aspecto de sua dependência fisiológica e de coordenação psicológica, afim de torná-los simples, adequados ao homem, perfeitamente encadeados e eficientes; estudo da melhor adaptação dos instrumentos de trabalho ao homem; adaptação do profissional aos instrumentos de trabalho, pelo treino sistemático das operações elementares, com base nas qualidades peculiares e de raça, preparo e aptidões de cada um, resistência física, deficiências, etc; verificação da fadiga profissional e estudo dos meios de diminuí-la (influência do horário de trabalho, repouso intercalados, etc); estudo dos meios de prevenir os acidentes no trabalho.

Ressalta-se que, nos primeiros anos do Instituto de Organização Racional do Trabalho, foram realizadas diversas atividades visando à divulgação do projeto idortiano. Em comemoração aos 10 anos de fundação do Instituto, Azevedo fez um balanço do que significou esse período e quais as suas principais atividades realizadas. Segundo ainda Azevedo (1941, pp. 113-115), podem-se destacar:

Jornadas – da Administração Municipal; contra o Desperdício em geral; contra o Desperdício nos Transportes; sobre Alimentação; da Habitação Econômica.

Campanhas e Estudos – Prevenção de acidentes; Código de Ética de Negócios; Iluminação na Indústria; Padronização de Painéis; Administração de Negócios; Preservação das normas morais e éticas; Em favor do hábito de responder cartas.

Colaborações – Comité Internacional de Organização Científica do Trabalho; Congresso Internacional de Organização Científica do Trabalho; Congresso de Medicina Legal.

Propaganda – Revista IDORT, depois a Revista de Organização Científica; conferências, publicações especializadas, cursos, noticiários nos jornais e pelo rádio, campanha para Cooperação das entidades de classe e culturais.

Trabalhos realizados pelas Divisões do IDORT

1ª Divisão – Atividades no âmbito da organização administrativa do trabalho.

Na administração pública – Planos de reorganização administrativa dos Serviços Públicos dos Estados de São Paulo e Goiás, compreendendo levantamento, plano geral e aplicação; Planos de reorganização do Departamento Central de Propaganda da Contabilidade do Instituto do Café, da Secretaria da Corte de Apelação e do Cadastro de Procuradoria do Patrimônio Imobiliário; envio de técnicos para estudos preliminares de reorganização dos serviços públicos dos Estados de Pernambuco e do Paraná, criação de Cursos de Aperfeiçoamento para funcionários públicos.

Na Administração Particular – Trabalho de racionalização administrativa nos seguintes tipos de empresas: fábrica de gêneros alimentícios, de bebidas e produtos farmacêuticos; estudos preliminares para a mesma finalidade em outras empresas além da elaboração de Normas para estudo da Racionalização do Trabalho na Lavoura.

Propaganda – Conferências e publicações sobre assuntos de organização administrativa e trabalhos já realizados pela Divisão.

2ª Divisão – Trabalhos referentes à organização técnica do Trabalho

Nos Serviços Públicos do Estado de São Paulo – Racionalização dos lugares de trabalho no Protocolo da Secretaria da Agricultura; provas psicotécnicas para classificação de Auxiliares de Fiscalização, Mecnógrafos e Motoristas, nas Secretarias da Fazenda e Viação.

Na Indústria – Racionalização da técnica do trabalho em fábrica de louças, de tecidos e serviço de vendedores em drogaria, estudos preliminares em indústrias de produtos alimentícios, metalúrgicos e farmacêuticos; plano de seleção e formação profissional na indústria.

Empreendimentos diversos – Elaboração do Plano de criação do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional e subsequente colaboração; cooperação em levantamento e realização de filme sobre os serviços desse centro; estudos para instituir a Orientação Profissional; elaboração de Normas para estudo da Racionalização do Trabalho na Lavoura e do Plano de Prevenção de Acidentes na Estiva; organização e manutenção do Centro de Orientação Profissional que funcionou anexo à sede social do IDORT.

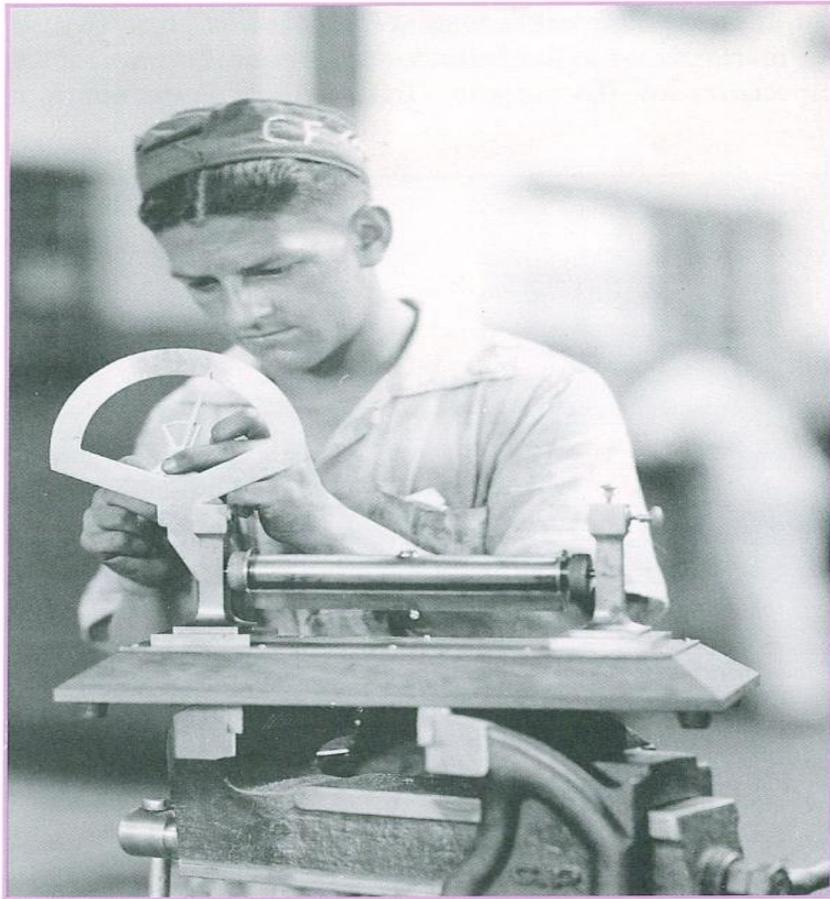
Propaganda – elaboração de resumos bibliográficos relacionados ao tema de interesse da Divisão; realização de Conferência sobre o ‘Fator Humano’ no Trabalho, Seleção e Formação Profissional.

Como se vê, os objetivos eram claros em relação à racionalização do trabalho: racionalizar o máximo possível o trabalho; estudar os movimentos dos trabalhadores, de tal forma que ficassem cada vez mais simples e ágeis para produzirem mais, evitando desperdício de tempo na produção; os movimentos não podiam ser bruscos, deviam ser encadeados, eficientes, adaptados da melhor forma possível à produção. Ressalta-se, também, que a psiquiatria foi muito utilizada nas fábricas brasileiras nesse período, sendo bastante aplicada nos processos de seleção dos trabalhadores e, segundo Heloani (1997, p. 70), construía instrumentos de avaliação e “punição”, mesmo se mostrando “neutra” no nível do discurso:

[...] os indivíduos não adaptáveis, propensos aos acidentes ou a agitações seriam naturalmente eliminados. Dessa maneira, a psiquiatria convertia o proletariado em objeto de poder, delimitava seu espaço e construía instrumentos de avaliação e punição, embora, no nível de discurso, se dissesse neutra e científica, e portanto equidistante dos conflitos de classe. Para tanto, os psiquiatras afirmavam visar apenas à racionalidade do trabalho, ao aumento da produtividade e à “alegria no trabalho”.

Esse autor explicita que essa visão psicopatológica sobre o proletariado tinha por objetivo “enquadrar o espaço de percepção do trabalhador no interior da empresa em relação ao conflito. Não apenas ignorava os conflitos de classe, mas os delimitava a espaços específicos relacionados com a não-adaptação do trabalhador”. Interessante observar que se tratava, na verdade, de estratégia de coibir, adestrar e controlar o trabalhador nos mínimos detalhes; por isso a psicotécnica foi importante nesse processo. Convém destacar que a psiquiatria contribuiu para definir quem eram os trabalhadores “anormais” na sociedade brasileira para então excluí-los do

processo de trabalho. Vale dizer que os “doentes” eram os “agitadores”, “subversivos”, não interessando para o capital que estivessem na produção, “atrapalhando-a” (HELOANI, 1997, p. 70).



Aluno produzindo um peça (Escola de Formação Ferroviária de Rio Claro) a partir das técnicas da psicotécnica. Foto retirada do Livro **De homens e máquinas**, de Roberto Mange e a **Formação Profissional** (SENAI, 1991, p. 109).

Em outro tópico da revista IDORT, ainda nas definições de como deveria funcionar o Instituto e suas divisões, fica explícito que os técnicos dessa divisão deveriam ter propostas de projetos para a higiene do trabalho. As orientações para esta área estão no item 4 da revista IDORT (1932, n. 2, p. 4):

2. Higiene do trabalho – Estudo da adaptação anatomo-physiologica do obreiro ao trabalho que delle é reclamado; investigação, no meio em que vive e trabalha o profissional, do complexo das condições sanitárias próprias a cada profissão; estudo dos meios de melhorar as condições dos ambientes de trabalho, em benefício da saúde dos obreiros e do rendimento do trabalho; estudo das questões de morbidade e de mortalidade nos meios profissionaes, especialmente das doenças e deformações profissionaes, bem como dos meios de preveni-las; estudo da freqüência e origem dos accidentes de trabalho, derivadas do estado de saúde do trabalhador, alcoolismo e outras causas.

Uma das consequências dos processos de racionalização para os trabalhadores, era o desemprego. Segundo Segnini (1986, p. 87), em 1928, com a implantação das técnicas, “houve uma diminuição de 8,26% dos trabalhadores empregados na Companhia Ferroviária Paulista para um aumento de lucro líquido da empresa de 18%”.

Segundo Heloani (1997), nem todas as teses de Taylor foram empregadas no Brasil, absorvendo apenas aquelas que interessavam aos industriais:

[...] a versão brasileira da administração científica absorveu sobretudo as técnicas e conceitos relativos à construção de mecanismos disciplinares de controle sobre o trabalhador, centralizou as decisões nos segmentos politicamente mais leais ao capitalista e ainda assegurou os meios para aumentar a intensidade de extração de mais-valia (HELOANI, 1997, p. 71),

Ao desenvolver estudos e análises referente ao taylorismo no Brasil, Müller (2009, p.130) entende que este foi aplicado em nosso país; no entanto, ela observa que não foi uma cópia integral de todas as teses de Taylor. Essa autora diferencia o taylorismo aplicado aqui, atribuindo-lhe um nome, para diferenciá-lo do norte-americano. “Taylorismo-tropical” é a denominação utilizada pela pesquisadora, pois segundo seu entendimento:

A postura educativa de Mange, entretanto, nos parece um tanto diferenciada, com aplicação de um modelo que poderíamos denominar de taylorismo-tropical que, embora pareça à primeira vista, não é uma forma abrandada do taylorismo tradicional. [...] Assim, sem se afastar totalmente da finalidade de fortalecer o capital, mantendo o operário como sujeito acrítico, realizador das tarefas necessárias ao sistema produtivo, a vertente racionalizadora formulada por Mange filiar-se-ia a esse taylorismo tropical, com características próprias, que contrasta com alguns procedimentos centrais do taylorismo tradicional ao permitir que o operário conheça várias partes do processo de produção, além de conectar essa formação à educação geral. Outra diferença notada é que no taylorismo tradicional as fábricas eram organizadas de modo fortemente hierarquizado, com pouco ou nenhum contato entre os operários, o que não se configurou com tanto rigor no modelo brasileiro. Além disso, no lugar de incentivos financeiros e bônus aos que mais produziam, características do taylorismo tradicional, no Brasil o controle era feito através de uma vigilância estrita e ameaças de demissões (MÜLLER, 2009, p. 130-131).

Na sequência, expomos as interpretações de Vargas, referentes ao taylorismo, e os princípios da administração científica de Taylor. Para o pesquisador:

[...] os princípios são explicitamente apontados por Taylor e se configuram no “projeto científico do trabalho”, na “seleção e treinamento científicos”, e na criação da “gerência científica” (que viabilizaria a aplicação dos princípios anteriores). Dentre as técnicas, destacam-se: o estudo de tempos, movimentos e métodos com a finalidade de estabelecer “tempo padrão” e o melhor método (“the Best way”), o pagamento do salário por produção (por peça), negociando com o trabalhador um salário maior, desde que este aceite o “método racionalizado”, a programação da tarefa de cada operário isoladamente; o projeto das estações e dos meios de trabalho; e as técnicas de seleção e treinamento. Estes mecanismos, segundo Taylor, permitiriam tirar a iniciativa do operário na escolha do melhor método e, por outro lado, escolher, dentre os trabalhadores existentes, aqueles que melhor se adaptariam ao “trabalho racionalizado” (VARGAS, 1985, p. 160).

Desse modo, as ideias de Taylor eram motivo de defesas “apaixonadas” por parte dos membros do IDORT, sendo consideradas uma das maiores conquistas da humanidade no século XX, segundo Moacyr Alvaro, fundador e membro da direção desse Instituto. Em suas palavras:

[...] a racionalização do trabalho preconizada, entre outros, por Taylor (dahi o seu nome de “taylorização”) e posta em pratica por muitos, sobretudo por Ford em seus metodos de serviço, é uma das grandes conquistas da humanidade, realisada no primeiro quartel do século XX. Aos poucos, em todos os ramos da actividade humana, foram applicados os princípios da racionalização, dando invariavelmente resultados magníficos. Até os trabalhos puramente intellectuaes foram beneficemente influenciados pelos novos metodos (ALVARO, 1932, p. 18).

Na verdade, o que se relacionava com as propostas tayloristas defendidas pelo IDORT era o controle fabril, a reestruturação do poder e do saber, que eram estratégias muito claras para definir quem detinha o conhecimento e o controle da produção. As propostas de Taylor pressupunham dividir e especializar as atividades, centralizando e burocratizando as decisões. Ocorre daí um processo em que, numa ponta, define-se quem elabora as ideias, como deve funcionar a produção e, na outra, quem deve apenas produzir. Para garantir essa lógica, o taylorismo cria regras, normas disciplinares e hierarquias.

Essa mesma estratégia será utilizada pelos industriais no Brasil, sendo que, em muitos casos, quando o controle e a cooptação não funcionam, parte-se para as ações de repressão. Ao analisar o método preconizado por Taylor, Coriat (1985) explicita que:

[...] é um método particular – e particularmente eficaz – para produzir mais-valia relativa. Por este facto faz parte integrante das forças produtivas. Este ponto fundamental não é, no entanto, aquele que nos propomos abordar neste texto. O que gostaríamos de evidenciar aqui diz respeito à relação específica que o taylorismo estabeleceu com os instrumentos de trabalho (no sentido geral de meio de trabalho). Acontece que, para se realizar como processo de extrecção da mais valia-relativa, o taylorismo confronta-se com um determinado nível de desenvolvimento da ferramenta (um conjunto de meios de trabalho), que se não constitui propriamente um obstáculo – isto é apenas verdade em certos casos – se revela pelo menos inadequado ao seu objecto. O taylorismo vai subverter essa ferramenta sob, pelo menos, dois aspectos que são: a) a selecção da ferramenta existente e o estabelecimento de regras para a concepção da nova ferramenta; b) a estandardização e a uniformização dos meios de trabalho por ramos e entre os ramos (CORIAT, 1985, p. 93).

Esse pensador afirma ainda que o taylorismo “está na origem de um movimento que é um processo de inovação e de renovação da ferramenta existente. É também conveniente frisar que ele não promove um processo qualquer e que tenha por efeito o desenvolvimento de qualquer ferramenta” (CORIAT, 1985, p. 96).

Para Coriat (1985), as propostas da “administração científica” constituem-se em uma técnica “revolucionária” de organização da produção e do trabalho, cujo eixo principal é superar os obstáculos à expansão do capital. Nas palavras desse autor, é uma técnica, “[...] revolucionária no sentido em que, simultaneamente, ela vai perturbar a organização do processo do trabalho, quebrar, apesar da sua forte resistência, o sindicalismo de operários qualificados baseado no ofício, transformar a composição técnica da classe operária” (CORIAT, 1985, p. 84).

A concepção de controle fundado nos princípios, métodos e técnicas desenvolvidos por Taylor não visava apenas garantir o controle do capital sobre o trabalho por meio da reunião dos trabalhadores num mesmo local. Afinal, o capital já havia conseguido isto com a manufatura ao desenvolver o trabalho cooperativo, como bem demonstrou Marx em “O Capital”. Não se tratava também de garantir a fixação da jornada de trabalho, como muito bem demonstrou Braverman que, ao analisar essa questão em Taylor, observa que o autor “[...] elevou o conceito de controle a um plano inteiramente novo quando asseverou como uma necessidade absoluta para a gerência adequada à imposição ao trabalhador da maneira rigorosa pela qual o trabalho deve ser executado” (BRAVERMAN, 1981, p. 86).

Taylor desenvolveu, nos princípios da “administração científica”, uma concepção que visava concentrar nas mãos da gerência todo o conhecimento do processo produtivo, para efetivar o controle sobre os trabalhadores, centralizando todas as decisões a serem tomadas no processo de organização da produção. Assim, cabe à gerência, num modelo como esse, desenvolver

métodos que possibilitem o controle da produtividade de cada trabalhador isoladamente, eliminando com isso a indolência do grupo.

Segundo Braverman (1981, p. 94),

[...] os trabalhadores que são controlados apenas pelas ordens e disciplinas gerais não são adequadamente controlados, porque eles estão atados aos reais processos de trabalho. Tão logo eles controlem o próprio processo de trabalho, empenharão esforços para realizar plenamente o potencial inerente à sua força de trabalho. Para mudar esta situação, o controle sobre o processo de trabalho deve passar às mãos da gerência, não apenas num sentido formal, mas pelo controle e fixação de cada fase do processo, inclusive seu modo de execução.

Os princípios e técnicas do taylorismo culminaram com uma decomposição rigorosa das operações do trabalho produtivo, fotografados, medidos e cronometrados, sendo os gestos humanos analisados “cientificamente” para serem parcelados. Procedeu-se também a um estudo do tempo gasto para se executar uma operação, visando encontrar o “ótimo” necessário para executá-la. Assim, Taylor desenvolveu um sistema de análise para o estudo do movimento elementar de cada operação do trabalho, visando selecionar os elementos úteis e eliminar os inúteis, na perspectiva de aumentar a produtividade por meio de uma maior intensificação do trabalho, de tal forma que a administração pudesse atribuir tarefas por meio de um trabalho “cientificamente” projetado.

Com relação a esta questão, pode-se alferir que o capitalismo já havia desenvolvido, por meio da maquinaria, o parcelamento das atividades operárias, fazendo uma separação entre o trabalho de concepção e o de execução, porém, restava ainda aos servidores o controle, ainda que mínimo, sobre o ritmo do trabalho, bem como o conhecimento sobre as frações do ofício. Taylor propõe, então, expropriá-lo deste conhecimento, afirmando que “[...] à gerência é atribuída [...] a função de reunir os conhecimentos tradicionais que no passado possuíram os trabalhadores e então classificá-los, tabulá-los, reduzi-los a normas, leis ou fórmulas, grandemente úteis ao operário para execução do seu trabalho diário” (VARGAS, 1989, s/p.).

Em outras palavras, como se vê, a fragmentação e a hierarquização percebidas na sociedade passam às relações de trabalho, oficializadas e sacralizadas pelo modelo taylorista. Vale ressaltar que o ritmo do trabalho está presente em toda a obra de Taylor, que entendia que os operários faziam “cera”, retardando a produção, tendo como um dos objetivos evitar o

desemprego de seus companheiros. Taylor via essa postura operária como um grande obstáculo para o aumento da produção.

Coriat (1985, p. 84) afirma que a resistência operária e sindical se dá pelas seguintes razões:

- Em primeiro lugar, o maquinismo expulsou e continua a expulsar uma considerável massa de operários manufactureiros; assim a luta pelo emprego – depois de ter tomado por alvo as próprias máquinas – toma forma de uma luta pela definição negociada de um número preciso e limitado de tarefas por ofício. - Do mesmo modo, na ausência de qualquer forma de salário indirecto, as nossas formas actuais de prestações sociais, apenas as caixas operárias asseguram uma protecção, fraca, contra as doenças e o desemprego – é a existência física enquanto força de trabalho, que o trabalhador protege ao resistir à intensificação do trabalho tentando evitar o seu uso precoce. - A terceira razão prende-se com o salário, mas diz respeito desta vez não ao seu carácter directo ou indirecto, mas ao seu modo de cálculo e à sua concretização.

Quando esse autor analisa a remuneração do salário por peça, questão que retomaremos ainda neste trabalho, ele mostra que, para o capital, foi uma forma de obter ainda mais produção e lucros, o que contribuiu para maior resistência operária, pois só à primeira vista o salário via produção por peça parecia beneficiá-lo com maior rendimento. Aos poucos, constatou-se que, na verdade, ocorria um brutal processo de intensificação do trabalho, sendo que nem sempre o aumento dos rendimentos ocorria. A partir do exposto, Coriat (1985, p. 86-87) conclui que, por esses motivos, a classe operária resistiu a esse tipo de produção e salário: “operários mais antigos e mais advertidos, com a ajuda dos sindicalistas, estão vigilantes para que os ritmos convencionais – negociados por cada uma das profissões – não sejam ultrapassados”.

Ao separar a atividade de concepção da execução, ou seja, o trabalho intelectual do manual, Taylor acreditava estar impedindo que os trabalhadores conseguissem obstruir o ritmo nas oficinas. O autor preocupava-se em romper com o “arcaísmo” dos antigos sistemas de gerenciamento, que mantinham o conhecimento do processo de produção e do trabalho centrado no trabalhador. Analisando essa preocupação de Taylor, Coriat (1985, p. 87) afirma:

No fundo o que se pretende atingir é a supressão de um determinado tipo de atraso, ou melhor, de defasamento que obsta à expansão do capital e à sua valorização. O modo de organização do trabalho que apresenta a particularidade de se basear no ofício, ou seja, no saber e no “saber-fazer” operário dá azo a que a resistência operária se desenvolva com eficácia. [...] A questão de fundo é uma relação de força e de saber ou, mais precisamente, de relação de força no saber.

Sobre o método de Taylor, continua Coriat que este “se resume para ele na ordenação dos gestos do trabalho, na selecção e no adestramento dos operários aos seus postos, numa nova repartição do trabalho entre operários e direcção” (CORIAT, 1985, p. 89). Este autor informa ainda que Taylor, a partir de sua pesquisa no chão da fábrica, propõe sistematizar e codificar este conhecimento que “[...] é o resultado de uma vasta acumulação de saber prático transmitido por via oral - no decurso da aprendizagem - de geração em geração [...]” (CORIAT, 1985, p. 90). Além desse conhecimento ser transmitido oralmente e na prática (da aprendizagem) e, portanto, não de forma sistematizada e codificada, constitui, a força dos operários: a quase totalidade do saber técnico está ao seu lado, é sua pertença, o que Taylor percebe como um bem para o próprio operário, que deveria ser retirado, expropriado.

Como expropriar o saber-fazer dos operários? Essa questão atormentava Taylor, que passa a elaborar um plano, que será esquematizado da seguinte forma:

1º fase: É necessário [...] reduzir o saber operário, complexo, aos seus elementos simples e assim proceder a uma espécie de tábua rasa do saber técnico. Esta decomposição realiza-se por meio da medição dos gestos e dos tempos. É a introdução do cronometro na oficina que vai permitir praticamente realizar este objectivo. “A cada um corresponde um tempo”, tal a consigna dada aos cronometristas. 2º fase: Uma vez todos estes gestos fragmentados, este saber em “migalhas” é sistematicamente seleccionado e classificado. 3º fase: Para cada operação apenas se retém “the one Best way”, “a melhor maneira” a qual consiste numa combinação e numa só, dos elementos simples recolhidos. O modo operatório é assim transmitido diariamente aos operários com os tempos requeridos para cada elemento simples. Situação que Taylor resume numa frase: “[...] a direcção encarrega-se de receber todos os elementos que, no passado, estavam na posse dos operários, de classificar essas informações, de as sintetizar e destes conhecimentos deduzir regras, leis e fórmulas”. Aqui dir-se-á que não se trata apenas de expropriação do saber dos operários, mas também de uma confiscação desse saber – retomado e sistematizado – em proveito exclusivo do capital – o que autoriza a falar de confiscação (CORIAT, 1985, p. 90-91).

Sistematizando e decodificando o conhecimento dos operários, concentrando-o na administração, o taylorismo promoveu uma expropriação do seu “saber-fazer”, acabando com o controle e o domínio que ele tinha sobre o processo laboral. Fica evidente, no projeto de Taylor, quem deve conceber, pensar as formas de trabalho, e quem deve executá-las, pois, assim, o taylorismo possibilitou ao capital uma organização racional do trabalho fabril. Mais que isso, rompendo seus limites, partiu para o processo de formação do tipo ideal de homem, ou seja, de trabalhador que se adestrasse ao desenvolvimento do capital. Além disso, cabe salientar, o operário perde importância na medida em que pode ser substituído a qualquer momento por um

dos inúmeros outros treinados na mesma função que ele desempenha. Assim, os saberes específicos, as habilidades desenvolvidas, os “segredos” da produção individualizada perdem-se no novo modelo que transforma os homens em máquinas que agem reproduzindo funções repetitivas, que não pensam, não criam e – por isso mesmo – não questionam. Ou não deveriam questionar.

Em síntese, o taylorismo teria dado continuidade ao movimento de expropriação e desqualificação da força de trabalho iniciado pelo processo manufatureiro e intensificado pela maquinaria. Analisando este processo, Coriat afirma que

[...] tudo o que Marx anunciava no que respeita aos caracteres especificamente capitalistas do processo de trabalho (parcelamento das tarefas, incorporação do saber técnico no maquinismo, caráter despótico da direção), Taylor, por sua vez, realiza-o, ou, exactamente, confere-lhe uma esfera de extensão, até aí inexistente. (CORIAT, 1985, p. 103)

O taylorismo constitui-se, enfim, na continuidade de um movimento de racionalidade da produção capitalista, para favorecer sua acumulação. Os seus princípios e técnicas de controle reforçaram o processo de dominação do capital sobre o trabalho. Ao realizar - através da organização do trabalho - a expropriação de tudo aquilo que o maquinismo ainda não tinha conseguido tirar dos trabalhadores em matéria de conhecimento, o taylorismo aumenta a racionalidade, o controle e o ritmo do trabalho, sendo, portanto, um movimento complementar ao maquinismo que já havia engendrado um desenvolvimento de tecnologia e controle do capital sobre o trabalho.

Para Segnini (1986, p. 81), o valor criado pela exploração sobre o trabalho compreende que, “desde o início do processo produtivo capitalista, o capital procura criar condições ótimas para o aumento dos índices de produtividade. Desta forma, aumenta a parte que se apropria do valor criado pelos trabalhadores, ao produzirem mercadorias.”

Entendemos que, nesse processo de trabalho, sob forte controle da administração, na lógica taylorista de produção, implementação de novos maquinários, está ocorrendo processo brutal de mais valia absoluta, nesse período, onde a jornada de trabalho não tinha regulamentação; além de aumento da mais valia relativa, pois os equipamentos novos possibilitavam produzir mais rápido e em menos tempo.

Segundo Coriat (1985), o projeto de Taylor é a melhor maneira de expropriar o operário:

Do ponto de vista do capital, e isto tanto mais que se trata de permitir a extracção máxima de mais valia, garantindo ao mesmo tempo o domínio do capital – e a sua autoridade – sobre o processo de trabalho. De resto, a distinção aqui introduzida é puramente analítica. Do ponto de vista do processo real, é porque o capital garante a tal dominação do processo de trabalho que pode “maximizar” a extração da mais-valia. É também sob este duplo critério que se determina o melhor modo operatório, aquele que o capital – em cada caso concreto – retém. Em suma, trata-se de um problema simples de “optimização sob coacção”. E a ferramenta é analisada como uma das variáveis da função a ‘optimizar’.

Para aumentar a produção, Taylor defende a importância das ferramentas, que possibilitem ao operário movimentos mais curtos e mais ágeis. A extração da mais valia relativa fica evidente, portanto, nesse processo. Entendemos que o taylorismo é forma de gestão capitalista, que busca formar o trabalhador ideal, o operário “padrão”, para a acumulação via extração da mais valia, possibilitando, assim, o desenvolvimento do próprio sistema capitalista.

Após desenvolver a análise e estudo do trabalho, fotografando, medindo e cronometrando os gestos, estudando o tempo gasto nas operações, o taylorismo desenvolveu uma simplificação do trabalho, dotando a gerência de conhecimentos e recursos para dominá-lo. Assim, fica explícito na revista IDORT qual era a compreensão do “capataz-gerente” e qual sua função na produção, que não é exposta na revista, pois uma delas era pressionar os trabalhadores para produzirem mais em menos tempo, sempre com o cronômetro nas “mãos”, ou seja, o gerente não estava ali para ajudar, orientar na produção, mas para fiscalizar, pressionar e reeprnder aqueles que não estavam cumprindo com suas “metas”.

Vamos considerar como é claro e expressivo o tempo “capataz-gerente”. Todos concordamos que o capataz é a “gerencia” visível para os operários. Suas funções são aquelas de gerencia; é verdade que é gerencia delegada, mas por isso não deixa de ser real responsabilidade de gerencia. Comparemos por um instante o capataz com o gerente geral da industria. Ambos são conductores de homens, ainda que o gerente geral possa ter sob seu commando 10 mil homens e o capataz só 10. Ambos são encarregados da responsabilidade de produzir a maior quantidade de artigos de alta qualidade pelo menor preço de custo possível (Revista IDORT, nº 7, jul, 1932, p. 15).

A partir das análises realizadas até o momento, entendemos que a gerência científica é fundamental nesse método de trabalho proposto por Taylor. Rago e Moreira (2003, p. 14) observam bem quais as principais funções dessa gerência:

São os gerentes que treinam os operários para trabalharem com os novos métodos. São eles que explicam, auxiliam, encorajam cada trabalhador individualmente, ao mesmo tempo que controlam a produção de cada um a fim de recompensar monetariamente aqueles que seguiram corretamente as normas de trabalho impostas. Por outro lado, são também eles que decidem pela dispensa daqueles operários cuja ignorância e preconceito impedem de perceber as vantagens das normas científicas do trabalho para ambas as partes.

Ao também analisar esse processo, Antonacci (1993, p. 38-39) observa que essa nova organização, fundamentada nos princípios tayloristas, que

[...] aparece na fragmentação e departamentalização das atividades, instaurava nova autoridade e hierarquia de poder. Técnicos especializados, com um saber teórico advindo de um “sólido preparo” - formação acadêmica que lhes garantia uma pretendida objetividade diante dos conflitos de interesses - assumiram o planejamento das tarefas dos trabalhadores, determinando cientificamente as condições de execução e de remuneração do trabalho.

Com a implementação do taylorismo na produção, o controle sobre o trabalho e o ritmo foi mais intenso, desqualificando trabalhadores e fragmentando o seu ofício, pois cada um sabia apenas uma parte da produção, não conhecia mais o processo, como um todo, retirando assim, o seu controle na produção.

Em nossa pesquisa, constatamos que, nesse período, atendendo às intenções do IDORT, a revista dessa entidade conclama a sociedade para a construção de um país industrial, “moderno”, “avançado”, com garantias de ganhos para todos, um país de “bem estar social”, do “progresso”. Sendo assim, percebemos que ideias positivistas eram bastante fortes nessa instituição.

Antonacci (1993) nos brinda ainda com uma análise muito interessante sobre a ideologia idortiana:

O taylorismo e as perspectivas de administração científica ganharam expressão no Brasil, em conexão com movimentos que, ultrapassando antigos determinismos vigentes, dirigiram-se à modernização da sociedade, organização da cultura nacional, restauração da dignidade da República, como possibilidades de promoção de bem-estar social, superação do "atraso" e reconhecimento internacional. Nessas injunções, mesmo difundindo e referendando concepções e exercícios de modernização e organização que se traduziram pela renovação de técnicas e meios de dominação, a administração científica indiferenciava e absorvia registros de progresso e modernidade latentes na sociedade brasileira de então (ANTONACCI, 1993, p. 25).

Buscando respaldar a nossa concepção sobre as teses dos industriais dessa época, que viabilizaram a construção de um projeto bem definido para toda a sociedade, dialogamos com a compreensão de Heloani. Segundo este pesquisador,

[...] a burguesia industrial paulista reorganizava-se através de novas instituições sociais como Ciesp (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo), Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Idort e USP (Universidade de São Paulo). Cada uma dessas foi elaborada visando reordenar um segmento específico da sociedade dentro de um vasto ideário de reformulação da sociedade para o bem comum. Esse vasto programa voltado para o reordenamento da nação e do interesse público foi estruturado com base no taylorismo e na racionalização (versão alemã do fordismo). Essas influências manifestaram-se com maior intensidade logo na fundação do Ciesp, que defendia a gestão estatal da força de trabalho e antecipava alguns princípios do corporativismo (HELOANI, 1997, p. 75).

Se, nos primeiros anos do século XX no Brasil, os industriais conceberam o trabalho como caso de polícia e, portanto, passaram à repressão ao movimento operário, com crescimento e divulgação das ideias tayloristas, a estratégia dos industriais se inverte, passando para o discurso de colaboração de classe, cooperação entre capital e trabalho, manifesta, segundo Heloani (1997, p. 70), desde o início da difusão do taylorismo:

A preocupação com a cooperação trabalho-capital esteve manifesta desde o início da difusão do taylorismo no Brasil, através de alguns estudos e experiências, por volta do final da Primeira Guerra Mundial. Dentre as primeiras tentativas de implantação da organização do trabalho em bases científicas, destacamos a conduzida por Roberto Simonsen na construção civil, a partir de 1918. Dessa forma o taylorismo foi utilizado para recompor a normalidade das relações capital-trabalho na sociedade. A administração científica, desse ponto de vista, permitiu também a difusão de novos mecanismos disciplinares sobre o proletariado, como, por exemplo, a psicotécnica.

A psicotécnica desempenhou um papel importante no processo de difusão do taylorismo no Brasil, pois justificava que era necessário selecionar e treinar os trabalhadores para a indústria em ascensão, pois o operário deveria ter aptidão para isso. A maior parte da classe trabalhadora não tinha formação, lembrando que, nesse período, **o analfabetismo no país era alto**, e os mais qualificados eram justamente os estrangeiros, mas que tinham sérios problemas de “conduta”. Outro ponto, bem observado por Heloani, refere-se ao discurso das insuficiências genéticas e raciais em substituição ao da incompetência, dos maus hábitos e da falta de instrução. Entretanto, esse processo de racionalização do trabalho, que pretende reduzir o trabalhador a “máquinas”, não foi tranquilo. No decorrer das mudanças que já vinham ocorrendo no espaço

fabril, no século XVIII e XIX, e mesmo no século XX, verificamos revolta dos trabalhadores, contestação, não aceitação das mudanças que significavam mais trabalho.

Lembramos que, no século XIX, os luddistas⁴⁹ já questionavam as máquinas, o aumento do trabalho, quebrando-as e reagindo direta e violentamente à sua introdução na Inglaterra e na França:

Os luddistas não se empenhavam em destruir as novas máquinas por inconsciência política, mas, ao contrário, porque desejam expressar neste ato simbólico seu repúdio contra a introdução de inovações técnicas que desorganizavam e destruíam seu modo de vida anterior. Lutavam ferrenhamente para preservar sua identidade cultural e para restabelecer os hábitos de trabalho a que estavam acostumados, procurando intimidar e pressionar os patrões (RAGO; MOREIRA, 2003, p. 29).

Ainda segundo entendimento dos autores sobre o movimento dos luddistas, eles apontam que não era apenas questão “cega”, por acharem que as máquinas eram as “culpadas” pela exploração do trabalho, mas “apontavam para o conteúdo político de uma tecnologia que os expropriava de seu saber específico, desqualificava seu ofício e transformava radicalmente as relações sociais de produção” (RAGO; MOREIRA, 2003, p. 30).

Na proposta de organização taylorista, os industriais tinham claramente o objetivo também de estabelecer novas relações sociais, em individualizar os trabalhadores nos diversos segmentos da produção e contribuir para sua fragmentação, despolitizando-os e convencendo-os de que só havia uma alternativa para a sociedade. Entretanto, buscando garantir essas ideias, vemos, neste trabalho, que a perseguição e a repressão violenta aos sindicatos e lideranças anarquistas, socialistas e comunistas, que não aceitavam essas propostas, eram constantes. Lembramos que esse discurso industrial está ocorrendo em período de embate e de luta de classes, como muito bem informa Segnini (1986, p. 87): “[...] nesta época, os movimentos operários estavam reivindicando aumentos salariais, melhores condições de trabalho e de vida. A

⁴⁹ “Uma das primeiras manifestações de revolta dos operários contra a sua miserável situação foi o ludismo, movimento de protesto caracterizado pela destruição das máquinas e que ocupou os últimos anos do século XVIII e os primeiros do século XIX. Trata-se de uma reação que possui grande importância e significado, revelando a seriedade dos problemas sociais decorrentes da Revolução Industrial. [...] Os luddites agiam em grupos de cerca de cinquenta e invadiam, rápidos, uma aldeia após outra para destruir as máquinas de malhas, desaparecendo tão silenciosamente como tinham chegado, sem que as autoridades os conseguissem apanhar” (HENDERSON, 1979, p. 49-50).

grande greve de 1917 paralisou São Paulo; os trabalhadores se mostraram fortemente organizados”.

Concordamos com a autora, pois, de fato, se o discurso e a estratégia empresarial eram de cooptação dos trabalhadores, as resistências também eram muitas, demonstrando, por um lado, a organização dos trabalhadores e, por outro, a não aceitação das mudanças que eram implementadas no espaço fabril.

2. 6 O tempo na produção

O tempo que se levava para produzir uma mercadoria era questão de honra e de lucro para os industriais, tanto que, na revista IDORT, nº 3, é citada uma experiência realizada com trabalhadores da Holanda, para demonstrar a importância dos exames psicotécnicos como forma de reduzir o tempo na produção. Em determinado ponto do texto, há evidências sobre a importância desse processo:

A experiência se fazia duas vezes – uma no começo do exame e outra no fim. De cada vez, notava-se o tempo e tomava-se como norma o tempo médio. [...] A intervenção rápida era estudada por meio de uma simples experiência de reações e o tempo médio de reacção (em grande numero de medidas) era considerado como normal. A dextreza era estudada por meio da experiência de O'Connor, consistente em uma prancha quadrada de madeira, na qual se tinham cavado pequenos furos (20 ordens de 20 furos, com o intervalo de 1 cm). Ao lado da prancha estava depositada uma caixa com cavilhas de ferro. Os furos e as cavilhas tinham tal diâmetro que três dellas cabiam exactamente em um furo. O candidato tinha de introduzir três cavilhas em um furo e preencher cada ordem de furo, uma após outra **no menor tempo possível, até o momento em que o signal o advertisse a parar. Essa prova durava sete minutos e notava-se o numero de furos preenchidos nesse lapso de tempo.** Também se media a dextreza, collocando-se numa caixa cem agulhas de gramophone; o candidato devia, com uma pinça, por essas agulhas, uma a uma, em outra caixa. **Nesse caso, igualmente, o tempo servia para medir o rendimento (Revista IDORT, 1932, nº3, p. 28, grifos nosso).**

Em todo momento da formação do trabalhador, percebe-se a preocupação com a destreza, redução do tempo para a produção, eficiência, desempenho nas atividades, estando, enfim, sempre presente a preocupação de quanto seria possível produzir com menos tempo, possibilitando, assim, o aumento do rendimento, do lucro.

Em uma carta de Aldo Mario de Azevedo, em agradecimento pelo resultado do trabalho realizado pelo IDORT em sua fábrica de louças, que evidenciava as orientações para as

operações e cronometragem para que se produzisse mais, percebe-se claramente a preocupação do IDORT com o tempo de produção, com o cronômetro:

Cumpro o dever de louvar o IDORT pela forma verdadeiramente científica como foram conduzidos os estudos e levados a efeito na 'Céramus'. A analyse das operações, a respectiva chronometragem, o estudo do agrupamento dos movimentos elementares das operações, a sua sequencia, o conjuncto das operações que realisam a producção da unidade, tudo foi feito com notável critério científico e humano. Registro com satisfação que o engenheiro Genta revelou conhecimentos invulgares na especialidade que constitue o elevado objectivo de IDORT (Revista IDORT, nº 4, mai. 1932, p. 7).

Em artigo publicado na revista IDORT, em 1932, Soares de Souza desenvolve análise sobre o movimento pela racionalização, observando várias questões importantes, no que se refere ao tempo de trabalho. Conforme entendimento desse autor:

[...] do vasto domínio das pesquisas industriaes revelou-se a valorisação do factor humano. Taylor poz a frente de qualquer systema a analyse científica da tarefa solicitada ao operário. É essa analyse que permite determinar qual a medida em que os movimentos executados correspondem ao escopo, e quaes são os movimentos que permitem attingi-lo de maneira mais racional, isto é, com o mínimo de esforço e no mínimo de tempo. O estudo dos tempos correspondendo a cada um e ao conjunto dos movimentos que constituem uma determinada operação é uma parte ou, melhor, é um instrumento dessa analyse. A determinação dos movimentos normaes e dos tempos normaes para sua execução tem por corollário a escolha de operários naturalmente aptos para a tarefa reclamada e sua instrução para isso (REVISTA IDORT, 1932, nº4, p. 8, grifos nossos).

Verificamos que está na pauta do IDORT a questão do tempo, visando produzir mais em menos tempo, lucrando cada vez mais.

A referencia do tempo, isto é, a determinação certa de um dado "momento" na vida foi bem mais difficil de estabelecer e teve uma evolução lenta mas progressiva até o nosso calendário de hoje. O tempo, mathematicamente fallando, é um contínuo. Não um "contínuo" de repartição publica que anda e para, para descansar... É um contínuo impalpável, fluido, que sempre se escôa não só para todos os relogios do mundo, como para todos os seres e para toda materia do Universo. Ninguem foge a sua acção, nada escapa a essa função de existir. O tempo é um "contínuo" sem principio nem fim. É eterno para nossa actual comprehensão dos grandiosos phenomenos da natureza. [...] A necessidade de analysar, de controlar suas actividades, obrigou o homem a sujeita-las a períodos certos. Por commodidade, foi adoptada a mesma divisão de períodos que estava estabelecida para o Tempo. É assim que os annos, os mezes, os dias e as horas representam também períodos de actividade certos e muito usados. Dahi veio o costume de se encerrarem annualmente, mensalmente ou diariamente certos registros de actividade (Revista IDORT, nº 1, mai. 1932, p. 10).

Destacamos nesta citação, a visão que os industriais tinham do serviço público, onde o trabalho era lento, moroso, parava para descansar. Em outro texto publicado na revista IDORT, fica claro que os métodos de trabalho, que procuravam eficiência, tinham como objetivo o aumento da produção e a obtenção de maiores lucros. Aplicar métodos físicos também é de grande lucro, retorno para o investimento, como se vê:

Methodos bons e rythmo no trabalho economisam esforços e aumentam a producção. Aqui estão alguns resultados da applicação do estudo dos movimentos: Trabalho em carvão - 16% de augmento no producção; empacotamento - 31% de augmento na producção; fabricação de latas - 40% de augmento na producção; Embalagem de bonbons - 35% de augmento na producção. [...] Testes mentaes e physicos de natureza simples e pratica podem ser adoptados para seleccionar operários. Esses methodos scientificos asseguram a acceitação exclusiva de operários adequados. Os testes são simples de applicar e o lucro é grande. Producção, enthusiasmo e felicidade são augmentados se os 'pinos quadrados são postos nos buracos quadrados' (Revista IDORT, nº 2, fev. 1932, p. 15).

Em artigo publicado na revista do IDORT (nº 3, mar.1932, p. 25), Léon Walther apresenta sua tese sobre a importância da redução do tempo para produzir determinada mercadoria. “Assim, se designa, em technopsychologia, a determinação da duração das diversas operações, dos movimentos que exigem e das simplificações vantajosas que se pode imprimir nesses movimentos, seja para diminuir-lhes a duração ou o número, seja para torná-los mais efficazes modificando-lhes a própria forma”.

Em uma resenha de um artigo publicado na revista IDORT, 1932 (nº 5, mai. p. 18), são apontados os inúmeros benefícios e vantagens a partir do controle do tempo, os quais são analisados neste texto. Mesmo se tratando de longa citação, consideramos importante trazê-la integralmente para termos ideia da discussão e compreensão que se dava para o tempo na produção:

1º Permitir augmento considerável da capacidade de producção das usinas e machinas já em actividade; 2º Diminuir os prazos de producção e reduzir assim os gastos geraes por unidade; 3º Reduzir a importância do capital immobilizado nos trabalhos em andamento; 4º Reduzir os prazos de entrega; 5º A descoberta das causas de atrazo traz vantagens, cujo alcance excede em muito a tarefa particular estudada. Essa descoberta aguça, de facto a atenção dos directores para com todas as perdas de tempo que é possível evitar e que resultam do estado das officinas e dos diversos serviços; 6º O estudo dos tempos permite reconhecer assim e determinar com precisão todos os obstáculos ao progresso do trabalho, qualquer que seja a natureza desses obstáculos; 7º A direcção é incitada ao esforço pelo conhecimento immediato e preciso das economias realizadas, graças aos

melhoramentos introduzidos na organização existente e nos métodos seguidos; 8º A preparação dos planos e desenhos é beneficiada pela descoberta, na própria officina, dos defeitos que acarretam trabalho inútil; 9º A reforma permite manter alerta o escriptorio de desenho e as outras secções encarregadas dos trabalhos preliminares, destinados a preparar o estudo dos tempos, antes que elle seja feito na officina; 10º O estudo dos tempos permite que se proceda a analyses mais precisas com o fim de determinar os gastos de mão de obra; 11º Permite estabelecer, para os diferentes typos de utensílios, escalas de funcionamento as quaes se torna possível relacionar o melhor resultado registrado em tal grupo dado; 12º Da o conhecimento preciso do tempo exigido por uma tarefa determinada. Sem o estudo dos tempos, a direcção pode julgar-se informada, mas, na realidade, ignora tudo; 13º Esse estudo assignala, assim, os melhoramentos que é possível imprimir ao material, afim de facilitar o adeantamento do trabalho; 14º Obtém o meio de comparar entre si e nos mínimos pormenores, os diferentes métodos applicaveis à execução da mesma tarefa. Por seu lado, a medida visa melhorias, dá um encorajamento muito activo a novos progressos; 15º Facilita o escoamento regular dos materiais atravez das officinas, bem como a normalisação dos métodos e dos serviços nas officinas; 16º Reduz a duração da desocupação, tanto dos homens como das machinas; 17º Permite melhorar a qualidade do producto, favorecendo a applicação da melhor technica elaborada; 18º A competição clássica entre patrões e operários é incompatível com um bom rendimento. De facto, com isso cada um defende o seu interesse: de um lado, a direcção se esforça por fixar o salário mais baixo e, de outro, o operario reclama uma tarifa alta e desperdiça tempo, ‘freiando’, o trabalho. Essa disposição desaparece totalmente em um regime que define claramente, aos olhos das duas partes, em que consiste uma tarifa equitativa; 19º Esse modo de fixação das tarifas permite eliminar as irregularidades e as incoherencias; 20º Faz taboa-rasa das convenções desusadas e das praticas aberrantes, de que, de outra forma, seria difficil desembaraçar-se; 21º Augmenta a productividade do trabalho e, assim, põe os operários em condições de ganhar salários mais altos; 22º No pessoal, a satisfação de espírito augmenta, o que tende a reduzir a instabilidade da mão de obra (Revista IDORT, nº 5, mai. 1932, p. 18).

A questão do tempo está colocada para todos os fins: evitar gastos, produzir mais em menos tempo, evitar a desocupação e não deixar a máquina parada, o que reduziria a produção. Enfim, o estudo de como utilizar melhor o tempo para a produção foi a descoberta para a superexploração da força de trabalho.

Taylor possuía espírito totalmente avesso às teses pré-concebidas; sentia a necessidade de comprovar na prática as questões sobre a produção, sobre o tempo gasto para produzir determinada mercadoria, sentia a necessidade da postura metódica em busca da redução do tempo:

Elle era contrário, por princípio, a afirmação de que os movimentos profissionais mais racionais são encontrados pelo operário e se crystalisam com o tempo e a pratica. Estabeleceu então que cada trabalho tem uma sciencia própria e que é mister desenvolver para cada elemento que o compõe uma norma de conducta racional, que substitue os antigos métodos empíricos. A sciencia do trabalho foi dividida por Taylor em duas partes: 1ª – estudo dos movimentos (motion study) e 2ª – estudo dos tempos (times study) (LOPES, 1933, p. 246).

Se os industriais se respaldavam em técnicas e métodos para controlar o trabalhador no espaço fabril, desde o início do século XX, a questão não era tão simples assim, pois não existiu omissão por parte da classe operária, mas sim resistência e luta. Nesse sentido, não podemos desconsiderar a luta e organização dos anarquistas nesse período, que foi fundamental na organização dos operários.

2.7 A defesa da racionalização

A racionalização deve “possuir igualmente aparelhos transmissores, não só das sensações, como das determinações do commando central, como nossos nervos”, este é o papel do IDORT e de sua revista, transmitir essas ideias centrais, importantes para todo o corpo (sociedade). Mas existe uma parte deste organismo que deve acatar essas normas. Vejamos isso nas próprias palavras de Azevedo: “Ella deve ser dotada de agentes executores que obedecem, (sem discutir) as ordens e determinações do centro director, tal qual os nossos músculos. Tem de ter também órgãos de rotina, que agem por si mesmos, de accordo com as circunstâncias, sem interferência do cérebro, como figado, glândulas, etc”. (AZEVEDO, 1932, p. 6, grifo nosso).

Dando sequência ao entendimento do que seria e como deveria ser a racionalização, Azevedo afirma:

A racionalização é, ao mesmo tempo, um instrumento de trabalho e um methodo. Como instrumento, pode-se lamentar que ella seja susceptivel de ser utilizada na direcção das empresas sem cuidado das exigencias da moral e da equidade ou em desenvolvimentos nos quaes o instincto creador ultrapassa os limites da razão. Mas não se pode responsabilizar a racionalização pelos erros que della podem resultar. Como methodo, ella obriga os que a exercem a um estudo sincero e aprofundado dos factos; mostra-lhes a necessidade da collaboração que não pode desenvolver sem uma documentação exacta e sem lealdade na acção. Só pode, pois, em fim de contas, exercer uma influencia util sobre a mentalidade das empresas. [...] recordando que a racionalização não é uma invenção ou methodo novo que se pode, a escolha, adoptar ou regeitar, mas que não é mais que a apresentação, sob forma doutrinaria, de uma tendencia natural para o progresso, tão velha quanto a economia e tão imperecível quanto Ella (Revista IDORT, nº I, jan. 1932, p. 7-8).

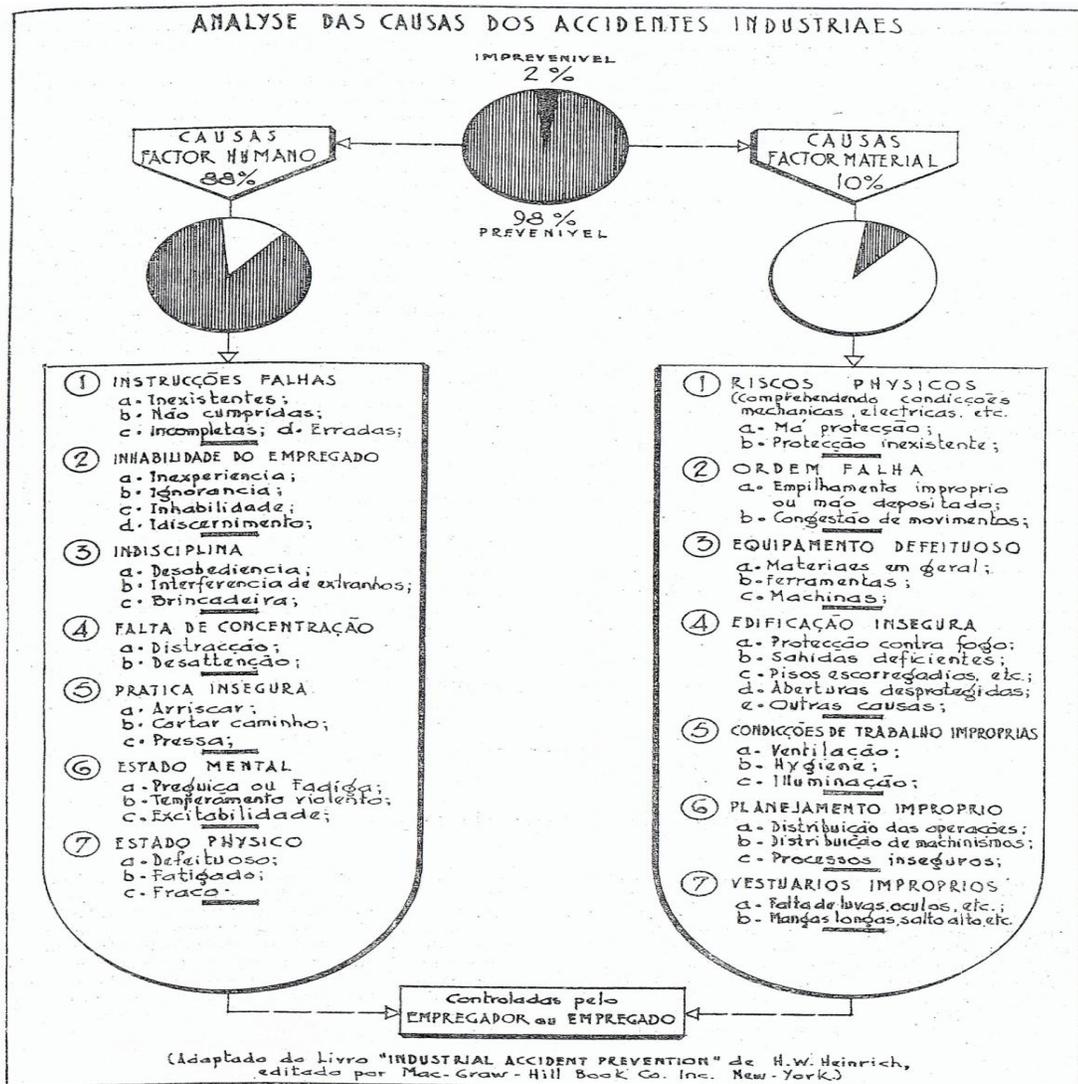
Em artigo publicado na revista IDORT, em 1932, Soares de Souza, membro desse Instituto, desenvolve análise sobre o movimento pela racionalização no período, observando várias questões importantes, no que se entende por racionalização.

No editorial da revista IDORT, 1932, número 5, fica evidente o entendimento de que somente a racionalização resolverá os problemas da sociedade. Neste editorial, ao tratar dos problemas econômicos, alto custo de vida, afirma-se:

A racionalização, e só Ella, o resolverá com a mesma facilidade e segurança com que se realizou a esplanada do Castello no Rio. A “elevação” do nível do poder aquisitivo das massas só poderá ser realizada rapidamente pelo “desmonte” simultâneo do alto custo dos nossos productos, da mesma forma que nas estradas de ferro são aterrados os valles com a terra retirada dos cortes nos morros vizinhos (Revista IDORT, nº 5, mai. 1932, p. 2).

Em texto publicado na revista IDORT, número 7, que trata da importância da racionalização para resolver os problemas sociais e econômicos, mostra-se que ela é a única forma para se resolver a crise que o sistema estava enfrentando. A racionalização é vista como científica, resultado do progresso técnico da sociedade, sendo uma reação contra o empirismo:

A organização racional é, portanto, mais que nunca necessária, mas aperfeiçoada e completada em um campo muito mais vasto e complexo, do que o technico-mechanico, no qual tem alcançado tão grande eficiencia e no qual parece ter até hoje limitado as suas pesquisas e as suas applicações. Toda a civilização moderna é uma adaptação progressiva dos methods e das descobertas scientificas com objectivos sempre mais nitidamente econômicos e sociaes. A organização racional foi a ultima etapa de uma evolução technica, mas Ella deve forçosamente prosseguir e desenvolver-se no campo social, político e internacional. Neste, como em outros, devem por força desaparecer o “dogmatismo” e o “empirismo”. A racionalização é justamente a reacção contra o empirismo – e também em parte contra o dogmatismo que é causa de tantos males, de tantas opposições inúteis e tardias [...] ela, enfim, tende a organização funccional, que, convenientemente comprehendida e applicada, abrange todos os vários ramos da actividade humana nos diversos graus da escala social (Revista IDORT, nº 7, jul. 1932, p. 3).



Esse gráfico, segundo a Revista IDORT, “dá uma lista de conjuncto de todo o domínio da racionaliação. Mostra como o principio fundamental da utilização dos methodos scientificos de raciocínio conduziu a diferentes principios e processos applicaveis a todos os aspectos da vida economica”. In: **Revista IDORT**, mai. nº29, 1934.

Outra definição de racionalização foi dada pela Conferência Econômica Mundial, realizada em Nova Iorque em 1931: “Methodos de technica e de organização planejados para assegurar o mínimo de gasto, tanto de esforço como de material. Ella comprehende a organização scientifica do trabalho (mão de obra), padronização tanto de materiais como de productos, simplificação de processos e melhoramento no systema de transporte e distribuição” (Revista IDORT, nº 7, jul. 1932, p. 22).

A proposta de racionalização tem como objetivo o aumento da produção e a redução de custos com a força de trabalho, tal como está apontado na revista IDORT de 1932. Se a racionalização for acompanhada de utilização de novos equipamentos, a tendência é o aumento considerável da produção. Algumas experiências em fábricas e os resultados da sua produção são citados neste texto a seguir. Segundo dados coletados em empresa da Tchecoslovaquia:

[...] em Praga, a directoria de uma fundição de ferros introduziu certo numero de fornos electricos para fundição e machinas para formas. O rendimento triplicou, de sorte que foi possível usar consideravel numero de operários assistentes em vez de operários qualificados. *Si bem que os ordenados tenham soffrido reduccão,* os destes operários assistentes foram dobrados. [...] Reorganizando sua produção, applicando a fabricação automática e padronizando seus productos, uma fabrica de machinas de coser do districto Tabor pôde augmentar sua producção em 40 %. Usando methodos similares, uma fabrica de instrumentos de pressão (districto de inspecção Bruenn II) pôde adoptar o systema de pagamentos de ‘bonus’ sobre a producção augmentada. A consequência disso foi a reduccão de 35% do tempo por unidade, comparado com o tempo anterior. Uma fabrica electrotechnica (districto de Bruenn I) adoptou o trabalho fluente. A producção das mulheres empregadas augmentou 7 vezes, porém, por outro lado, esse trabalho requer toda a attenção das operárias, que têm de ficar em seus lugares ou o processo todo será interrompido (Revista IDORT, nº 10/11/12, out/nov/dez. 1932, p. 4).

Outra experiência que “deu certo”, após investimento na produção e nos métodos de racionalização do trabalho, foi em uma:

[...] fabrica de papel (districto Trautenau) a adopção de machinas e methodos modernizados, augmentou a producção das operárias occupadas no departamento de classificação em 100%, ao passo que a capacidade total de producção da empreza augmentou 20% e os pagamentos médios horarios augmentaram de 2.40 e 2.60 coroas a 3 e 4 coroas. O mercado pode absorver esse excesso de producção e assim o número de operários não foi alterado (Revista IDORT, nº 10/11/12, out/nov/dez. 1932, p. 5).

Ressalta-se que os industriais só teriam a ganhar com os novos métodos de trabalho e com modernos equipamentos, pois ocorreria aumento de trabalho e da produção; no entanto não ocorreu o processo de aumento da contratação de operários, uma vez que, acompanhado a este processo, ocorreram super lucros.

Em diversas observações sobre as implicações da racionalização para o trabalho, foi observada a redução de trabalhadores nas indústrias, como informa a revista IDORT (nº 10/11/12, out/nov/dez. p. 5).

Em uma fabrica de seda artificial (districto de Trautenau) o número de operários baixou de 970 para 680, quando foram experimentados novos methodos de producção. Em uma fabrica de sabão, a producção foi triplicada, o número de operários baixou a metade e os ordenados augmentaram 10 %.

Para Oliveira (1932), a racionalização com o auxílio da psychotechnica “auxilia e educa o operário, de modo a produzir um trabalho de rendimento máximo com um esforço mínimo, augmentando desta forma a qualidade e quantidade dos productos”. Segundo ainda este engenheiro e industrial,

a racionalização se estribou na psychotechnica para auxiliá-la na seleção da mão de obra, visto a mesma ter alcançado uma base verdadeiramente científica, que se concretiza, actualmente, em vários tratados acerca do assumpto. Para se avaliar da sua importância damos abaixo os itens por ella estudados: a) seleção do operário para determinado serviço; b) educação do operário, a fim de que possa fazer o seu serviço efficientemente; c) adaptação ao homem dos processos de trabalho e do instrumental; d) estudo da fadiga profissional pelos methodos para a sua verificação e meios para preveni-la ou diminui-la; e) estudo da monotonia do trabalho industrial (Revista IDORT, nº 10/11/12, out/nov/dez. 1932, p. 30).

A revista IDORT (1933, nº 15, p. 53) apresenta diversas justificativas e argumentos em defesa da racionalização, a partir das deliberações da “Second International Discussion Conference”:

1º) A racionalização tem desenvolvido e vulgarizado methodos que augmentam a producção por homem-hora. Melhora o “turnover” do capital, elimina o desperdício, reduz o custo de producção e distribuição, simplifica a direcção e planeja para o futuro. 2º) Tem ajudado a levantar a carga dos hombros do homem, augmentando o uso da força mechanica e electrica, eliminando grande parte do pesado trabalho physico e treinando operários a tornarem-se seres humanos habilitados, em vez de meras bestas de carga. 3º) Melhorou as condições physicas do trabalho, convencendo o empregador da economia resultante das boas installações sanitárias, illuminação, ventilação, prevenção de accidentes, redução da fadiga, etc. 4º) Tem assegurado melhores resultados aos esforços humanos e ao capital posto em acção na indústria, reduzindo o desperdício de tempo, energia e material; e consequentemente, augmentando ordenados e dividendos; tem permitido aos operários e capitalistas elevarem seu padrão de vida. 5º) Tem ajudado a encurtar as horas de trabalho e a proporcionar aos operários mais tempo livre, que elles estão aprendendo a usar para a melhoria de sua saúde, educação e desfrute da vida. 6º) Trouxe melhor cooperação entre operários e patrões, esclarecendo seus mútuos fins e os passos a serem dados para chegar a esses fins. 7º) Começou a remover os obstáculos de classe, baseado as promoções sobre a qualidade e a quantidade do trabalho individual, assim abrindo opportunidades de carreira que as distinções de classe fizeram difficil no passado. 8º) Tem reduzido o custo das necessidades da vida, por meio de simplificação, padronisação e producção em massa, facilitando dest’arte à família média maior conforto physico do que antes. 9º) Forneceu uma technica para simplificar situações complexas e planejou o seu respectivo controle, que pode ser applicado muito mais extensivamente do que no passado á direcção das forças mudáveis da industria, não só em beneficio de uma classe, mas de toda a humanidade.

Ao também desenvolver análise sobre a racionalização, o Engenheiro Lucas Lopes (1933) entende que esta nasceu

[...] com a tendencia do homem moderno para tudo submeter ao controle scientifico, de tudo estudar debaixo de um ponto de vista experimental, visando diminuir sempre a fadiga humana e promover a máxima efficiencia. O ideal de máxima efficiencia é básico na racionalização. Na luta do indivíduo contra o Universo, elle procura sempre obter o máximo proveito com o mínimo de esforço. Para isso emprega methodos geraes que não são mais do que desdobramentos dos preceitos estabelecidos por Descartes. [...] Sob um ponto de vista restricto, a palavra RACIONALISAÇÃO é synonymo de organização scientifica do trabalho. Diversos systemas há de organização scientifica do trabalho (LOPES, 1933, p. 245).

Ao mesmo tempo em que os intelectuais do IDORT defendem a não existência de divisões na sociedade, ou seja, de classes, o discurso de Azevedo, como se vê a seguir, não deixa dúvida quanto às reais intenções dos industriais, não tendo como mascarar suas teses, pois ele defende que cada setor da sociedade tem sua função definida, a qual não tem como ser alterada, como uma lei natural, como regra da própria natureza, como um rio que corre sem alterações. Esse autor apresenta sua visão sobre o corpo, identificando-o com as relações de classe. Para esse intelectual orgânico da burguesia industrial, a luta de classes nada mais é do que órgãos que pretendem dirigir o organismo.

Dando sequência ao seu raciocínio, Azevedo define indiretamente a organização dos trabalhadores como sendo artificial e que contribui para hipertrofia da sociedade, são órgãos que atrapalham o seu funcionamento, trazem-lhe graves problemas. Conforme o autor, não existe possibilidade de os trabalhadores serem referência na sociedade, comandá-la, definirem como ela deve funcionar, pois não é este o seu papel e quem define suas regras e funcionamento é a burguesia, a classe dominante. E, quando os trabalhadores se atrevem a ser uma classe que comanda a sociedade, vivenciamos situação de anarquia geral. Para ele, o mundo será mais feliz quando a sociedade compreender seu papel, quando compreender a lição da natureza.

Quando a humanidade compreender, na plenitude de seus ensinamentos *a grandeza da lição que a natureza nos dá e a razão de ser de cada função natural, por inferior que seja, o mundo será mais feliz certamente, pois cada um de nós sentirá mais definida sua posição no conjunto, podendo então orgulhar-se de ser uma partícula, ínfima que seja, do grandioso organismo que é o universo* (AZEVEDO, 1932, p. 7, grifos nossos)

As ideias de Azevedo estão em sintonia com as positivistas de Durkheim, que associava a sociedade com o funcionamento do corpo humano. O organismo padece ou fica

enfermo, quando um dos órgãos não está funcionando bem, tendo impacto nos demais órgãos, implicando em problemas para o organismo todo. Para ele, na sociedade é a mesma coisa, esta é composta de fatos sociais que têm algumas funções, podendo ser normais ou mesmo patológicos. Para este sociólogo positivista, os considerados normais são aqueles que não excedem, não extrapolam os limites da sociedade, as normas, os valores existentes. Por sua vez, os fatos que extrapolam esses limites, infringem as leis naturais da sociedade, não respeitam as regras existentes, são patológicos e de risco, pois comprometem toda a sociedade, põem em risco o seu funcionamento social, deixando-a apática, necessitando de cura. Assim seria a compreensão do seu funcionamento, vivendo conforme as regras e leis existentes, que já existiam antes de nascermos, portanto, devíamos acatá-las. É preciso desenvolver nossas funções em harmonia com o conjunto da sociedade e não a questionarmos, pois traria risco para seu próprio funcionamento.

A partir do exposto, fica evidente o pensamento dos industriais idortianos, pois estavam vivenciando um período em que a classe trabalhadora não aceitava mais a superexploração do trabalho no espaço fabril e, por isso, organizava-se em partidos políticos de esquerda, movimentos que não eram bem vistos pelos industriais, pois colocavam em risco todo o funcionamento da sociedade, devendo serem excluídos. daí as prisões, extradições de líderes sindicais, comunistas, socialistas e anarquistas que confrontavam a situação vigente. A classe operária organizada era, em suma, vista como um sério problema para a implementação do projeto burguês industrial. Portanto deveria ser combatida e nada melhor que um Estado repressor para garantir essa normalidade.

A visão autoritária industrial está presente no discurso da burguesia, não somente para com os trabalhadores, mas também para com os demais Estados do país. Trata-se de visão do centro do saber, do centro do pensamento industrial, que irradia as idéias para o “resto” do país. São Paulo era visto como a “locomotiva” que puxava o Brasil, a vanguarda do industrialismo e da política, a elite paulista era “superior”, por isso a importância de criar a USP⁵⁰, a Escola Livre de Sociologia Política, a FIESP, o IDORT, um jornal que expressasse o seu pensamento e irradiasse para todo o país, papel que cumpria o Estado de São Paulo. A

⁵⁰ A Universidade de São Paulo foi criada pelo Decreto estadual nº 6.283 de 25 de Janeiro de 1934, por Armando de Salles Oliveira, interventor federal em São Paulo. Foi a ‘primeira Universidade’ criada no novo regime estabelecido pelo Decreto de 31 (CARDOSO, 1982, p. 121).

“missão” de alavancar o progresso, o desenvolvimento do país, estava nas mãos da elite culta de São Paulo.

A partir dessa constatação, é que entendemos que não foi em vão a ruptura dos paulistas com a política “café com leite”, quando Washington Luiz lança o então governador de São Paulo, Julio Prestes, para ser o candidato a presidente da República em 1930. Ao analisar essas posições políticas dos paulistas, a partir de Mesquita Filho, o Estado de São Paulo é visto como o Estado-Chave, fundamental para o desenvolvimento da nação, sendo que o movimento de condução dessa nação deve partir da burguesia paulista. Com relação a essa visão autoritária, centrada nos interesses paulistas, Cardoso nos informa, a partir da análise das ideias de Mesquita Filho, que “a missão comunitária dos paulistas é concebida como uma missão superior, responsável pela formação da nacionalidade, substancialmente diferente da missão inferior, responsável pelas tarefas político-administrativas” (CARDOSO, 1982, p. 39).

Esta pesquisadora expõe em seu trabalho as ideias claras dessa visão autoritária de Mesquita Filho.

[...] na luta, a seleção dá-se com a facilidade das leis incoercíveis. Os organismos sadios buscam naturalmente, as dificuldades na altura e sua pujança. Para esses, os cometimentos grandiosos, aqueles a que nos habilitou em todos os tempos o paulista. [...] Nos momentos capitais da história nacional, de São Paulo sempre partiu a palavra que haveria de decidir dos desígnios da nacionalidade. José Bonifácio e Feijó [...] marcam os dois grandes ciclos da evolução nacional. Amanhã, como naquelas duas etapas memoráveis, outros hão de surgir, dentre nós, da mesma têmpera e do mesmo valor. Porque, desprezando o círculo acanhado em que se debatem as correntes políticas da atualidade, mostra o paulista que é, ainda hoje, o que era nos primórdios da nacionalidade: um lutador vitorioso (MESQUITA FILHO apud CARDOSO, 1982, p. 39-40).

A partir do exposto, podemos entender o porquê dos movimentos paulistas contra os governos centrais, o movimento de 1932, a causa paulista, enfim, estes consideravam-se superiores e não queriam estar à margem das decisões políticas da nação.

Entendemos um pouco dessa visão e porque o IDORT tinha papel fundamental na divulgação das teses apregoadas por Taylor, conforme muito bem nos informa Camargo no editorial da revista de 1981. Além de se ter tornado referência nacional do período para o pensamento industrial nacional:

a necessidade da racionalização das atividades econômicas e sociais tornava cada vez mais imprescindível a participação do IDORT e seu crescimento prosseguiu, ampliando

sua ação e enriquecendo o quadro de adeptos, conforme prognosticara Armando de Salles Oliveira, em sua última manifestação, momentos antes de deixar o convívio terreno, em seu leito no hospital; “E o nosso IDORT tem cada vez maior razão de ser” (CAMARGO, 1981, p. 2).

Como não poderia deixar de ser, este autor conclui o editorial, dando ênfase à importância dessa Instituição para o “progresso” do país, buscando sempre eficiência, qualidade e constante esforço para a conciliação entre os diversos interesses nacionais. Este mesmo editorial entende que foram muitos anos dedicados “ao progresso brasileiro”, na área que mais necessitava de investimento, que era a administração. “[...] Ao registrarmos tão grata e significativa efeméride para todos nós, brasileiros, reafirmamos nossa certeza de que a presença do IDORT será marcada pelo contínuo esforço para conciliar os múltiplos interesses da comunidade brasileira, com vistas ao engrandecimento de nossa Pátria” (CAMARGO, 1981, p. 2).

Em seu número 20, mês de Agosto de 1932, a revista IDORT noticia que o Presidente do IDORT havia sido nomeado pelo Presidente da República, Getúlio Vargas, para assumir o governo do Estado de São Paulo:

Em virtude de nomeação do governo da Republica, assumiu a chefia do governo do Estado de São Paulo o Sr. Dr. Armando de Salles Oliveira, presidente do Instituto de Organização Racional do Trabalho de São Paulo. Os seus companheiros de directoria, inclusive os directores das duas divisões, foram incorporados, no dia 24, fazer-lhe uma visita de cortezia no palácio da cidade. IDORT se congratula com S. Excia. Enquanto durarem as suas funções naquele alto cargo, exercerá a presidência o nosso 1º vice-presidente, Sr. Dr. Antonio Carlos Pacheco e Silva (Revista IDORT, nº 20, ago. 1932, p. 176).

Sob o ponto de vista político, isso significa maior espaço para o IDORT no Estado, não podendo realizar consultorias para os órgãos públicos, dentro de visão da racionalização da máquina pública. Com essa nomeação para o governo do Estado de São Paulo, a direção do IDORT apresenta um plano de reorganização para as repartições desse Estado, além de Ministérios, Secretarias, Departamentos, enfim, racionalizar toda a máquina pública, fazendo com que tenha pleno funcionamento, seja “eficaz”. Conforme a revista IDORT (1934, nº 26, p. 31):

Considerando que a organização racional do trabalho é indispensável para obter-se a produção em condições econômicas e para a execução dos serviços administrativos nas mesmas condições; considerando que o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) tem prestado ao meio social relevantes serviços na divulgação dos princípios que regem a racionalização da produção industrial e da administração de empresas

particulares; considerando que a administração pública também é suscetível de ser racionalizada em seus serviços, tanto administrativos como industriais, para maior eficiência e economia; decreta: art 1 - O IDORT como instituição de Utilidade Pública; art 2 - fica incumbido de estudar a reorganização da administração pública do Estado; art 3 - as despesas decorrentes do decreto ocorrerão por conta da verba consignada no parágrafo 26 do artigo 4 do orçamento. 25/01/1934.

Em 1934, o então governador do Estado de São Paulo e primeiro presidente do IDORT, Armando de Salles Oliveira, baixou decreto reconhecendo este Instituto como sendo de utilidade pública, responsável por iniciar um trabalho de reorganização administrativa da máquina pública paulista, conforme os preceitos da organização. Entendemos que se tratou de plano elaborado para fortalecer os industriais no interior do Estado. Entendemos que esta prática coloca por terra os discursos políticos e ideológicos dos industriais, pois o que se pratica são formas de se beneficiarem, enquanto classe patronal, dos serviços e recursos financeiros públicos, sendo um processo de privatização disfarçada, pois são raposas tomando conta do galinheiro.

2.8 A “Jornada contra o desperdício”

Evitar o desperdício é construir a própria riqueza e concorrer para a prosperidade commum (Revista do IDORT, nº 82,83 e 84, 1938, p. 225).

Entendendo que era o principal responsável pela educação do trabalhador, o IDORT desenvolveu uma importante *jornada contra o desperdício*, com o objetivo de educar os trabalhadores e a sociedade para as diversas questões importantes e que iria melhorar também a produção, pois o trabalhador era desleixado, desorganizado, indisciplinado. Essa Jornada conseguiu aglutinar diversas entidades apoiadoras. Em agosto de 1938, a diretoria desse Instituto encaminha para diversas entidades e associações representativas do Estado de São Paulo convites para integrarem a jornada. Esta campanha é inspirada em anteriores realizadas com êxito em outros países e que o IDORT já vinha preparando há algum tempo. Mas quais eram os seus objetivos?

Dando desenvolvimento ao seu programa em prol do accrescimo do bem-estar social pela melhor utilização do trabalho humano e das riquezas, resolveu o I.D.O.R.T. levar a

efeito, nesta Capital, uma “JORNADA CONTRA O DESPERDÍCIO”. [...] A Jornada destinar-se-à a chamar a atenção para os múltiplos desperdícios de varias ordens – de espaço, de tempo, de matéria, de energia etc – que se verificam em geral em todas as actividades, totalizando valores consideráveis diariamente inutilizados com prejuízo da economia colectiva. Ao lado desses aspectos negativos, serão mostrados os processos e meios de evita-los, o que pretendemos fazer por meio de conferencias e palestras, por demonstrações objectivas, visitas a organizações adequadas e por uma exposição especial. A esta poderão concorrer os interessados em artigos, machinas, aparelhos etc. que visem economisar na producção, ou evitar ou recuperar desperdícios (Revista do IDORT, nº 80, ago. 1938, p. 189).

Esse Instituto demonstra o objetivo em reduzir tempo, espaço, economizar energia, matéria, enfim, o objetivo é não desperdiçar, é economizar todas as ações na produção, aumentando com isso o lucro.

Como seria realizada essa jornada?

A jornada constará de uma parte de conferencias e palestras, outra de demonstrações praticas e visitas a fabricas e instituições, e, finalmente, de uma exposição especial em que os estabelecimentos e outros interessados poderão apresentar processos e artigos destinados a evitar o desperdício ou a fazer sua recuperação ou ainda que visem realizar economias no trabalho. As conferencias iniciaes, com caráter doutrinário, a cargo de personalidades convidadas pelos promotores da Jornada, versarão sobre: 1- Desperdício em geral; 2 – Desperdícios de tempo, em geral; 3 – Desperdícios de espaço, em geral; 4 – Desperdícios de matéria, em geral; 5 – Desperdícios de energia, em geral (energia motriz, muscular, mental e psychica); 6 – Desperdícios de dinheiro, em geral (Revista do IDORT, nº 80, ago. 1938, p. 190).

Diversas entidades contribuíram com a jornada com patrocínio, eram elas:

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Associação Comercial, Associação Paulista de Imprensa, Rotary Club, Sindicato Patronal das Indústrias Têxteis, Bolsa de Mercadorias, Sociedade Rural Brasileira, Sociedade de Medicina e Cirurgia, Instituto de Engenharia, Instituto dos Advogados, Associação Cívica Feminina, Sindicato Agrônômico do Estado de São Paulo (Revista do IDORT, nº 80, ago. 1938, p. 190).

Essa jornada consistia em realizar palestras, conferências em que se instruísem os trabalhadores da importância em não desperdiçar tempo, produtos, ferramentas, pois quanto maior o desperdício, maior o prejuízo para todos. Os educadores ligados ao IDORT também visitavam as fábricas, como numa grande “missão”, numa romaria em busca da qualidade total, pois o objetivo nada mais era do que garantir, de fato, que a produção fosse produtiva para o bem geral da nação.

Mange, em palestra realizada na Radio Difusora de São Paulo em 12 de Dezembro de 1938, entende a jornada contra o desperdício como defesa e eficiência para o progresso, a partir dos preceitos da racionalização:

Interessa a todos. O desperdício é facilmente notado quando se evidencia sob a forma de perda de bens ou de dinheiro, mas, há um desperdício menos aparente, que todos nós praticamos, em geral inconscientemente. É o da nossa própria energia, pela má utilização da nossa capacidade de trabalho ou pelo seu emprego inadequado. [...] A capacidade de trabalho de um povo é indubitavelmente uma das maiores forças propulsoras de seu progresso, mas é preciso não esquecer que ela se compõe da soma das capacidades de trabalho de cada um. Assim, pois, acha-se o progresso condicionado a atuação eficiente, não de um grupo de homens mais ou menos numeroso, mas sim à atividade de todos os homens que constituem uma coletividade, um povo, uma nação (MANGE, 1938, p. 231).

Segundo Mange, a organização racional da técnica do trabalho possibilita ao homem o máximo da eficiência, ampliando seu bem estar:

Todavia, a eficiência do homem no trabalho não pode ser deixada ao acaso, não pode estar sujeita a uma interpretação individualista ditada por concepção rudimentar ou mesmo errônea das leis que regem a técnica do trabalho. Agir dessa forma seria desperdiçar energia humana. Mas, para que proceder assim uma vez que há meios que permitem atingir elevado rendimento. Recorre-se à organização racional da técnica do trabalho que dá a capacidade produtora do homem sua plena eficiência, reduzindo-lhe a fadiga e ampliando-lhe o bem-estar (MANGE, 1938, p. 231).

A partir desses argumentos é que Mange irá propor a Orientação e a seleção profissional acompanhada da formação profissional:

[...] Infelizes vítimas de um erro inicial, pois abraçaram uma profissão que lhes é inadequada. Surge nesses homens um complexo de inferioridade, um estado psíquico que lhes arrebatou a energia e a vontade de trabalhar, que os deprime e os torna cada vez mais improdutivos. Aí é que se evidencia de forma bem nítida o desperdício. São seres mal aproveitados, em constante estado de inquietação interna e de dificuldades materiais; e as conseqüências sociais de uma tal falta de adaptação são evidentes e profundas. Porque então não prevenir esse mal tão comum? Porque não procurar orientar a juventude, guiando cada um para o gênero de atividade a que melhor se adapta? É o caso de se recorrer à Orientação e à Seleção Profissional. Temos o exemplo de países de alta produtividade como os Estados Unidos, a Alemanha, a França, a Itália e outros mais. E no Brasil, onde o braço é escasso, mais importância e mais valor ainda terá a Orientação Profissional, pois, cada homem bem dirigido para a profissão que lhe convém de fato, é uma célula de eficiente produtividade, um elemento vitalizador do progresso (MANGE, 1938, p. 231).

Esse entusiasta da Racionalização conclui seu texto na revista, afirmando que a organização racional da técnica beneficiará a todos, trazendo fatos positivos, “[...] Na ‘Jornada Contra o Desperdício’, não faltarão exemplos e demonstrações concretas, capazes de convencer incrédulos ou indiferentes, mostrando-lhes que os benefícios da organização racional da technica do trabalho não são utopias vans, mas sim fatos positivos”. (Revista IDORT, nº 82,83 e 84, out. nov. dez. 1938, p. 231)

O que de fato o IDORT pretendia com esta campanha? Segundo o editorial da revista de Outubro, Novembro e Dezembro de 1938⁵¹, trata-se de uma campanha preocupada em disciplinar a sociedade fazendo-a caminhar para frente, para o progresso:

[...] Sem disciplina não há, presentemente, povo que caminhe para a frente e para o longe. O que o ‘Idort’ propugna é, simplesmente, a instauração, em nossos hábitos, em nossos gastos e em nossa maneira de trabalhar, de um pouco de disciplina. Combater o desperdício é submeter à disciplina da razão, da lógica e da economia, todos os nossos actos. O desperdício é uma forma de anarquia. Quando não vem da loucura, vem da patetice (BARRETO, 1938, p. 219, grifos nosso).

A partir do exposto no próprio editorial da revista, fica claro de fato quais as pretensões dos industriais com a realização dessa campanha, que envolveria todos os setores da sociedade, incluindo a organização nos lares.

A I Jornada contra o desperdício teve início no ano de 1938 e terminou no princípio de 1939 com um grande banquete oferecido pelo IDORT aos membros das entidades patrocinadoras para comemorar seu encerramento. Nesse banquete, segundo a revista IDORT, Simonsen fez algumas considerações e apontamentos, deixando evidente as estratégias da burguesia industrial, em busca da consolidação da hegemonia na sociedade.

Nesse discurso, o industrial informa-nos claramente quem são os principais inimigos dos industriais, demonstrando sua aversão pela organização dos trabalhadores, pela ideologia das classes subalternas.

Nunca distingi isoladamente os seus interesses (agricultores, comerciantes e industriais) porque os enquadro, a todos, dentro dos altos interesses do Brasil. As lutas de classes, só podem existir entre nós pela implantação descabidas de doutrinas exóticas. Diferenciações extremadas só se justificam em países atuados por fatores diversos

⁵¹ As revistas dos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 1938 foram publicadas sob o mesmo editorial, pois esses três números trataram especificamente da campanha contra o desperdício.

daqueles que agem entre nós. Os campos para várias atividades são aqui ilimitadas e as poucas energias de que dispomos estão pedindo aliança e harmonia e nunca uma injustificada contraposição (SIMONSEN, 1939, p. 13).

Consideramos que de fato tratou-se de uma importante estratégia para orientação da sociedade para a economia nos gastos, para a racionalização e eficiência no trabalho. Lutar contra o desperdício em linhas gerais seria lutar em defesa da reorganização do espaço fabril, da casa (lar)⁵² e da sociedade em geral a partir das orientações baseadas na racionalização.

Percebemos que o projeto dos industriais era bem articulado e pressupunha o envolvimento de todos os setores da sociedade. Ao tratar da campanha contra o desperdício, no editorial da revista do IDORT de Outubro, novembro e dezembro, Barreto propõe a economia de gastos para os lares brasileiros.

Dentro dos lares, então, o desperdício é quase assombroso. Qualquer dona de casa, que se entregue ao trabalho enfadonho de examinar o que gasta e como gasta, ficará horrorizada com os desperdícios. Conviria, até, que as mais sensíveis a esse mal, que as deve haver em São Paulo, se aproveitassem da jornada que o “Idort” está promovendo para dizerem, de publico, as outras o que será conveniente fazerem para a boa aplicação do seu dinheiro, em benefício da família. Só as senhoras têm autoridade para convencer as donas de casa de que o combate ao desperdício não é um desdouro. O “cortar grande e largo”, que é o lemma de muitas pessoas com a preocupação imbecil de se mostrarem da alta roda, não passa, quase sempre, de uma forma, mais ou menos ostentatória, de imprudente e parvo desperdício (BARRETO, 1938, p. 218).

Outro “problema” apontado pelos industriais era com relação aos acidentes de trabalho; para evitá-los, seria necessário educar os trabalhadores, orientá-los, instruí-los com relação aos acidentes de trabalho. Segundo a revista, era alto esse número, mas os responsáveis eram os próprios trabalhadores, pois eram “lerdos”, desperdiçavam tempo e não tinham cuidado ao manusear os equipamentos; portanto, eram irresponsáveis, inconsequentes e necessitavam de formação para serem aptos e não prejudicarem tanto a produção. “[...] economia não é o nosso forte. Desperdiçamos tudo: tempo, dinheiro, paciência, palavras, entusiasmo, créditos, energias, inteligência, mantimentos e afeições. Por índole e por tradição temos, entretanto, na alma, o temperamento e os hábitos de jogadores” (Revista IDORT, nº 82, 83,84, 1938, p. 217)

⁵² O IDORT propõe a racionalização das construções de casas, bem como a forma como deve ser a instalação dos móveis no interior das residências. Na página 227 da Revista IDORT, de 1938, existe toda orientação para os arquitetos elaborarem seus projetos de casas econômicas. Também nessa mesma revista, página 271, é apresentado um desenho de como deveria ser a instalação das cozinhas, evitando com isso a perda de tempo das “donas de casa”.

Tornava-se fundamental educar os trabalhadores, pois davam prejuízo para os empresários. O IDORT proporá também projetos para construção de casas para os trabalhadores, que fossem práticas e sem desperdício de espaços, o que economizaria também materiais na sua construção. Vejamos citação na própria revista:

O “hall” do segundo pavimento deve ficar localizado em ponto central. Será rectangular e, de tamanho estritamente indispensável ao acesso dos aposentos que lhe estão contíguos. Evite-se o “hall” em fôrma de L, que representa espaço desperdiçado, como também o é uma passagem de acesso para um aposento, quer dentro, quer fora. São defeitos que se eliminam facilmente com um estudo attento da planta (Revista do IDORT, nº 82, 83,84, 1938, p. 229).

Todas as ações no lar também devem ser pensadas, bem como a organização de uma casa, localização dos móveis para que evite o desperdício de tempo. Na cozinha, os móveis deverão estar “[...] de accôrdo com o cyclo de trabalho, agrupando-se os utensílios em correspondencia com a sua utilização e a determinada altura, que facilite a execução dos serviços” (Revista do IDORT, nº 82, 83,84, 1938, p. 266).

Na campanha contra o desperdício, foi realizado um trabalho para conscientizar sobre a perda de tempo em casa, mais especificamente na cozinha. Algumas orientações foram estabelecidas, com o objetivo de reduzir tempo na cozinha.

1 – A COSINHA DEVE SER CLARA E DE ASPECTO ALEGRE, devendo ser iluminada durante o dia por grandes janellas e a noite por focos de luz bem distribuídos;
2 – DEVE SER CONSTRUIDA DE MANEIRA A SER FACILMENTE LIMPA;
3 – O TAMANHO E A DISTRIBUIÇÃO DOS MOVEIS DEVE SER TAL QUE A FADIGA E A PERDA DE TEMPO SEJAM REDUZIDAS AO MINIMO;
4 – PARA TORNAR O TRABALHO FACIL, AGRADAVEL E RAPIDO, DEVE A COSINHA MANTER-SE SEMPRE NUMA TEMPERATURA CONVENIENTE E AREJADA (Revista do IDORT, nº 82, 83,84, 1938, p. 269).

Após estas orientações, outras foram definidas para garantir que a cozinha racional de fato funcionasse. Para garantir o “sucesso” dessas orientações, fazia-se necessário que “[...] a dona da casa adapte-se a esse modo de trabalho” (Revista do IDORT, nº 82, 83,84, 1938, p. 271).

Concluimos este capitulo, entendendo o projeto desta burguesia industrial a partir do IDORT, ou seja, criar, divulgar e tornar sólido um projeto que formasse uma “nova sociedade” com um “novo trabalhador”, adaptável e dócil, para cumprir seu papel na produção de

mercadorias, vendendo sua força de trabalho sob as condições existentes, sem “pestanejar”, sem se contrapor às condições do trabalho, às normas e regras estabelecidas.

CAPÍTULO III – A INFLUÊNCIA DO IDORT NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: ANÁLISE DOS ANOS 1930 E 1940

A educação profissional pode ser considerada um instrumento de formação para as diferentes esferas da produção. No Brasil, hoje, ela é constituída por níveis que vão desde os cursos de aperfeiçoamento, básicos e técnicos (habilitação), aos tecnológicos (equivalente à graduação) e de pós-graduação. Estes são ofertados em escolas especializadas públicas e privadas. Para melhor interpretar o que ocorre nos dias atuais, faz-se necessário rever o percurso histórico desse tipo de formação no país, e – em nosso caso - análise dos anos 1930 e 1940 torna-se fundamental para essa compreensão.

A educação profissional de hoje, conforme estabelece a LDB nº9394/96, Capítulo III, corresponde a uma modalidade de ensino paralela e diferenciada em relação ao ensino regular, cujo objetivo primordial é o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Mas nem sempre ela foi formalizada, sendo lentamente constituída. Os registros que a demarcam demonstram a existência de um ensino dualista e desintegrado do formal, o que evidenciou o desinteresse por esse tipo de educação no país. Ao analisar a história da educação profissional no Brasil, pode-se perceber que poucas foram as políticas eficazes que alcançaram êxito para a efetivação da formação do trabalhador. A escassez de boas políticas e o desinteresse do Estado revela a despreocupação em preparar, em termos de educação, o trabalhador para o ofício.

O descaso com o ensino profissional foi fruto de inúmeras propostas e reformas mal sucedidas, provenientes de disputas entre classes, que sempre existiram no país. Para Romanelli (2006), a função da escola sempre esteve associada à manutenção de privilégios de classes. Para isso, utilizou de mecanismos de seleção escolar e de um conteúdo cultural que não foram capazes de propiciar às diversas camadas sociais sequer uma preparação eficaz para o trabalho.

A política de educação no país constituiu-se, desde o período colonial, num ensino dualista que, ao lado de uma educação academicista para a elite, contrapõe-se um ensino de baixos níveis para a grande camada da população desprivilegiada. Assim, ao mesmo tempo em que ofereceu à camada dominante a oportunidade de se ilustrar, ela se manteve

insuficiente e precária nos demais níveis, atingindo apenas uma minoria que nela procurava uma forma de conquistar ou manter “status”.

Segundo Franco e Sauerbronn (1984), o contexto histórico-social colonial apontava para a produção e exportação de produtos primários. Nesse sistema, não havia a necessidade de mão de obra mais qualificada, o trabalho rural era, em sua maioria, escravo. Nas cidades, o trabalho era realizado por profissionais como carpinteiros, pintores e artífices, que aprendiam o ofício no exercício da própria atividade. Nesse contexto, todo trabalho especializado era feito por europeus ou por homens livres. A educação para o trabalho era totalmente elitizada e restrita ao ensino universitário oferecido nos países europeus, como medicina ou direito.

A partir de 1549, o ensino formal no Brasil passa a ser realizado pelos jesuítas, que comandavam a educação através da Companhia de Jesus⁵³. Ela oferecia educação escolar a um número restrito de filhos homens da aristocracia rural e catequese para a população indígena. Essa educação contribuiu significativamente para a reprodução da cultura aristocrática local. Como humanistas, preocupavam-se mais com atividades literárias e acadêmicas. Romanelli (1985, p. 35) argumenta que esse apego pela formação de letrados eruditos contrastava com o “desinteresse quase total pela ciência e a repugnância pelas atividades técnicas e artísticas”. Assim, a educação profissional no Brasil colonial não teve expressão alguma, pois o ensino deveria responder à economia da época, baseada na agricultura rudimentar e no trabalho escravo, sendo desnecessária a presença de trabalho técnico especializado.

Entendemos que, nos primórdios da colonização no Brasil, não existia uma educação profissional, que visasse à formação de determinado trabalhador para a realização de uma tarefa específica, no entanto, concordamos com Müller que, em sua pesquisa, nos informa que:

[...] O cativo e o trabalhador pobre não eram colocados em serviço sem antes aprender os rudimentos da função que iriam desempenhar, visando menos à sua integridade física que à diminuição de eventuais desperdícios materiais provenientes do mau uso de máquinas e equipamentos. Embora não codificadas em livros ou compêndios, eram ensinadas, na prática, as várias funções necessárias à vida cotidiana, transmitidas quase sempre por um mestre no fazer diário. O ensino se dava no próprio lar, nas fazendas ou nas oficinas, já que, na visão elitista do período, os trabalhos manuais não necessitavam

⁵³ A Companhia de Jesus foi fundada por Inácio de Loiola e um pequeno grupo de discípulos, na Capela de Montmartre, em Paris, em 1534, com objetivos catequéticos. Romanelli (2006) a caracteriza como uma expressão da Contrarreforma, da revalorização da Escolástica como método e como filosofia e da reafirmação da autoridade.

de maiores preparativos, deixando aos filhos das elites o aprendizado intelectual presente nos livros (MÜLLER, 2009, p. 42).

Concordamos também com esta autora, quando afirma que a primeira iniciativa com relação ao ensino de profissões ocorreu nos primórdios da colonização, chamadas de Corporações de Ofícios, que eram grupos de trabalhadores

[...] que exerciam um mesmo ofício, organizados em agremiações de auxílio mútuo, contratados para realizar tarefas necessárias à manutenção da vida cotidiana. Quase sempre os 'ofícios' eram tarefas artesanais, como aquelas inerentes às olarias, às carpintarias e à construção civil, nas quais era exigida força física e habilidade. Essas agremiações sobreviviam a partir de um patrimônio comum, formado pelas cotas pagas por seus membros, destinado a socorrer os associados em situações adversas, como doenças ou funerais. As mais organizadas tinham um santo protetor ou 'patrono' da devoção dos associados, como a Irmandade de São José do Rio de Janeiro, que congregava pedreiros, carpinteiros, ferreiros, fundidores de cobre e afins, e a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, com perfil mais religioso e assistencialista, exclusiva para trabalhadores negros, escravos ou livres (MÜLLER, 2009, p. 47).

Em meados do século XVIII, os jesuítas já tinham 25 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários no Brasil. Eles tinham pedagogia própria e regulamentada, condensada na *Ratio Studiorum*, escrita por Inácio de Loiola. Porém, em 1759, a companhia de Jesus é expulsa do Brasil, o que se deu em um contexto de crise do Reino português, devido à queda da produção mineral do país. Desejosos de se reestruturarem, passaram a perceber os ensinamentos jesuítas como defasados, de caráter livresco e não científico. No Brasil, havia dissensões com os jesuítas em relação à escravização dos índios e, além disso, Portugal estava tomado pelas ideias do enciclopedismo francês, do qual o Marquês de Pombal, regente português, era simpatizante.

A partir da expulsão dos jesuítas até 1808, a educação no Brasil fica desamparada e nada é oficialmente realizado. A expulsão acabou por dismantlar toda a estrutura administrativa do ensino. Contudo, o viés de educação aristocrática e elitista, característico do período jesuíta, é mantido. Somente em 1808, com a transferência da corte portuguesa ao Brasil, houve uma tentativa de se organizar oficialmente o ensino. Nesse período, são criadas as primeiras instituições de ensino superior, não teológicas, destinadas a formar as pessoas para exercerem funções qualificadas no exército e na administração do Estado.

O período de estadia de D. João⁵⁴ no Brasil (1808-1821) representou um avanço para o ensino superior⁵⁵ no país. Instalaram-se novas faculdades, porém apenas a elite se beneficiou com as novas implantações, uma vez que o ensino superior foi criado para atender à aristocracia rural e aos estratos médios da época. Não houve preocupação alguma em investir nos demais níveis de ensino, inclusive no técnico. Assim, prevaleceu a tradição aristocrática que, ao mesmo tempo, introduzia pensamentos da Europa do século XIX, que eram os da ideologia burguesa em ascensão.

Num período posterior, em 1840, foram criadas as escolas de ofícios, que eram mantidas pelo Estado e destinadas a ensinar trabalhos manuais e artesanais a órfãos e desvalidos, que viviam da produção das próprias escolas. Os ofícios aprendidos eram: tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria e sapataria. A partir de 1856, foram criados pela sociedade civil os Liceus de Artes e Ofícios, e o acesso aos cursos era livre, exceto para os escravos. O surgimento das primeiras instituições de educação profissional no Brasil foi marcado por um caráter assistencial; o ensino do ofício era pragmático e totalmente apartado da abrangência de um ensino formal profissionalizante.

O ensino profissionalizante, “organizado como o conhecemos hoje, somente foi contemplado a partir de 1909”, ano em que o Presidente da República, Nilo Peçanha (1909/1910), “[...] instalou, através de Decreto nº 7.566 de 23/09/1909, dezenove Escolas de Aprendizes Artífices, uma em cada Estado brasileiro, destinadas ao ensino industrial”. Essas escolas eram subordinadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Os ofícios eram o de marcenaria, alfaiataria e sapataria (MÜLLER, 2009, p. 17).

Esse decreto era justificado como forma de facilitar às “classes proletárias” incluir-se no mercado de trabalho. No entanto, não tinha somente o objetivo de “habilitar os

⁵⁴ Em 23 de março de 1809, o Príncipe Regente e futuro rei D. João VI criou o Colégio das Fábricas, no porto do Rio de Janeiro, “para formação de artífices e aprendizes”. Na verdade, este era um nome genérico, que compreendia dez unidades escolares, em diferentes endereços, com oito oficinas oferecidas – nas áreas de tecelagem, serralheria e carpintaria – e duas obrigatórias – desenho e música.

⁵⁵ Na educação, a transformação do Brasil em sede do governo português propiciou a abertura dos primeiros cursos superiores, antes vetados pela política metropolitana. Além disso, a criação da Biblioteca Nacional, do Jardim Botânico, do Museu Real (todos em 1810), da Imprensa Régia (1809) e das Academias da Marinha (1808), Real Militar (1810) e do Exército (1832), possibilitou a disseminação não só de cursos superiores, mas também de formação profissional, já que as Academias aceitavam aprendizes de ‘carpinteiros, cavouqueiros, calafates, pedreiros, pintores e canteiros’ (VALLADARES apud MÜLLER, 2009, p. 10).

filhos dos desfavorecidos”, mas também “fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime” (SENAI, 1991, p. 113).

Segundo essa pesquisadora, essas escolas foram criadas sob inspiração

[...] dos Liceus de Artes e Ofícios e custeadas pelo Estado, essas escolas formalizaram o atendimento à demanda do parque fabril, então em expansão, e representaram o início da rede federal de ensino profissionalizante que culminou com os CEFETs – Centros Federais de Educação Tecnológica. Os currículos e programas didáticos das Escolas de Aprendizizes Artífices buscavam se moldar às necessidades dos empresários, já que seria na indústria, em última instância, que o aluno-profissional esperava ingressar (MÜLLER, 2009, p. 17).

Em sua análise sobre estas escolas, Manfredi (2002, p. 83) nos informa que sua finalidade era “a formação de operários e de contramestres por meio do ensino prático e de conhecimentos técnicos transmitidos aos menores em oficinas de trabalhos manuais e mecânicos”.

A criação das escolas de ofício foi um primeiro ensaio para se formalizar o ensino profissional. Direcionadas à classe mais pobre, demonstraram, em sua fundação, um preconceito social para com esse nível de ensino. Gonçalves (2002) afirma que, de fato, a formação profissional no Brasil foi marcada por um ensino precário, direcionada para formar a mão de obra para as necessidades do sistema produtivo, enquanto o ensino acadêmico era proporcionado para a futura elite dirigente do país. Mas esse preconceito foi herdado do Brasil colonial, que ideologizava a escola (de cunho academicista) como agente de educação para fugir do ócio ou para preparação para as carreiras liberais, demonstrando o descaso com o trabalho e com o trabalho científico.

Essa herança do elitismo educacional fez com que as políticas da corte portuguesa e as posteriores a ela, inclusive a República de 1891, se atentassem mais para o ensino secundário e para o superior, excluindo o primário e a educação profissional, pois consideravam que a classe baixa (basicamente trabalhadores agrícolas) não precisava de escola, apenas a elite aristocrática e pequenos burgueses. Daí se fortalece o dualismo do sistema educacional no país, que, para Romanelli (1985), era o próprio retrato da organização social brasileira. As políticas, até então, favoreciam o desenvolvimento cultural da classe alta e desfavoreciam a educação para os pobres.

3.1 Considerações sobre os anos de 1930 e 1940

Após a I Guerra Mundial, com o aceleração do processo de urbanização e com o início da industrialização, essa tradição da educação aristocrática já não era suficiente para atender ao processo de desenvolvimento que o país começava a enfrentar, e foi apenas nesse tempo que se começou a despertar para a educação para o trabalhador. Sendo ainda incipiente o crescimento industrial, necessitava-se de trabalhadores com preparação mínima para os postos a serem ocupados na indústria, comércio e serviços. Para tanto, a profissionalização das massas, quando muito, era ainda oferecida nos liceus e escolas de ofícios de forma insuficiente. Os ofícios oferecidos até então eram mais artesanais do que manufatureiros, distanciando-se dos propósitos industrialistas seus criadores. Nesse contexto, a importação de mão de obra especializada ficava cada vez mais difícil e fez-se necessário fomentar o ensino profissional.

Nesse período de transformações econômicas no modo de produção é que cresce a demanda social de educação, e o Estado expande o quadro escolar; porém, este prescreve para a escola um tipo de formação, que é apenas o da instrução para o trabalho. Nesse contexto, trabalho e educação se relacionam. A organização racional do trabalho está presente na Associação Brasileira de Educação (ABE), como bem nos informam Shiroma, Moraes e Evangelista (2004, p. 19):

É evidente, por exemplo, a importância que a organização racional do trabalho encontrou no seio da ABE e como, em alguns casos, essa questão traduziu-se na valorização dos métodos de uma pedagogia que viabilizasse, no meio escolar, a realização das máximas organizadoras exigidas pelo trabalho industrial. É interessante notar como a apropriação dessa pedagogia foi funcional, no plano ideológico, para afrouxar as tensões sociais a atualizar projetos reformistas específicos. A organização racional do trabalho, entretanto, não se reduzia à adequação do trabalhador ou da trabalhadora a uma determinada ocupação industrial. Ao contrário, refletia-se também na proposta de fixação de homens e mulheres ao campo, de forma a conter o processo de crescimento urbano mediante uma distribuição 'racional' da população pelas atividades rurais e urbanas.

Mesmo essa pesquisa focando-se nos anos 1930 e 1940, aponta que o debate em torno da educação profissional já estava colocado no país no início do século XX e que, no decorrer dos anos, veio se acentuando, com a organização dos industriais no CIESP e com a criação do

IDORT⁵⁶, em 1931. A Lei nº 1.184, de 3 de dezembro de 1909, já apontava para a preocupação de educação dos jovens filhos dos operários.

Esta lei determinou a criação de escolas noturnas, na capital e no interior, especificando que elas deveriam localizar-se nas proximidades das fábricas e atenderem, exclusivamente, aos meninos operários ou filhos de operários. A prioridade de instalação dessas escolas seria daquelas que tivessem acomodações oferecidas pelas empresas, e o professor seria sempre provido pelo governo estadual. A articulação com as fábricas deveria se dar, também, na definição do horário escolar (CUNHA, 2005, p. 141).

Em sua pesquisa, Cunha (2005) nos informa que o texto da lei nº 1.192, de 22 de dezembro de 1909, expressava a persistência da ideia do ensino profissional como algo destinado aos desvalidos, em consonância, aliás, com a exposição de motivos do decreto do presidente de República desse mesmo ano:

Fica o Governo autorizado a contratar com estabelecimentos industriais, agrícolas ou beneficentes de reconhecida idoneidade, a educação profissional de menores pobres, não criminosos de ambos os sexos, que tenham mais de 11 anos de idade e que, por falta de proteção paterna ou tutelar, estiverem abandonados (CUNHA, 2005, p. 142).

No decorrer dos anos, a preocupação com a formação do trabalhador foi ganhando maior importância, em 1911, por exemplo:

[...] o decreto nº 9070 regulamentava as escolas de aprendizes artífices e ampliava alguns pontos do decreto nº 7.566, assinado por Nilo Peçanha. Em São Paulo, eram inauguradas as Escolas Profissionais Masculina e Feminina, que posteriormente passariam a denominar-se “Escola Técnica Getúlio Vargas” e “Escola Técnica Carlos de Campos” (SENAI, 1991, p. 114).

No ano de 1920 foi criada uma comissão com o objetivo de “examinar as escolas profissionais”. Tanto a preocupação do governo com relação à educação profissional como o crescimento dos trabalhos dessa comissão foram motivos para que, no ano de 1921, fosse criado o Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico (SENAI, 1991, p. 114). Essa mesma comissão foi transformada em 1931:

⁵⁶ O IDORT tinha como um dos seus objetivos “[...] estabelecer um novo paradigma para nortear as relações entre as classes sociais. Ao invés do conflito, das lutas de classes tão evidentes naquele período histórico, buscava-se a conciliação entre as classes, fator igualmente fundamental para a aceleração do desenvolvimento industrial (PICHELLI, 1997, p. 15-16, grifos nossos).

“Inspetoria do Ensino Profissional Técnico”, chefiada por Francisco Montojos. Em 1934, o decreto nº 24.558 transformava a “Inspetoria do Ensino Profissional Técnico” em “Superintendência do Ensino Profissional Técnico”, subordinada diretamente ao Ministério da Educação e Saúde Pública (SENAI, 1991, p. 114).

Com relação ao ensino profissional, Mange já desenvolvia, desde o início dos anos 1920, experiência voltada para a formação de trabalhadores a partir dos conhecimentos da psicotécnica para quatro importantes companhias ferroviárias, conforme nos informa Vargas (1985, p. 165).

O debate sobre a educação profissional⁵⁷, com o decorrer do tempo, vai ganhando maior importância em diversos setores da sociedade. Entendemos ainda que a defesa dos industriais para o ensino industrial se dava a partir da necessidade de ter operários qualificados nas indústrias de ponta. A questão era bem maior, pois os principais postos de trabalho eram ocupados justamente por estrangeiros que não estavam sendo bem vistos pelos industriais nesse período; por isso a preocupação com a formação de um trabalhador nacional.

A preocupação da burguesia com a educação profissional constitui um poderoso instrumento de controle social. Souza entende que

[...] o projeto pedagógico da burguesia sempre funcionou para além dos interesses imediatos da produção, buscando as condições necessárias para que isto se cumprisse com eficácia, como um projeto de direção moral, cultural e ideológica para toda a sociedade. Nesse sentido, a ação pedagógica liberal procura legitimar a ideia de que não existem contradições entre as classes, sendo a harmonia preservada pela força de um discurso que reifica as desigualdades, tomando-as como resultado natural das diferentes formas de inserção dos sujeitos na esfera produtiva (SOUZA, 2012, p. 7-8).

Ao realizar pesquisa referente aos trabalhadores ferroviários no início do século XX no Brasil, Segnini (1986, p. 88) nos informa que os principais objetivos esperados deste Centro eram: “a) Redução de custos e de tempo de formação da força de trabalho; b) Aumento de produtividade desses trabalhadores, cuja produção, em pouco tempo, compensaria as despesas efetuadas com sua aprendizagem; c) Possibilidade de maior estabilidade dos empregados na

⁵⁷ A principal referência do IDORT, com relação à educação profissional, foi Roberto Mange: “o introdutor dos métodos tayloristas nas instituições de formação profissional e na organização do trabalho no Brasil [...] nasceu em 1885, na cidade suíça de La Tour-de-Peilz. Filho de um Diplomata, fez seus estudos na Alemanha [...] Contratado em 1903, com a idade de 28 anos, para lecionar desenho de máquinas na Escola Politécnica de São Paulo, influenciou várias gerações de engenheiros que, após passarem por suas mãos, ocuparam altas cargos na burocracia estatal e nas empresas públicas (BRYAN, 2008, p. 25).

própria empresa”. O projeto não era construir um novo método e técnicas de produção que beneficiariam a todos, mas, sim, capacitar os trabalhadores para produzirem mais, gerarem mais lucro e, conseqüentemente, aumentar a produção via mais valia.

Em 1930, é criado o Ministério da Educação e Saúde Pública. É o primeiro período da história em que a educação é organizada à base de um sistema nacional. O seu primeiro ministro foi Francisco Campos, que efetivou uma série de decretos, mudanças que ficaram conhecidas como Reforma Francisco Campos. Esta abarcou, inclusive, o Decreto nº. 19850, de 11 de abril de 1931, que criou o Conselho Nacional de Educação. Vale ressaltar que este, em sua origem, era composto por representações do ensino superior e secundário, não havendo nenhuma do magistério, nem do ensino primário ou profissional.

Dentre as principais mudanças desse período, essa Reforma deu origem ao ensino secundário, implantando o currículo seriado e enciclopédico. Até então, no secundário, imperava o sistema de “preparatórios” e de exames parcelados para o ingresso ao superior. No nível profissionalizante, a reforma cuidou apenas do ensino comercial, com o Decreto nº. 20158, de 30 de Junho de 1931, que o organizava e regulamentava a profissão de contador no nível médio e só havia a possibilidade única de acesso à educação de nível superior, no curso de finanças. No entanto, não tinha nenhuma articulação com o ensino secundário de então e não dava acesso ao superior de outras áreas.

Para Romanelli (2006, p. 139), a não acessibilidade do curso profissional à universidade talvez “seja uma das fortes razões que orientaram a demanda social da educação em direção ao ensino acadêmico, desprezando o ensino profissional”. Essa barreira concreta e ideológica, já presente nesse período, pode ser considerada um dos fatores históricos que veio a aumentar o fortalecimento do preconceito em relação aos cursos profissionalizantes.

No caso da reforma do ensino comercial, havia uma fiscalização e um controle excessivo do curso, as decisões eram muito centralizadas e tornava muito rígida e engessada a estrutura do ensino. Na Reforma Francisco Campos, os demais ramos do ensino médio profissional, fora o comercial, ficaram marginalizados. Assim como as políticas anteriores à Reforma, enfatizou-se apenas a organização do sistema educacional das elites.

Romanelli (2006, p. 142) argumenta que a Reforma perdeu a oportunidade de investir no ensino industrial num contexto em que o país se desenvolvia para isso, “perdeu também a oportunidade de criar um clima propício à maior aceitação do ensino profissional

pela demanda social de educação nascente”. Para a autora, aquele tempo era propício para a estruturação de um sistema de ensino profissional, o que levaria a população a valorizar mais esse nível. Porém, aconteceu justamente o contrário, foi no efervescer do movimento da Escola Nova (progressista) que se oficializou, na Constituição de 1937, o profissional como ensino destinado aos pobres.

Para os escolanovistas, a marcha para o “progresso” e o “desenvolvimento” do país passava pela educação.

O Escolanovismo era o instrumento que apertava as porcas, parafusos e arruelas, e azeitava engrenagens. [...] Por fim, as marcas da modernidade apareciam na fisionomia brasileira: entre o passado e o futuro, um presente incendiado de idéias. A máquina, a fábrica, a técnica, a democracia liberal, o sufrágio esclarecido, a educação enquanto dever do Estado, a marcha do progresso, tudo foi aceito e tornado público (MONARCHA, 1990, p. 127 e 137).

No período do Estado Novo e durante o início do Governo provisório, o país vivenciava o crescimento interno da indústria e precisava de mão de obra qualificada, porém, devido à economia de Guerra, o governo enfrentava dificuldades de importar técnicos para o trabalho. Nesse contexto, acontece outra reforma da educação, conhecida como Capanema ou Leis Orgânicas do Ensino. Esta foi muito significativa e, pela primeira vez, devido à demanda do desenvolvimento nacional, o Governo engaja-se na profissionalização em nível técnico.

Essa reforma organizou o ensino técnico profissional em três áreas da economia, criando as seguintes Leis Orgânicas: Ensino Industrial (Decreto-lei 4.073/42), Ensino Comercial (Decreto-lei 6.141/43) e Ensino Agrícola (Decreto-lei 9.613/46). Esses cursos continham dois ciclos: um fundamental, geralmente de quatro anos, e outro técnico, de três a quatro anos. Apesar da significância de se investir no nível técnico, essa Reforma não conseguiu resolver os problemas sérios que surgiram nesse nível de ensino, pois havia falta de flexibilidade com o ensino secundário e restringia o acesso ao nível superior, uma vez que as Leis Orgânicas só permitiam tal acesso no ramo profissional correspondente.

Nas primeiras décadas do século XX, o Brasil apresentava um quadro urbano diferente e já era claro o processo de industrialização gerado pelo desenvolvimento do sistema capitalista. Devido à oferta de trabalho, houve o aumento de migrantes da zona rural para as cidades. Esse processo de expansão da indústria e do comércio foi mais efetivo após a Segunda Guerra Mundial. Como a maioria dos contingentes de trabalhadores não tinha

formação específica, e o sistema educacional não conseguia atender em larga escala, o Governo recorreu à institucionalização de agências profissionalizantes, em paralelo ao sistema oficial, a fim de preparar a mão de obra para esses serviços.

Em 1938, o Governo Federal elaborou, via Divisão do Ensino Industrial, um anteprojeto que regulamentasse o ensino profissional no país. Enviou-o para que a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) dessem um parecer, o que não ocorreu, pois demonstraram serem contra a proposta apresentada pelo Estado. Nesse sentido é que o Governo Federal baixou decreto obrigando as empresas a realizarem cursos para seus trabalhadores. Com relação a essa questão, Cunha (2005c, p. 29) nos informa qual era a proposta apresentada pelo Governo Federal:

Estipulava a criação de escolas de aprendizes industriais mantidas e dirigidas pelos sindicatos dos empregadores e pelos estabelecimentos industriais. As escolas teriam oficinas próprias destinadas à prática dos aprendizes, isto é, trabalhadores maiores de 14 e menores de 18 anos. Os cursos durariam de 8 a 16 horas semanais, em horário coincidente com o período de trabalho, remunerando-se a atividade produtiva do menor. Cada empresa industrial teria a obrigação de empregar um número de menores trabalhadores igual ou superior a 10% do efetivo total de operários. Caberia ao governo a tarefa de manter escolas de aprendizes onde os sindicatos e as indústrias não fossem capazes de fazê-lo. Os ministérios da Educação e do Trabalho fiscalizariam a aplicação do dispositivo e aplicariam sanções aos infratores.

Com relação a este debate, Müller (2009, p. 93) nos informa que, em 26 de julho de 1940, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio promulgou o Decreto lei nº 6.029, estabelecendo que “[...] os cursos de formação profissional deveriam ser instalados nas próprias empresas ou nas proximidades destas, podendo ser comuns para operários de várias indústrias”.

Na verdade, os industriais queriam dar a direção e controlar essa área de formação dos trabalhadores, definindo como deveriam ser estes cursos ou como funcionariam as escolas, entrando o Estado apenas com o financiamento. Nesse sentido é que Cunha (2005c, p. 30) informa por que os industriais eram contra esse anteprojeto, “[...] em razão das despesas com que teriam de arcar para o pagamento de salários (de aprendizes e mestres) e pelos gastos de instalação e operação de oficinas, sem contrapartida imediata de produção”. Para evitar enfrentamento com o governo, a FIESP e a CNI fazem uma resistência passiva,

não se pronunciando publicamente, mas também não respondendo a solicitação do governo. Este posicionamento diante do Governo Federal é entendido por Cunha da seguinte forma:

[...] a situação dos industriais, de crescente dependência diante dos favores governamentais, em termos fiscais, alfandegários e creditícios, não encorajava uma resistência ativa ao anteprojeto. Assim, a CNI optou pela resistência passiva, simplesmente não respondendo à consulta ministerial (CUNHA, 2005c, p. 30).

Além desse embate entre industriais e governo, estava ocorrendo também, entre o Ministério do Trabalho e Ministério da Educação, uma disputa para com qual Ministério seria responsável pela implementação e gestão da educação profissional no país. Nessa disputa, saiu vencedor os interesses do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, deixando Capanema contrariado com a decisão de Vargas. Müller (2009, p. 138) entende que o que estava em disputa eram interesses de frações de classe no interior do governo:

A disputa dos ministros pode ser entendida como um embate entre frações do próprio capital tentando se acomodar, ou seja, uma “queda de braço” para verificar quem mantinha a hegemonia para dominar o grupo adversário. No caso, quem estava mais próximo ao Estado, conquistou essa hegemonia, sendo que o embate terminou pelo arbítrio do próprio presidente Vargas, que optou pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para negociar com os empresários. Esses acabaram aceitando as normas impostas pelo referido Decreto, assumindo, sem outra opção, os custos financeiros pela formação profissional de seus operários. Assim, em 26 de julho de 1940 foi assinado o Decreto 6.029/40 que regulamentava a instalação e funcionamento de cursos profissionalizantes previstos no Decreto 1.238/39, porém com algumas mudanças que poderiam orientar as indústrias no cumprimento do disposto. Definia-se ali, ainda, a função de aprendiz como trabalhador ligado à indústria, mas com carga horária diária e salários diferenciados.

Em 1942, contando desta vez com a participação dos industriais, é criado, em convênio com a Confederação Nacional das Indústrias, através do Decreto-Lei 4.048 de 1942, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e, quatro anos depois, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), pelo Decreto-Lei 8.621 de 1946, dirigido e organizado pela Confederação Nacional do Comércio. As duas instituições foram criadas para atender à demanda de qualificação para o trabalho, em todos os níveis de profissionalização. Atualmente, são responsáveis pela maior rede de escolas de educação profissional no Brasil.

A criação desses sistemas de educação profissional paralelos teve o intuito de capacitar, de forma rápida, um número maior de pessoas para os setores de produção imediatos, porém essa política não foi suficiente para amenizar os problemas educacionais do

país. Romanelli (2006) argumenta que, ao se tomar essa medida, o Governo descuidou de manter um sistema único de escola, prevalecendo o dual de ensino, no qual as camadas médias e superiores procuravam o ensino secundário e superior enquanto os populares recorriam às escolas de nível primário e profissional.

Assim, ainda que considerando as iniciativas importantes para a educação profissional nas décadas de 1930 e 1940, (como as reformas educativas supracitadas), pode-se afirmar que a dualidade na educação profissional, constatada desde o período colonial, prevaleceu no país. Além das reformas do ensino, outros fatos históricos desse período são importantes para compreender a reorganização da educação profissional no Brasil, como é o caso do IDORT retratada a seguir

3.2 A influência do IDORT na educação profissional no Brasil

Destacamos o papel estratégico e fundamental de Roberto Mange, para desenvolver as experiências racionais na formação dos trabalhadores. Não se trata de qualquer intelectual, mas de uma liderança do movimento pela administração científica do trabalho, portanto, taylorizado, que tinha trânsito com diversos representantes da burguesia industrial brasileira e do pensamento educacional. Mange⁵⁸ era amigo de Lourenço Filho⁵⁹, Fernando Azevedo e Anísio Teixeira, os organizadores do manifesto dos pioneiros⁶⁰. Lourenço Filho desenvolve experiências de educação profissional com Mange. Azevedo convida-o para participar do Inquérito Educacional de Fernando de Azevedo, realizado em 1926.

Torna-se fundamental destacar essa relação, entre os principais articuladores da escola nova, com Mange e o IDORT, possibilitando, assim, entendermos os pressupostos

⁵⁸ Roberto Mange, Lourenço Filho e Fernando Azevedo eram amigos e membros fundadores do IDORT.

⁵⁹ Este educador teve papel fundamental no movimento escolanovista e também como responsável pela reforma do ensino ocorrida no Estado do Ceará. Foi um dos fundadores do IDORT e tradutor de importantes psicólogos do trabalho, como Henry Pieron da Universidade de Paris e Léon Walther, do Instituto Rousseau da Universidade de Genebra. Também foi importante divulgador das teses tayloristas no Brasil e publicou obras importantes sobre a Organização e Psicologia Aplicada ao Trabalho.

⁶⁰ Mange era reconhecido pela sua participação em Instituições de ensino profissionalizante, acompanhou de perto os debates anteriores à redação do Manifesto, porém “seu nome não figura entre os signatários porque, nessa época, ele ainda não havia optado pela cidadania brasileira, estando, portanto, impedido de firmar documentos de natureza política (SENAI, 1991, p. 90).

inerentes na pedagogia escolanovista, ou seja, a defesa de uma utopia racional, procurando, com isso, negar:

[...] a história enquanto história da luta de classes, produzindo um imaginário em que o movimento progressivo da história era decorrência do choque contínuo entre o moderno e o arcaico, o racional e o irracional, o novo e o velho, em síntese: entre Tradição e Modernidade. Recolocada sob novas bases: “classes laboriosas” e “classes dirigentes”, a divisão não representava o exercício de poder de uma classe sobre outra, refletia apenas a organização científica do mundo do trabalho e da sociedade (MONARCHA, 1990, p. 76).

Ao apresentar Mange como sendo um dos inquiridos e que trabalharia o ensino profissionalizante, Azevedo tece muitos elogios ao seu trabalho:

Para quem conhece de perto ou apenas visitou a Escola Profissional Mecânica, do Liceu de Artes e Ofícios, o depoimento de hoje, sobre este ramo de ensino, tem duplo interesse. Já bastava para revesti-lo de autoridade, ser de um especialista a mão que o traçou. Mas, ele não reflete somente o pensamento do engenheiro mecânico, que tem prestado à Escola Politécnica de São Paulo, no exercício do magistério, o concurso de sua matéria, dobrado prestígio é o fato de concorrerem ao Dr. Roberto Mange o saber técnico de um especialista em máquinas e o espírito de organização, positivo e luminoso, a que se deve, em São Paulo, a mais bela tentativa nos domínios do ensino profissional mecânico. Embora de iniciativa privada e fundação recente, a Escola Profissional Mecânica tende, de fato, a transformar-se em paradigma das escolas desse gênero. Não é a obra de improvisação impelida, sem objetivo claro, ao capricho das circunstâncias. É empreendimento que obedece, nos menores detalhes, a um plano de idéias seguras e precisas. Tudo o que ali se realiza, atinge, por isto, resultados certos como os que coroaram a execução, pela primeira vez entre nós, dos métodos de seleção profissional baseados na psicologia e fisiologia aplicadas ao trabalho (AZEVEDO, 1957, p. 149).

Mesmo sendo professor de sistema privado de ensino técnico, Mange foi convidado para falar sobre educação profissional no inquérito de Azevedo, tendo em conta o seu conhecimento na área. A relação não era somente de amigos, mas de admiradores, sendo que Azevedo não economizava palavras para elogiar esse Engenheiro.

Ao descrever os empreendimentos de Mange, Azevedo não economiza elogios pessoais tais como: “notória capacidade”, “dobrado prestígio”; e também com relação a seus empreendimentos: “espírito de organização, positivo e luminoso”, “a mais bela tentativa nos domínios do ensino profissional mecânico”, etc. Além disso, antevê as repercussões das inovações pedagógicas trazidas por Mange, afirmando que o curso se tornaria um paradigma para escolas desse gênero (ZUCCHI, 2007, p. 77).

O prestígio de Mange junto aos educadores escolanovistas e aos industriais era tanto que, em vez de se ouvir o diretor da mais importante escola pública profissional de São Paulo,

quem é convidado e participa do inquérito é Mange. Gonzaga tinha uma visão mais independente, era mais crítico com relação à formação dos trabalhadores, enquanto Mange defendia e buscava implementar o projeto definido pela elite industrial que estava ligada ao IDORT.

Foi a visão de Mange sobre treinamento profissional que se firmou como a tendência predominante no Brasil. [...] Assim, não é de se surpreender que Fernando Azevedo tenha entrevistado Mange e não Gonzaga (que, afinal de contas, era o diretor da mais importante escola pública profissional de São Paulo) em sua pesquisa. Foi a entusiástica campanha de Roberto Mange pela organização racional que atraiu os educadores brasileiros mais inovadores, que procuravam criar para o país um sistema educacional perfeitamente moderno (WEINSTEIN, 2000, p. 56).

Entendemos que o IDORT, entidade criada pelos empresários paulistas, foi fundamental para a discussão e reorganização do ensino profissional no Brasil, mas foi na década de 1940 que os industriais conseguiram, mesmo não concordando com a centralização da discussão nas mãos do Estado, criar uma importante escola de formação dos trabalhadores. Foi no período do Estado Novo (1937-1945) que os industriais conseguiram regulamentar as propostas de ensino profissional no Brasil, a partir da reforma Capanema (1942), conhecida também como Leis Orgânicas do Ensino. Essa reforma estruturou o ensino profissional, reformulou o ensino comercial e criou o SENAI.

Os intelectuais orgânicos da burguesia industrial tanto eram do setor industrial, quanto educacional, sendo que diversos educadores, contribuíram com a fundação do IDORT, como Lourenço Filho, Azevedo, Anísio Teixeira, Noemy, além de outros professores da USP. Sendo assim, nossa pesquisa vai em direção oposta às afirmações de Souza (2012, p. 40), que defende que estes intelectuais que desenvolviam trabalhos, projetos para a burguesia industrial, foram cooptados pela mesma.

O movimento nessas duas direções levou a burguesia industrial a cooptar intelectuais orgânicos à sua causa, em diferentes áreas, de modo a estabelecer estratégias de mediação com o governo, e assim, poder intervir na institucionalização da legislação social e trabalhista. A educação foi o campo escolhido, pois trazia o discurso neutro da racionalidade científica apoiada nas teses da psicologia e da psicotécnica, que camuflavam qualquer outra intenção de retomar a luta de classes.

Entendemos que estes intelectuais eram afinados com o projeto da burguesia industrial, portanto não foram cooptados, pois suas ideias eram as mesmas da burguesia,

participando ativamente das suas iniciativas. Mange era um intelectual burguês, assim como Lourenço Filho e Azevedo, com suas teses educacionais no campo do liberalismo, ou seja, eles acreditavam no que faziam, eram homens de seu tempo.

A partir dos estudos realizados, compreendemos que os industriais tinham como estratégia formar os trabalhadores brasileiros como mecanismo de diminuir ou mesmo retirar do setor fabril os estrangeiros, pois estes, em sua maioria, eram “contestadores” e podiam criar “problemas” para o projeto nacionalista de industrialização do país.

Expomos a seguir a visão do IDORT sobre a preparação do trabalhador, sendo que este projeto é pensando desde a idade mais tenra. O seu projeto era “inculcar” na criança, a partir da escola, quais seriam suas únicas possibilidades de sobrevivência na sociedade capitalista. A elas não restava nada mais que escolher uma das profissões do “cardápio” e com ela tentar a prosperidade, segundo os princípios da ética do trabalho, sendo que o serviço de orientação deveria também se preocupar com o perfil psicológico dos futuros operários. Os inadequados, num longo processo de aprendizagem, poderiam ou se adequar ao leque profissional ou não. Isso está explícito na revista do IDORT (1932, n. 2, p. 04): “a cooperação com as escolas para tornar conhecidas as profissões normais da cidade e do país; levantamento do cadastro e elaboração do perfil psicológico das diferentes profissões; trabalhos para guiar candidatos na escolha certa”.

Ainda conforme a revista IDORT (1932, fev. nº 2, p. 4):

Análise do trabalho nas várias profissões para verificação das aptidões básicas de cada uma, seleção por meio de testes, de candidatos a determinadas profissões, tais como: aprendizes e operários industriais, condutores de veículos, telefonistas, telegrafistas, ferroviários, agentes de segurança, aviadores etc; colaboração na organização de cursos de educação profissional, tendo em vista, o desenvolvimento racional das aptidões na base psicotécnica, bem como a aquisição metódica de conhecimentos técnico-profissionais; verificação da eficiência de provas e métodos psicotécnicos; determinados padrões profissionais (valores médios) em nosso meio.

Entendemos, a partir da análise dessa revista, que, na verdade, este Instituto tinha um projeto pedagógico para formar os trabalhadores conforme suas ideias, prepará-los para o trabalho, discipliná-lo para o mercado. A partir das reuniões, palestras e cursos, difundia-se o discurso de nova sociedade, momento histórico que iria beneficiar a todos, um discurso de uma ética diversa junto às camadas populares, em que todos seriam beneficiados pelo resultado da produção capitalista. Procuravam disseminar as ideias do IDORT, elaboradas por seus intelectuais orgânicos, desqualificando os discursos operários, a cultura popular, visando criar

uma outra sociedade, um homem passivo, transformando o operário em um ser dócil, disciplinado, colaborador, patriota e, acima de tudo, que não compactuasse das ideias "estranhas" dos trabalhadores estrangeiros.

Essa concepção está em toda publicação da revista do Instituto, isto é, os industriais tinham estratégia bem definida de difusão do taylorismo, pois se, de um lado, propunham e “preocupavam-se” com a capacitação, formação da classe trabalhadora, de outro, buscavam formar quadros para gerenciarem as empresas e difundirem as ideias de organização racional do trabalho, conforme muito bem nos informa Segnini (1986, p. 88): “[...] concomitantemente, a Escola Politécnica⁶¹ de São Paulo, que procurava formar dirigentes para assumir o controle nas empresas taylorizadas, introduzia no currículo de curso de engenharia a organização racional do trabalho”.

Segnini ainda observa que, “durante as décadas de 20 e 30, o ideário taylorista foi sendo difundido através de entidades criadas pela burguesia industrial nascente e pelo Estado”, ou seja, ela compreende que o Estado tem papel importante nesse processo, pois, ao mesmo tempo em que incentiva e cria políticas estimulando a industrialização, contribui para que as concepções de racionalização sejam difundidas no país. Em 1939, segundo informação da autora, o Estado cria o “[...] Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), que se tornou o divulgador do taylorismo a nível da administração pública” (SEGNINI, 1986, p. 88).

Discorreremos sobre essas teses em todo o nosso trabalho, pois era um tanto quanto repetitivo o discurso dessa organização empresarial, deixando entender que a repetição constante das suas ideias contribuiria para que o trabalhador as assimilasse.

O Instituto de Organização Racional do Trabalho desenvolve diversas campanhas de orientação não somente para os operários, mas para toda a sociedade. Campanhas contra acidentes de trabalho, cruzada pela infância e a campanha contra o desperdício que foi realizada no ano de 1938, por exemplo, sendo destaque na revista IDORT.

⁶¹ Para resolver o problema da falta de mão-de-obra especializada, tanto para a indústria quanto para atender às próprias necessidades de crescimento da cidade e da expansão das ferrovias, foi inaugurada, em 1894, a Escola Politécnica (SENAI, 1991, p. 47).

3.3 O trabalho infantil e a educação profissionalizante

Neste tópico, desenvolveremos algumas considerações referentes ao trabalho infantil. Desde as primeiras indústrias instaladas no Brasil, este foi utilizado, conforme nos mostra Simão (1966, p. 70):

Desde o primeiro surto industrial, foi tenra a idade em que as crianças das famílias operárias começavam a trabalhar. Certamente isto constituía a forma de lhes propiciarem a aprendizagem de um ofício que não lhes podiam oferecer as raras e pequenas escolas profissionais, instaladas a partir de 1874. Os próprios locais de trabalho foram sempre os meios em que se preparou a mão de obra. Mas não apenas jovens eram empregados na indústria, tendo sido observada aí a presença até de crianças de 5 anos de idade, ocupadas em pequenos serviços, conforme informa o inquérito de 1901.

Os industriais ligados ao IDORT entendiam que a força de trabalho deveria ser preparada para o mercado, desde a infância, sendo que este era valorizado pelos industriais, tornando-se um exemplo de colaboração entre as classes sociais. O Engenheiro Francisco de Salles Oliveira irá fazer essa defesa na revista do IDORT:

Todos os que, nesta terra, se dedicam à indústria devem considerar sempre com a maior simpatia esse que é seu colaborador incessante e eficaz, seu grande auxiliar anônimo, a cujo esforço tanto deve o nosso poderoso parque industrial: 'o operariado de São Paulo' [...] Nossa simpatia pelo operário cresce ainda mais quando se trata de uma criança que as circunstâncias forcem a lutar pela vida, em uma idade em que outras crianças, mais afortunadas, cuidam de aprender e a folgar. Assim sendo, é natural que procuremos suavizar o quanto possível a vida das crianças que trabalham em nossas fábricas (OLIVEIRA, 1934, p. 266).

Os industriais não viam problema no trabalho infantil, apenas que a criança deveria ser preparada para trabalhar na produção, estar aptas e se aperfeiçoar pela educação profissional.

Enquanto, porém, esses cursos não podem ser criados, devem nossos industriais facilitar e estimular a frequência de escolas noturnas profissionais, pois parte de seus pequenos operários. Outra medida de grande proveito seria a extensão às crianças proletárias dos benefícios dos serviços médico-dentários, atualmente em vigor nas escolas primárias, inclusive com preleções sobre higiene, alimentação e saúde (OLIVEIRA, 1934, p. 267).

A proposta, segundo Picheli (1997, p. 55), era "homogeneizar as classes escolares a partir da classificação dos alunos segundo suas capacidades: classes de rápido progresso, progresso normal e progresso lento".

Ao analisarmos a publicação do SENAI, de 1991, intitulada “De Homens e Máquinas”, verificamos como se deu essa articulação:

As articulações do grupo industrialista foram minuciosas e não cuidaram apenas de buscar o apoio do Estado, no que se refere a subsídios, incentivos e levantamento de capitais para a expansão do parque industrial. Desde o início, essas lideranças estiveram sintonizadas com a necessidade de investir em educação, visando à formação de mão-de-obra qualificada. Foram esses mesmos homens que cultivaram contatos ou participaram diretamente das gestões para adequar o sistema educacional às necessidades da nova ordem econômica que se implantava no país. Era pela via da educação, outra face da modernidade que chegava ao Brasil (SENAI, 1991, p. 79).

O principal responsável em articular este projeto educacional nada mais era do que o educador Lourenço Filho, signatário do manifesto dos pioneiros, fundador do IDORT e parceiro de trabalho de Roberto Mange. Este último foi destacado pelo IDORT, para ser responsável pelo projeto de educação profissional, o que o tornou referência no Instituto. Entendemos que este entusiasta da educação profissional, a partir das orientações tayloristas, foi um dos principais intelectuais da burguesia industrial na defesa e difusão dos projetos de racionalização do trabalho.

O debate em torno da educação profissional no Brasil ocorria no meio empresarial, existindo um entendimento de uma formação completa, não somente técnica, pois a necessidade era de formar um trabalhador que aceitasse e contribuísse com o projeto dos industriais, “vestindo a camisa” no chão da fábrica e na sociedade, reproduzindo os interesses burgueses. Para Simonsen, um dos problemas graves deste país era justamente a:

[...] formação de mão-de-obra para as atividades criadoras do comércio e da indústria. E, ainda, nessa esfera, os problemas sociais decorrentes ou gerados por esse desenvolvimento exigem, cada vez mais, o aperfeiçoamento envolvendo os interesses superiores do capital e do trabalho; visa; sobretudo, o ajustamento do indivíduo à sua formação social, e conseqüentemente, à sua produtividade no trabalho. As classes produtoras do comércio e da indústria aperceberam-se desses problemas e instituíram programas tendo por finalidade cuidar da formação de mão-de-obra e dos serviços sociais destinados às famílias comerciária e industriária (SIMONSEN, 1943, p. 449).

Mange também tinha “preocupação” com a formação das crianças, para que não aprendessem, desde o início de seu ingresso no trabalho, orientações equivocadas, sendo assim, entendia que deveriam ter acompanhamento especial, treinamento e orientação para o trabalho:

[...] Não se poderá deixar que a criança adquira defeitos e mesmo deformações profissionais pela execução duma atividade falha de orientação e de diretriz racional.

Corrigir depois é tarefa difícil e que vem colocar a criança em situação de inferioridade tão prejudicial à formação de uma individualidade sã (MANGE, 1935, p. 6).

Esses autores e intelectuais da burguesia escondiam o alto grau de exploração que ocorria no chão da fábrica. Fausto (1976) observa como se dava o controle sobre os operários, a exploração das mulheres e crianças e a resistência contra sua exploração no espaço fabril:

Não apenas a diferenciação de funções como a necessidade da disciplina impõe, no interior da grande indústria, uma nítida hierarquia social. No topo, o patrão ou o diretor, figura de difícil acesso com quem os trabalhadores não têm contato na vida quotidiana e que em regra se recusa a recebê-los por ocasião dos conflitos coletivos; como instância intermediária – barreira estancadora das queixas coletivas – surge o gerente; na base, o mestre e o contramestre, manifestações tangíveis da hierarquia. São eles os responsáveis imediatos pela disciplina em geral, pela violência contra as crianças – expressão exacerbada da pedagogia vigente na sociedade – pela dupla exploração das mulheres como força de trabalho e como objeto sexual. É contra eles que se volta, por sua vez, a fúria dos trabalhadores, explodindo na troca de tijoladas, cacetadas e tiros (FAUSTO, 1976, p. 115).

O que estes representantes do capital não informavam eram as condições de trabalho a que as crianças eram submetidas, as condições desumanas nas fábricas de tecidos, por exemplo, demonstrando que os industriais, na prática, faziam um discurso, mas, na realidade, a situação era bem diferente.

Com relação ao trabalho infantil, as acusações contra os espancamentos, a denúncia de mutilações de crianças pelas máquinas quando adormecem em serviço, demonstram a repulsa a seu emprego. Lembre-se, contudo, que o trabalhador menor é com frequência proveniente da família operária, estabelecendo-se uma espécie de triste pacto desigual entre adultos, na sua exploração. A imprensa anarquista recolhe alguns destes casos: um relato das condições de trabalho na fábrica de tecidos Cruzeiro, no Andaraí, refere-se à atividade das crianças ao lado dos pais que parecem conformados com a brutalidade reinante; caso extremo, na fábrica Carioca, uma menina é espancada pelo pai após ser esbofeteada e despedida pelo mestre, por ter perdido um gancho para tirar algodão dos cilindros (FAUSTO, 1976, p. 116).

Lembramos que os problemas com relação à superexploração do trabalho, se já eram comuns com homens e crianças do sexo masculino eram piores com meninas e mulheres no chão da fábrica. Hardman e Leonardi (1982, p. 136) nos informam que:

Na grande indústria têxtil, violências sexuais contra meninas e mulheres por parte de mestres e contramestres eram denunciadas rotineiramente na imprensa operária. As prepotências e agressões físicas dos chefes e mestres contra menores eram a norma também no caso da indústria de vidros, de pequeno e médio porte.

Retomando a educação profissional, observamos que Mange entendia que o Estado deveria ser corresponsável pela formação profissional, contribuindo, assim, para as demandas futuras da grande indústria.

Esse descaso pela criança que trabalha, ou antes, pelo modo com que ela executa sua tarefa, equivale a malbaratar uma das fontes vitais de capacidade produtiva da sociedade [...] A orientação profissional, cujo fim é verificar as tendências e aptidões da criança e guiá-la para a profissão que mais lhe convém, é, portanto, o meio que se nos oferece para atingir essa finalidade (MANGE, 1935, p. 7).

Um grande defensor do trabalho infantil era o industrial Jorge Street, conhecido por defender relação “harmoniosa” com os operários, sendo contra a sua repressão, propondo o diálogo nas relações conflituosas, além de defender exaustivamente o assistencialismo. Este industrial acreditava, assim como os demais, que o trabalho das crianças pobres evitava que entrassem na delinquência. Segundo Street:

[...] a grande preocupação é a criança que necessita amparo seguro, desde que nasce até que, passada a idade de aprendizagem escolar ou profissional, entre para a vida prática do trabalho. É esse um dos principais problemas da assistência social, pois a criança abandonada e desamparada constitui o grande perigo de se transformar em breve em criança delinqüente (STREET apud TEIXEIRA, 1990, p. 81).

Percebemos que uma preocupação constante da burguesia, nesse período, era encontrar formas de diminuir a delinquência, os pequenos furtos que eram cometidos pelas crianças pobres na cidade. Nesse sentido, outro representante da burguesia, Antonio Bandeira Junior, realiza um estudo para justificar a importância do trabalho das crianças nas fábricas, sendo que a principal era justamente a de evitar a emergência de menores vagabundos que estavam “infestando” a cidade.

É considerável o número de menores, a contar de cinco anos, que se ocupam em serviços fabris percebendo salários que começam por duzentos réis diários; mas, mais do que isso, têm esses menores a vantagem de adquirir hábitos de trabalho, aprendendo um ofício que lhes garante o futuro, ao passo que não aumentam a falange dos menores vagabundos que infestam a cidade (RAGO, 1997, p. 137).

Em sua pesquisa sobre a classe operária no início do século XX no Brasil, Rago (1997, p. 143) observa que as crianças buscavam formas de protestar, de resistir, “[...] aos constantes castigos, surras, bofetadas, espancamentos que os contramestres infligiam”. Citando o

livro de Jacob Pentead, publicado em 1910, em que descreve essas situações, esta autora nos informa sobre a organização das crianças para revidar os maus tratos na fábrica.

Os maus-tratos foram tantos e tão freqüentes que, certa noite, as vítimas resolveram vingar-se. Reuniram-se em grupo e acoitaram-se num terreno baldio, localizado no trajeto que Casanova costumava percorrer [...] Local ótimo para o fim que almejavam: um campo ermo, com as trevas bastante densa, [...] Quando perceberam que Casanova se aproximava, cambaleando sob a ação do álcool, levantaram-se e descarregaram tamanha saraivada de pedras, pedregulhos e cacos de tijolos no gringo, que este se viu impotente e, aturdido e ferido, caiu gemendo com a cabeça rachada (RAGO, 1997, p. 143).

Matarazzo era outro reconhecido por ser imigrante e por ter sucesso nos seus investimentos na indústria. Pouco se fala de como se deu este crescimento e quais eram as condições de trabalho no interior de suas fábricas. Sua capacidade de criar formas de explorar o operário fez com que comprasse máquinas menores, para que as crianças nelas se adaptassem para produzirem mais. “[...] Chegou a adquirir máquinas pequenas, adequadas ao tamanho das crianças, para aumentar a produtividade do trabalho na fábrica Mariângela” (RAGO, 1997, p. 145).

A partir do exposto é que entendemos o importante papel da Divisão de Organização Técnica do Trabalho, bem como de seu coordenador e entusiasta das teses da organização científica do trabalho, Roberto Mange. Este se tornará referência na formação profissional, destacando-se pelas experiências implementadas na formação de trabalhadores, na companhia paulista Sorocabana.

3.4 A exploração do trabalho e resistência dos trabalhadores ferroviários

O Ferroviário:

“[...] deve ser um homem de boas maneiras, calmo, refletido, ponderado, trabalhador. [...] deve ser disciplinado. Disciplina é ordem, e ordem progresso. Disciplina, quer dizer respeito aos superiores acatando ordens, deferência pessoal para com os chefes[...]” “[...] deve andar sempre limpo e decentemente, embora modestamente trajado.” “[...]deve ter compostura e manter-se sempre ao nível de suas relações, sem desprazer”. (Jornal O Apito – Ano VIII, São Paulo, 31 de Julho de 1931, nº 14).

Pretendemos, neste tópico, desenvolver apontamentos referentes à organização dos trabalhadores ferroviários no início do século XX no Brasil, com o objetivo de apontar as diversas formas de resistência contra a superexploração no trabalho.

Antes mesmo de entrarmos nas análises referentes à questão dos trabalhadores, torna-se necessário informar que as estradas de ferro desempenharam papel estratégico para a criação de cidades do interior do Estado de São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais e Rio de Janeiro, bem como para o desenvolvimento regional, como, por exemplo, a região de Rio Claro e Campinas (Estado de São Paulo) e a Região do Triângulo Mineiro (Minas Gerais).

Souza (2012, p. 25) expressa bem como se deu este desenvolvimento em Uberlândia, Minas Gerais, no final do século XIX.

O desenvolvimento econômico de Uberlândia esteve associado diretamente à implantação da Companhia de Estradas de Ferro Mogiana (1895), à construção da ponte Afonso Pena (1910) e à construção de estradas de rodagem pela Cia. Mineira de Autoviação Intermunicipal (1912). A articulação dos diferentes sistemas de transportes em Uberlândia favoreceu o desenvolvimento econômico do município na divisão inter-regional do trabalho que se destacou como um influente entreposto comercial (captação e distribuição de mercadorias) entre os estados de Goiás, Mato Grosso e São Paulo.

Esse sistema de transporte foi imprescindível, para que essa região do Triângulo Mineiro “fosse inserida na economia nacional”. Discorrendo ainda sobre a importância da ferrovia para toda essa região, Souza (2012, p. 26) observa a força desse transporte que:

[...] favoreceu a integração logística regional. Eram vários os produtos transportados pela ferrovia: madeira vinda do Paraná, sal a granel, café, açúcar, cereais, aguardente, fumo, combustível, produtos industrializados. A intensificação das relações econômicas e sociais despertou interesses políticos, que viam nesse meio de transporte um grande trunfo para o estabelecimento de suas plataformas desenvolvimentistas. O estímulo que a ferrovia forneceu às atividades comerciais conduziu a uma nova geração de atividades.

Essa mesma constatação é feita por Saviani (2008, p. 188), que, ao comentar sobre a expansão da cultura do café para o Oeste paulista, observa que essa expansão foi beneficiada pela importante malha ferroviária no Estado de São Paulo. A companhia paulista tornou-se, nesse período, a maior transportadora de café do mundo.

Saviani (2007, p. 188) observa que:

Contando com um grande afluxo de imigrantes e com a implantação de uma importante malha ferroviária, o oeste paulista se impôs como o setor moderno da cafeicultura por oposição àquele do Vale do Paraíba, que passou a ser taxado de tradicional. Após a inauguração, em 1856, da Estrada de Ferro Santos a Jundiaí, construída com capital inglês, foram sendo construídas, exclusivamente com capital nacional, a Paulista, cujo primeiro trecho (Jundiaí-Campinas) foi inaugurado em 1872, a Mogiana, em 1875 (Campinas-Mogi-Mirim), a Sorocabana, também inaugurada em 1875. A Paulista, que estendeu seus trilhos por Ribeirão Preto atingindo Uberaba, em Minas Gerais.

A implantação e prolongamento das ferrovias para o Oeste paulista contribuiu não somente para o escoamento da produção mas também para o processo de urbanização e industrialização do Estado. Saviani (2007, p. 188) observa esse processo:

Na verdade, as ferrovias constituíram-se na base de um processo de urbanização e industrialização. Com efeito, em torno de cada estação desenvolvia-se um núcleo urbano e constituíam-se na oficinas de manutenção que absorviam mão-de-obra imigrante para as tarefas mecânicas de manutenção, reparo e substituição de peças das locomotivas e vagões, emergindo o gérmen de atividades industriais.

Diversas cidades foram surgindo no interior do Estado de São Paulo, fruto dessa expansão. Citamos como exemplo a cidade de Ourinhos:

Com a revolução industrial o trem passou a ser o principal meio de transporte, tanto de passageiros quanto de cargas, com isso muitas cidades surgiram através da construção dessas linhas e estações férreas e Ourinhos-SP foi um exemplo disso, com o passar do tempo a cidade se desenvolveu ao redor da linha e assim houve o crescimento ocupacional do espaço. A cidade cresceu, e com ela o problema de tráfego urbano também, nos dias atuais, a retirada da linha férrea, juntamente com seu pátio de manobras, foi à solução imposta pelo plano diretor de Ourinhos, com isso, um novo projeto de urbanização e revitalização com a integração total da cidade foi desenvolvido. A urbanização da área do pátio de manobras da ferrovia constituiu numa excelente oportunidade de dotar a cidade de um grande espaço urbano com as características desejadas pelos seus munícipes. Sendo assim a proposta do centro administrativo sugere a centralização de quase todos os serviços públicos, juntamente com o contexto externo voltado a um parque urbano linear que alie muita área verde e equipamentos de esporte, lazer e entretenimento, tudo pensado para que facilite o acesso e interligue todos os bairros ao centro, melhorando o tráfego e a vida das pessoas (GUIMARÃES; GOMES; BENTE; S/D, p. 1).

Entendemos que as ferrovias foram importantes para o desenvolvimento da industrialização, para o transporte de mercadorias entre regiões e Estados, além de possibilitar com mais rapidez a exportação e importação de equipamentos para a lavoura e para a indústria.

As primeiras greves do referido século iniciam-se em 1901, quando os ferroviários da Companhia Paulista da cidade de Rio Claro decidem parar por um dia. Este movimento contou “[...] com a participação de mais de 100 operários, como protesto pelo aumento de horas de

trabalho e diminuição de salário”. Em 1905, ocorre outra greve, desta vez, organizada pelos ferroviários ligados a Companhia Mogiana, de Campinas, que serviu:

[...] como ponto de partida para a organização dos trabalhadores em estradas de ferro. Durante a greve, pregaram a solidariedade para fortalecer o movimento e aproveitaram para propagar a Liga Operária, fundada dias antes. A lista de adesão de nomes enviada às oficinas ferroviárias e aos mecânicos conseguiu, logo de início, 300 assinaturas (CAMARGO LEME, 1989, p. 64).

Ao desenvolver pesquisa e analisar este setor, Bryan (2008) nos informa que tratava-se de um setor em franca expansão no início do século XX, e essa expansão significava mais maquinários e equipamentos, além da sua conservação, como os “equipamentos importados, produção de vagões, máquinas e locomotivas”, além de ter a maior empresa empregadora no país, que era a Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

Segundo Camargo Leme (1989, p. 16), as ferrovias favoreceram a expansão da economia paulista:

[...] destacando-se ainda, pela sua eficácia, como fator de formação, desenvolvimento e integração de povoados e núcleos urbanos, promovendo a ampliação do mercado consumidor, ao mesmo tempo em que se tornou, dadas as suas características, um poderoso veículo de idéias em favor da causa operária.

O investimento nessas ferrovias possibilitou ainda para a economia paulista

[...] maior produtividade; melhor circulação; menores perdas e danos; melhoria da qualidade do produto; maior racionalização do trabalho e liberação de certos capitais imobilizados. Daí podemos concluir que a ferrovia possibilitou a diminuição dos custos de transformação da produção cafeeira, aumentando os lucros dela provenientes. Por outro lado, intensificou a velocidade da circulação de mercadorias e conseqüentemente da rotação do capital, viabilizando, portanto, a reprodução da própria economia cafeeira, como decorrência da dinâmica capitalista de produção (CAMARGO LEME, 1989, p. 31).

À proporção em que ocorria o crescimento dessas ferrovias, acontecia o processo de precarização das condições de vida e de trabalho dos ferroviários, quebras de contratos, introdução de mudanças nos locais de trabalho - foram questões que contribuíram para as contestações e resistências, deflagrando por exemplo a greve de 1906 (BRYAN, 2008, p. 20).

Essa greve ganha força, abrangendo muitas cidades do interior do Estado de São Paulo, “num total de 1057 km ao longo de 119 estações, por onde corriam 2.700 vagões e 133

locomotivas” segundo Camargo Leme (1989, p. 77). Os ferroviários receberam manifestações de “[...] solidariedade dos trabalhadores da Cia. Mogiana e de indústrias de várias cidades, terminando com a intervenção brutal da milícia estadual, fuzilando ferroviários de Jundiaí” (BRYAN, 2008, p. 20).

A repressão violenta do Estado, resultando em mortes e feridos, além de ferroviários presos, enfraqueceu-os e desmobilizou-os, abrindo caminho para a introdução das modificações no processo e organização do trabalho que a haviam motivado (BRYAN, 2008, p. 20).

Como já informamos, a luta dos ferroviários tem início nos primórdios do século XX (os que exerciam a função de mecânicos) e estes trabalhadores reivindicavam:

[...] redução da jornada de trabalho, insurgindo-se contra a introdução de novos maquinismos, lutando pela aposentadoria por tempo de serviço e por melhores condições de vida. Por exemplo, em 1907, os operários das oficinas mecânicas da Cia. Paulista reivindicavam e ganharam a jornada de 8 horas de trabalho. Em 1910, os ferroviários obtêm a criação, pela Cia. Paulista, do Fundo Especial de Pensões que, em 1923, transforma-se na Caixa de Aposentadoria e Pensões (CAETANO, 1986, p. 30).

Se os trabalhadores estavam organizados, não estavam confrontando qualquer empresa ou empresário, mas havia uma nesse período, que era, segundo Fausto (1976), o modelo capitalista de eficiência empresarial, portanto vemos que a luta dos trabalhadores não foi nada fácil. Demissões, perseguições, confrontos, mortes, enfim, foi um cenário de uma classe que não aceitou passivamente as mudanças no local de trabalho e o aumento da exploração.

[...] a Paulista não é uma empresa qualquer. Fundamental do ponto de vista econômico para os interesses da cafeicultura, simboliza a eficiência empresarial da burguesia paulista. À sua frente, a figura ilustre do conselheiro Antonio Prado, futura bandeira do Partido Democrático. Desde o início do movimento, o “Moltke ferroviário”, na imagem do Fanfulla, recusa-se a negociar e apela para uma posição de força: a greve é afinal de contas uma inadmissível quebra de respeito hierárquico, o momento propício pois não há interesse em manter o número existente de empregados, os laços entre a empresa e o Estado tentadoramente estreitos. Assim, o conselheiro Prado entrevista-se com o Chefe de Polícia e acerta o envio de 75 praças da Força Pública a Jundiaí. Ao mesmo tempo, os grevistas são ameaçados de demissão, enquanto os jornais publicam um anúncio para a contratação de novos maquinistas e foguistas (FAUSTO, 1976, p. 137).

Ou seja, o Estado não intervém para melhorar as condições de trabalho, não o regulamenta, as jornadas nesse período eram longas e, com a implementação de novos maquinários, a produção aumenta, levando a demissão de muitos. Mas, se o Estado é omissor com relação ao trabalho quase escravo do chão da fábrica, com relação à organização dos

trabalhadores, é implacável, e a força militar age em defesa dos empresários, perseguindo, prendendo e reprimindo os trabalhadores:

Boris Fausto comenta sobre essa e importante greve dos ferroviários⁶², que ocorreu em 1906 com os trabalhadores da Companhia Paulista. Ele aponta que uma das questões que os levou a se organizarem foi a política de modernização implantada na empresa, que os afetava.

Quando os trabalhadores da Companhia Paulista lançaram pelo telégrafo da empresa, a 14 de maio de 1906, uma mensagem cifrada de paralisação do serviço, estavam iniciando a principal greve ferroviária do Estado, em toda a história da Primeira República. Na base do descontentamento, encontrava-se uma política de modernização da companhia que, em sua forma clássica, afetava o nível de emprego e o salário dos operários, ao lado de medidas contrárias à organização autônoma destes. A partir de outubro de 1905, com a chegada de novas máquinas do exterior, a Paulista institui três feriados não pagos por mês, resultando em uma redução salarial de 10%. Em princípios do ano seguinte, começam as despedidas que alcançam, com o correr do tempo, centenas de trabalhadores. As ligas operárias canalizam o descontentamento e buscam uma saída em repetidas tentativas de contato com a direção da empresa (FAUSTO, 1976, p. 135).

O Clima existente no interior dessa Companhia Ferroviária não era boa e, em razão dessa situação de mudanças, com exploração e perseguição dos trabalhadores, é que eclode essa greve. Boris Fausto nos informa que a transferência de um trabalhador para outro setor da fábrica é um dos estopins para que 3.800 ferroviários parassem.

A Liga Operária de Jundiaí esclarece as razões do trabalho e as despedidas, denuncia a quebra da antiga hierarquia profissional, a intensificação do trabalho, o congelamento dos salários. Os “velhos tempos” são vistos como os “bons tempos”, quando todos os empregados eram considerados segundo suas categorias: hoje rebaixa-se um maquinista a fogueiro, um fogueiro a limpador de máquinas, obrigam-se maquinistas e fogueiros a carregar lenha e carvão, a construir pontes, a limpar lixo. Preocupado sobretudo com os mais qualificados, o sindicato não deixa de aludir à condição dos operários da conserva (FAUSTO, 1976, p. 136).

A Liga Operária divulga um manifesto, denunciando a exploração nessa empresa ferroviária, a situação vivenciada pelos trabalhadores e as suas longas jornadas:

Trabalhando ao rigor do tempo, debaixo das ordens de diversos engenheiros e mestres de linha são da mesma forma maltratados, chegando o sacrifício deles ao excesso, pois tem de trabalhar das 6 horas da manhã às 6 da tarde pelo grande ordenado de 2\$600 a 3\$000!

⁶² “Os ferroviários foram, assim, uma das primeiras categorias profissionais a pôr em prática o programa de luta estabelecido pelas associações de resistência criadas recentemente. Apresentando uma organização satisfatória para a época, os ferroviários iniciaram um trabalho de ação direta, com o intuito de reivindicar melhores condições de trabalho dentro da empresa” (CAMARGO LEME, 1989, p. 73).

Além disso, se trabalham num domingo, para não ganhar esse dia, não os deixam trabalhar um dia qualquer da semana. Para mais serem sacrificados, acontece que tendo lastro longe da turma onde trabalham, saem de casa às 5 horas da manhã, para voltar às 8 da noite, sem ganhar sobre-tempo; e se um dia perdem uma hora de serviço por causa da chuva é esta descontada de seu ordenado. Existe ainda uma seção em que os trabalhadores precisam, depois das 6 da tarde, vir trazer o mestre de linha com o trolley à distancia de 18 a 20 quilômetros, e isto também sem ganhar sobre-tempo (LIGA OPERÁRIA DE JUNDIAÍ apud FAUSTO, 1976, p. 136).

Após três dias de greve, a situação política agrava-se, pois o confronto estava eminente, os trabalhadores radicalizaram e a repressão estava a um passo; o clima ficou tenso pela expressão da greve e questionamento de trabalho na empresa (Companhia Paulista). A burguesia considerou a postura dos ferroviários como uma afronta.

Três dias após o início do movimento, a situação se agrava bastante. A tentativa de colocar em marcha trens conduzidos por maquinistas e foguistas da Armada, requisitados no Rio de Janeiro através do governo federal, se revela precária. Segundo um relato do conselheiro Prado, um trem faz o percurso de Jundiaí a Campinas em dez horas encontrando a linha totalmente danificada com o uso de sabão, placas de junção arrancadas e várias armadilhas. Cresce a repressão policial: os dirigentes das ligas operárias sofrem perseguições, seus advogados são obrigados a sair de Jundiaí e a buscar sem êxito um *habeas corpus* no fórum da Capital, a Força Pública se coloca ao longo dos trilhos. Uma semana depois surgem os primeiros sinais de desarticulação, sob fortes medidas repressivas: Jundiaí e Campinas encontram-se sob verdadeiro estado de sítio, inúmeros grevistas são presos e levados para São Paulo. Alguns trens começam a correr, com escolta militar. Após várias reuniões, a Federação Operária tenta dar alento à luta dos ferroviários, decretando uma greve geral de solidariedade na Capital (FAUSTO, 1976, p. 139).

A violência estende-se às organizações sindicais, que são invadidas pela polícia. A repressão foi forte, atingindo as principais lideranças do movimento que ou fugiam ou eram presas, sendo que o grau de confronto chegou a ponto de um soldado e dois trabalhadores serem mortos. Ao analisar esse contexto político, Camargo Leme (1989, p. 117) observa:

Assim, aumentou a repressão, chegando a Jundiaí, ao longo dos dias, um grande contingente da cavalaria, provocando um clima de insegurança e prenúncio de possíveis violências. Os operários grevistas continuavam mantendo atitude calma, não obstante a cavalaria continuasse a percorrer a cidade. Vários foram os testemunhos de agressões praticadas por soldados. Várias pessoas foram feridas e no percurso da linha algumas pessoas foram mortas.

Essa situação de conflito e forte repressão policial também foi objeto de análise de Fausto (1976, p. 139), informando-nos que “[...] Os últimos dias da greve são particularmente violentos: a Federação Operária, a sede do Avanti, de La Battaglia sofrem a invasão da polícia;

em Jundiaí, um choque entre a Força Pública e operários demitidos resulta na morte de um soldado e dois trabalhadores”, sendo que os principais dirigentes foram perseguidos e demitidos. Os trabalhadores retornam ao trabalho “[...] sem que nenhum dos objetivos da paralisação fosse alcançado”.

Ao analisar a resistência dos ferroviários com relação às mudanças que estavam ocorrendo nas companhias ferroviárias, Moreira entende que:

[...] essa resistência operária estaria relacionada às mudanças significativas que foram introduzidas em vários ramos da indústria, desde a década de 1910, onde, seja pela utilização crescente da maquinaria, seja pela intensificação do uso da força de trabalho nos locais em que não havia grande mecanização, ocorreu uma perda do controle operário sobre o processo de trabalho (MOREIRA, 2008, p. 30).

Essa categoria estava organizada e articulando-se com os movimentos dos trabalhadores nacionais e internacionais, demonstrando o fortalecimento das entidades sindicais:

[...] A greve a Paulista é uma delas. Em primeiro lugar, ela se insere em um quadro de contatos das direções operárias, de comícios cuja temática – violência antioperária no plano internacional – favorece a identificação de classe: fevereiro de 1906, comício em praça pública em São Paulo contra o “domingo sangrento” na Rússia czarista; abril de 1906, Primeiro Congresso Operário; 1º de maio, atos com significativa presença não só no Rio de Janeiro e em São Paulo, como em Campinas e Jundiaí. Este clima mobilizador, estes contatos explicam a repercussão do movimento da Paulista entre os trabalhadores, estendendo-se a solidariedade a São Paulo, Santos e ao Rio de Janeiro. Mas há uma relação mais direta entre os esforços organizatórios e a greve. Nos primeiros meses de 1906, o descontentamento reinante nos meios ferroviários favorece a criação das Ligas Operárias de Jundiaí, Campinas e Rio Claro, onde surgem anarquistas, socialistas, ou elementos simpáticos aos trabalhadores. Às vésperas da greve, as três organizações abrangem 3.500 dos 3.800 empregados da Paulista, tendo a Liga de Jundiaí uma posição de comando. São estes sindicatos – cujo direito à existência é um dos pontos do conflito – que representam os ferroviários nas tentativas de entendimento prévio; são eles que deflagram a paralisação e desenvolvem a luta, formando piquetes, distribuindo boletins, escolhendo direções alternativas para o caso de prisões (FAUSTO, 1976, p. 141).

Ou seja, existia uma organização, as entidades sindicais tinham legitimidade e representavam esses trabalhadores, sendo que muitas orientações eram de caráter socialista e anarco-sindicalista, demonstrando a preocupação dos industriais com relação a estes movimentos.

O embate também estava ocorrendo na imprensa, os jornais operários divulgavam sobre tal organização, ao mesmo tempo em que a imprensa burguesa denunciava os abusos da greve. Questão observada por Camargo Leme (1989, p. 120) demonstra a disputa nas informações, quando a imprensa burguesa trabalhava para dividir e fragmentar a luta operária.

Enquanto os jornais operários comentavam não haver nenhuma deserção, nenhum sinal de cansaço ou desconfiança entre os combatentes, o que fez aumentar o sentimento de solidariedade, outros jornais da imprensa burguesa noticiavam que muitos operários haviam se apresentado ao trabalho, como os mestres das oficinas de carpintaria. Segundo estes jornais, seis máquinas já estavam inteiramente reparadas e limpas, prontas para funcionar, assim como as linhas telegráficas, estando apenas proibidos os telegramas cifrados.

A falta de trabalhadores com formação para atuar nas companhias ferroviárias dificultava a substituição dos que detinham o controle da produção, e estes resistiam aos trabalhadores que aceitassem as novas mudanças que se faziam “necessárias”, segundo os engenheiros de produção.

[...] as empresas ferroviárias brasileiras encontraram, nas primeiras décadas do século XX, como barreira comum à subordinação do trabalho nas suas oficinas, a organização do trabalho com base no ofício e o conseqüente domínio exercido pelo trabalhador sobre o processo de trabalho. A pequena escala em que se processava a produção tornava inviável a quebra do controle operário, mediante o parcelamento e distribuição de tarefas ou pela substituição do oficial pela máquina. A substituição dos trabalhadores por equivalentes encontráveis no mercado de trabalho ou internamente à empresa não era fácil, nem garantia que o novo empregado não possuísse as mesmas características de insubordinação do substituído, pois, no sistema tradicional de aprendizagem imitativa em vigor, ocorria também a transmissão da cultura operária, já que a grande maioria da força de trabalho industrial em São Paulo [...] constituía-se de estrangeiros que traziam, como parte da sua formação profissional, ideologias políticas anticapitalistas. A saída que se apresenta aos intelectuais vinculados ao capital é a substituição do oficial pelo trabalhador nacional, de origem agrária, formado em instituições sob o seu controle. (BRYAN, 2008, p. 22-23).

Novamente, é apresentada uma proposta sobre a importância em se substituir os trabalhadores estrangeiros por nacionais. Nessa questão, estamos entendendo que a preocupação se dava mais pelo grau de consciência política e de mobilização dos estrangeiros do que de fato pela valorização do trabalhador brasileiro. Lembramos novamente que, a partir das diversas bibliografias consultadas, verificamos que o grau de exploração dos trabalhadores ferroviários era alta e essa situação motivava a luta por melhores condições, pela redução da jornada⁶³, enfim, era

⁶³ “A duração da jornada de trabalho variou até a década de 1930 e, num mesmo momento, era diversa segundo o setor industrial e de um para outro estabelecimento. Tem-se notícia de que, ao iniciar-se este século, havia fábricas de tecidos que trabalhavam até 14 horas com uma mesma turma de operários. Em 1911, seus serviços se iniciavam as 5,30 horas ou às 6 horas e terminavam às 18 horas, com cerca de 1 hora de interrupção para o descanso pessoal” (SIMÃO, 1966, p. 71-72).

uma categoria que não aceitava as imposições sem questioná-las. Ao desenvolver pesquisa na Empresa Ferroviária Sorocabana⁶⁴, Moreira nos informa tal situação :

Diante das péssimas condições de realização do trabalho, que se avolumava dia a dia, e também da vigilância e do despotismo crescentes dos chefes de serviço, pode-se ponderar sobre a situação de extrema exploração, com a intensificação do processo de trabalho, a que os ferroviários se encontravam submetidos. As reações e insubordinações dos trabalhadores, diante de suas condições de vida e de trabalho, foram manifestadas entre 1917 e 1919, quando eles se organizaram e lutaram contra as imposições da Empresa Ferroviária (MOREIRA, 2008, p. 55).

A luta política, a resistência e a mobilização contra as explorações contribuíram para o grau de politização da categoria, sendo que, em decorrência dessa realidade, após a greve de 1917⁶⁵, os ferroviários de São Paulo fundam uma “União Geral dos Ferroviários (UGF), e a primeira seção a ser constituída foi a da São Paulo Railway Company, cujos empregados sindicalizados sofreram violenta repressão e perseguição dos patrões e da polícia, o que acarretou o desmantelamento do sindicato” (A PLEBE apud MOREIRA, 2008, p. 55).

Moreira nos informa ainda sobre a importância do grau de mobilização desses trabalhadores, que, mesmo sob perseguição, repressão e prisões, mantinham a luta dos ferroviários, fazendo ressurgir em 1919 a mesma União da categoria: “Está reconstruída a U.G.F. fundada em 1917 e que chegou a reunir alguns milhares de associados, tendo então cessado a sua

⁶⁴ Conforme Moreira, “o primeiro estatuto dessa companhia, aprovado pelo governo federal imperial, foi datado de 24 de maio de 1871, Decreto nº 4.729, depois modificado em 26 de dezembro de 1874, pelo Decreto nº 6.897. Os contratos foram lavrados entre os governos geral e da província de São Paulo e a diretoria da Companhia Sorocabana. Pelo primeiro contrato, foi criada uma sociedade anônima com a denominação ‘Companhia Sorocabana’, tendo por fim construir uma via férrea da fábrica de Ipanema a São Paulo, passando por São Roque. Pelo artigo 30, verifica-se que o capital da companhia era de 7.200.000\$000 (sete mil e duzentos contos), divididos em 36.000 ações de 200\$000 (duzentos réis) cada uma. [...] A 10 de julho de 1875, foi inaugurado oficialmente o trecho São Paulo-Sorocaba, com 110 quilômetros de linha, tendo Maylasky assumido a presidência da “Companhia Sorocabana de Estradas de Ferro”. [...] No período de 1907 a 1919, a Sorocabana permaneceu sob administração do grupo de banqueiros franco-norte-americanos, encabeçado por Percival Farquhart, de Nova York, e Hector Lègru, de Paris, tendo operado durante esse tempo com o nome de “Sorocabana Railway Company. [...] Em 26 de Setembro de 1919, a Estrada passou a ser considerada repartição anexa à Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do governo do estado de São Paulo. Portanto, dessa data em diante, a Empresa Ferroviária Sorocabana volta novamente a ser administrada pelo governo estadual. Em 10 de novembro de 1971, é integrada à Ferrovia Paulista S. A. (FEPASA), que reuniu e unificou, sob a administração do governo do estado de São Paulo, as estradas de ferro paulistas: Mogiana, Paulista, São Paulo-Minas, Araraquarense e Sorocabana” (MOREIRA, 2008).

⁶⁵ Consideramos que as três primeiras décadas do século XX, foram importantes na história da organização do movimento operário. Nesse período, diversas associações, ligas, sindicatos e federações dos trabalhadores foram criadas com o objetivo de resistir as mudanças que estavam ocorrendo na sociedade com o profundo processo de exploração no espaço fabril. Uma das principais formas de expressão para mobilizar e conscientizar os trabalhadores foram o jornalismo operário.

atividade em consequência da perseguição feroz da polícia” (A PLEBE apud MOREIRA, 2008, p. 55).

Nesse período histórico, os ferroviários destacavam-se na organização e resistência a exploração no chão da fábrica e nas estações ferroviárias, não aceitavam as regras e imposições dos chefes de serviço. Os trabalhadores da Sorocabana eram considerados um péssimo exemplo para os de outras Companhias. Em 1919, por exemplo,

[...] foram realizadas inúmeras greves de ferroviários, e os da Sorocabana destacaram-se por sua constante insubordinação às regras disciplinares e imposições de seus chefes de serviço, solidarizando-se com companheiros submetidos a perseguição injusta no trabalho e realizando sucessivas greves. Sobre esses fatos, atestam as várias notícias publicadas pelo jornal A Plebe, em que os ferroviários da Sorocabana se evidenciaram pelo número de greves e manifestações realizadas (MOREIRA, 2008, p. 56).

A exploração era tanta que o jornal A Plebe⁶⁶ chega a considerar a situação trabalho escravo:

Tornou-se geral a greve declarada há dias em uma parte da Sorocabana que agora está inteiramente paralisada. Os operários demonstraram uma firmeza admirável, mantendo-se solidários em toda a extensão da linha [...] Em muitos pontos a sabotagem tem sido aplicada em grande escala, arrancando-se trilhos e cortando os fios elétricos. A direção da Estrada que sujeita os trabalhadores a um regime de verdadeira escravidão tem procurado utilizar-se de alguns desgraçados crumiros (fura-greves) que são encontrados aqui e ali, mas a sua imprudência já deu em resultado um descarrilhamento do qual resultou a morte de dois soldados, ficando feridos mais quatro ou cinco míseros traidores. Os trabalhadores reclamam a jornada de 8 horas e um aumento de salários compatível com as suas necessidades (A PLEBE apud MOREIRA, 2008, p. 56).

Moreira nos informa ainda que a capacidade de organização desses trabalhadores era grande. Uma das questões importantes e que demonstra a maturidade política dos ferroviários da Sorocabana era a capacidade de reivindicar melhores condições de trabalho para todos os ferroviários, ou seja, de outras Companhias também. Ao mesmo tempo em que desenvolviam esta ação, estes a cobravam dos colegas de outras empresas. A Plebe nos descreve a organização desses trabalhadores:

⁶⁶ A Plebe foi criada no período da greve de 1917, dirigido por Edgard Leuenroth, era um jornal que difundia os ideias anarquistas e também como meio de organização e mobilização dos militantes. Tornou-se um jornal expressivo no meio operário neste período histórico.

A organização dos ferroviários ultimamente iniciada com grande sucesso na cidade de Sorocaba, começa já a causar entulhos aos capitalistas canadenses que exploram esse ramo de transportes. Há dias, dois dos mais ativos propagandistas da classe incorreram, sem motivo plausível, nas iras dos diretores da Companhia e foram imediatamente despedidos das oficinas onde trabalhavam; o fato, mal se tornou conhecido dos companheiros, provocou uma declaração de greve, a qual veio a efetivar-se ontem, com a adesão e solidariedade de todos os trabalhadores (MOREIRA, 2008, p. 57).

Nesse período, a Estrada de Ferro Sorocabana iniciou processo de mudanças no local de trabalho, orientada a partir da concepção da Administração Científica, sendo que os técnicos da administração ferroviária iniciaram ações no sentido de introduzir os métodos racionais na empresa. Segundo Moreira:

[...] os técnicos da administração ferroviária desenvolveram, ainda, intenso intercâmbio com os diversos setores interessados na introdução dos métodos racionais na atividade humana, mantendo um alto nível de divulgação de suas idéias por meio da publicação de revistas e periódicos. [...] O avanço desse movimento racionalizador nas ferrovias, nesse período, pode ser entendido no contexto do reordenamento mais geral das estratégias de dominação burguesas, em que os conflitos sociais deveriam passar a ser resolvidos com base em novos critérios, considerados científicos e neutros. Na estrada de Ferro Sorocabana, juntamente com a modernização de seus serviços e com a formação de novos técnicos, vão ser definidos novos regulamentos e normas de serviço, visando ao controle sobre seu pessoal (MOREIRA, 2008, p. 60-61).

Ou seja, estamos falando de um empresa ferroviária, onde os trabalhadores não aceitavam as mudanças nas formas de produção, ao passo que novos processos de controle foram sendo gestados tanto para a produção quanto para os trabalhadores.

Com relação às mudanças de controle exercidas pela Estrada sobre os trabalhadores, estas objetivaram, a nosso ver, a eliminação de qualquer tipo de resistência dos ferroviários, tendo em vista o histórico de luta e capacidade de articulação e mobilização. Entendemos que o processo de mudanças no interior do chão das oficinas da ferrovia foi intenso, objetivando, como já apontamos, acabar com a resistência dos que já haviam demonstrado seu grau de mobilização nos anos anteriores, portanto seria necessário controlá-los. O trabalho nas oficinas, segundo o entendimento de Moreira, “[...] constituía-se em núcleo fundamental para a viabilização do transporte ferroviário, haja vista que eram imprescindíveis para que se viabilizasse o funcionamento de todo o transporte ferroviário. Ali se fabricava, conservava e se fazia a manutenção e o reparo de locomotiva, vagões e todo material rodante” (MOREIRA, 2008, p. 62).

Como desenvolver a ferrovia e possibilitar com isso o escoamento da produção, exportação e importação de equipamentos, maquinários agrícolas para as indústrias que estavam

crescendo, se as ferrovias ficavam paradas em razão dos “desordeiros”? A partir das referências consultadas e analisadas, verificamos que novos regulamentos foram feitos, normas para contratação e demissão, além de processos de promoções. Também foram pensados planos de remodelação do material rodante, enfim, muitas foram as estratégias pensadas e que entendemos terem sido motivadas pelo alto grau de mobilização desses trabalhadores que eram “indisciplinados”.

Segundo Caetano:

[...] para acompanhar o crescimento industrial e agrícola da zona servida pela Estrada de Ferro Sorocabana, a diretoria desenvolveu um plano de remodelação da empresa que constava de aumento de material rodante de tração, novos armazéns, edifícios, moradias, ampliação da capacidade das oficinas. **Com o intuito de intensificar o trabalho nas ferrovias,** introduziram-se novas máquinas operatrizes e novos regulamentos. Ainda projetou-se, em Sorocaba, uma nova oficina. Esta oficina apresentaria uma organização de trabalho distinta das demais oficinas da Estrada; foi elaborada de acordo com as mais modernas técnicas de planejamento ferroviário, caracterizando-se pela introdução de inovações tecnológicas (máquinas e ferramentas) e de uma maior racionalização do processo de trabalho (obedecendo a uma maior seqüência e ritmo de trabalho mais contínuo). Este conjunto de inovações tecnológicas visava à intensificação do trabalho e exigia do trabalhador uma maior precisão e perfeição na execução das tarefas (CAETANO, 1986, p. 37, grifo nosso).

Moreira também concorda com essas análises, as quais entende que, em decorrência das ausências e pela falta de “disciplina”, foram elaborados novos regulamentos em 1925, visando corrigir esses “problemas”, [...] por meio da ameaça de perda de gratificações ou promoções e da exigência de que os inspetores de tráfego fizessem relatórios minuciosos sobre as questões de assiduidade, merecimento e conduta (Circular nº 185, de 1º de setembro de 1925, apud MOREIRA, 2008, p. 61).

As ações visando o controle dos operários, davam-se em diversas frentes, talvez para fragmentá-los e inviabilizar novas ações de resistência. O plano de ações da Estrada Sorocabana era amplo, sendo que a sua direção buscou mecanismos de aperfeiçoamento de medidas que garantisse maior rendimento, lucro para todos os trabalhadores ferroviários. Uma das medidas utilizadas pelos industriais, foram as ações repressivas, perseguindo lideranças, demitindo e tendo o apoio do Estado. Por outro lado, iniciou trabalho de “estímulos”, buscando aumentar a produtividade e a disciplinarização:

Com o problema das instalações materiais resolvidas, em fase da fraca realização e conclusão era indispensável também cuidar do fator humano ou psíquico; nesse sentido abrigar intensa campanha para elevar o nível moral do pessoal, afastando definitivamente os maus elementos que, apanhados em falta, reapareciam aqui e ali, e sistematicamente voltavam a reclamar sua admissão nos serviços da estrada, por ocasião das várias modificações de sua administração. Para tal fim, criamos a repartição de pessoal encarregada especialmente de identificar todos seus elementos por meio de ficha datiloscópicas, evitando assim a troca de nomes de indivíduos indesejáveis que repetidamente ingressam na estrada apesar das faltas cometidas. Ainda mais, fizemos aparecer no jornal, Nossa Estrada, cujo programa consistia em estimular o zelo pelo bom nome da Sorocabana e de seu pessoal; fizemos as campanhas para a repressão sistemática do uso de bebidas alcoólicas e para a repressão dos acidentes de trabalho, por meio de cuidadoso inquérito destinados a apurar as causas e as responsabilidades, bem como intensa propaganda para aperfeiçoar a execução dos serviços ferroviários (Relatório: Diretoria da Estrada de Ferro Sorocabana, 1930, in: CAETANO, 1986, p. 37-38).

Verificamos que as ações eram muitas, o que, com o tempo, foi desmontando o movimento dos trabalhadores, pois, como citado nesse relatório, estes, sem outra opção de vínculo, voltavam a solicitá-lo na própria empresa da qual haviam sido demitidos.

Percebemos que diversas foram as ações, mas estas não pararam por aí; afinal uma das questões fundamentais para controlar os passos dos trabalhadores, suas ações para além dos muros das fábricas, deu-se no processo de moradia e alimentação e também da saúde dos seus funcionários. A empresa demonstrava ser uma “mãe” para os ferroviários, mas, na verdade, a estratégia de controle estava aprofundando-se.

Em 1925, iniciou-se um investimento na construção de sede de residências, casas de turmas e de mestres de linha, casas para o pessoal das estações etc, que se prolongou até 1930 e foi retomada na gestão de Gaspar Ricardo Junior, em 1933. Essa construção de moradia atendia aos objetivos de fixar a mão-de-obra próxima a seu local de trabalho, de forma que os trabalhos de linha e de circulação de trens pudessem ser atendidos a qualquer hora. Além disso, buscou-se, por meio da construção de casas limpas e higienizadas, moralizar e higienizar as condições de vida dos ferroviários. Esse empreendimento possibilitaria um controle de vigilância maior sobre os atos dos ferroviários quando estivessem fora do trabalho. Em 1929, foram criados os armazéns de abastecimento diretamente administrados pela Estrada, com a finalidade de suprir os ferroviários de gêneros alimentícios e objetos de uso com preços mais acessíveis aos seus salários, sem ter de precisar aumentá-lo e diminuir os lucros da empresa (MOREIRA, 2008, p. 62).

Em 1925, este engenheiro e professor faz um “belo” texto, demonstrando que, pela formação profissional, era possível preparar “ótimos” trabalhadores para a indústria e que não havia a necessidade de “suportar” os estrangeiros, pois tinham uma formação questionável e não eram responsáveis.

Este avultado contingente de operários mecânicos compõe-se na sua maioria de elementos que se formaram num preparo básico, tendo adquirido apenas noções de ofício, e isso ainda dependendo da boa vontade dos operários mais antigos, herdando destes mestres improvisados com suas qualidades eventuais e também seus defeitos e vícios nos métodos de trabalho, exercendo sua profissão sem dela assumir responsabilidade, ou... operários estrangeiros que se dizem formados, mas cujo valor é lícito duvidar (MANGE apud CONCEIÇÃO, 1986, p. 35).

Entendemos que o termo “responsável” significa para ele ser dócil e amável para os interesses das empresas. Também entendemos que era um movimento que visava desqualificar os estrangeiros e vê-los longe do espaço fabril, porque - como já mencionamos tinham ideias “estranhas”. Entendemos que, com esse discurso, queria atingir também as escolas dos trabalhadores, que funcionavam na periferia das grandes cidades e eram geralmente organizadas pelos anarco-sindicalismo e socialistas.

Em outro texto publicado pela Revista Politécnica em 1926, Mange desferiu discurso contra o movimento pela redução da jornada, pois agravava o processo crescente de estabilidade da vida moderna, portanto defende a introdução da organização científica do trabalho, que possibilitaria a sua intensificação.

[...] a tão desejada, mas perigosa e nefasta diminuição das horas de trabalho, que constituído do ponto de vista econômico um círculo vicioso, vem agravando de maneira crescente a estabilidade da vida moderna. Para compensar o desfalque, o tempo de trabalho e suas conseqüências é necessário criar os meios por um trabalho, acurado, rápido e perfeito em que todo o movimento mental seja eliminado, produzir mais e produzir melhor em lapso de tempo mais curto (MANGE, 1926, p. 7).

Essas defesas de Mange demonstram mais uma vez que, de fato, este era uma das principais expressões do movimento pela racionalização do trabalho, além de ser um dos expoentes intelectuais orgânicos da burguesia. Mange defendia, justificava e lutava para a implementação de seleção e formação profissional pautados no método científico, buscando com isso a redução do tempo na produção e, ao mesmo tempo, garantir que não ocorressem resistências nas mudanças que eram gestadas nas empresas.

Nos relatórios da diretoria da Estrada de Ferro Sorocabana, Roberto Mange justifica que um dos méritos deste tipo de método de ensino era o de reduzir o tempo e custo de aprendizagem e proporcionar, ao mesmo tempo, o trabalhador especializado. Mas a importância da aplicação do método racional de ensino reside no fato de possibilitar a formação do ‘caráter’ do trabalhador para exercer uma determinada função: a ordem, a

disciplina, a exatidão, a responsabilidade constituem os elementos que o método racional de aprendizagem inculca nos alunos (CAETANO, 1986, p. 56).

A partir dessa exposição, consideramos que, de todas as estratégias de coersão, controle, disciplina e perseguição às lideranças sindicais estrangeiras, repressão às entidades sindicais, a de implementação de projeto que visava a seleção via mecanismos detalhados do perfil do trabalho e o processo de formação metódica dos trabalhadores, incutindo nos mesmos as ideias e teses de organização racional no trabalho, foi a mais ousada no processo de controle do espaço fabril, pois os novos técnicos e controladores da produção, diferente dos anteriores, seriam adestrados para os interesses do capital.

Entendemos que as ações empreendidas pelo IDORT foram consideradas “positivas” pelo conjunto da burguesia industrial, incentivando-o a partir daí a criar novas organizações, buscando fortalecer essa fração de classe. Nesse sentido é que concordamos com Souza (2012, p. 42), “O sucesso do IDORT incentivou a burguesia a investir em novos aparelhos de hegemonia, como a Escola Livre de Sociologia e Política (1933), a CNI (1938), o SENAI (1942), o SESI (1946) e o IEL (1961), todos ligados direta ou indiretamente ao campo educacional”.

Concluimos este subcapítulo entendendo que a burguesia industrial articulou e criou um projeto para o país, a partir de São Paulo. Um projeto industrial que necessitava fazer-se prático, funcional e, ao mesmo tempo, em sintonia com essa nova fase do capitalismo mundial, ou seja, o monopolista. Necessitava, portanto, cumprir algumas ações dentro dessa lógica de acumulação do capital. Nesse sentido é que entendemos que o IDORT foi fundamental, estratégico nesta tarefa de fazer avançar as ideias e projetos dessa burguesia industrial em ascensão.

No próximo subcapítulo, discorreremos sobre a fundação e articulação do IDORT, buscando viabilizar o projeto burguês industrial.

3.5 A Escola de Formação Ferroviária Sorocabana

Mange⁶⁷, desde a década de 1920, vinha desenvolvendo experiências sobre educação profissional, buscando implementar suas teses. Discorreremos sobre essa proposta de educação

⁶⁷ Possuidor de mentalidade positivista, em um país onde essa corrente de pensamento era tida como signo de modernidade; mesclando austeridade e sentimentalismo em suas ações, ao gosto das tradições patriarcais brasileiras;

para os trabalhadores, observando que a luta e insistência de Mange aos industriais e como o responsável no IDORT pela elaboração e implementação de projetos que visavam formar trabalhadores para a indústria teve resultado com a constituição da escola de formação ferroviária de Sorocaba, posteriormente, com a criação do Centro de Formação e, na década de 1940, com a constituição do SENAI.

O relatório da Sorocabana apresentado em 1934 informa os benefícios conseguidos com a criação do Ensino Profissional Ferroviário:

Com a criação desse Ensino Profissional Ferroviário, baseado na cooperação da Escola Profissional de Sorocaba (estadual) com a Estrada de Ferro Sorocabana, advêm benefícios evidentes para ambas. A Escola Profissional realiza uma industrialização imediata e concreta de seu ensino. A Estrada, por sua vez, vem a possuir um centro de formação profissional e de aperfeiçoamento de seu pessoal, elementos estes indispensáveis para garantir a manutenção econômica, acurada e racional dos seus serviços de oficina ferroviária moderna (RELATÓRIO SOROCABANA, 1934 apud SENAI, 1991, p. 97).

Desde o início do século XX, os industriais apresentavam preocupação com relação à formação de uma classe trabalhadora nacional, apta para suas indústrias, estimulando e apoiando a criação de diversas escolas profissionalizantes no Estado de São Paulo, “[...] quando por um decreto do presidente do Estado, Albuquerque Lins, foram criadas quatro escolas profissionais, duas na capital, uma em Amparo e outra em Jacareí”. A escola profissional de Mecânica do Liceu⁶⁸ de Artes e Ofícios, que era justamente destinada para a formação de futuros aprendizes para algumas ferrovias do estado, foi criada em 1923 (PICHELI, 1997, p. 57- 58).

Este curso de Mecânica, que começaria a funcionar em 1923:

[...] representava a primeira ação coletiva do setor ferroviário para promover o ensino padronizado dos trabalhadores de suas oficinas. As bases do curso implantado por Roberto Mange no Liceu tinham raízes históricas bem anteriores. Fundamentavam-se em métodos já testados e reconhecidos nos países industrializados. Merecem destaque especial, neste contexto, as experiências levadas a efeito por Victor Della Vos, na Escola Imperial Técnica de Moscou, que foram assimiladas por outros países, Alemanha e França, a partir de 1873 (SENAI, 1991, p. 93).

procurando submeter as evidências ao crivo do cálculo racional antes de aceitá-las como tais; versado nas últimas novidades dos países desenvolvidos, Mange configurou, aos olhos de seus alunos e companheiros, o paradigma do engenheiro moderno ou “símbolo da verdadeira Engenharia” (BRYAN, 2008, p. 25).

⁶⁸ Este Liceu foi fundado em 1873 como uma sociedade beneficente, ampliara seu campo de ação a partir de 1882, transformando-se depois em “escola profissionalizante dirigida a categorias bastante específicas de trabalhadores” (SENAI, 1991, p. 93).

Nessa escola, Mange criou o curso de mecânica⁶⁹, no qual ele colocava em prática, “[...] os princípios racionais e metódicos da Organização Racional do Trabalho na formação de mão-de-obra qualificada. Os trabalhadores formados eram encaminhados para as principais ferrovias do Estado de São Paulo: Companhia Paulista, Sorocabana, Mogiana e a São Paulo Railway” (SENAI, 1991, p. 62).

Mange foi convidado para dirigir esta escola recém inaugurada, onde criou:

Laboratórios de psicotécnica, de cinemática, de tecnologia mecânica e oficinas para aprendizagem. E, com o fim de dar extensão prática ao seu programa, estabelece um convênio com as empresas ferroviárias Sorocabana, Paulista e Mogiana, abrindo um quadro escolar para seus respectivos pensionistas, isto é, organizando-se de princípio com a realidade útil e produtiva no nosso meio industrial, criando o curso preparatório de tecnologia e mecânica para os futuros operários das vastas oficinas que são necessárias aquelas grandes empresas (SEVERO, 1958, p. 41).

Tratava-se do início de um projeto que teria êxito e chegaria na constituição do Centro Ferroviário e, posteriormente, na criação do SENAI. Lembramos que o idealizador e diretor dessa escola era Mange. Para esta, os trabalhadores ferroviários eram enviados como aprendizes para iniciarem a formação para o setor⁷⁰.

Conforme nos indica Moreira, em 1927, Gaspar Ricardo⁷¹ elaborou um plano em conjunto com Mange (Diretor da Escola Profissional Mecânica) para:

⁶⁹ Esse curso ministrado por Mange apresentou resultados consideráveis, que os trabalhadores egressos do Liceu, foram tão “bem aceitos nas companhias de estradas de ferro, que, em 1930, a Estrada de Ferro Sorocabana resolveu assumir a formação de seus profissionais. O engenheiro Gaspar Ricardo Júnior, que dirigia a ferrovia na época, chamou Roberto Mange para implantar o Serviço de Ensino e Seleção Profissional da Estrada de Ferro Sorocabana – uma iniciativa do Estado sob direta orientação da ferrovia”.

⁷⁰ “Conforme acordo estabelecido entre o Liceu e as ferrovias EF Sorocabana, São Paulo Railway, Companhia Paulista de Estradas de Ferro e Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, cada uma dessas empresas enviava dois aprendizes para frequentarem um curso com a duração de quatro anos. Para acompanhar o andamento dos cursos e orientar a formação especializada dos aprendizes, havia sido designado um representante das empresas interessadas. Os estágios práticos eram realizados nas oficinas da São Paulo Railway, situados na capital paulista, com a finalidade de manter os aprendizes em contato com a realidade dos trabalhos de reparação de material rodante” (MEDEIROS, 1980, p. 143).

⁷¹ Gaspar Ricardo foi um dos fundadores do IDORT, “[...] iniciou sua carreira na Sorocabana como fiscal do governo do estado junto ao grupo de capitalistas estrangeiros que a arrendavam, tendo feito parte da equipe que reuniu e forneceu subsídios para formular o processo que levou o governo de São Paulo a rescindir esse contrato de arrendamento. Com a volta do controle brasileiro à Sorocabana, esse engenheiro passou para os quadros da ferrovia e ocupou sucessivamente seus cargos mais expressivos, como os de chefe de linha, do tráfego, da locomoção, da 4ª divisão, até o ano de 1927, quando foi designado para assumir a direção da empresa. O projeto de racionalização da produção e de formação e seleção profissional, segundo os princípios da organização científica do trabalho, colocado

[...] Instalar em Mayrink uma escola de aprendizes nos moldes delineados pela EPM. Este plano, no entanto, não foi aprovado pela Governador do Estado. Foi só em 1930, estando o Engenheiro Gaspar Ricardo à testa da administração da Estrada de Ferro Sorocabana, que a iniciativa de ferrovia em criação de um curso de ferroviários recebeu a aprovação do Estado (CAETANO, 1986, p. 37).

O Serviço de Ensino e Seleção Profissional da Escola dos Ferroviários Sorocabana (SESP) foi organizado em 1930. Funcionou de setembro daquele ano até agosto de 1934, quando passou a fazer parte do CFESP, que foi fundado no mesmo ano. O SESP foi importante no processo de constituição do CFESP, pois desenvolvia duas importantes atividades: a de Ensino e a de Seleção Profissional. A primeira referia-se à organização dos diversos cursos e a outra à pré-seleção de candidatos aos cursos de aprendizes de ofícios e seleção propriamente dita para os cargos de acesso a diferentes funções, tendo por base a aplicação da psicotécnica.

Desde o início de suas experiências no Liceu de Artes e Ofícios, Mange pretendia introduzir, no Brasil, o ensino racionalizado, que propiciaria conhecimento e rendimento para a indústria. Esse “discípulo” da racionalização estava implementando seus conhecimentos adquiridos no exterior, acreditando que:

[...] seguindo o exemplo da França, Alemanha, Estados Unidos e outros países onde a Psicotécnica está sendo introduzida para servir de guia à orientação profissional, também aqui se procurasse por esses meios reconhecer as aptidões pessoais, abrindo assim a cada indivíduo o caminho para o rendimento máximo. [...] Para compensar o desfalque do tempo e trabalho e as suas conseqüências econômicas, é necessário procurar os meios de, por um trabalho acurado, perfeito e rápido, em que todo o movimento inútil seja eliminado, produzir mais e produzir melhor em um lapso de tempo curto (MANGE, 1924, p. 8).

em prática por Gaspar Ricardo, na Sorocabana, está intrinsecamente ligado aos planos de trabalho propagandeados pelo IDORT, a partir de 1931” (MOREIRA, 2008, p. 68).

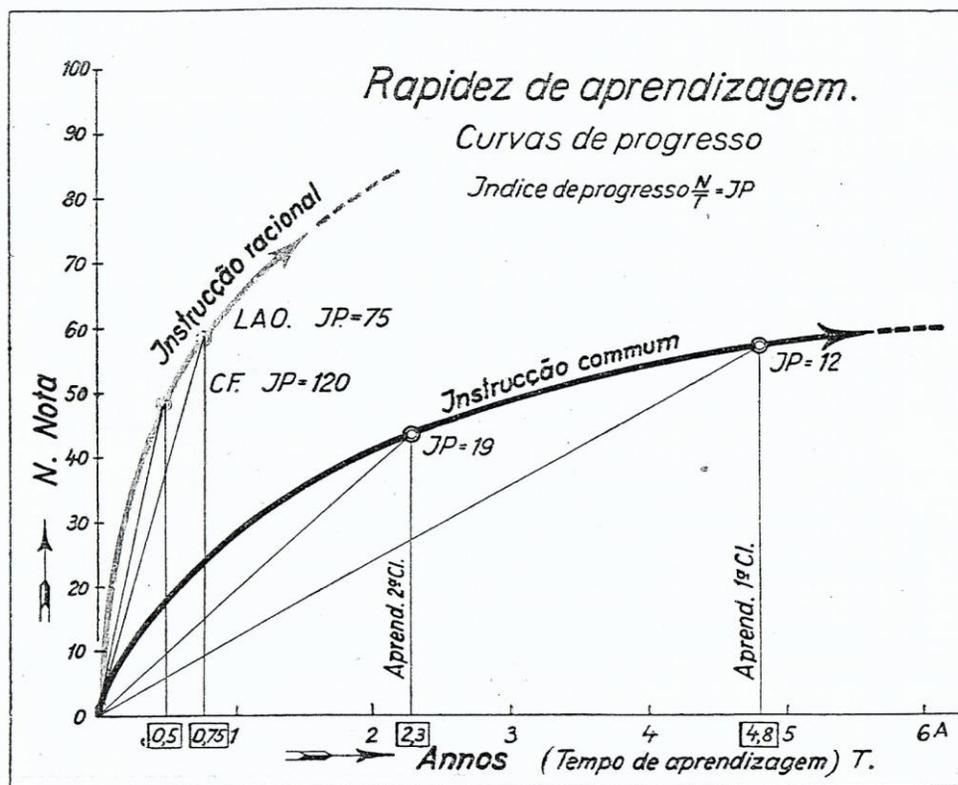


Figura 11

Gráfico elaborado no curso de ferroviários, justificando a utilização da Instrução Racional, por possibilitar um aprendizado mais rápido e completo aos alunos. In: **Revista IDORT** nº1, jan. 1932, p. 30.

A pesquisadora Bianca Zucchi (2007, p. 72), ao analisar o curso do Ferroviários da Companhia Sorocabana, entende que este foi um laboratório importante para Mange. Segundo ela, esse curso “[...] serviu como uma espécie de experiência empreendida por Roberto Mange, que tinha como objetivo maior mostrar a eficácia do método de treinamento do trabalhador baseado na racionalização e nas “ciências”, ou seja, o objetivo principal era comprovar a eficiência dos métodos tayloristas”.

Iniciamos este tópico apresentando o processo originário da escola ferroviária Sorocabana⁷² em 1931, sendo que, logo no seu início, foram criadas três divisões, a saber:

⁷² Essa escola profissional de Mecânica tornou-se, assim, a primeira instituição formadora de um grupo de mestres e auxiliares sob a égide do OCT. Ali se desenvolveram os primeiros estudos sobre a fisiologia do trabalho, os princípios da seleção científica (O Psicotécnico), análises caracteriológicas, e ali foi testado e aplicado pela primeira vez o método racional de ensino. As empresas ferroviárias participaram efetivamente dessa experiência, formando alguns de seus mestres e contramestres, cujo propósito era o de executar e aplicar junto às empresas o novo padrão de ensino (CAETANO, 1986).

Nesse mesmo anno, 1931, foram creados os cursos ferroviários E.F.S. cujas aulas praticas foram desde logo ministradas em officina especial de aprendizagem, annexa às grandes officinas da Estrada de Ferro Sorocabana. Desse modo, obrigada à multiplicação das horas de trabalho, ficou a Escola, por assim dizer, com três divisões escolares distinctas: Secção masculina, secção feminina e curso de ferroviários EFS. Além disso, a Escola Nocturna de Aperfeiçoamento, annexa ao estabelecimento, cuja matricula geral no corrente anno foi de 360 alumnos, equivale perfeitamente a uma outra escola (GODOY, 1934, p. 43).

Também foram criadas diversas secções para esta escola, conforme nos informa a revista:

A Escola Profissional de Sorocaba conta actualmente com as 17 seguintes secções: Masculina – mechanic, fundição, ferraria, marcenaria, abrangendo entalhação e tornearia; tecelagem, curso ferroviário, desenho tecnico, plástica e escultura, mathematica applicada à mechanic e curso de aperfeiçoamento EFS; Femininas – corte e confecções (diurna e noturna) rendas e bordados, flores e chapéus e pintura applicada (GODOY, 1934, p. 43).



Foto dos alunos (aprendizes de ferroviários) da Escola de Formação Ferroviária de Sorocabana, sob responsabilidade de Roberto Mange.

Além das secções, foram criados também cursos especializados que respondessem às necessidades regionais, “[...] merecem menção especial os de tecelagem, o de chimica e o curso

ferroviário EFS”. Estes cursos cumpriam com o objetivo, da “[...] educação e instrução profissionaes locaes”, pois contribuía com a indústria, para o setor ferroviário (GODOY, 1934, p. 43).

A Revista nos informa ainda os objetivos dos cursos para os trabalhadores ferroviários, destacando a importância de Mange:

O curso de ferroviários EFS, cujos trabalhos são em collaboração com a Estrada de Ferro Sorocabana, tem uma organização semelhante a dos congêneres mantidos pelas estradas de ferro allemãs. A sua inspecção technica, por parte da Sorocabana, esta a cargo do distincto engenheiro dr. Roberto Mange, cathedratico da Escola Polytecnica de São Paulo. A Finalidade desse curso é preparar operários especializados para os diversos officios ferroviários, na parte machinica (GODOY, 1934, p. 45).

A finalidade deste curso, conforme a revista, seria especializar operários para diversas funções no setor ferroviário, no de máquinas. A partir de suas pesquisas, experiências e concepção é que seria difundida aos industriais a proposta de formação e instrução dos operários. Os princípios científicos do trabalho⁷³ defendiam a desqualificação do saber fazer operário, propondo reeducá-lo, transformá-lo em um novo trabalhador, colaborador, dócil, empenhado, disciplinado, o que seria possível por meio do ensino técnico profissionalizante.

A preocupação com a questão formativa dava-se também pelo baixo nível educativo dos trabalhadores, implicando no baixo nível técnico. Segundo entendimento de Simonsen (1943, p. 179), a indústria estava se desenvolvendo, porém com uma carência de técnicos, “[...] Se em mais de cem anos de existência independentes não pudemos alcançar ainda, para a população em geral, os índices educativos, que seriam de desejar, é obvio que não podíamos, em trinta anos, formar o corpo de técnicos que necessitamos, para apressar a nossa evolução industrial”.

Esse intelectual orgânico da burguesia industrial, era incansável em sua luta pela formação dos trabalhadores, sendo que, no primeiro número dessa revista, apresenta um longo relatório sobre a experiência que vinha desenvolvendo no Curso de Ferroviários da Companhia Sorocabana. O título do seu texto foi “Ensino Profissional Racional no Curso de Ferroviários da Escola Profissional de Sorocaba e Estrada de Ferro Sorocabana”. (Expomos, no decorrer deste trabalho, as visões, impressões e projetos defendido por Mange).

⁷³ As formas mais definidas de organização científica do trabalho que a Empresa Ferroviária Sorocabana implementou nas décadas de 1930 e 1940 – reforma administrativa, qualificação profissional e tecnologia moderna – fazem parte de uma reorganização do processo de trabalho em bases científicas, que pode ser percebida desde o período em que a Estrada passou novamente a ser administrada pelo governo do estado (MOREIRA, 2008, p. 53).

Mange defendia que a educação deveria se dar a partir de um ensino profissional

[...] baseado em métodos racionais, contra as práticas empíricas utilizadas até então. Prometendo mais eficiência na preparação de mão-de-obra, as idéias de Mange encontravam forte ressonância nos setores mais avançados da indústria paulista, à qual se apresentavam alternativas pouco animadoras: satisfazer-se com o nível técnico do operário nacional, considerado aquém das necessidades do setor, ou ‘arriscar-se’ com o trabalhador imigrante, que, além da formação técnica, trazia em sua bagagem alguns elementos ideológicos responsáveis pela maior parte dos movimentos sociais nas primeiras décadas deste século (SENAI, 1991, p. 95).

Esse engenheiro justifica suas teses sobre formação profissional a partir da constatação de que os aprendizes realizavam trabalhos irregulares, não se centrando em determinada função, o que contribuía para um trabalho mal feito, além de fazer peça com defeito. No processo de formação, não deveriam existir problemas, o que criaria vícios nos trabalhadores, difíceis para serem corrigidos posteriormente.

Ora, no caso que mais de perto nos interessa neste estudo – a oficina ferroviária – o “mais ou menos” é o factor de perigo e despesas. Perigo porque uma peça mal ajustada numa locomotiva facilmente pode causar desarranjo mecânico tal que daí resulte accidente de gravíssimas conseqüências; despeza porque a peça mal ajustada se desgasta rapidamente, arrastando na sua desagregação umas tantas outras a ellas ligadas e, em progressão geométrica, aproxima-se assim a machina de nova reparação. É o regimen da irresponsabilidade em que as deficiências do trabalho profissional se aliam à falta de conhecimentos theoreticos. Não esqueçamos que defeitos e vícios adquiridos na aprendizagem profissional são elementos que retardam o desenvolvimento, restringem o poder de adaptação, impedem trabalho preciso e perfeito, enfim, inibem o progresso. Não é ocioso insistir sobre esses pontos, pois se elles são matéria vencida para muitos, outros há que ainda pensam ser efficiente e econômico tirar proveito do trabalho do aprendiz sob qualquer forma. Que esses meditem um pouco sobre a falsa economia que estão fazendo (MANGE, 1932, p. 17).

Nesse texto, o autor nos informa ainda que, no processo de aprendizagem, o jovem não pode ficar em segundo plano, a educação profissional não pode ocorrer sem boa condução:

A aquisição de conhecimentos durante a aprendizagem profissional não pode ser deixada ao acaso, - grave erro que, infelizmente, ainda hoje em parte praticado, prejudica a carreira profissional de muitos jovens e inibe simultaneamente o locador de serviço de se cercar de elementos de efficiente productividade. [...] Os aprendizes são jogados na officina de trabalho, aprendem como querem e como podem e não raro copiam processos defeituosos de trabalho, adquirem vícios, e - depois de certo tempo - a convicção, tantas vezes erronea, de que são “formados” no officio (MANGE, 1932, p. 16).

Mange defende que seja feita pré-seleção para os trabalhadores que irão fazer o curso de formação profissional. Argumenta que o material humano, assim como matérias-primas, plantas, animais, deve também ser selecionado. Deixa claro que este processo tem como objetivo a eficiência. “Estende assim a 'instrução racional' suas exigências ao período pre-vocacional. Ahi é que se poderá avaliar das tendencias e julgar das aptidões, seja por simples observação, seja por selecção profissional pela psychotechnica, o que é sempre mais rápido”. (MANGE, 1932, p. 17).

Segundo o mesmo autor, assim como em toda espécie animal, também o homem precisa ser selecionado:

Se seleccionamos materias primas na industria, sementes e plantas na agricultura, especimens animaes na pecuária, sempre para obter processo evolutivo eficiente, não é de estranhar que o material humano - que tenham não se presta de igual modo para determinado fim - tenha de ser seleccionado. Aliás, o homem não escapa ás leis geneticas e biologicas e, como tal, é que a psychologia applicada lhe segue os passos (MANGE, 1932, p. 17).

Para ele, o processo de seleção profissional não é fácil e a utilização dos exames psysico-physiologico é fundamental nesse processo, sempre em nome da eficiência e da formação de trabalhadores bem "capacitados". Torna-se importante destacar também, em nossa análise, que Mange apresentava dois aspectos fundamentais com relação à educação profissional racional: a seleção profissional e a instrução racional, esta última caracterizada como aquisição de conhecimentos profissionais, teóricos e práticos.

Lourenço Filho (1929, p. 3) desenvolve seus estudos e análises sobre a instrução, na mesma linha de raciocínio de Mange. Era enfático na defesa da aplicação da ciência em toda a atividade humana.

Essencialmente experimentalista e pragmático, o homem de hoje tudo procura submeter ao domínio da experiência sistematizada, à verificação e controle científico. Essa tendência se manifesta no campo social, nas novas formas de educação, de prevenção do crime de organização tributária. Mas é ainda no terreno econômico que encontra seus mais prementes problemas. Na verdade, o estado em que se veio a encontrar o mundo, depois da Guerra européia, impôs aos povos cultos a necessidade de maior e mais rápida produção, para contrabalançar, tanto quanto lhes fosse possível, o desequilíbrio dos mercados.

Mange era o responsável pela escola de formação da companhia ferroviária sorocabana, onde articulava a instrução racional com a possibilidade de melhorar a produção

quanto a rapidez e sobretudo para garantir a eficiência dos trabalhos realizados. Um dos objetivos era o desenvolvimento da racionalização via formação de profissionais aptos e “competentes” para realizar suas funções. Segundo Mange:

[...] reconhece-se cada vez mais que não somente a formação das novas gerações, mas também o ensino profissional dado aos operários adultos constituem instrumentos eficazes de progresso económico. Em muitos casos mesmo, o custo reduzido deste ensino faz d'elle o unico recurso que permite lutar com sucesso contra a crise presente. Tendo em conta esses factos, o Instituto Allemão de Ensino Profissional extendeu o campo de sua actividade (MANGE, 1932, p. 17).

Entendemos, a partir das questões já apontadas no texto, que o principal objetivo dos industriais e seus intelectuais era garantir de fato o máximo de lucratividade sobre a força de trabalho, em menos tempo possível. Esse objetivo evidente não estava estampado em nenhum lugar, mas, ideologicamente, seria fundamental que os trabalhadores nele acreditassem.

Mange entendia que “o processo de seleção profissional é sobremaneira complexa. Se, de um lado, aptidões profissionais constituem indícios de alto valor para o êxito na profissão, não menos importante será levar-se na devida consideração um exame físico-psicológico...”. Todas as situações devem ser pensadas, levadas em consideração para o processo de seleção profissional, além de um rigoroso exame psicológico, este engenheiro entende “[...] o poder de adaptação ao meio, as condições sociais, as tendências caracterológicas, enfim, o conjunto da personalidade” (MANGE, 1932, p.17).

Torna-se importante analisar os recursos utilizados pelos métodos de psicologia ou mesmo da sociologia nos processos de seleção, orientação e educação profissional, pois tinham como objetivo claro enquadrar o operário, ter avaliação geral e completa de cada um. Esse processo é que iria demonstrar se o indivíduo estava apto para esse ou aquele trabalho, ou para não ser contratado. Tinha como objetivo, também, evitar futuros problemas, transtornos de "desordem" no espaço fabril. “[...] É mister que se observe em cada indivíduo o processo evolutivo, que se aplique o método com bom-senso, evitando-se repetições subseqüentes e fastidiosas, não se prescindindo, todavia, da execução rigorosa (MANGE, 1932, p. 18).

Picheli (1997) observa que, de fato, o projeto era formar um operário padrão, de excelência, pois a questão era:

[...] esquadrihar o indivíduo de modo que pudesse ser antecipado ao industrial o operário ótimo, disciplinado, habilidoso, produtivo e dócil, impunha um processo de aprendizagem no qual os alunos estariam submetidos a diversas baterias de testes

realizados periodicamente. Esses testes deveriam possibilitar aos educadores detectar possíveis desvios e corrigi-los. Dessa maneira, as escolas, mesmo aquelas sem a finalidade profissionalizante, deveriam passar por um amplo processo de reestruturação racional que as tornassem verdadeiramente eficientes (PICHELI, 1997, p. 55).

O curso para os ferroviários foi pensado como uma formação especializada que abrangia o terceiro e quarto ano. A Estrada de Ferro Sorocabana mantinha quatro cursos de ensino profissional, conforme artigo da revista IDORT, publicado em 1932, número 7. Eram cursos especializados a partir das necessidades da própria companhia de Estrada de Ferro, “[...] além de serviços de psychotechnica para seleção de aprendizes e de pessoal. São os seguintes: - Curso de Ferroviários, Curso de Aperfeiçoamento, Curso de Tração e Curso de Especialização (tráfego), especializado para o pessoal do tráfego” (Revista IDORT, nº 7, jul. 1932, p. 12).

Como nos informa a revista, este curso de aperfeiçoamento era mantido:

[...] pela Escola Profissional de Sorocaba, sob orientação da Estrada, como secção especial do curso nocturno dessa Escola. Sua organização obedece ao seguinte programma, que deve ser desenvolvido normalmente em 2 annos: - 1 anno, Português, Arithmetica e geometria, Desenho geométrico e à mão livre, Hygiene individ. E officio, Locomot. – nomencl. – reparação – orçamentos – 2º anno, Português, Arithmética e geometria, Desenho técnico, Elementos de mechanica, Accidentes de trabalho – prevenção – socorro, Organ. Ferroviária E. F. S (MANGE, 1932, p. 12).

A revista IDORT informa-nos que este curso de capacitação era obrigatório para todos os aprendizes que pertenciam ao quadro da oficina de Sorocaba e aqueles que faltassem receberiam penalidades “sob forma de descontos em folha”. Para as vagas existentes, poderiam se candidatar “operários, qualificados ou não, das officinas, não apresentando neste caso a freqüência o character de obrigatoriedade. Para promoção de aprendizes na officina, é levado em consideração o aproveitamento no curso”. A revista observa ainda que existia um processo de exame de admissão para os aprendizes. “Como medida preliminar, para se dar início às aulas, era imprescindível submeter todos os aprendizes do quadro a um exame de admissão” (MANGE, 1932, pp. 12-13).

Após o exame de admissão, foi constatado que, dentre os aprendizes que se inscreveram no curso, 29% não eram alfabetizados, conhecimento básico deles exigido para realizar o curso. Além do prazo, ocorriam também pressão para que eles atendessem às exigências para de fato serem admitidos no trabalho, sendo que todos os aprendizes no prazo

fixado apresentaram-se “[...] alfabetizados, portanto, aptos a frequentar o C. A.” (MANGE, 1932, p. 13).

A Revista IDORT conta com detalhe como foi essa primeira experiência:

Em 10 de Fevereiro, foram iniciadas as aulas deste curso, com uma classe apenas, sendo matriculados 48 aprendizes. A 1º de Agosto, porém, houve desdobramento, organizando-se 2 classes, cuja matrícula atingiu a 75, inclusive alguns operários qualificados, que se apresentaram espontaneamente. O curso funcionou assim com bom aproveitamento até o encerramento das aulas a 30 de Novembro, tendo sido de 86,07 % a porcentagem annual, média de freqüência. Em vista da irregularidade com que foram sendo admitidos os aprendizes neste curso, o 1º anno de funcionamento foi considerado como preparatório, não tendo havido promoções. Com a capacidade para 80 alunos reabrirá o curso em 1932, na época regulamentar da Escola Profissional de Sorocaba (MANGE,, 1932, p. 13).

Com relação aos trabalhos práticos, Mange nos informa, a partir de artigo publicado na revista do IDORT, que os cursos eram executados na oficina:

[...] há muitos annos vinha resentindo a falta de instrução racional do pessoal de officina - que surgiu o curso de ferroviários, como curso especial da Escola Profissional de Sorocaba, mantido de colaboração pela Estrada e pela Escola Profissional de Sorocaba. O curso de ferroviários é destinado à formação profissional nos principaes officios de officina ferroviaria. Tem, todavia, nos dois primeiros annos o caracter de curso geral ou basico, em que os trabalhos de ajustagem representam papel preponderante, além da aquisição de noções preliminares em diversos outros serviços (MANGE, 1932, p. 19).

A questão era educar, acompanhar sistematicamente o trabalhador, nas suas ações dentro da fábrica, seus movimentos, o tempo gasto em determinada tarefa, buscando, com isso, otimizar tempo na produção de dada mercadoria, adequar o trabalhador para os princípios racionais. Segundo a revista IDORT, “[...] o movimento dos testes se tornou, consequentemente, parte integrante da moderna prática pedagógica, de tal arte que não se pode delle separar o progresso do methodo educacional”. Entendiam os intelectuais desse instituto, que diversas eram as vantagens com a aplicação dos testes, como “[...] auxiliar a melhorar o estudo e a controlar as observações do comportamento, eliminar as arbitrariedades e a inadequação dos critérios de julgamento, habilitar a chegar aos factos mais rapidamente do que qualquer outro processo permitiria, estabelecer objetivos e medir resultados (SILVEIRA, 1933, p. 95)

Buscando a constituição de novo homem operário é que deveriam ser desenvolvidas pesquisas que avaliassem o desenvolvimento mental das crianças nas escolas. Realizariam testes

coletivos, separando as desenvolvidas das “inferiores”, para conseguirem boas análises e resultados.

Para estes grupos organizar-se-iam classes especiais, após pedido de informações, aos pais e aos professores. Deveriam ser estas classes menos numerosas que as regulares. Fazer-se-iam adaptações do programa ao tipo de classe, a fim de oferecer oportunidade de progresso rápido aos avançados, médios aos normais e lento aos retardados. Dentro das classes normais, poderia haver nova classificação, segundo a capacidade geral de progredir [...] Oferecer-se-iam 'classes de oportunidade' para aqueles alunos que, chegando à idade regulamentar, não tivesse podido terminar o curso, com atenção especial às atividades profissionais (SILVEIRA, 1933, p.117).

O governo Vargas reconhecia que o ensino primário era um dos deveres do Estado. A criança pobre teria acesso à escola, em tese. Mas a proletária deveria cursar a escola profissionalizante:

[...] organizar-se-iam assim, a escola nova em torno da intenção de aprender da criança e não em torno da intenção de ensinar do professor. E atender-se-ia ao princípio básico da democracia: igualdade de oportunidade educacional e diferenciação dos indivíduos, a fim de que cada um tenha o tratamento adequado que lhe permita atingir o máximo de suas possibilidades para um viver eficiente, dentro do grupo social (SILVEIRA, 1933, p. 117).

Em artigo publicado na revista do IDORT no ano de 1932, Mange expõe seu método racional de instrução:

O Methodo racional de instrução para as profissões ligadas à mecanica não constituia novidade. Já o tinhamos introduzido e applicado com grande vantagem, na Escola Profissional de Mecanica do Lyceu de Artes e Officios, de São Paulo, de 1925 a 1928. Hoje, sob a direcção pratica do nosso collaborador Engenheiro José Gollub, está sendo o methodo novamente applicado nesse estabelecimento de ensino profissional. Apresentou-se, assim, a oportunidade de introduzir nas comparações de eficiencia da instrução em Sorocaba os resultados obtidos, com esse mesmo methodo racional, no Lyceu de Artes e Officios, de São Paulo (MANGE, 1932, p. 20).

Mange não deixa dúvidas sobre seu pensamento político e ideológico com relação à formação dos trabalhadores. Ao pronunciar discurso na inauguração dos novos cursos técnicos de grau médio, desenvolvido pelo Instituto de Tecnologia de São Paulo, esse entusiasta da racionalização do trabalho demonstra a preocupação com a formação de quadros executivos para o desenvolvimento das ideias sobre administração científica do trabalho:

A esses elementos cabe uma tarefa de alta relevância na organização científica do trabalho, pois é por meio desses quadros, formados em nível superior ao do operário de ofício egresso das Escolas Profissionais, que se poderá dar a execução do trabalho uma orientação verdadeiramente racional. O significado prático dessa organização científica do trabalho se resume em poucas palavras: máxima eficiência aliada a mínimo gasto energético. É um princípio de economia [...] de material, [...] movimentos, [...] espaço, [...] tempo e esforço. Mas para isso é preciso que toda e qualquer fase do trabalho seja perfeitamente definida e previamente estabelecida nos seus mínimos detalhes, que portanto quantitativa e qualitativamente seja conhecido o nível de produção a ser atingido, consoante os padrões que o meio permite. [...] Completando o sentimento com a razão, a intuição com o cálculo, a perspicácia com a dedução, teremos formado novas mentalidades, extremamente propícias a organização científica do trabalho (MANGE, 1937, p. 52).

Mange demonstra sua preocupação com a formação para a eficiência e eficácia; trabalhadores nas áreas técnicas para bem desenvolver o espírito racional do trabalho. Os futuros técnicos das empresas deveriam repassar para o operário esse espírito capitalista de ser.

A orientação racional, dada pelo chefe técnico ou administrativo de uma empresa, transmite-se ao operário de ofício executante através do quadro dos chefes de turma, encarregados, mestres e outros condutores de trabalho. São justamente esses técnicos que devem sair desta casa, e sairão, eu estou certo, imbuídos do ‘espírito geométrico’. Eles aprenderão facilmente a organização racional do trabalho planejada pelos chefes, e saberão transmiti-la ao operário de ofício que a executa, elucidando-a e justificando-a satisfatoriamente. Que grande passo teremos dado ao encontro do “princípio da economia”!. Neste sentido, nossa experiência pessoal confirma o que acabamos de expor e permite alto grau de otimismo. É o meio de difundir, pacificamente, na produção os princípios de organização racional do trabalho, e de valorizar assim o padrão da mão de obra nacional (MANGE, 1937, p. 52).

O que Mange propõe para acabar com a ineficiência do trabalho, segundo sua exposição, é que a seleção profissional seja utilizada como forma de separar os bons trabalhadores.

Outro fator de combate a ineficiência do trabalho é a seleção profissional. É evidente que melhor e com mais facilidade poderá produzir aquele que executar um trabalho consoante às suas aptidões naturais – é até uma condição de felicidade individual. Não menos importante é a formação profissional do operário de ofício, processada em cursos metodológicos de instrução teórica e prática. E, ainda neste campo da formação profissional, poderá o condutor de trabalho aconselhar, estimular e mesmo cooperar, com o saber e a experiência que lhe proporcionou o aperfeiçoamento técnico. Eis o que podemos esperar dos alunos que egressarem destes novos cursos, no sentido de difundir e aplicar os princípios do trabalho racional e, portanto, econômico para o profissional e para a sociedade (MANGE, 1937, p. 52).

Diferente de anos anteriores, em que se defendia a vinda de trabalhadores estrangeiros por serem qualificados⁷⁴, neste novo momento histórico do país (década de 1930), ganha força, no setor industrial a ideia de que se fazia urgente e necessária a substituição da força de trabalho estrangeira por nacionais, pois não tinham “vícios” e “ideias complicadas”, “estranhas”. Mas para isso seria necessário formá-los, capacitá-los, passando-lhes o conhecimento técnico, conforme nos informa Vargas (1985, p. 171 - 172):

Para [que] o capitalismo fosse desenvolvido em bases sólidas havia necessidade [de] que a população existente se transformasse em trabalhador. E para efetivar essa transformação havia necessidade da socialização do conhecimento técnico e da disciplina fabril. Nos primórdios de nossa industrialização os capitalistas nacionais haviam experimentado uma estratégia do tipo ‘paternalista’ (ou patrimonialista) – em que interferiam privadamente, no âmbito de cada fábrica, na formação e reprodução do trabalhador e de sua família (como nas vilas operárias) – ou seguiam a via da coerção física e policial para submeter os trabalhadores às regras da produção. Com a regulação feita pelo Estado e a criação de uma legislação que garantia condições básicas de socialização da força de trabalho – transcendendo o âmbito de cada capitalista em particular – surge a questão da “nacionalização” de nossa força de trabalho. Pois os imigrantes apesar de deterem grande parte do conhecimento técnico já haviam também trazido uma experiência de luta e reivindicação. E, por outro lado, já existia um suprimento interno de mão-de-obra derivado de uma população sem condições de sobrevivência, a não ser sob o assalariamento urbano.

A partir desta compreensão e em virtude da disputa de hegemonia na sociedade e da resistência demonstrada pelos operários que detinham o conhecimento e controle da produção, majoritariamente trabalhadores estrangeiros, é que surge a necessidade urgente de substituí-los na produção.

O Brasil não necessita de braços, pois não aproveitou nem curou, ainda, de aproveitar os trabalhadores nacionais [...] Para suas necessidades atuais, o Brasil dispõe de braços suficientes, perfeitamente aptos, suscetíveis das mais árduas e dedicadas tarefas, quer na agricultura, quer na indústria, quer como inteligência, quer como resistência [...] Apesar de ser inteligente, dedicado, fiel, resistente à fadiga como poucos, adaptando-se facilmente aos mais difíceis misteres e às mais complexas manipulações industriais [...] Desamparado, vergando ao peso do anátema de “vadio” e “preguiçoso” de incapaz e malandro (PICHELLI, 1997, p. 6).

⁷⁴ “Sabe-se que a maioria das empresas importava trabalhadores e a Cia. Paulista não fugiu à regra. Assim, os empregos que exigiam maior especialização, como, por exemplo, a operação das vias-férreas e as oficinas, foram inicialmente preenchidos por estrangeiros. Pudemos inclusive, colher informações de que para a função de maquinistas eram contratados geralmente imigrantes portugueses, por serem fortes e de pequeno porte, o que facilitava a execução deste tipo de trabalho” (CAMARGO LEME, 1986, p 60).

Os efeitos dessas ideias são constatados já nos anos 30 em decorrência da diminuição da imigração para o Brasil e crescente processo de migração para as principais cidades, como São Paulo, como bem nos informa Pichelli (1997, p. 6): “entre o período de 1931 e 1946, chegaram a São Paulo 651.762 migrantes internos contra 183.445 estrangeiros. Já no período anterior, entre 1881 e 1930, os estrangeiros somavam 2.250.570, contra apenas 289.179 nacionais”.

Uma parte da burguesia via com preocupação a imigração de estrangeiros, como sendo “perigo iminente”, pois, desde o início do século, estes já “causavam transtornos” nas fábricas, “agitando” protestos e greves, ou seja, a substituição da mão de obra estrangeira, pela nacional passou a ser necessária e urgente, elevando o grau de consciência política, organização e politização dos estrangeiros (MÜLLER, 2009, p. 12).

Segundo Ribeiro, Caetano e Gitahi (1986, p. 124-125), o movimento da burguesia para acabar com a imigração de trabalhadores estrangeiros se justificava:

Precisamos ter operários nossos, evitando-se a importação de elementos, muitas vezes banidos de suas terras de origem pelas idéias subversivas que professam, e que tudo anarquizam, pois não lhes pesa na consciência a desorganização social de uma terra extraordinariamente hospitaleira.

A formação da classe operária nacional tornou-se preocupação também do Governo Vargas, que tinha como objetivo controlar toda a sociedade, cooptando o movimento operário ou reprimindo-o, cooptando os industriais ou isolando os desafetos, cooptando os partidos políticos ou pondo-os na ilegalidade, situação que vimos acontecer no Estado Novo, inclusive com aqueles que apoiaram publicamente o golpe, como foi o caso dos integralistas. Com relação aos industriais, vemos Armando de Salles Oliveira, que de aliado passou a ser uma “dor de cabeça” para Vargas, sendo exilado do país por alguns anos nesse período.

As experiências com o movimento operário e a urgente necessidade de formação de operários que fossem “dóceis” ao sistema tornaram-se modelo para o governo no período do Estado Novo. Segundo Vargas (1985, p. 167),

a primeira resultou na criação, em 1939, do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), responsável pela organização administrativa das repartições federais e pela formação técnica de administradores públicos e que se tornou, ao lado do IDORT, o propagador federal do ideário taylorista. Do quadro do DASP saíram novos teóricos da Organização Racional do Trabalho. É da iniciativa do DASP também a criação da Fundação Getúlio Vargas em 1944. A segunda experiência do IDORT, direcionada para o ensino industrial, resultou na criação, em 1942, do [...] (SENAI), nos mesmos moldes do CFESP e tendo Roberto Mange como principal expoente.

Somando o descontentamento com os trabalhadores estrangeiros, mais os problemas em decorrência da guerra, cresce nos industrialistas a necessidade de se criar uma escola para formar esse “novo homem”. Nesse sentido é que o Governo Federal cria o sistema de ensino paralelo ao oficial, que foi organizado em convênio com as indústrias via CNI (Confederação Nacional das Indústrias) (ROMANELLI, 2006, p. 155).

O trabalho qualificado era compreendido nessa época como meio de se manter a ordem, mas também como “instrumento inteligente de produção industrial” e, para garantir e implementar esta ideologia, dispunha-se de instituições educacionais, como Liceus de Artes e Ofícios e os asilos desvalidos (CUNHA, 2005).

A Educação profissional teve importância considerável no IDORT, pois viam-na como forma de disciplinar o operário, controlá-lo a partir de suas orientações. Controlar ainda a produção, o tempo do e no trabalho. “[...] Das inúmeras atividades desenvolvidas nessa área, penso ser importante citar, considerando o tema deste trabalho, a Escola Livre de Sociologia e Política e os cursos voltados diretamente para a formação de trabalhadores” (TENCA, 2006, p. 40).

Importante lembrar que o principal entusiasta e articulador para que se concretizasse a criação da Escola Livre de Sociologia e Política era Roberto Simonsen, Presidente da FIESP e fundador do IDORT. Para Simonsen:

[...] a formação das elites deve pois constituir uma das preocupações primaciais das sociedades modernas. Qualquer instituição primacial das sociedades modernas. Qualquer instituição social, qualquer escola doutrinária que aspire ser adotada, qualquer associação industrial ou comercial para colimar seus objetivos, todas, necessitam e exigem, cada vez mais, elementos de elite na sua direção. Possuindo escolas superiores de incontestável valor, São Paulo precisa agora formar as suas elites, educadas nas ciências sociais e no conhecimento das verdadeiras condições em que evolui a nossa sociedade, como meio de mais facilmente se aparelhar à conveniente escolha de seus homens de governo (SIMONSEN, 1933, p. 34).

Para Miceli (1992, p. 21), esta escola foi criada com o objetivo de “[...] formar quadros dirigentes e inspirada no modelo norte-americano, à nova escola superior contou com o apoio de um significativo grupo de empresário, professores e jornalistas”.

Na inauguração da Escola Livre de Sociologia Política, em 1933, Simonsen explana os objetivos definidos para a instituição:

[...] Essa escola tem que possuir um programa que possa, além de seu curso normal, esboçar um plano de pesquisas sociais e coordenar a documentação já existente, dirigindo a formação de estatísticas adequadas, promovendo publicações periódicas de monografias e inquéritos, pesquisando os casos especiais pela aplicação dos métodos de observação e inquirição diretos, incentivando a formação de operadores capazes de tais cometimentos e enfim coordenando tudo quanto possa interessar ao perfeito conhecimento do meio em que vivemos e dos elementos necessários à solução dos problemas de governo (SIMONSEN, 1933, p. 13).

Simonsen, em discurso pronunciado no Congresso Nacional em 1947, fala com orgulho da Escola Livre de Sociologia e Política, pois, além do papel desenvolvido por ela, não tinha em seu meio professores comunistas. Essa escola comprovava na prática a falta de fundamento e das pretensões do marxismo. Esse industrial e deputado federal questionava e denunciava, em seu discurso, o marxismo, como sendo anti-democrático ao pregar uma doutrina política.

Haja visto o exemplo que nos oferece a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, onde coexistem, em harmonioso equilíbrio, o ensino e a pesquisa das ciências políticas, econômicas e sociais. Nela não vicejam, praticamente, nos corpos docente e discente, elementos comunistas. Constitui, talvez, essa Escola, neste momento, um dos mais notáveis comprovantes de que a ciência e a pesquisa desmentem as pretensões políticas do marxismo. Os alunos dos cursos superiores daquele estabelecimento puderam situar o comunismo dentro de um dos ramos do socialismo reacionário, compreendendo a sua razão de ser na época em que foi ideado (SIMONSEN, 1947, pp. 3-4).

Mas o que não fez o IDORT desde sua fundação? Não era projeto de divulgação das ideias dos industriais? E o apoio dos industriais ao Estado Novo, de Simonsen, que compôs o governo ditatorial de Vargas? Será que o espírito harmonioso tão apregoado pelo industrial era o da repressão sobre a classe operária? Vimos neste trabalho os discursos raivosos contra o comunismo e contra a organização dos operários, também vimos o discurso de paz social e de uma sociedade ordeira; no entanto, entendemos que esse discurso era político e ideológico, como forma de tentar mascarar o que de fato estava ocorrendo, ou seja, repressão, perseguição e prisão de lideranças anarquistas e comunistas, extradição de estrangeiros, além de toda uma política voltada para a cooptação de operários, sob as mais diversas formas.

Desde o início, essa escola “[...] contava com a participação de eminentes figuras da área das ciências sociais, oriundas tanto dos meios acadêmicos nacionais quanto de universidades norte-americanas e européias, tais como Herbert Baldus, Emílio Willens e Donaldo Pierson”

(SENAI, 1991, p. 101). Roberto Mange também lá ministrou aulas. Em 1934, foi docente no curso de psicotécnica:

[...] foi um dos trabalhos mais destacados de Roberto Mange, onde ele teve a oportunidade de incorporar e transmitir os conhecimentos sistematizados em várias viagens de estudo no Exterior. As lições introdutórias do curso, foram dedicadas à definição e aos objetivos da Psicotécnica, que vinha sendo ‘estudada e aplicada em quase todos os países civilizados’ com vistas a obter-se ‘o maior rendimento com o menor esforço’ (SENAI, 1991, p. 101).

Weinstein (2000) também analisa esse movimento e o processo de fundação da Escola Livre de Sociologia e Política, em que é divulgado um manifesto sobre os objetivos dessa escola. Conforme o autor, o manifesto propunha a formação de uma

[...] elite numerosa e organizada, instruída sob métodos científicos [...] capaz de compreender o meio social. Inspirados na sociologia positivista, os fundadores da escola consideravam a pesquisa “apolítica” e científica, feita por especialistas o instrumento adequado para resolver conflitos sociais e também uma forma de eliminar temas controversos como salários, condições de trabalho e padrão de vida da arena política e da luta de classes. Esses objetivos estavam em plena sintonia com o ponto de vista dos que defendiam a racionalização (WEINSTEIN, 2000, p. 94).

Demonstrando que essa preocupação com a formação das elites estava no cerne do debate entre os intelectuais da burguesia industrial, o Inquérito⁷⁵, de 1926, organizado por Fernando de Azevedo⁷⁶ não deixa margem de dúvida. A elite paulista, sonhava que deveria ser a orientadora dos interesses da nação, somente ela teria condições de propor:

[...] um projeto para a nacionalidade que estivesse acima das paixões partidárias, na medida em que ela é concebida como composta pelas iniciativas particulares, esclarecidas e sustentadas em todas as classes e direções. As verdadeiras democracias, se não quiserem permanecer no regime do empirismo, no manejo dos negócios públicos, precisam para constituírem suas classes condutoras e para as orientarem, a atividade prática e a sábia assistência de homens eminentes, habituados a encarar do alto, de um ponto de vista idealista e científico, as grandes questões técnicas, cada vez mais complexas que os governos são chamados a enfrentar e a resolver. É destes focos de cultura e de altos estudos (onde se localizam e se formam as elites) que se irradiam, em

⁷⁵ O Inquérito de 1926, organizado por Fernando de Azevedo, a pedido de Júlio de Mesquita Filho, para o jornal O Estado de São Paulo, foi publicado ao longo de quatro meses no jornal e respondido por professores do ensino normal e secundário, das escolas superiores de Medicina, Direito e Engenharia, e por jornalistas. Todas as notas introdutórias a cada uma das partes do Inquérito, assim, como todos os capítulos de conclusão, que serão os que serão usados na análise, foram redigidos por Fernando de Azevedo (CARDOSO, 1982, p. 28).

⁷⁶ Fernando Azevedo tinha uma relação muito próxima com a família Mesquita, tendo uma relação de amizade com Mesquita Filho, participando ativamente na condução da “Campanha da Universidade” (CARDOSO, 1982, p. 43).

todas as direções, as poderosas correntes de idéias, com que se carregam e purificam as atmosferas políticas, para o despertar da consciência cívica, moral e intelectual da nação (CARDOSO, 1982, p. 29).

Azevedo não esconde o seu entendimento de que os interesses da elite são os da nação, como se não existissem outros, como se todos (comunistas, anarquistas, integralistas, oligarquia rural, grandes industriais, pequenos industriais, comerciantes, governo, banqueiros) “comungassem” os mesmos objetivos, não existindo divergências, disputas políticas, confronto de ideias e lutas sociais.

Ao analisar o inquérito de 1926, Cardoso (1982, p.31, grifos nosso) observa a visão de Azevedo referente a Universidade, que ela teria como objetivo formar as elites, pois eram elas as “verdadeiras forças criadoras da civilização”:

[...] Dentro desta perspectiva, que assume relevância maior nas conclusões do Inquérito, as universidades são concebidas como *“organismos vivos”*, adaptados às sociedades e destinados a acompanhar e dirigir-lhes a evolução, em todos os aspectos de sua vida múltipla e variada. Elas não se satisfazem com transmitir a ciência, que não contribuíram para elaborar e desenvolver em todos os sentidos. E é, de certo, por essa função a um tempo elaboradora e transmissora das ciências, que se transformaram elas no aparelho moderno de preparação das elites, *“as verdadeiras forças criadoras da civilização”*. Esta função superior da Universidade dentro do aparelho de ensino é reconhecida explicitamente pelo inquérito como uma “função política”: *“Se considerarmos, de um lado, a influência cada vez mais pronunciada das ciências na direção das sociedades modernas e, por outro lado, a complexidade crescente de que se revestem os problemas técnicos que os governos são obrigados a enfrentar, compreende-se a “função política” que desempenham os institutos de cultura superior onde se terão de formar as nossas classes dirigentes”*.

Com relação a essa concepção de Azevedo, explícita no Inquérito, Cardoso nos informa que a função principal da Universidade seria a formação das elites e, para os trabalhadores, bastava o ensino primário, pois a função “nobre”, “dirigente” da sociedade, era da Burguesia. Era o Ensino secundário como formadora das *“classes médias”* do país, pois necessitava de braços para a produção. Segundo Azevedo, não

[...] há democracias que possam subsistir e desenvolver-se sem uma classe média, cada vez mais larga e difundida, empregada como elemento assimilador e propagador de correntes de idéias e opinião. Não é aí, evidentemente, nessas camadas medianas, mas solidamente cultivadas, que se elaboram e se aperfeiçoam as ciências; mas é aí – por essa sensibilidade receptiva, esse interesse generoso e esse espírito crítico que se adquirem pelas ‘idéias gerais’ – que as idéias e as verdades irradiadas dos centros universitários se disseminam e se transformam em correntes de opinião. Ora, é exatamente ao ensino secundário que cabe criar e desenvolver essa cultura geral e

desinteressada, por um curso integral e seriado, comum a todos, baseado num plano verdadeiramente humano de estudos de provada eficiência na formação do caráter e da mentalidade (AZEVEDO apud CARDOSO, 1987, p. 31).

A partir dos estudos, interpretações e entendimento sobre o papel da educação para Azevedo, diferenciando-a para as elites e para as massas, consideramos contraditório o seu discurso, pois, em alguns momentos, os intelectuais da burguesia industrial defendem, por um lado, harmonia e paz social, interesses sem conflitos, não existência de classes, projeto harmônico para todos da sociedade; por outro lado, expõem com muita evidência essas diferenças, quando propõe educação para diversos setores e com interesses diferentes. Admite-se a existência de uma sociedade piramidal, de classes, e com interesses também antagônicos, portanto, nada harmônicos. Talvez o conceito de “harmonia” estivesse equivocado, entendendo-se “cada um no seu lugar”.

Na mesma linha de raciocínio de Azevedo, Mesquita Filho demonstra a importância da educação para a formação das classes sociais no Brasil, cada uma cumprindo o seu papel, como se fosse algo natural. “[...] dos centros de altos estudos teóricos e doutrinários, dos estabelecimentos chamados de ensino secundário, ou de humanidades, e, por último, do sistema de educação primária”. A função da educação primária seria a de “[...] elemento de contacto entre a massa popular e as elites pensantes”. Já a função que definiam para o ensino secundário seria a de criar a “[...] mentalidade média nacional” e constituir, assim, “[...] reserva permanente de elementos para a constituição das indispensáveis elites intelectuais”. A partir dessa concepção, as Universidades teriam papel fundamental na formação de uma elite esclarecida, que seria a “luz” para a sociedade.

Interessante notar que, ao mesmo tempo em que Azevedo faz todo um discurso e tem todo um projeto de como formar a elite paulista, enaltecendo o seu papel “natural” na sociedade, como “condutora” dos destinos da nação, esse mesmo intelectual da burguesia em ascensão no país tinha um discurso radical contra o comunismo, propondo que a Universidade tivesse papel de se opor às ideias comunistas no país. Segundo Cardoso (1982, p. 178),

Fernando Azevedo ainda insistia que a Universidade, como a “instituição essencialmente democrática”, como o “último reduto de resistência”, deve se opor aos extremismos que a rondam, em especial, ao comunismo. É a “força disputando o primado à inteligência”, num processo que não é apenas nacional: a uma época em que o mundo viveu de discussão livre sucede outra, a atual, em que o regime, vermelho ou reacionário, tende sempre a decretar: Senhores, acabou-se a discussão, (...) A vontade - a deusa desde

1900, e sobretudo a partir de 1918, entronizada em lugar da inteligência, é, por essência; a que terminou a discussão. “Daí a ação direta, o culto da violência que é a forma da vontade” (CARDOSO, 1982, p. 178).

Azevedo se expressa como se o regime que ele apoiava no período, e quando apoiou o Estado Novo, não tivesse autoritarismo. Ao fazer críticas ao comunismo, indiretamente à União Soviética, estava demonstrando e afirmando que em nosso país não havia extremismos, que a discussão era democrática e que não existiu um “cala boca” na oposição com a instituição do Estado Novo. Nesse sentido, entendemos que o discurso democrático e liberal de Azevedo, assim como do grupo Estado de São Paulo ou comunhão paulista, era de fachada, pois suas teses, na prática, eram autoritárias.

Na sequência de nossa análise, observamos que, além de estar articulado também com a fundação da Escola de Sociologia Política, o IDORT

[...] foi marcante na reorganização do ensino profissional no Brasil, na estruturação do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP); na criação do SESI e do SESC; na Reorganização Administrativa do Governo do Estado (RAGE), em São Paulo; em iniciativas vinculadas direta ou indiretamente à FIESP, como na criação da Escola Livre de Sociologia e Política, em 1933, antecipando-se mesmo à constituição da Universidade de São Paulo, criada em 1934, no governo de Armando Salles de Oliveira, que foi um dos fundadores e o primeiro presidente do IDORT em 1931. Esses fatos indicam a interferência direta dos representantes da indústria paulista na implementação de políticas sociais, de um lado, e, de outro, o investimento na reestruturação da burocracia, tanto no setor privado como em instituições governamentais. (TENCA, 2006, p. 41).

A Constituição de 1937, por exemplo, em seu artigo nº 129, determinou um papel inédito para o Estado, as empresas e sindicatos no tocante à educação profissional das “classes menos favorecidas”. Conforme este artigo:

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos estados, dos municípios ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público. (CUNHA, 2005, p. 28)

A partir do exposto nesse tópico é que entendemos que a burguesia industrial brasileira, no período analisado, tinha um projeto político pedagógico, que visava a construção da

hegemonia instrumentalizado através de uma proposta educacional focada no desenvolvimento nacional à partir da industrialização. A educação deveria ser funcional às necessidades dos industriais, que buscavam impor seu projeto de sociedade. Este pragmatismo é acompanhado por uma ação ideológica que busca a imposição de um novo consenso, naturalizando uma nova sociabilidade. Como observa Marx (1988, vol. II, p. 267):

Não basta que as condições de trabalho apareçam num pólo como capital e no outro pólo, pessoas que nada têm para vender a não ser sua força de trabalho. Não basta também forçarem-nas a se venderem voluntariamente. Na evolução da produção capitalista desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como “leis naturais evidentes”.

Uma das questões importantes sobre o posicionamento dos industriais com relação à formação profissional é a posição de que o Estado não deve direcionar a formação dos trabalhadores, devendo esta ficar a cargo do setor privado. Isso levou-os a ter atrito com o poder público, conforme muito bem nos informa Tenca:

Nas experiências levadas a cabo pelo engenheiro e professor Roberto Mange, [...] é sempre ressaltada a responsabilidade da iniciativa privada no que diz respeito à formação profissional. Aliás, isso parece ter se transformado numa ‘questão de honra’ para o setor industrial. Não deve ser por acaso que nunca é citado o envolvimento do Governo do Estado de São Paulo (na interventoria Armando de Salles Oliveira) quando da criação, em 1934, do [...] (CFESP), que sempre aparece como obra das Companhias de Estrada de Ferro. Da mesma forma como se pode observar, ainda hoje, em todos os documentos oficiais do SENAI e do [...] (SESI), bem como dos similares do comércio, o SENAC e o SESC, a inscrição: ‘Entidade Criada e Mantida pela indústria’ (ou, ‘pelo comércio’, no caso dos dois últimos). E, como se sabe, todas essas instituições vieram à luz, nos anos 40, através de decreto-lei federal. É sempre ressaltada a iniciativa particular da indústria e do comércio no cumprimento de sua ‘função social’ (TENCA, 1987, p. 107-108).

3.6 O Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional

Desenvolvemos, neste tópico, uma análise sobre a formação no setor ferroviário a partir do CFESP, pois, conforme as referências utilizadas e também a partir da revista do IDORT⁷⁷, percebemos que era fundamental, estratégica para os industriais, a implementação da

⁷⁷ O IDORT chegou a sugerir ao MEC a inclusão de suas propostas para o ensino das escolas e em todos os graus, tornando obrigatório nos programas escolares o ensino sobre racionalização do trabalho. Tinha por objetivo desenvolver em toda a educação as ideias racionalizadoras e preparar os jovens para o trabalho (FREITAS, 1954).

educação para estes trabalhadores, sendo que a própria criação do CFESP foi resultado da proposta e articulação dos industriais ligados ao IDORT.

Mange era um adepto convicto dos métodos tayloristas, sendo seu grande divulgador no Brasil; esse entusiasmo e defesa das ideias desse teórico fez com que em 1929 iniciasse

[...] contatos com engenheiros e empresários paulistas, com o intuito de formar um centro difusor dos princípios de Taylor e da psicotécnica, aproveitando a receptividade a essas ideias decorrente da visita a São Paulo de Leon Walter, especialista em fisiologia do trabalho, e do psicólogo Henri Pieron (BRYAN, 2008, p. 38).

Na revista do IDORT, número 29, de 1934, Mange, diretor da 2º Divisão do Instituto, apresenta ao então governador interventor do Estado de São Paulo, Armando de Salles Oliveira, uma exposição da contribuição dessa divisão para a implementação do ensino profissional nas companhias ferroviárias, bem como para a ampliação da racionalização.

As experiências foram realizadas “com êxito” no SESP (Serviço de Ensino e Seleção Profissional); por demonstrar

[...] na prática as vantagens da organização racional do trabalho aplicada aos serviços ferroviários, seria ampliada em 1934 com a criação do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional – CFESP, congregando outras empresas do ramo que atuavam no Estado de São Paulo (SENAI, 1991, p. 98).

Nesta exposição, Mange informa que as CFESP manterão o IDORT à frente do projeto de educação profissional nas estradas de ferro, com a cooperação do Governo do Estado via (D.G.E). Segue o teor da carta do Instituto IDORT, endereçada ao governador:

São Paulo, 28 de Março de 1934.

Excellentíssimo Senhor

O Instituto de Organização Racional do Trabalho tem a honra de apresentar a Vossa Excellencia o projecto, da auctoria do Prof. Dr. Robert Mange, Director de sua 2º Divisão, acerca da Organização do Ensino e Seleção Profissional de trabalhadores ferroviários, cujas linhas geraes pede vênia para expor:

As Estradas de Ferro do Estado de São Paulo constituirão o [...] (C.F.E.S.P.) com fundos próprios e vida autônoma, attentos os grandes interesses de ordem permanente que as deverão congregiar em torno dessa iniciativa. Por sua parte, o Estado de São Paulo concorrerá com o aparelhamento especializado que já possui como dependência da Estrada de Ferro Sorocabana e que, assim, passará a produzir o seu rendimento maximo, hoje impossível dada a sua estreita esphera de acção. Além disso, o Estado contribuirá com professores para as aulas de instrucção geral e preparatória, com as installações e materiais de estabelecimentos existentes, para as mesmas aulas, com a assistência da

Directoria do Ensino e com a do Serviço Sanitário. De outro lado, o Centro Ferroviário terá a colaboração de instituições particulares que tomarão a seu cargo não só a propaganda, como a função social de ligação da escola com o meio; e terá ainda a orientação do Instituto de Organização Racional do Trabalho de cujo programma fazem parte esses assumptos (MANGE, 1934, p. 115).

Conforme essa carta, a organização destes cursos se daria da seguinte forma:

- A – Curso de Ferroviários, modelado pelo da E. F. Sorocabana, em Sorocaba;
- B – Cursos especializados de Tracção, Trafego e outros, de accordo com as necessidades;
- C – Psychotechnica⁷⁸, com aproveitamento do respectivo gabinete, existente na E. F. Sorocabana, com objectivo de:
 - a) Selecção Profissional;
 - b) Orientação Profissional e verificação da eficiencia do ensino;
- D – Cursos mixtos, auxiliados pela municipalidade e pelas industrias, nos casos em que uma pequena estrada de ferro não possa sustentar uma escola (MANGE, 1934, p. 115).

Esse projeto tinha os seguintes objetivos gerais a serem atingidos:

- 1 – Proporcionar as estradas de ferro, as quaes são responsáveis por milhares de vidas diariamente, os meios de ampliar as condições de segurança do trafego, pela formação racional do seu pessoal e por um systema de selecção que possa garantir capacidade no exercicio das funções de responsabilidade;
- 2 – Organisar systematicamente o ensino ferroviário, de modo a consultar as necessidades technicas de todas as estradas de ferro, permitindo o intercambio de pessoal sem prejuízo deste ou do serviço;
- 3 – Faze-lo economicamente, tanto para o Estado como para as companhias, de modo a obter a eficiencia máxima de um só aparelhamento central;
- 4 – Esboçar um systema de preparação profissional, baseado numa das nossas principaes industrias – a de transportes – que é fundamental em nosso meio, que offerece campo vasto e variado para as carreiras profissionais e que é talvez a única em condições de permitir a implantação da Psychotechnica em São Paulo, para seu ulterior desenvolvimento (MANGE, 1934, p. 115-116).

No mesmo ano de 1934, há o projeto enviado ao interventor federal em São Paulo.

[...] transformado em decreto nº 6537, em 4 de julho de 1934, criando o [...] CFESP. Seu conselho diretor constituía-se de representantes da Secretaria da Educação e Saúde Pública, Secretaria de Viação e Obras Públicas, E. F. Sorocabana, Cia Paulista de Estrada de Ferro, E. F. Campos de Jordão, E. F. Noroeste Paulista no Brasil e Transway da Cantareira (FONSECA apud BRYAN, 2008, p. 40).

⁷⁸ Mange possuía experiência em psicotécnica, lecionava na Escola Livre de Sociologia Política, buscando sempre “[...] transmitir a crença, que já se espalhara por toda a Europa e Estados Unidos, que os testes psicotécnicos eram científicos, confiáveis e seguros, sendo adequados não apenas para avaliar os indivíduos para ingresso nos cursos, como também apontar os que melhor se “enquadrariam nos parâmetros tayloristas de produção, que exigem um rendimento máximo, com o menor esforço, no menor tempo” (SENAI apud MÜLLER, 2009, p. 129).

Segundo Bryan (2008, p. 39), este Centro de Ensino e Seleção Profissional⁷⁹ também tinha como objetivo

[...] propiciar as empresas ferroviárias – na época, possuindo mais de 40.000 trabalhadores, dos quais cerca de 26.000 exigiam formação especial – um número de oficinas suficientes para suas necessidades de expansão e reposição dos que se apresentavam ou mudavam de ramo de atividade, evitando que as empresas que formassem seus próprios trabalhadores, os perdessem para outras ferrovias, que não arcavam com o ônus dessa formação.



“O Centro entendeu-se com as diretorias dessas estradas para a realização dos empreendimentos de ensino e seleção profissional adequados a cada caso, resultando a organização de Cursos de Ferroviários e de outros de

⁷⁹ Em 1935, aderiram ao CFESP as Estradas de Ferro Noroeste do Brasil (Bauru) e Central (ramal de São Paulo). Assim, quase toda a malha ferroviária do Estado de São Paulo passou a ser gerida pelos princípios da organização racional (SENAI, 1991, p. 109).

Aperfeiçoamento para o pessoal das oficinas ferroviárias em Campinas (CM), Araraquara (EFA), Rio Claro (CP), Jundiaí (CP) e Bebedouro (SPG)” (SENAI, 1991, p. 108)

Percebemos, em nossa análise da revista IDORT, que a preocupação constante de Mange era com eficácia, eficiência, redução de tempo na produção, aumento da produção, ou seja, a educação profissional pensada por ele e com apoio de Lourenço Filho visava formar um trabalhador adestrado para os princípios da racionalização do trabalho. Em suas reflexões sobre o CFESP⁸⁰, Antonacci (1987, p. 84-85) entende que:

[...] foi um dos resultados da articulação maior que a burguesia industrial passou a exercer, a partir de 1930, visando defender seus projetos e interesses de racionalização integral da sociedade. Nesse sentido, em 1931, foi fundado o [...] (IDORT), em torno do qual a burguesia se reunia na luta pela implementação, em São Paulo, das normas e dos princípios da organização científica, objetivando difundir suas propostas para a sociedade brasileira [...].

Nessa mesma linha de raciocínio vai Segnini (1986), ao observar que, em 1934, o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo passa da origem para “[...] o [...] (CFESP), cujo objetivo explícito era promover a eficiência do homem no trabalho profissional ferroviário”. Mange era entusiastas das propostas de formar o “trabalhador ideal”, “comportado”, “civilizado”, “colaborador” (SEGNINI, 1989, p. 87).

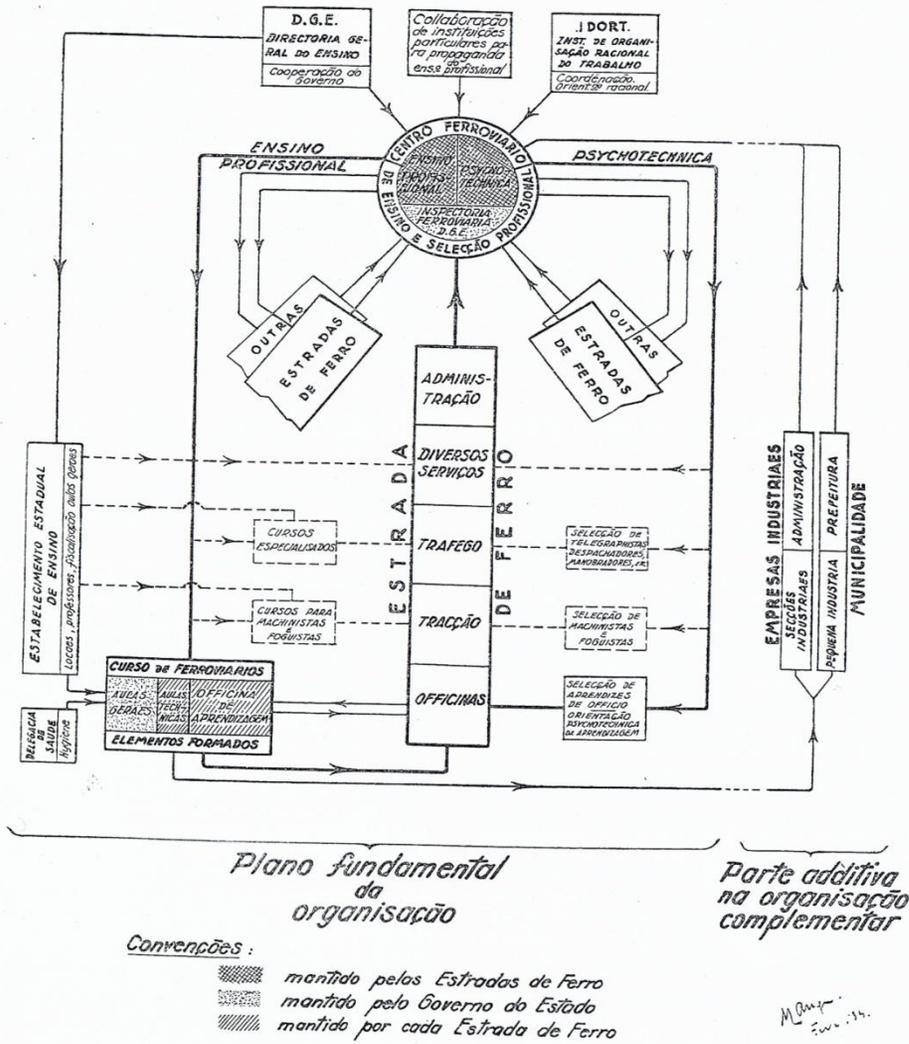
Esse Centro de Formação foi importante também, segundo publicações do SENAI (1991, p. 109), pois, além de aperfeiçoar “os cursos ferroviários”, aperfeiçoava também “os processos psicotécnicos para a seleção do pessoal, mantendo como norma a preocupação de adaptar procedimentos às necessidades de cada Estrada”.

Mange sempre defende que os cursos devem ter base na racionalização, ensinar a partir da lógica taylorista de produção, defendendo essa base para as escolas de formação ferroviária.

Mantendo a Estrada de Ferro Sorocabana, entre suas instituições de ensino profissional, um Curso de Ferroviários sob base racional, de colaboração com a Escola Profissional de Sorocaba, poderá [...] servir de base para a criação de outros e ser utilizado como

⁸⁰ O CFESP começou a funcionar em setembro de 1934, com a adesão da Estrada de Ferro Araraquarense, Estrada de Ferro Campos do Jordão, Companhia Paulista de Estradas de Ferro (Jundiaí e Rio Claro), Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (Campinas), Companhia Ferroviária São Paulo – Goiás (Bebedouro), Companhia Estrada de Ferro do Dourado, além, evidentemente, da Estrada de Ferro Sorocabana (SENAI, 1991, p. 107).

Schema funcional do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional



Organograma de funcionamento do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional montado por Roberto Mange, definindo toda a organização desse Centro. In: **Revista IDORT**, nº 29, mai. 1934, p. 114.

Ao ministrar palestra em 1937 na Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, Mange convoca os médicos para contribuir nessa tarefa.

[...] É por essa razão que o [...] [CFESP] pede ao corpo de médicos que colaboram nos seus diversos Cursos, espalhados pelo Estado, que frequentemente visitem as oficinas de aprendizagem, verificando aí as condições de trabalho. *E, enfim, si quisermos obter realmente a eficiencia máxima* no trabalho com esse contingente humano, seleccionado e racionalmente formado ou treinado, será indispensável adaptar-se ainda os elementos de trabalho à sua estrutura anatomophysiológia e aos seus característicos psychológicos. Si o instrumento de trabalho – o ferramental, a machina – é, conforme o conceito de Aldo de Mario Azevedo, como que a extensão dos membros de nosso corpo e mesmo, em parte, da nossa mente, como se poderia conceber que nesse processo de accommodation deixasse de cooperar o ‘mechanico’ dessa complexa e maravilhosa machina que é o ser humano? Os requisitos aqui esboçado e que levam à utilização efficiente do factor humano, em vista de adequada adaptação recíproca entre o homem e o trabalho, constituem vastíssimo campo de acção para as sciencias medicas, e cujo maior desenvolvimento é de se desejar. Essa contribuição é indispensável à organização da techica do trabalho (MANGE, 1937, p. 149).

Conforme exposição de Mange, entendemos que se pretendia, com esses cursos de formação, inculcar nos trabalhadores um senso de “responsabilidade” e de “disciplina”, dando qualidade moral e cívica para que os trabalhadores se adaptassem aos meios de produção, prevenindo contraposições às propostas de racionalização defendidas pelas ferrovias, estado e IDORT. “A orientação profissional pratico e theorico em moldes racionaes, em que a aprendizagem se desenvolve tal como um processo biológico, sem omissão nem repetição desanimadora, por meio de seriação methodica de eficiencia experimentada e reconhecida” (MANGE, 1934, p. 199).

Fica claro que os objetivos da escola profissional pretendia eram preparar os ferroviários para que pudessem desenvolver bem e com qualidade as suas funções; outro objetivo, era formar a partir das orientações racionais do trabalho, conforme já exposto.

Consoante publicação do SENAI (1992, p. 57), Mange montou uma equipe de estudiosos para desenvolverem e aprofundarem os conhecimentos sobre a psicotécnica.

De 1924 a 1926, reuniu-se em torno do engenheiro Roberto Mange um grupo de estudiosos empenhados em desenvolver as aplicações psicotécnicas e a racionalização dos métodos de ensino industrial. Já nessa época havia ele conseguido a colaboração de algumas empresas ferroviárias, como a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, a Sorocabana e a Mogiana, que matriculavam alguns jovens na Escola Profissional

Mecânica, onde se formaram, voltando a trabalhar nas respectivas estradas. Lá foram introduzidas as primeiras séries metódicas de aprendizagem dos ofícios as quais, paulatinamente, penetraram nas instituições de ensino industrial do Brasil (SENAI, 1992, p. 57 – 58).

Segundo entendimento de Picheli, foi nos anos de 1930 que ocorre aprofundamento, maior articulação dos industriais na defesa do ensino racional profissionalizante:

Nos anos trinta, particularmente após a criação do IDORT, a defesa do ensino racional profissionalizante se articulou de maneira efetiva. Prosseguindo no trabalho de organização do ensino profissional em São Paulo, em maio de 1934, Roberto Mange, em nome do IDORT, entregou ao governador do Estado, nomeado como interventor por Getúlio Vargas, Armando Salles de Oliveira, que foi o primeiro presidente do IDORT, um relatório no qual apresentava a proposta de criação do [...] (CFESP) (PICHELI, 1997, p. 58).

Em Setembro de 1934, começa a funcionar o CFESP, em parceria com o setor industrial e o governo do Estado. Mange faz apontamentos dos seus princípios norteadores.

[...] Aplicação prévia de um sistema de seleção profissional, abrangendo os conhecimentos gerais que possui o candidato, sua constituição psico-física e suas aptidões pesquisadas pela psicotécnica. Isso constitui um prognóstico, senão absoluto, de alta probabilidade quanto ao grau de êxito profissional que se pode esperar. É, por consequência, um guia na escolha dos candidatos [...] (MANGE, 1934, p.199).

Mange também entendia que, via psicotécnica, a Organização Racional do Trabalho “[...] espalharia seus efeitos pelo conjunto da sociedade, procurando colocar o país em níveis semelhantes aos das nações mais adiantadas”. Este autor entendia ainda que o processo de industrialização “[...] devia transformar-se na vontade coletiva capaz de enfrentar as batalhas contra o atraso e o subdesenvolvimento” (SENAI, 1991, p. 101).

Entendemos que esse ensino profissional, sob a lógica racional, atendia às exigências de adestramento e controle no processo de trabalho. Com relação a essa questão, Souza (2012, p. 35) entende que:

[...] a aplicação da psicotécnica tinha como objetivo final captar o saber dos ofícios. Seus métodos envolviam o estudo dos tempos e movimentos, a cronometragem dos seus elementos e sua decomposição em tarefas mais simples, o que facilitava a escolha da melhor ferramenta para que o trabalho fosse feito em menor tempo, com menor custo, portanto, com maior lucro. No campo da educação profissional, a influência da psicotécnica dava-se por meio da instrução racional, baseada nas séries metódicas em que os alunos aprendiam uma ocupação por meio de tarefas e operações, com exercícios de dificuldades crescentes, sob orientação e demonstração de instrutores. A proposta era

dar um novo conteúdo ao trabalho, atualizar esse conceito, produzir novas práticas de ensino e de profissionalização, fazer do brasileiro um novo trabalhador apto para atuar na grande indústria.

Em sua pesquisa em que discorre sobre a importância da psicotécnica, Souza (2012, p. 62) observa que “a psicotécnica passou a prestar valoroso serviço à produção, pois, ao estudar e analisar o trabalho, ao ativar as características de cada operação”, ela vai definindo aptidões e capacidades para que possam realizar bem suas funções. A psicotécnica classifica, pois aponta “o trabalhador, segundo a presença isolada ou combinada de certas características (inteligência, educação, conhecimentos técnicos, etc), em grau que satisfaça as características próprias do trabalho”.



64, 65 e 66. Métodos racionais no ensino industrial: o aluno interpreta o desenho, executa a peça e avalia o resultado.

Figura de um aluno aprendendo sob os métodos racionais no ensino industrial, interpretando e executando seu trabalho. “[...] Roberto Mange defendia um ensino profissional baseado em métodos racionais, contra as práticas empíricas utilizadas até então. Prometendo mais eficiência na preparação de mão-de-obra, as idéias de Mange encontravam forte ressonância nos setores mais avançados da indústria paulista” (SENAI, 1991, p. 94-95).

A questão era garantir um aumento da produção e com qualidade, tendo em vista a necessidade de ampliar essa produção, aumentando também os lucros obtidos. Sendo assim, era premente a necessidade de ensinar “[...] esses indivíduos-selecionados, pelo fato de já possuírem condições mais favoráveis, a melhor maneira de realizá-los, tirando assim o melhor proveito de suas capacidades e aptidões” (SOUZA, 2012, p. 63).

Ainda com relação à psicotécnica, que era tão bem vista e defendida por Mange, enfrentava alguns problemas em nosso país. O mesmo problema, com relação à falta de professores que pudessem ministrar cursos nas escolas do SENAI, ocorreu com os profissionais psicólogos, quase inexistentes no Brasil, o que dificultava a implementação da proposta de Mange nesse período. Isso foi constatado no Seminário Internacional de Psicotécnica, realizado no Brasil em 1948, com o objetivo de justamente aprofundar esse debate e contribuir para a experiência nas escolas de formação profissional; no entanto, outra questão colocava em cheque o entusiasmo de Mange, pois, conforme nos informa Müller (2009, p. 133), essa proposta de formação de aprendizes já estava fazendo “água” nos países centrais, “[...] nos Estados Unidos e na Europa começava a ser criticada, levantando-se dúvidas sobre sua validade”, ou seja, um modelo está sendo copiado destes países, justamente em período em que já não era mais visto como proposta importante para a formação dos trabalhadores daqueles países.

Em 18 de Fevereiro de 1936, a Diretoria do IDORT visita o CFESP, coordenado pelo Mange, em cuja visita, segundo a revista do IDORT, técnicos e diretores desse Instituto parabenizaram-no pelo trabalho realizado nesse Centro de formação.



Segundo Roberto Mange, “tornava-se, porém, mister instituir um órgão coordenador. Criou-se, assim, em 1934, (...) o Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional (CFESP), como entidade central, mantida pelas empresas ferroviárias, em colaboração com as competentes secretarias do Estado” (MANGE, 1935). Foto de alunos do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional (CFESP). De Homens e Máquinas, Roberto Mange e a Formação Profissional, Volume I, SENAI. 1991, p. 106.

Os métodos de ensino e trabalhos, pesquisas e adaptações aplicadas à classe ferroviária naquele Centro constituem assumptos do programma da 2ª Divisão do IDORT e estão sob a direcção do prof. Roberto Mange, compreendendo orientação, selecção e instrução das profissões, technopsychologia e hygiene do trabalho. Nesses cursos, a aprendizese seleccionados desde a admissão, é ministrado o ensino profissional peculiar ao ferroviário, pelos modernos preceitos da racionalização, acompanhado paripassu pela observação e registro de valiosos subsídios para a technopsychologia do trabalho. Os visitantes examinaram os engenhos graphics e instrumentos para as diversas provas destinadas a medir no individuo as qualidades ou aptidões visuaes, do tacto, da memória, da atenção, da combinação dos movimentos etc. O Gabinete de psychotechnica possui apparatus de grande sensibilidade e precisão que permitem o registro chronometrico das reacções do centro nervoso motor as impressões ópticas ou acústicas recebidas do exterior. [...] Apreciando devidamente os estudos e trabalhos realizados pelo Centro, os directores e technicos do I.D.O.R.T. se congratularam com o prof. Roberto Mange, assignalando a importância dos mesmos trabalhos com conexão com o programma de actividade deste Instituto (Revista do IDORT, nº 51, mar. 1936, p. 59).

Enfim, entendemos que Mange foi o principal intelectual orgânico da burguesia brasileira nesse período, quando se trata da questão profissional, pois foi a partir dos seus estudos, experimentos nas escolas de formação a partir do método S.M.O. e experiências concretas que se tornaram referência no projeto de educação da burguesia. Segundo Bryan:

[...] em todas as múltiplas atividades que exerceu, até a sua morte, em 1955, esses traços lhe valeram a ascendência sobre empresários e altos burocratas paulistas, como Roberto Simonsen e Armando de Salles Oliveira, apesar de manter-se na posição secundária de assessor técnico, aparecendo poucas vezes em primeiro plano na cena política. Entretanto, sua ascendência sobre os líderes do empresariado paulista era tão grande que foi mentor intelectual de várias instituições que ajudaram a consolidar a produção capitalista no Brasil, como o IDORT, Escolas Ferroviárias e SENAI, onde, nas unidades sob seu comando, exercia um poder absoluto, fundamentado na autoridade proveniente de seu saber técnico (BRYAN, 2008, p. 26).

Ao também analisar a organização deste Centro de Formação, Miceli (1992, p. 144) observa que, “[...] durante seus onze anos de existência (1934-1945), a entidade desenvolveu seu trabalho em sintonia direta com o IDORT e a Escola de Sociologia e Política, constituindo-se no principal espaço para o desenvolvimento prático e teórico dos métodos racionais de seleção e formação profissional”.

O funcionamento do CFESP foi até 1945, um “grande laboratório” onde Mange colocou em prática o conhecimento “que [...] adquiriu desde a década de 1920”. Dedicou sua vida a estudos, pesquisas e viagens para diversos países, sempre em busca de “aprimorar” ainda mais seus ensinamentos e técnicas racionais. Segundo revista do SENAI, “a experiência do CFESP extrapolou os limites das empresas ferroviárias para tornar-se um modelo de organização, entrando na pauta de todas as discussões sobre o ensino profissional ocorridas no final da década de 30” (SENAI, 1991, p. 111).

3.7 O SENAI

O processo que originou o SENAI foi resultado das diversas ações dos industriais ligados ao IDORT, do Governo Vargas e por Roberto Mange, maior expoente dos industriais na área de formação profissional. Assim é que surge essa escola nacional de formação dos trabalhadores. Foi o resultado, também, das inúmeras ações da classe trabalhadora exigindo educação para seus filhos e investimento do Estado para a formação dos trabalhadores. Não foi um processo fácil, pois os industriais não viam com bons olhos a proposta do governo federal, que, sob o controle de Vargas, ia implementando suas políticas, mesmo a contragosto dos setores organizados na sociedade. Outro problema inicial foi a resistência de Capanema, que via, na

expansão do SENAI, “diminuir as possibilidades de abertura de cursos industriais profissionais vinculados exclusivamente ao Ministério da Educação” (MÜLLER, 2009, p. 122).

Mange tornou-se referência na formação profissional no país. A experiência adquirida após muitos anos de estudos, pesquisas e trabalho como no Liceu de Artes e Ofício, como professor na USP, na Escola de Sociologia e na Escola Ferroviária e Centro de Formação Ferroviária, tornou-o autoridade no assunto. “[...] Foi esse reconhecimento público que motivou a participação de Mange em várias comissões do Ministério do Trabalho e do Ministério da Educação, que tratavam de questões relativas à formação de mão-de-obra industrial (SENAI, 1991, p. 113).

Buscando maior aproximação com os industriais paulistas, Vargas indica, em fins dos anos 30, Simonsen para assumir o Conselho Federal para o Comércio Exterior. Com Simonsen no governo, intensifica-se o processo de discussão para a constituição do ensino profissional no país. Formou-se nesse sentido, em 1941, uma nova comissão, que teria como objetivo dar prosseguimento na elaboração dessa proposta. Segundo Müller (2009, p. 139), essa comissão era constituída apenas por:

[...] industriais – dentre os quais Euvaldo Lodi (Presidente do CNI) e Valentim Bouças (economista e Secretário do Conselho Técnico de Economia e Finanças) – para, sob a coordenação de Simonsen, elaborar um projeto de criação de uma instituição exclusivamente voltada para a aprendizagem industrial, ou seja, um órgão privado encarregado de criar e ministrar cursos para aprendizes e operários de várias empresas, dirigido pelos empresários e mantido com recursos vindos das indústrias através de aposentadorias e pensões.

Essa comissão tinha a função de aprofundar o debate sobre o ensino profissional no Brasil e apresentar propostas viáveis para a sua concretização. Para tanto, foram convidados especialistas “[...] em ensino profissionalizante, porém ligados ao setor empresarial, para contribuir, com sua experiência, na elaboração do novo projeto de lei. Foram chamados João Lüderitz, Joaquim Faria Góes Filho e Roberto Mange” (MÜLLER, 2009, p. 140).

Dos trabalhos realizados por esta comissão é que foi definido e apresentado um esboço de lei, criando o

Serviço Nacional de Seleção, Aperfeiçoamento e Formação dos Industriários – SENAFI, mantido a partir de uma taxa mensal paga pelas indústrias sobre cada operário, cobrada pelo Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários – IAPI, se constituindo, numa tentativa dos industriais de afastar a classe operária e a burocracia estatal do controle da

formação profissionalizante. Ao Governo Federal caberia a criação de Liceus Industriais para a formação de professores e monitores de educação profissionalizante, em número muito restrito naquele período. Por fim, a Comissão sugeria que as empresas filiadas ao SENAFI não precisariam cumprir o disposto no Decreto nº 1.238/39 (MÜLLER, 2009, p. 140).

Também em 1942 foi aprovado o Decreto-lei 4.481, que obrigava os industriais a contratar funcionários aprendizes, que seriam matriculados e mantidos pelas escolas do SENAI.

[...] Sob pena de multas em caso de não cumprimento. Teriam prioridade os filhos e irmãos dos funcionários que demonstrassem “ter aptidão física e mental, verificada por processo de seleção profissional, para a atividade que pretende exercer”, estabelecendo ainda que a escolarização oferecida aos aprendizes deveria funcionar no horário normal de trabalho, sendo que as empresas estavam obrigadas a garantir a frequência dos alunos nos cursos em que estivessem matriculados (MÜLLER, 2009, p. 143).

Em sua pesquisa sobre o SENAI, essa autora nos informa que não existia um consenso entre a burguesia industrial sobre a importância do SENAI para a indústria, ou seja, no debate sobre a constituição dessa entidade, dúvidas e divergências existiram entre os industriais, até porque existia um setor ligado à pequena e média indústria, e, portanto, não havia uma hegemonia de fato dos grandes industriais. Segundo Müller (2009, p. 98):

O empresariado representado pela CNI e, em São Paulo, pela FIESP, não era hegemônico, havendo a elite empresarial e a grande massa dirigente de pequenas e médias empresas. A implantação de um órgão que sabidamente exigiria recolhimento de recursos, adequação de oficinas e treinamento de pessoal para acompanhar aprendizes em treinamento pode realmente ter causado um incômodo em parte do setor, que não conseguia compreender em que poderia ser ajudado pelo SENAI. Portanto, o “inegável” pode representar parte da burguesia, enquanto outra parte, indecisa, aguardava ansiosa pelo desenrolar dos acontecimentos.

Ainda segundo constatação de Müller (2009, p. 98),

[...] o governo recorreu à CNI para elaboração de programas de ensino e capacitação de professores. Como Diretor do Departamento Regional da 6ª Região (São Paulo) foi nomeado Roberto Mange em 28 de agosto de 1942. [...] que carregou toda a sua experiência como professor de Engenharia Mecânica da Escola Politécnica de São Paulo e como diretor do IDORT, além de uma considerável bagagem cultural e intelectual. Mange era considerado uma das maiores autoridades na aplicação de métodos de racionalização do trabalho, de que já vinha fazendo uso nas instituições onde trabalhara.

A falta de profissionais qualificados e com experiência prática e teórica em educação profissional no Brasil foi um dos primeiros problemas enfrentados pelo SENAI. Definiu-se que,

para as disciplinas práticas, os professores deveriam ter experiência de cinco anos lecionando as disciplinas, dificultando, assim, encontrar professores. Diante dessa realidade, “[...] o SENAI foi obrigado a alterar seus critérios, contratando profissionais com experiência menor que a estabelecida inicialmente e/ou outros, não aprovados no teste de seleção” (MÜLLER, 2009, p. 99).

Com relação ao método empregado no SENAI, buscando a formação do trabalhador, Mange introduziu as SMO (Séries Metódicas Ocupacionais). A preferência por este método logo ficou evidente, pelas críticas que esse engenheiro fazia ao método pedagógico TWI - Training Within Industry⁸¹ (Treinamento no Interior da Indústria ou Treinamento em Serviço), pois considerava esse método limitado, entendia que não pressupunha a formação plena do trabalhador, mas apenas formação específica, priorizando a “linguagem da oficina” em detrimento da “acadêmica”, era portanto um método “muito empírico e não científico” (MÜLLER, 2009, p. 100).

Essa pesquisadora nos informa ainda que, desde o início da criação do SENAI, tal método espalhou-se por todos os estados da União,

[...] compondo-se de órgãos normativos (Conselho Nacional e Conselhos Regionais), órgãos administrativos (Departamento Nacional e Departamentos Regionais) e Colegiados, compostos por membros dos Ministérios do Trabalho e da Educação. Porém, a exemplo dos estudos para sua criação, não há representantes de operários ou de sindicatos, o que é bastante sintomático, já que isola os trabalhadores dos processos decisórios que diretamente lhes dizem respeito (MÜLLER, 2009, p. 123).

Mange acreditava que, pelo seu método de formação, Séries Metódicas Ocupacionais (SMO)⁸², seria possível formar um trabalhador completo, por isso seu esforço para tornar a escola de formação dos ferroviários de Sorocaba um modelo a ser seguido. “[...] As SWO são o material didático por excelência, utilizado desde o início de suas atividades”, ou seja, desde a fundação do SENAI, este método foi utilizado, segundo nos informa Müller (2009, p. 219).

⁸¹ O TWI foi criado nos Estados Unidos por um grupo de empresários, logo no início da Primeira Guerra Mundial para capacitar rapidamente operários em substituição aos convocados para a batalha, tentando manter equilibradas as atividades produtivas. Para essa empreitada, foi criado um programa de treinamento industrial baseado num método de adestramento rápido que passou a ser utilizado pelas escolas profissionalizantes americanas (MÜLLER, 2009, p. 100).

⁸² Criadas em 1868 pelo Russo Victor Della Vos quando este era Diretor da Escola Técnica Imperial de Moscou, o método expandiu-se para o mundo todo, sendo conhecido também como “the Russian System”. Por esse método, o trabalhador deveria ser “adestrado” na tentativa de redução de custos com treinamentos necessários à operação de novas máquinas (MÜLLER, 2009, p. 219).

Mange entendia que, “[...] pelo método adquirido no trabalho, pela disciplina, pela verificação do progresso realizado, pela confiança em si mesmo e pelo prazer no trabalho, realiza-se uma verdadeira formação ética e moral do indivíduo” (MANGE, 1934, p. 84). Esse método já vinha sendo desenvolvido por Mange no Serviço de Ensino e Seleção Profissional – SESP, fundado por este engenheiro em 1930, sendo utilizado posteriormente no Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional CFESP e também no SENAI. Entusiasta da formação dos trabalhadores via processos racionais é que este engenheiro viaja em 1929 para Alemanha, onde busca inteirar-se de novas técnicas, que, posteriormente, contribuiu com suas experiências nas escolas ferroviárias no Brasil.

Em 1929, viajou para a Alemanha para inteirar-se dos últimos avanços no treinamento de aprendizes para o trabalho em ferrovias e voltou em 1930 para fundar o Serviço de Ensino e Seleção Profissional – SESP, da Estrada de Ferro Sorocabana. Criou, então, nos moldes alemães, um curso de quatro anos, sendo dois para a formação teórica, batizada de ‘formação geral’ (ministrados na Escola Profissional Fernando Prestes, de Sorocaba), onde montou laboratórios de psicotécnica, cinemática, tecnologia mecânica e oficinas (MÜLLER, 2009, p. 128).

Como funcionava este Método? Quais eram os movimentos dos aprendizes? Segundo entendimento da pesquisadora Müller (2009, p. 220), que estudou o SENAI, os aprendizes

[...] deveriam conhecer, através de aula expositiva, os processos de elaboração de cada tarefa, passando depois a analisar uma série de descrições escritas e desenhadas sobre o trabalho a ser realizado. Depois disso, realizam exercícios teóricos sobre o tema, organizados de forma sistemática e por ordem crescente de dificuldade. Só depois de entender a teoria e as ferramentas a serem utilizadas na realização da tarefa é que os aprendizes eram levados às oficinas, em grupos, para observar um mestre na execução da tarefa, devendo repeti-la sob sua supervisão e depois sozinhos, cada um em sua bancada e a seu ritmo. Resumidamente, o processo compunha-se de três etapas: a compreensão sobre a tarefa e o uso das ferramentas; a utilização da ferramenta em um exercício prático acompanhado por um supervisor e a execução do projeto completo pelo aprendiz.

Trata-se de um método visto como fundamental para a formação racional do trabalhador, para que o aprendiz se tornasse apto para a produção, pois o processo de sua formação garantiria que aprendesse regras elementares para a produção de peças (uma das avaliações). Ai eram avaliados o tempo em que o aprendiz produzia, sua destreza, a qualidade da peça, ou seja, estava aí empregada a visão taylorista de produção.

Como já afirmamos neste trabalho, trata-se de uma pedagogia industrial, projeto de formação de trabalhadores, em que o elemento homem era fundamental,

[...] devendo ser estudado e conhecido em suas aptidões para assegurar sua adequação ao lugar de trabalho. Em seguida, para manter ‘em grau ótimo’ a intensidade do trabalho, seria preciso ‘determinar previamente a capacidade de trabalho’, que pudesse ‘ser sustentada por horas, semanas, meses, sem variação sensível’ (SENAI, 1991, p. 102).

A padronização era necessária também e, para que esse método fosse eficiente, algumas questões se faziam necessárias:

a. Simplicidade – Deveriam ser simples o suficiente para que os alunos conseguissem realizá-las num curto período de tempo, mas não exageradamente, para que a simplicidade não fosse fator de desmotivação de sua realização. b. Possibilidade de realização – As tarefas propostas deveriam ser factíveis, sendo sua especificação técnica minuciosamente descrita. c. Consistência – As fases deveriam ter uma gradação, do mais fácil ao mais difícil, buscando um aprendizado consistente. Algumas operações são repetidas em várias fases, para que os aprendizes as incorporassem a seus hábitos após algum tempo (SENAI, 1946, p. 133).

Em discurso proferido no Congresso Nacional em 1947, Simonsen elogia as ações do SENAI, demonstrando a seriedade e a competência dos industriais com relação ao ensino profissional no Brasil:

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, criado há sete anos, mantido e dirigido pelas classes patronais, já orienta cerca de 80 estabelecimentos de ensino profissional, e abriga, em suas oficinas e laboratórios técnicos, maior número de alunos do que a totalidade das escolas profissionais oficiais, [...] na organização e direção do SENAI, numerosos elementos patronais, graciosamente, exerceram e exercem um verdadeiro apostolado (SIMONSEN, 1947, p. 5).

Além do pronunciamento enaltecendo a importância do SENAI, esse industrial não deixa de mencionar também o SESI, além do SENAC e SESC, como sendo empreendimentos do setor industrial, contribuindo para o melhorar as condições de vida dos trabalhadores:

O Serviço Social da Indústria, criado a menos de um ano, já apresenta notável série de realizações que permitem prever a sua imensa contribuição à melhoria das condições de vida dos trabalhadores do país. Adiante enunciarei algumas de suas afirmações e realizações, que demonstram o acerto do Sr. Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, quando confiou à indústria brasileira esse grande cometimento. O SENAC e o SESC documentam, ainda, excelentes e louváveis propósitos nesses mesmos rumos (SIMONSEN, 1947, p. 5).

Entendemos que a educação foi central no projeto da burguesia industrial nesse período, pois era necessário educar, formar, preparar o trabalhador para este “novo país”, naquele contexto da produção que atendia não somente aos interesses nacionais. Tratava-se de um projeto que pretendia formar a elite paulista, além dos setores que iriam gerir estas empresas e, era fundamental formar, preparar, capacitar e doutrinar o trabalhador para esta indústria em crescimento.

Considerações finais

Buscamos, neste estudo, compreender as propostas apresentadas pelo Instituto de Organização Racional do Trabalho – IDORT, referentes à educação profissional no Brasil. Buscando compreendê-la é que fizemos uma análise da organização social do período, organização da burguesia industrial e organização do proletariado, bem como a do Estado, na década de 1930. Ter analisado as contradições dessa sociedade foi o que nos possibilitou entender também a disputa de hegemonia entre as frações de classe burguesa e entre a burguesia industrial e o proletariado.

Consideramos que, no início do século XX até década de 1930, foi importante a história da organização das classes sociais, em que, de um lado, organizava-se o movimento operário, sendo criadas diversas associações, ligas, sindicatos e federações dos trabalhadores com o objetivo de resistir às mudanças que estavam ocorrendo na sociedade e o profundo processo de exploração no espaço fabril. Uma das principais formas de expressão para mobilizar e conscientizar os trabalhadores foi o jornalismo operário.

A burguesia industrial, em resposta à organização dos trabalhadores, começa também a se organizar em associações, federações e Institutos. Consideramos que foi diante da crise econômica da década de 1920 que essa mesma burguesia procurou formas de organização para enfrentar o período turbulento da economia e da política. O descontentamento com as políticas implementadas pelos governos no período também foi fator que a levou a propor novas formas de organização na sociedade, pautadas pela visão racional. Os industriais criam, no início do século

XX, o Centro Industrial do Brasil, depois organizam e fundam o Centro da Indústria de Fiação e Tecelagem do Algodão do Rio de Janeiro (CIERJ). No final dos anos 1920, criam o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), depois a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e, no início dos anos 1930, organizam o IDORT, demonstrando a sua capacidade de organização. Nesse contexto político e social ganham força, no interior dessa classe, as ideias referentes à racionalização. Intelectuais burgueses oriundos da Europa e com ampla experiência sobre métodos e técnicas de formação profissional baseados na organização científica do trabalho desenvolvem experiências desde o início do século, visando formar um “novo trabalhador”.

Constatamos, em nossa pesquisa, que, além de criar diversas organizações (ORT, CIESP, IDORT, FIESP, CNI) e Federações empresariais nos Estados da União, a burguesia industrial também investia na formação e consolidação de intelectuais orgânicos da sua classe. Para citarmos a área da Educação, os três principais intelectuais desse período histórico eram liberais, Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando Azevedo, todos ligados ao grupo empresarial que criou o IDORT. Na área da formação profissional, Mange era a referência da burguesia industrial. Verificamos que eram muitos os intelectuais que defendiam os interesses dos industriais, Armando de Salles Oliveira e Aldo Mario de Azevedo, personagens importantes deste grupo, e Roberto Simonsen, engenheiro, industrial e político versátil, articulador e defensor ferrenho dos industrialistas. Outros industriais destacaram-se na sociedade paulistana em décadas anteriores, como Jorge Street, Francisco Matarazzo e Pupo Nogueira, além de Paula Souza, ou seja, a capacidade de organização dos industriais foi fundamental para o fortalecimento desse grupo e ocupação de cargos importantes no Governo Vargas.

Além desse grupo, centros importantes de formação foram criados, como a USP, a Escola Livre de Sociologia Política, o fortalecimento da escola politécnica da USP, onde formavam “cabeças pensantes” dos industriais. Não podemos deixar de mencionar a Faculdade de Direito, criada no século XIX e incorporada a USP. Esta Faculdade de Direito, foi criada com o objetivo de formar os filhos da oligarquia rural, futuros políticos (prefeitos, governadores e presidentes da República).

Existia uma classe dominante bem articulada no período estudado, que, com o apoio do Estado, implementava as políticas de coação e coerção à classe trabalhadora, reprimindo greves, protestos e movimentos, perseguindo e prendendo lideranças e extraditando os “indigestos” para seus países de origem. Constatamos também, em nossa pesquisa, que as

dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores nos sindicatos e nos partidos políticos, (o partido comunista, por exemplo), sofreram para se organizar e, além da postura autoritária dos industriais, vimos um Estado centralizador, tratando trabalhador na base do cacete; em paralelo, vimos o crescimento do movimento de extrema direita (integralistas) combater fortemente o comunismo. Acompanhado a este cenário nada animador, em 1937, ocorre o golpe de Estado, com uma nova constituição autoritária, escrita por Francisco Campos e outorgada por Getúlio Vargas.

Em 1931, os industriais criam o IDORT, órgão que teria papel estratégico em organizar e sistematizar o pensamento da burguesia industrial, divulgando a mesma por meio de sua revista. Lembramos que as teses defendidas estavam alicerçadas na proposta taylorista de administração científica. Os industriais idortianos tinham como principal referência uma obra de Taylor (*Princípios de Administração Científica*).

Diante da capacidade de mobilização e contestação operária, dentre os objetivos dos industriais estavam a necessidade em exercer um maior controle sobre os operários, submetendo-os cada vez mais aos órgãos gerenciais das empresas, eliminando funções, padronizando e aumentando a produção, com isso, os lucros. Em linhas gerais, o projeto era controlar, cooptar e disciplinar para aumentar a produção, ou seja, elevar a mais valia.

A partir dos nossos estudos, concluímos que o IDORT foi uma instituição de “excelência”, do pensamento burguês, ou seja, que atendeu aos objetivos traçados para elaboração, sistematização e divulgação das teses para o progresso, para o desenvolvimento do país a partir da racionalização científica. Tornou-se o centro das atenções, o principal articulador e referência dos interesses dos industriais. Sua atuação extrapolou as ações de um Instituto, tornando-se de fato um partido político dessa burguesia, pois elaborava programas e projetos para diversas áreas da sociedade, para a produção racional e para a educação, com a participação de um grupo de escolanovistas (Lourenço Filho, Fernando Azevedo, Anísio Teixeira e Noemy da Silveira Rudolfer), além de professores da Escola Politécnica da USP, como Victor da Silva Freire e Antonio de Paula Souza e os professores de medicina da USP, Geraldo de Paula Souza e Antonio Carlos Pacheco e Silva.

Foi a partir do IDORT que se discutiu, sistematizou e divulgou as teses para a educação profissional no país, tendo como expoentes, Roberto Mange e Lourenço Filho, além do apoio considerável de Fernando de Azevedo e Noemy da Silveira, ou seja: a proposição para a

educação brasileira, o manifesto dos pioneiros e toda a proposta para as leis orgânicas foram traçadas a partir do IDORT.

Entendemos, ainda, que a educação foi um campo, privilegiado na luta pela consolidação do projeto industrialista no país. Várias frentes foram traçadas para a concretização desse projeto estratégico. Na educação formal, estava à frente Fernando de Azevedo, propondo e articulando o Manifesto dos Pioneiros. Na educação profissional, estavam Lourenço Filho e Roberto Mange, desenvolvendo experiências e avançando com propostas. Roberto Simonsen fazia outra frente como engenheiro, industrial e articulador político respeitado pela burguesia, sempre lutando pelas idéias de racionalização e formação de uma elite de administradores da grande industria. Estava também presente nas principais ações políticas do país, no início contra Vargas, depois ocupando espaços na burocracia do Estado. Outra frente era travada por Armando de Salles de Oliveira, primeiro presidente do IDORT e interventor do Estado, a pedido de Vargas. O Jornal o Estado de São Paulo, empresa de comunicação, da qual Fernando de Azevedo era próximo, amigo da família Mesquita e Armando de Salles Oliveira, genro de Júlio de Mesquita Filho, ou seja, estava “tudo em casa”.

A partir dos estudos realizados nesta pesquisa, discordamos de José Rodrigues (1998) e Souza (2012), que afirmam ser o CNI (Confederação Nacional da Industria) o principal intelectual coletivo da burguesia industrial brasileira nas décadas de 1930 e 1940. Não desconsiderando o papel do CNI nesse período histórico, no entanto, torna-se necessário reafirmar que o IDORT foi a organização, a entidade que articulou e mobilizou os industriais nas décadas de 1930 e 1940, juntando suas ideias, sistematizando-as e divulgando-as na revista IDORT e nas diversas jornadas criadas para este fim (Acidentes de Trabalho e Jornada Contra o Desperdício). Sendo assim, entendemos que foi o IDORT de fato o principal intelectual orgânico coletivo da burguesia nesse período, sendo portanto, o principal aparelho de hegemonia desta fração de classe burguesa. além de exercer o papel de partido político que soube aglutinar os interesses da burguesia industrial.

Na introdução desta pesquisa, apontamos como uma das hipóteses para verificação que a criação do IDORT teve como objetivo sistematizar e divulgar as teses da burguesia industrial. Além disso, esse instituto contribuiu para divulgar teses política e ideológica de uma sociedade harmônica, sem classes sociais, de todos e para todos e na qual, portanto, os trabalhadores deveriam participar e legitimar esse mesmo projeto, pois tratava-se de uma

sociedade com os mesmos objetivos. Verificamos, em nossa pesquisa, que muitos trabalhadores, ligados à igreja católica, aos integralistas e outros que não compartilhavam das orientações comunistas, aderiram a essas ideias, contribuindo para fragmentar a luta operária.

Com o crescimento das indústrias no Brasil, os industriais apresentavam preocupação e também propostas, visando a formação dos trabalhadores para esse setor. Em 1911, por exemplo, o Governador do Estado de São Paulo, Albuquerque Lins, baixou um decreto, criando escolas profissionais, duas na capital, uma em Amparo e outra em Jacareí. A escola profissional de Mecânica do Liceu de Artes e Ofícios, destinada a formar aprendizes para as ferrovias, foi criada em 1923. Este curso foi implantado e coordenado por Roberto Mange e era fundamentado em métodos que ele já havia testado e aprovado.

Esta pesquisa também demonstrou, que, desde o início da década 1920, Mange desenvolvia experiências sobre educação profissional, elaborando suas teses a partir dos pressupostos da administração científica. Ele foi insistente com o IDORT, elaborando, defendendo, justificando e implementando projetos que visavam formar trabalhadores para a indústria. Na Escola de Formação Ferroviária de Sorocaba e também no Centro de Formação Ferroviária, aplicou e desenvolveu suas teses, sendo embrião para a defesa da educação profissional no Brasil, contribuindo decisivamente para a constituição do SENAI em 1942.

A partir da análise das lutas travadas pelos ferroviários, resistindo a instalação de novos maquinários, reivindicando melhores condições de trabalho, salários e redução da jornada, entrando em confronto com os interesses do capital, fazendo greves, sendo perseguidos, reprimidos e presos é que consideramos uma das nossas hipóteses válidas, *pois apresentamos a questão no início deste trabalho, entendendo que o projeto de educação profissional cujas bases se pautavam na racionalização, nas companhias ferroviárias, em primeiro lugar, pela importância que tinham as empresas ferroviárias no período;* a quantidade de trabalhadores existentes nestas ferrovias; a existência de muitos trabalhadores estrangeiros no chão da fábrica, com ideias “estranhas”, ou seja, comunistas, socialistas ou mesmo anarco-sindicalistas, e a necessidade de formar trabalhadores dóceis, disciplinados para o trabalho e que aceitassem o método taylorista.

Entendemos que o processo que levou à introdução de novos equipamentos nas oficinas ferroviárias, além das inovações tecnológicas que foram implementadas a partir do método de organização científica do trabalho e também a partir dos cursos de formação para os

ferroviários, contribuiu para fragmentar a categoria, reduzir postos de trabalho, fragilizar a luta dos operários e, ao mesmo tempo, ir substituindo os trabalhadores “indesejáveis” pelos “dóceis” formados na escola ferroviária. Compreendemos que esse processo retira o controle do processo de trabalho das mãos dos trabalhadores que o detinham, transferindo-o para os administradores e gerentes.

Uma outra hipótese que apresentamos para esta pesquisa foi averiguar se a ideologia da burguesia industrial presente na revista IDORT contribuiu também para a constituição do sistema S (SENAI, SESI, SENAC, SEBRAE). Constatamos, a partir da análise dessa revista, que todas as discussões e estratégias desta burguesia davam-se no interior do Instituto, saindo de lá os projetos para as escolas de formação ferroviária, por exemplo. Consideramos que as diversas experiências acumuladas por Mange e pelos industriais com relação a educação dos trabalhadores, que foi se constituindo a idéia da construção de projeto nacional para formar os trabalhadores para a indústria, projeto que contribuiu para a constituição do SENAI.

Concluimos, enfim, que os industriais paulistas criaram um projeto de nação a partir dos pressupostos da organização científica do trabalho, visando não apenas à formação de um operário para o chão da fábrica, mas à formação de todos os trabalhadores em toda a sociedade.

Entendemos que foi um projeto ousado de uma pedagogia industrial para formar o trabalhador, a partir da instrução racional de sociedade e de vida. Um projeto que se concretizou, conquistando mentes de muitos trabalhadores. Um projeto que até os dias atuais está presente em nossa sociedade, traduzido pela “educação para o trabalho”, educação para “vencer na vida”, enfim, educação alienada, individualista, reforçando a visão de “empregabilidade”.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALMEIDA, M. H. T. **Estado e classes trabalhadoras no Brasil (1930-1945)**. 1978. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

ALVARO, M. A Racionalização dos serviços clínicos. In: **Revista IDORT**, nº 7, jul. 1932, p. 18.

AMARAL, P. F. do. Trinta anos de atividades no campo da organização científica. In: **Revista IDORT**, nº 353, 1961.

ANDENSOHN, F. M. O IDORT em seu 50º Aniversário; Do pioneirismo à consolidação e projeção internacional do movimento brasileiro de administração. In: **Revista IDORT**, ano L, nº 587-589, jan-mar. 1981, p. 3.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho** – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil:** Da revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. São Paulo: Cortez, 1982.

ANTONACCI, M. A. M. **A Vitória da razão?** O IDORT e a sociedade paulista. São Paulo: Marco Zero, 1993.

ARMANDO FILHO. **O INTEGRALISMO**, São Paulo: Editora do Brasil, 1999.

AZEVEDO, A. M. de. Instituto de Organização Racional do Trabalho de São Paulo. In: **Revista IDORT**, nº 1, jan. 1932.

_____. Desordem: O Microbio do acidente. In: **Revista IDORT**, 1938, p. 206 -207.

_____. Organizar. In: **Revista IDORT**, nº 3, mar. 1932, p. 6-7.

_____. Estatística do trabalho e da produção. In: **Revista IDORT**, nº I, jan. 1932, p. 7-8.

AZEVEDO, F. **A educação na encruzilhada**. São Paulo: Melhoramentos, 1957.

AZEVEDO, F. et al.. **A reconstrução educacional no Brasil**: ao povo e ao governo; Manifesto dos pioneiros da educação nova. São Paulo: Ed. Nacional, 1932, p. 114-115.

BOLOGNA, Í. **Formação profissional na indústria**: o SENAI. 1969.

BOSCH, C. O Problema industrial alemão. In: **Revista IDORT**, nº 7, jul. 1932, p. 8.

BRAGA, L. S. **“Uma civilização sem alma?” Educação e revolução passiva**. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 2005.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**: A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BRYAN, N. A. P. **Educação, processo de trabalho, desenvolvimento econômico**. Campinas: Alínea, 2008.

BUCCI-GLUCKSMANN, C. Sobre os problemas políticos da transição: classe operária e revolução passiva In: FERRI, F. (Org) **Política e história em Gramsci**. Vol. I. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1977.

BUONICORE, A. C.; RUY, J. C. **Contribuição à história do Partido Comunista do Brasil**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.

_____. **Marxismo, história e revolução brasileira**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CAMARGO, O. A. de. IDORT: 50 anos devotados ao progresso brasileiro. In: **Revista IDORT**, nº 50, 1981, p. 2.

CAETANO, C. G. **Qualificação profissional ferroviária**: Uma estratégia de controle, Dissertação (Mestrado História), Unimep, Piracicaba, 1986.

CALVO, C. R. **Trabalhadores e Ferrovia**: A experiência de ser ferroviário da Companhia Paulista (1890-1925). Dissertação (Mestrado História), PUC-SP, São Paulo, 1994.

CAMARGO LEME, D. M. P. **Trabalhadores ferroviários em greve**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1986.

CAMPOS, C. H. **O Sonhar libertário: Movimento operário nos anos de 1917 a 1921.** Campinas-SP: Pontes, 1988.

CAPELATO, M. H.; PRADO, M. L. **O bravo matutino, imprensa e ideologia: O Jornal O Estado de São Paulo.** São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CARDOSO, I. de A. R. **A Universidade da comunhão paulista.** São Paulo: Autores Associado/Cortez, 1982.

CARONE, E. **Classes sociais e movimento operário.** São Paulo: Ática, 1989.

CARRION, R. 1922-1929 – Os primeiros passos do partido Comunista do Brasil. In: BUONICORE, A.; RUY, J. C. **Contribuição à história do Partido Comunista do Brasil.** São Paulo: Anita Garibaldi e Fundação Maurício Grabois, 2010.

Classificação decimal, seu uso em nosso arquivo e na revista. In: **Revista IDORT**, nº 4, abr. 1932, p. 10.

CORIAT, B. O taylorismo e a expropriação do saber operário. In: **Sociologia do Trabalho - Organização do Trabalho Industrial - Antologia.** Lisboa: A Regra do Jogo Edições, 1985.

_____. **Pensar pelo avesso.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

CUNHA, C. da. **Educação e autoritarismo no estado novo.** Campinas-SP: Autores Associados, 1989.

CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios artesanais e manufactureiros no Brasil escravocrata.** São Paulo: Ed. Unesp, 2005a.

_____. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização.** São Paulo: Unesp, 2005b.

_____. **O ensino industrial na irradiação do industrialismo.** São Paulo: Unesp, 2005c.

DECCA, E. de. **1930, o silêncio dos vencidos.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

DECCA, M. A. G. **A vida fora das fábricas; Cotidiano operário em São Paulo 1920-1930.** São Paulo: Paz e Terra, 1987.

CRUZ, R. M. Formação profissional e formação humana: os (des) caminhos da relação homem-trabalho na modernidade. In: AUED, B. (org.). **Educação para o (des)emprego**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: global, 1985.

FAUSTO, B. **A Revolução de 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2009.

_____. **Trabalho urbano e conflito social**. São Paulo: Difel, 1976.

FRANCO, L. A.; SAUERBRON, S. **Breve histórico da formação profissional no Brasil**. São Paulo: CENAFOR, 1984.

FLEURY, A. C. C.; VARGAS, N. **Organização do Trabalho, uma abordagem interdisciplinar, sete estudos sobre a realidade brasileira**. São Paulo: Atlas, 1983.

FREITAS, Z. R. de. **História do ensino profissional no Brasil**. São Paulo: Gráfica São José, 1954.

GALBRAITH, J. K. Dias de boom e de desastre. In: MARQUES, A. M.; BERUTTI, F.; FARIA, R. **História contemporânea através dos textos**. São Paulo: Contexto, 2008.

GIANOTTI, V. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. São Paulo: Mauad X, 2007.

GODOY, B. Escola profissional de Sorocaba. In: **Revista IDORT**, nº 26, fev. 1934, p. 43-45.

GOMES, Â. de C. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

GOUNET, T. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.

GONÇALVES, M. H. **Referenciais para a educação profissional do Senac**. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2002.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

_____. **Os Intelectuais e a organização da cultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 3-7.

_____. **Cadernos do Cárcere.** Volume 5 (II Risorgimento. Notas sobre a história da Itália), Trad. Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GUIMARÃES, P. H. B.; GOMES, G. F. M.; BENTE, R. H. **Centro administrativo do município:** Uma intervenção no pátio de manobras de Ourinhos-SP, S/D, p. 1.

HARDMAN, F.; LEONARDI, V. **História da indústria e do trabalho no Brasil.** São Paulo: Ática, 1982.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1994.

HELOANI, J. R. **Gestão e organização no capitalismo globalizado;** História da manipulação psicológica no mundo do trabalho. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Organização do trabalho e administração:** uma visão multidisciplinar. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. A revista de organização científica do IDORT e o conceito de saúde mental da década de 30. In: **Trabalho, saúde e gênero na era da globalização.** São Paulo: AB Ed. 1997.

HENDERSON, W. O. **A revolução industrial.** São Paulo: Verbo/Edusp, 1979.

HOBSBAWM, E. J. **Os trabalhadores:** Estudo sobre a história do operariado. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **Era dos extremos:** O breve século XX 1914-1991. 2º Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **A era dos impérios.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

IBANHES, L. C. **O discurso político-ideológico e o projeto racionalizador do Instituto de Organização Racional do Trabalho – IDORT – na década de 1930.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Centro de Ciências Humanas, UFSCar, São Carlos, 1992.

KAREPOVS, D. **A classe operária vai ao parlamento:** O Bloco Operário e Camponês no Brasil. São Paulo: Alameda, 2006.

KLOVDAHL, A. Racionalismo científico. In: BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

KONDER, L. **Intelectuais brasileiros & Marxismo**. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1991.

KONRAD, D. A. 1930-1935 – Do isolamento inicial à grande ação de massas com a Aliança Nacional Libertadora. In: BUONICORE, A.; RUY, J. C. **Contribuição à história do Partido Comunista do Brasil**. São Paulo: Anita Garibaldi e Fundação Maurício Grabois, 2010.

KUENZER, A. competência como práxis: Os dilemas da relação entre teoria e prática na educação dos trabalhadores. **Boletim técnico do SENAC**, Rio de Janeiro. V.30, n.3, set.dez. 2004.

_____. **Educação e trabalho no Brasil**: o estado da questão. Brasília: INEP, REDUC, 1991.

_____. **Pedagogia da fábrica**: as relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 1995.

LANGONI, C. G. **Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

LEME, M. S. **A ideologia dos industriais brasileiros, 1919-1945**. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

LEITE, M. de P. **O futuro do trabalho** - Novas tecnologias e subjetividade operária. São Paulo: Editora Página Aberta, 1994.

LINHARES, H. **Contribuição à História das Lutas Operárias no Brasil**, São Paulo, Alfa-Omega, 1977.

LOBATO, M. **América**: Os Estados Unidos em 1929. São Paulo, Brasiliense, 1948.

LOPES, L. Organização científica do trabalho. In: **Revista IDORT**, nº 23, nov. 1933, p. 245.

LOURENÇO FILHO, M. B. A psicologia no Brasil. In: AZEVEDO, F. (Org.) **As ciências no Brasil**. 1º ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994, p. 303-341.

_____. **Introdução ao estudo da escola nova**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

_____. **Introdução ao estudo da escola nova:** bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea 10. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Prefácio. In: WALTHER, L. **Tecnopsicologia do trabalho industrial.** Trad. Lourenço Filho. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1929.

MANGE. R. Ensino profissional racional no curso de ferroviários da escola profissional de Sorocaba e Estrada de Ferro Sorocabana. In: **Revista IDORT**, nº 1, jan. 1932a, p. 17-34.

_____. Escolas profissionais mecânicas. In: **Revista Politécnica**, São Paulo, out/nov. 1924, p. 77-78.

_____. O ensino profissional. In: **Revista Politécnica**, São Paulo, 1929, nº 95-96, p. 53-57.

_____. A educação profissional na E. F. Sorocabana. In: **Revista IDORT**, nº 7, jul. 1932b.

_____. O Homem e o trabalho. In: **Revista Politécnica**, São Paulo, 1933a, nº 5, p. 24-37.

_____. Educação profissional. In: **Revista IDORT**, nº 17, mai. 1933b.

_____. Centro ferroviário de ensino e seleção profissional. In: **Revista IDORT**, nº 29, mai. 1934a, p. 113-115.

_____. Centro ferroviário de ensino profissional. In: **Revista IDORT**, n.33, set. 1934b.

_____. **Centro ferroviário de ensino e seleção profissional**, nº 33, set. 1934c, p. 197-199.

_____. A criança que trabalha: Para a “Cruzada de São Paulo pela criança”. In: **Revista IDORT**, nº 37, 1935, p. 6-7

_____. **Centro ferroviário de ensino e seleção profissional**, nº 51, mar. 1936, p. 59.

_____. No Instituto de Tecnologia. In: **Revista IDORT**, nº 63, mar. 1937a, p. 52.

_____. A Cooperação do medico na organização tecnica do trabalho. In: **Revista do IDORT**, nº 67, ago. 1937b, p. 149.

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002.

MARGLIN, S. Origem e funções do parcelamento das tarefas (Para que servem os padrões?). In: GORZ, A. (org.). **Crítica da divisão do trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

MARQUES, S. L. **A escola profissional masculina na capital**. Tese (Doutorado Educação). PUC-SP, São Paulo, 2003.

MATOS, M. B. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MATOS, O. N. de. **Café e ferrovias: A evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1981 (Coleção Monografias 3).

MARQUES, A. M.; BERUTTI, F.; FARIA, R. **História contemporânea através dos textos**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. 1º Ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. **O Capital, Capítulo VI, Inédito**. São Paulo: Moraes, 1985.

MEDEIROS, M. M. **Estradas de Ferro e Ensino Industrial: Um Estudo de Caso**. Tese (Doutorado em Educação), FGV, Rio de Janeiro, 1980.

MICELI, P. **Além da Fábrica, o projeto industrialista em São Paulo – 1928-1948**. Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, São Paulo, 1992.

MICHELLE, P. Os Problemas da Mão-de-Obra Industrial. In: **Sociologia do Trabalho - Organização do Trabalho Industrial – Antologia**. Lisboa: A Regra do Jogo Edições, 1985.

MONARCHA, C. **A reinvenção da cidade e da multidão**. Dimensões da modernidade brasileira: a Escola Nova. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1990.

MORAES, C. S. V. **A socialização da força de trabalho: Instrução popular e qualificação profissional no estado de São Paulo**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

_____. **A socialização da força de trabalho: Instrução popular e qualificação profissional no estado de São Paulo – 1873 a 1934**. Tese (Doutorado em Sociologia). São Paulo: USP/FFLCH/Dep. De Sociologia, 1990.

MORAES FILHO, E. de. **O problema do sindicato único no Brasil**: seus fundamentos sociológicos. São Paulo: Alfa Ômega, 1978.

MOREIRA, M. de F. S. **Ferrovários, trabalho e poder**. São Paulo: UNESP, 2008.

MULLER, M. T. **A Lousa e o torno**: a escola SENAI Roberto Mange de Campinas. Tese (Doutorado em Educação), FE/UNICAMP, Campinas, 2009.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: Ed. USP, 1974.

NEVES, L. M. W. **O empresariamento da educação**. Novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2002.

_____. **A nova pedagogia da hegemonia**, Estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

_____. **Educação e política no limiar do século XXI**. Campinas-SP: Autores Associados, 2000.

NORONHA, O. M. **Ideologia, trabalho e educação**. Campinas-SP: Alínea, 2004.

OLIVEIRA, F. de S. Dos systemas de trabalho e sua aplicação, in: **Revista IDORT**, nº 10/11/12, out/nov/dez. 1932, p. 30.

_____. A Criança que trabalha. In: **Revista IDORT**, nº 35, 1934, p. 266-267.

OLIVEIRA, A. de S. I.D.O.R.T. In: **Revista IDORT**, nº 26, 1934, p. 31.

OLIVEIRA, M. A. **Política trabalhista e relações de trabalho no Brasil**: da era vargas ao governo FHC. Tese (Doutorado em Economia), Instituto de Economia, Unicamp, Campinas-SP, 2002.

PAULA SOUZA, A. F. de. Discurso proferido na sessão de colação de grau, à primeira turma de engenheiros civis formados pela Escola Polytechnica de São Paulo em 24 de junho de 1899. Anuário da Escola Polytechnica, para o Anno de 1900 apud SANTOS, M. C. L. **Escola Politécnica da Universidade de São Paulo**: 1894-1984. São Paulo: Escola Politécnica/FUPAM, 1985, p. 42.

PEREIRA, A. **Ensaio históricos e políticos**, São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

PERROT, M. Les Problèmes de la main-d'oeuvre industrielle. In: **Histoire des techniques das la civilisation industrielle**. Paris: PUF, 1979.

PICHELI, V. **O Idort enquanto proposta educacional no contexto de formação da hegemonia burguesa no Brasil (1930-1944)**. Tese (Doutorado em Educação), FE/Unicamp, Campinas-SP, 1997.

PINTO, J. A. C. Casos de taylorismo. In: **Revista IDORT**, nº 15, mar. 1933, p. 53-58.

PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

RAGO, M. **Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930**. 3º Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

RAGO, L. M.; MOREIRA, E. F. P. **O que é taylorismo**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

RAMOS, G. **A administração e contexto brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

RELATÓRIO SOROCABANA. Estrada de Ferro Sorocabana. **Serviço de Ensino e Seleção Profissional**. Relatório Referente aos anos de 1930 a 1933. São Paulo, 1934.

REVISTA IDORT. **PELA COOPERAÇÃO; A Guerra Economica e o Instituto de Organização Racional do Trabalho de São Paulo**, nº 2, fev.1932, p. 1 - 2.

REVISTA IDORT. **O QUE SOMOS**, nº1, jan. 1932, p. 1.

REVISTA IDORT, **UM INDICE**, nº 5, mai. 1932, p. 2.

REVISTA IDORT, **SERVIÇOS PÚBLICOS**, nº20, ago. 1933, p. 169.

REVISTA IDORT, **“ESPRIT DE CORPS”**, nº 4, abr.1932, p. 1.

REVISTA IDORT, **PELA COOPERAÇÃO**, nº 2, fev. 1932, pp. 1-2.

REVISTA IDORT, **Classificação Decimal, seu uso em nosso arquivo e na revista**, nº 4, abr. 1932, p. 10.

REVISTA IDORT, **PRIMEIRO ANNO**, nº 6, jun. 1932, p. 2.

REVISTA IDORT. **Instituto de Organização Racional do Trabalho**, nº 7, jul. 1932, p. 8.

REVISTA IDORT. **A Natureza dos nossos trabalhos e as categorias de socios**, nº 22, out. 1933, p. 220.

REVISTA IDORT. **Relatório do II anno de I.D.O.R.T.** nº 19, jul. 1932, p. 151.

- REVISTA IDORT . **Organização Economica**, nº 19, jul. 1933, p. 145.
- REVISTA IDORT. **II Assembléia Geral do IDORT**, nº 19, jul. 1933, p. 164.
- REVISTA IDORT. **PROGRAMMA DE TRABALHOS**, nº2, fev.1932, p. 3-4
- REVISTA IDORT. **1º Divisão – Organização Administrativa do Trabalho**, nº 2, fev. 1932, p. 4-5.
- REVISTA IDORT. **Resultados Obtidos pelo Instituto Naiconal Britannico de Psychologia Industrial**, in: Revista IDORT, nº 2, fev. 1932, p. 15.
- REVISTA IDORT. **O Estudo dos Tempos**, nº 5, mai. 1932, p. 18.
- REVISTA IDORT. **Os Principios do Methodo Bedaux. A Medida do Trabalho e da Fadiga**, nº 8-9, ago/set. 1932, p. 11.
- REVISTA IDORT. **A Organização Racional do Trabalho – Do problema technico ao problema social**, nº 7, jul. 1932, p. 3.
- REVISTA IDORT. **Racionalização, Uma boa definição**, nº 7, jul. 1932, p. 22.
- REVISTA IDORT. **Resultados da Racionalização e Mechanização na Indústria Tchecoslovaca**, nº 10/11/12, out/nov/dez. 1932, p. 4.
- REVISTA IDORT. **Nove argumentos a favor da racionalização**, nº 15, 1933, p. 53.
- REVISTA IDORT. **IDORT**, nº 20, ago. 1933, p. 176.
- REVISTA IDORT. **A Educação Profissional na Escola de Ferro Sorocabana**, nº 7, jul. 1932, p. 12.
- REVISTA IDORT. **Reorganização Administrativa do Governo do Estado**, nº 29, mai. 1934, p. 115.
- RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira**, A Organização Escolar. Campinas-SP: Autores Associados, 2003.
- RIBEIRO, M. A. R. **Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930)**. São Paulo: Editora Unicamp/HUCITEC, 1988.
- _____; CAETANO, C. G.; GITAHY, M. L. C. **Trabalhadores urbanos e ensino profissional**. Campinas-SP: Unicamp, 1986.

RODRIGUES, J. **O Moderno Príncipe Industrial: O Pensamento Pedagógico da Confederação Nacional da Indústria.** Campinas, Autores Associados, 1998.

ROLNIK, R. São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política. In: KOWARICK, L. **As lutas sociais e a cidade.** São Paulo: Paz e terra, 1994.

ROLNIK, R. **A Cidade e a Lei. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo.** Studio Nobel, São Paulo, 1997.

ROMANELLI, O. de O. **História da educação no Brasil.** Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

RUY, J. C. Condições históricas do surgimento do Partido Comunista do Brasil. In: BUONICORE, A.; RUY, J. C. **Contribuição à história do Partido Comunista do Brasil.** São Paulo: Anita Garibaldi e Fundação Maurício Grabois, 2010.

SADER, E. Do anarquismo ao comunismo de estado. In: **Movimento Operário Brasileiro, 1900-1979,** Belo Horizonte: Veja, 1980.

SANFELICE, J. L. Pós-modernidade, globalização e educação. In: LOMBARDI, J. C. **Globalização, pós-modernidade e educação, história, filosofia e temas transversais.** Campinas-SP: Autores Associados, 2003.

SANTOS, M. C. dos; MOTA, A. **São Paulo 1932: Memória, mito e identidade.** São Paulo: Alameda, 2010.

SAVIANI, D. **Escola e democracia.** São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1983.

_____. **História das idéias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2007.

SEGATTO, J. A. **Breve história do PCB.** 2º Ed. São Paulo: Oficina do Livro, 1989.

SEGNINI, L. R. P. Taylorismo: Uma análise crítica. In: BRUNO, L. **Organização, trabalho e tecnologia.** São Paulo: Atlas, 1986.

_____. **Ferrovia e ferroviários.** Campinas/São Paulo: Autores Associados / Cortez, 1982.

SENAI. **De homens e máquinas: Roberto Mange e a Formação Profissional.** São Paulo, SENAI, 1991.

SENAI. **O giz e a graxa**: meio século de educação para o trabalho / Projeto Memória SENAI-SP. São Paulo: SENAI, 1992.

Serviços públicos. In: **Revista IDORT**, nº 20, ago. 1933, p. 169.

SEVERO, R. **O liceu de artes e ofícios de São Paulo (1873-1934)**. São Paulo: CERM, 1958.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M; EVANGELISTA, O. **Política educacional**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2004.

SILVA, L. M. O. **Movimento sindical operário na primeira república**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas-SP, 1977.

SILVA, R. A. da. **Escola Profissionalizante Mixta “Cel. Francisco Garcia”**: As relações entre educação e trabalho no capitalismo periférico (1931-1936), Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas-SP, 2004.

SILVA, S. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**, 8º Ed. Alfa-Omega, São Paulo, 1995.

SILVEIRA, N. Da homogeneização das classes escolares. In: **Revista IDORT**, nº 16, 1933, p. 95.

_____, Da homogeneização das classes escolares (conclusão). In: **Revista IDORT**, nº 17, 1933, p. 117.

SIMÃO, A. **Sindicato e estado**: Suas relações na formação do proletariado de São Paulo. São Paulo: Dominus, 1966.

SIMONSEN, R. **Rumo à verdade**. São Paulo: Editora Ltda, 1933.

_____. O trabalho moderno. In: **A margem da profissão**. São Paulo: São Paulo, 1932.

_____. **Discurso pronunciado pelo Senador Roberto Simonsen no senado federal – 175ª Sessão**, 25 nov. 1947.

_____. **Orientação industrial brasileira**. [São Paulo]: Escolas Profissionais do Liceu Coração de Jesus, 1928.

_____. **Discurso pronunciado no senado**. Rio de Janeiro, 1940.

_____. Discursos: Rio de Janeiro, 1946. In: _____. **Ensaio, políticos e sociais**. São Paulo: FIESP, 1943. Discurso pronunciado em 25 de julho de 1946, na instalação do 1º Conselho do SESI.

_____. A Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. In: _____. **Ensaio sociais, políticos e econômicos**. São Paulo: FIESP, 1943. Discurso proferido 18-12- 1937.

_____. Princípio morais da orientação do SESI. **Boletim do SENAI**, São Paulo, n. 17, p. 13, dez. 1946.

_____. **As classes produtora do Brasil e o Partido Comunista**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1947. Discurso pronunciado no Senado.

_____. **Evolução industrial do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional / Editora da USP, 1973.

SODRÉ, N. W. **Contribuição à história do PCB**. São Paulo: Global, 1984.

SOUZA, E. G. de. **Relação trabalho-educação e questão social no Brasil: Uma leitura do pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria – CNI (1930-2000)**, Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas-SP, 2012.

SOUZA, J. J. de. A racionalização, seus aspectos sociais. In: **Revista IDORT**, nº 4, abr. 1932, p. 7.

SOUZA, L. M. de. **Entre o ideal e o real: a construção do pensamento empresarial uberlandense e seus projetos educacionais para a formação dos trabalhadores**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Minas Gerais, 2012.

TAYLOR. Frederick Winslow. **Princípios de Administração Científica**. São Paulo, Atlas, 2006.

TEIXEIRA, P. P. **A fábrica do sonho: trajetória do industrial Jorge Street**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

TENCA, Á. **Razão e vontade política: O Idort e a grande indústria nos anos 30**, Dissertação (Mestrado em História), Unicamp, Campinas-SP, 1987.

_____. **Senhores dos trilhos; racionalização, trabalho e tempo livre nas narrativas de ex-alunos do curso de ferroviários da antiga paulista**. São Paulo: Unesp, 2006.

THOMPSON, E. P. O tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo. In: SILVA, T. T. da. **Trabalho, educação e prática social: por uma teoria da formação humana**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

TRINDADE, H. **Integralismo: O fascismo brasileiro na década de 30**. São Paulo: DIFEL, 1979.

VARGAS, G. **A nova política do Brasil**, vols. II, III e V. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

VARGAS, N. **Organização do trabalho e capital** - um estudo da construção habitacional. Rio de Janeiro: mimeografado, 1979.

_____. Gênese e difusão do taylorismo no Brasil. **Revista Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: Anpocs / Cortez, 1985.

VIANNA, L. W. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

VIANNA, M. A ANL (Aliança Nacional Libertadora). In: MAZZEO, A. C.; LAGOA, M. I. **Corações Vermelhos; Os comunistas brasileiros no século XX**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **A ANL e o Levante de 1935** – Entrevista concedida a Fundação Mauricio Grabois em 19 nov. 2010. Disponível em: <http://grabois.org.br/portal/cdm/noticia.php?id_sessao=72&id_noticia=4247>. Acesso em: 26 Set. 2012.

WRIGTH, H. W. Vamos acabar com o desperdício! In: **Revista IDORT**, nº 7, jul. 1932, p. 15.

XAVIER, M. E. S. P. **Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961)**. Campinas, SP: Papirus, 1990.

ZANELLA, J. L. **O trabalho como princípio educativo do ensino**. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas-SP, 2003.

ZUCCHI, B. B. **O programa e os métodos de treinamento profissional do curso de ferroviários da Companhia Sorocabana (São Paulo, Década de 1930)**. Dissertação (Mestrado em Educação), PUC-SP, São Paulo, 2007.

WEINSTEIN, B. **(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil, 1920-1964**. São Paulo: Cortez / CDAPH-IFAN, 2000.

WOMACK, J. P.; JONES, D. T.; ROOS, D. **A máquina que mudou o mundo.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.

FONTES DOCUMENTAIS

REVISTA IDORT

Revista IDORT	nº 1 – 12	1932
Revista IDORT	nº 13 – 24	1933
Revista IDORT	nº 25 – 36	1934
Revista IDORT	nº 37 – 48	1935
Revista IDORT	nº 49 - 60	1936
Revista IDORT	nº 61 - 72	1937
Revista IDORT	nº 73 - 84	1938
Revista IDORT	nº 85 - 96	1939
Revista IDORT	nº 97 - 108	1940
Revista IDORT	nº 109 - 120	1941
Revista IDORT	nº 121 - 132	1942
Revista Politécnica	USP - São Paulo	1926

SITES CONSULTADOS

<http://cpdoc.fgv.br/aceso> em 15 de agosto de 2010, 18 e março 2011, 04 Junho de 2012 e 5 Outubro de 2012.

<http://www.fiesp.com.br/>, acesso em 20 Outubro 2010.

<http://www.histedbr.fae.unicamp.br>, acesso todos os meses do período em que desenvolvi a pesquisa.

<http://www.cni.org.br/> acesso em 25 Novembro 2011.

<http://www.liceudearteseoficios.com.br/> acesso em 15 de Junho 2010, 4 maio de 2011 e 20 de Agosto de 2012

<http://www.projeto memoria.art.br/> acesso em 12 de Novembro de 2011.

<http://www.senai.br/> acesso em 4 março de 2010, 25 de setembro de 2010, 10 de Outubro 2011 e 10 Abril de 2012

<http://www.sp.senai.br/campinas/> acesso em 5 Novembro de 2011 e 10 de Maio de 2012.

Arquivos Visitados

Arquivo Edgard Leuenroth – UNICAMP – Visitado diversas vezes no decorrer da pesquisa.

Arquivos do Instituto da Organização Racional do Trabalho – IDORT (feito contato)

Biblioteca da Confederação Nacional da Indústria de São Paulo (feito contato)

Biblioteca da Faculdade de Educação da Unicamp – Visita constante no decorrer da pesquisa.

Biblioteca da PUC/SP – Várias visitas no decorrer da pesquisa.

Biblioteca da UFSCar – Algumas visitas no decorrer da pesquisa.

Biblioteca da Universidade de São Paulo – USP – Várias visitas no decorrer da pesquisa.

Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFHC – Unicamp.

Apêndice - Biografias Resumidas

ANEXO DAS PRINCIPAIS REFERÊNCIAS DE POLÍTICOS E INDUSTRIAIS DO PERÍODO DE PESQUISA (1930-1940)

1. Anísio Espínola Teixeira nasceu em Caeté (BA), em 1900.
2. Antônio Francisco de Paula Souza (SP) (1843-1917)
3. Armando de Sales Oliveira nasceu em São Paulo (SP), em 1887.
4. Astrojildo Pereira Duarte Silva (RJ) 1890.
5. Euvaldo Lodi nasceu em Ouro Preto (MG), em 1896.
6. Fernando de Azevedo nasceu em São Gonçalo de Sapucaí (MG), em 1894.
7. Francisco Luís da Silva Campos nasceu em Dores do Indaiá (MG), em 1891.
8. Getúlio Dornelles Vargas nasceu em São Borja (RS), em 1882.
9. Gustavo Capanema Filho nasceu em Pitangui (MG), em 1900.
10. Jorge Luís Gustavo Street (RJ) 1863.
11. Manuel Lourenço Filho nasceu em Porto Ferreira (SP), em 1897.
12. Olga Gutmann Benário (Alemanha) 1908.
13. Otávio Brandão Rego (AL) 1896.
14. Plínio Salgado nasceu em São Bento do Sapucaí (SP), em 1895.
15. Roberto Cochrane Simonsen nasceu em Santos (SP), em 18 de fevereiro de 1889.
16. Roberto Mange (Robert Auguste Edmond Mange) nasceu na Suíça, em 1885.

Anísio Espínola Teixeira nasceu em Caeté (BA), em 1900.

Formou-se em ciências jurídicas e sociais no Rio de Janeiro em 1922. Entre 1924 e 1928, foi diretor-geral de instrução do governo da Bahia e promoveu a reforma do ensino naquele estado. Em seguida, foi para os Estados Unidos, onde estudou na Universidade de Colúmbia e travou contato com as ideias pedagógicas de John Dewey, que o influenciariam decisivamente. Em 1931, de volta ao Brasil, trabalhou junto ao recém-criado Ministério da Educação e Saúde, dedicando-se à tarefa de reorganização do ensino secundário. Por essa época, assumiu a presidência da Associação Brasileira de Educação (ABE) e foi - junto com Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e outros - um dos mais destacados signatários do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, documento que defendia uma escola pública gratuita, laica e obrigatória. Em contrapartida, sofreu forte oposição da Igreja Católica, cujo projeto educacional era calcado em pressupostos inteiramente diferentes dos seus.

Íntimo colaborador do prefeito do Distrito Federal, Pedro Ernesto Batista (1931-1936), foi seu secretário de Educação e Cultura, promoveu mudanças na estrutura educacional da cidade e

estimulou a criação de novos estabelecimentos de ensino. Sua iniciativa mais ousada foi a criação da Universidade do Distrito Federal (UDF), que gerou forte reação do ministro da Educação Gustavo Capanema e de expoentes do pensamento católico conservador, como Alceu Amoroso Lima. Em meados da década de 1930, Pedro Ernesto e diversos de seus colaboradores, entre os quais Anísio, aproximaram-se da Aliança Nacional Libertadora (ANL), ainda que sem aderir a ela formalmente. A ANL era uma frente política que reunia diversos setores de esquerda em torno de uma plataforma de combate ao fascismo e ao imperialismo. Com certa frequência, Anísio escrevia artigos em *A Manhã*, jornal oficioso da ANL. Apesar de contrário às ações políticas violentas, acabou sendo acusado de envolvimento no levante comunista promovido por essa organização em novembro de 1935. Dias depois, Pedro Ernesto foi obrigado de afastá-lo de seu governo. Meses mais tarde, o próprio prefeito foi preso e afastado de seu cargo, sob as mesmas acusações de envolvimento com os comunistas.

Durante a ditadura do Estado Novo, dedicou-se exclusivamente a seus negócios privados. Em 1946, vivendo na Europa, tornou-se conselheiro da Unesco. No ano seguinte, de volta ao Brasil, assumiu a Secretaria de Educação da Bahia, a convite do governador Otávio Mangabeira. Na década de 1950, foi secretário-geral da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e dirigiu o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). Em 1963, foi nomeado reitor da Universidade de Brasília (UnB), mas afastado do posto em 1964, em virtude do golpe militar, que derrubou o presidente João Goulart. Nos anos seguintes, lecionou em universidades norte-americanas.

Morreu no Rio de Janeiro, em 1971.

[Fonte: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001]

Antônio Francisco de Paula Souza (1843-1917)

Engenheiro ferroviário, paulista de Itu (neto do Barão de Piracicaba), formado pela Escola Politécnica de Zurique (1861-1863) e na Karlsruhe, na Alemanha, além de ter trabalhado dois anos na construção de estradas de ferro nos Estados Unidos.

De volta ao Brasil, já casado com Ada Herweg (1870), continuou na engenharia ferroviária. Mas, com uma experiência que lhe deu condições para se tornar professor, escritor de livros sobre Ciência e Tecnologia e, mais tarde, organizador de políticas para essas áreas. Estabelecendo-se em Campinas, mantém um escritório de engenharia, além de trabalhar como fiscal de Obras da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, nos trechos Jundiaí-Campinas e Campinas-Rio Claro.

Escreveu na imprensa local, sobre a questão da água em Campinas e outras cidades. Cria uma Associação para propor a instalação de um sistema completo de saneamento básico (águas e esgotos), elaborando pessoalmente um projeto para Campinas, onde descreve os mananciais

hídricos da cidade e as possibilidades de seu aproveitamento, defendendo a sua captação de águas. Voltando para sua cidade natal, dirige a instalação da primeira grande rede abastecimento de águas de Itu.

Participou ativamente do movimento republicano, tendo publicado em 1869 o livro **República Federativa do Brasil**, foi um dos organizadores da Convenção Republicana realizada em Itu em 1873, fez parte do Partido Republicano Paulista. Com o advento da República, foi designado para ser ministro das Relações Exteriores, da Agricultura e Viação no governo de Floriano Peixoto e diretor da Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo. Como deputado estadual, foi autor do projeto que criou a Escola Politécnica (1893), que dirigiu até sua morte.

Fontes utilizadas:

SANTOS, A. da C. **Compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá 1732-1992**. Tese Doutorado em Urbanismo- FAU-USP, São Paulo, 1998. Disponível em: <<http://www.poli.usp.br/historia/psouza.html>>. Acesso em: 17 out. 2012.

Centro de Memória da Unicamp. Disponível em: <<http://www.centrodememoria.unicamp.br/home.html>>. Acesso em: 17 out. 2012

Armando de Sales Oliveira nasceu em São Paulo, em 1887.

Após formar-se em engenharia civil pela Escola Politécnica, iniciou bem-sucedida carreira como engenheiro e empresário. Casou-se com Raquel de Mesquita, filha de Júlio de Mesquita, dono do jornal *O Estado de São Paulo*, de quem se tornaria amigo e sócio em diversos empreendimentos. Com a morte do sogro em 1927, assumiu a presidência da sociedade anônima proprietária do jornal.

Filiado ao Partido Democrático (PD) de São Paulo, participou das articulações que levaram à criação, em princípios de 1932, da Frente Única Paulista (FUP) e, em julho daquele ano, à deflagração do Revolução Constitucionalista, contra o governo de Getúlio Vargas. Com a derrota do movimento, assumiu por um ano a direção d'*O Estado de São Paulo*, em virtude do exílio do diretor, seu cunhado Júlio de Mesquita Filho. No início de 1933, foi um dos articuladores da Chapa Única por São Paulo Unido, que disputou em maio as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte e elegeu a maior parte dos representantes paulistas.

Em agosto de 1933, por suas boas relações com as forças políticas do estado, que desejavam um interventor civil e paulista, foi nomeado por Vargas para o cargo. Teve de enfrentar a princípio forte oposição movida por setores militares, especialmente pelo general Daltro Filho, comandante da 2ª Região Militar. Superado esse obstáculo, dedicou-se à reconstrução do aparelho

administrativo, completamente desarticulado pelas represálias e perseguições que se seguiram à Revolução Constitucionalista. Durante sua gestão, foi criada a Universidade de São Paulo (USP), projetada para ser um centro de excelência acadêmica, e para a qual se recorreu à contratação de professores europeus e norte-americanos.

No plano político, promoveu o reordenamento do quadro partidário estadual com a criação do Partido Constitucionalista, que absorveu o PD (oficialmente extinto em fevereiro de 1934) e uma dissidência do tradicional Partido Republicano Paulista (PRP). Ao mesmo tempo, buscou aproximar-se do governo federal, o que levou Vargas a incluir em seu ministério dois nomes indicados pelo Partido Constitucionalista: Vicente Rao, na pasta da Justiça e Negócios Interiores, e José Carlos de Macedo Soares, na de Relações Exteriores. Em outubro de 1934, comandou a vitória de seu partido nas eleições para a Constituinte estadual, cujos membros o elegeram governador constitucional em abril do ano seguinte.

No final de 1936, comunicou a Vargas sua intenção de candidatar-se às eleições presidenciais previstas para janeiro de 1938. Apesar de ter sido desestimulado pelo presidente, desincompatibilizou-se do governo paulista e lançou sua candidatura em fevereiro de 1937, recebendo o apoio do governador gaúcho Flores da Cunha, então em aberto confronto com Vargas, e também de grupos oposicionistas de outros estados. Para dar sustentação à sua candidatura, foi formada a União Democrática Brasileira (UDB), cuja presidência lhe coube. Lançaram-se também na disputa o paraibano José Américo de Almeida, apoiado pela maioria dos governadores e por membros do governo federal, e Plínio Salgado, lançado pela Ação Integralista Brasileira (AIB). Vargas, contudo, tinha projetos continuístas e, apoiado pelos generais Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, e Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército, em novembro de 1937, fechou o Congresso Nacional e cancelou as eleições, instituindo a ditadura do Estado Novo.

Armando Sales passou, então, cerca de um ano em prisão domiciliar. Em novembro de 1938, exilou-se na França e aí viveu até abril do ano seguinte, quando se transferiu para os Estados Unidos. No exílio, divulgou seguidos manifestos contra a ditadura. Em 1943, fixou-se na Argentina, de onde retomou contatos políticos com seus aliados no Brasil. Ao ser anistiado e voltar ao país, em abril de 1945, encontrava-se já gravemente doente. Ainda assim, chegou a participar da fundação e a ser membro da comissão diretora da União Democrática Nacional (UDN), partido que reunia adversários do Estado Novo.

Morreu em São Paulo, em 17 de maio de 1945.

[Fonte: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001]

Euvaldo Lodi nasceu em Ouro Preto (MG), em 1896.

Engenheiro, formou-se pela Escola de Minas e Metalurgia de Ouro Preto em 1920. Em 1923, passou a integrar a Comissão Nacional de Siderurgia. Ainda durante a década de 20, assumiu a presidência do Centro Industrial de Juiz de Fora (MG).

Em 1930, deu apoio ao movimento armado que depôs Washington Luís e levou Getúlio Vargas à presidência da República. Em seguida, filiou-se ao Clube 3 de Outubro, organização política criada com o objetivo de apoiar o aprofundamento das reformas introduzidas pelo novo regime. Ainda nos primeiros anos do governo Vargas, foi designado membro de uma comissão formada pelo Centro Industrial do Brasil (CIB), com o objetivo de sistematizar as opiniões daquela entidade acerca das grandes questões que afetavam o setor industrial.

Membro do conselho diretor da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJ) entre 1931 e 1936, participou intensamente, nesse período, da montagem de entidades sindicais representativas do patronato industrial. Entre 1933 e 1934, participou dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte como deputado classista eleito pelo empresariado industrial. Em outubro de 1934, renovou seu mandato de representante classista, participando da legislatura iniciada em maio do ano seguinte. Ainda em 1934, foi nomeado por Vargas membro do Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE). Nos anos que se seguiram, exerceria grande influência nos conselhos técnico-consultivos criados pelo governo federal, principal canal de viabilização das reivindicações dos industriais.

Durante a vigência da ditadura do Estado Novo, assumiu a presidência de importantes entidades ligadas ao empresariado industrial, como a CIRJ/FIRJ e a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Sua permanência à frente de ambas as entidades se prolongaria até 1954. Como dirigente da CNI, presidiu o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), criado em 1942. Integrou também o Conselho Consultivo da Coordenação de Mobilização Econômica, órgão criado pelo governo federal em virtude do envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial e que concentrou grandes poderes durante o período em que existiu. Em 1944, junto com João Daudt de Oliveira, chefiou a delegação brasileira enviada à Conferência de Bretton Woods, nos EUA, que criou o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD). Em 1946, foi um dos fundadores do Serviço Social da Indústria (SESI), entidade da qual foi diretor-geral.

Em 1947, elegeu-se deputado federal por Minas Gerais na legenda do Partido Social Democrático (PSD). Reeleito por duas vezes, permaneceu no Câmara Federal até 1956, quando faleceu em um desastre de automóvel entre São Paulo e Jundiáí.

[Fonte: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001]

Fernando de Azevedo nasceu em São Gonçalo de Sapucaí (MG), em 1894.

Graduado pela Faculdade de Direito de São Paulo, foi um dos expoentes do movimento da Escola Nova, tendo também participado intensamente do processo de formação da universidade brasileira. Ao longo dos anos 1920, dedicou-se ao magistério. Exerceu os cargos de diretor geral da Instrução Pública do Distrito Federal de 1926 a 1930, e de São Paulo em 1933.

Além desses cargos, exerceu atividades acadêmicas, tendo lecionado sociologia educacional no Instituto de Educação e na Faculdade de Filosofia de São Paulo entre 1938 e 1941. No ano seguinte, voltou à vida pública, respondendo pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Ainda em 1942, dirigiu o Centro Regional de Pesquisas Educacionais, também em São Paulo.

Fundou em 1951, e dirigiu por mais de 15 anos, na Companhia Editora Nacional, a Biblioteca Pedagógica Brasileira. No conjunto de suas obras, destacam-se *Da educação física* (1920), *Novos caminhos e novos fins* (1934), *Sociologia educacional* (1940) e *A cultura brasileira* (1943).

Faleceu em São Paulo, em 1974.

[Fonte: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001]

Francisco Luís da Silva Campos nasceu em Dores do Indaiá (MG), em 1891.

Advogado e jurista, formou-se pela Faculdade Livre de Direito de Belo Horizonte, em 1914. Em 1919, iniciou sua carreira política elegendo-se deputado estadual em Minas Gerais na legenda do Partido Republicano Mineiro (PRM). Dois anos depois, chegou à Câmara Federal, reelegendo-se em 1924. Nessa época, já defendia as posições antiliberais que o projetariam anos mais tarde e manifestou-se firmemente contra a atuação da jovem oficialidade militar, os "tenentes", que combatiam o governo federal pelas armas.

Em 1926, com a posse de Antônio Carlos no governo de Minas Gerais, assumiu a secretaria do Interior daquele estado. Utilizando-se de muitos postulados defendidos pelo movimento da Escola Nova, promoveu uma profunda reforma educacional em Minas. Em 1929, ao ficar clara a preferência do presidente da República Washington Luís pelo nome de um paulista para sucedê-lo no cargo, em detrimento da candidatura de Antônio Carlos, Campos foi encarregado por esse último de negociar a articulação de uma candidatura oposicionista junto às forças políticas gaúchas. Nesse sentido, foi o representante mineiro na reunião realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1929, que acertou o apoio de Minas a uma candidatura gaúcha à presidência da República, primeiro passo para o lançamento, tempos depois, do nome de Getúlio Vargas pela Aliança Liberal. Com a derrota de Vargas no pleito realizado em março de 1930, participou das

articulações que levaram ao movimento armado de outubro daquele ano, que pôs fim à República Velha.

Com a posse do novo regime, assumiu a direção do recém-criado Ministério da Educação e Saúde, credenciado por sua atuação à frente dos assuntos educacionais de Minas. Promoveu, então, a reforma do ensino secundário e universitário no país. Do ponto de vista político, foi indicado representante mineiro no governo federal pelo governador Olegário Maciel. Foi também um dos principais incentivadores da Legião de Outubro, organização criada em Minas Gerais, com o objetivo de oferecer sustentação política à nova ordem, ao mesmo tempo que atacava as bases do até então todo poderoso PRM. A nova agremiação assemelhava-se às organizações fascistas europeias, no que diz respeito tanto aos seus aspectos programáticos como organizacionais.

Francisco Campos deixou o ministério em setembro de 1932. No ano seguinte, disputou sem sucesso, como candidato avulso, uma cadeira na Assembleia Nacional Constituinte por Minas Gerais. Transferiu-se em seguida para o Rio de Janeiro, sendo nomeado consultor-geral da República, em novembro de 1933.

Em dezembro de 1935, pressionado pelas forças políticas conservadoras, o prefeito Pedro Ernesto nomeou Francisco Campos como secretário de Educação do Distrito Federal, em substituição a Anísio Teixeira, acusado de envolvimento com o levante armado promovido dias antes pela Aliança Nacional Libertadora (ANL) - frente anti-fascista e anti-imperialista, formada por comunistas, socialistas e "tenentes" de esquerda - contra o governo federal. No novo cargo, Campos demoliu uma das mais importantes iniciativas da gestão anterior, a Universidade do Distrito Federal.

Nesse período, consolidou-se como um dos mais importantes ideólogos da direita no Brasil, aprofundando suas convicções antiliberais e passando a defender explicitamente a ditadura como o regime político mais apropriado à sociedade de massas, que então se configurava no país. Nesse sentido, tornou-se um dos elementos centrais, junto com Vargas e a cúpula das Forças Armadas, dos preparativos que levariam à ditadura do Estado Novo, instalada por um golpe de estado decretado em novembro de 1937. Nomeado ministro da Justiça dias antes do golpe, foi, então, encarregado por Vargas de elaborar a nova Constituição do país, marcada por características corporativistas e pela proeminência do poder central sobre os estados e do Poder Executivo sobre o Legislativo e o Judiciário. O período do Estado Novo foi marcado ainda pelo forte clima repressivo e pelas frequentes violações aos direitos individuais.

Em 1941, afastou-se do ministério temporariamente por motivos de saúde. Seu retorno no ano seguinte, porém, foi obstaculizado pelos anseios de redemocratização que começavam a ganhar terreno no país, estimulados pela aproximação do Brasil com os países aliados, no contexto da Segunda Guerra Mundial. Em janeiro de 1943, foi nomeado representante brasileiro na Comissão Jurídica Interamericana, cargo que exerceria até 1955.

No decorrer do ano de 1944, passou a defender a redemocratização do país e negou o caráter fascista da Constituição de 1937, ainda em vigência. No ano seguinte, participou das articulações empreendidas nos meios políticos e militares que levaram ao afastamento de Vargas e ao fim do Estado Novo.

Nos anos 50, afastado dos cargos públicos, passou a defender posições econômicas liberais e agraristas. Em 1964, participou das conspirações contra o governo do presidente João Goulart. Após a implantação do regime militar, voltou a colaborar na montagem de um arcabouço institucional autoritário para o país, participando da elaboração dos dois primeiros Atos Institucionais baixados pelo novo regime (AI-1 e AI-2) e enviando sugestões para a elaboração da Constituição de 1967.

Morreu em Belo Horizonte, em 1968.

Getúlio Dornelles Vargas nasceu em São Borja (RS), em 1882.

Bacharel pela Faculdade de Direito de Porto Alegre (1907), elegeu-se pelo Partido Republicano Rio Grandense deputado estadual, deputado federal e líder da bancada gaúcha, entre 1923 e 1926. Foi Ministro da Fazenda de Washington Luís (1926-27) e presidente do Rio Grande do Sul (1927-1930). Em 1929, candidatou-se à presidência da República na chapa oposicionista da Aliança Liberal. Derrotado, chefiou o movimento revolucionário de 1930, através do qual assumiu, em novembro desse mesmo ano, o Governo Provisório (1930-34). Durante esse período, deu início à estruturação do novo Estado, com a nomeação dos interventores para os governos estaduais, a implantação da justiça revolucionária, a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a promulgação das primeiras leis trabalhistas.

Em 1932, eclodiu a Revolução Constitucionalista em São Paulo, quando o Partido Republicano Paulista e o Partido Democrático de São Paulo, unidos em uma frente única, organizaram grande contingente de voluntários em luta armada contra o Governo Provisório. Iniciado em 9 de julho, este movimento estendeu-se até 1º de outubro.

O término do movimento paulista marcou o início do processo de constitucionalização. Em novembro de 1933, instalou-se a Assembleia Nacional Constituinte, responsável pela promulgação da nova Constituição e pela eleição de Getúlio Vargas como presidente da República em julho de 1934.

Durante o período em que governou constitucionalmente o país, cresceu a atuação da Ação Integralista Brasileira (AIB), de inspiração fascista, e surgiu a Aliança Nacional Libertadora (ANL), movimento polarizado pelo Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB). O fechamento da ANL, determinado por Getúlio Vargas, bem como a prisão de alguns de seus partidários, precipitaram as conspirações que levaram à Revolta Comunista de 1935, que eclodiu em novembro em Natal, Recife e Rio de Janeiro.

Em 1937, preparavam-se as eleições presidenciais para janeiro de 1938, quando foi denunciado pelo governo a existência de um plano comunista, conhecido como Plano Cohen. Essa situação criou um clima favorável para a instauração do Estado Novo, que ocorreria em 10 de novembro desse ano.

Com a instauração do Estado Novo, Vargas determinou o fechamento de Congresso, outorgou uma nova Constituição, que lhe conferia o controle dos poderes Legislativo e Judiciário. No início do mês seguinte, assinou decreto determinando o fechamento dos partidos políticos, inclusive a AIB. Em 11 de maio de 1938, os integralistas, insatisfeitos com o fechamento da AIB, invadiram o Palácio Guanabara, numa tentativa de deposição de Vargas. Esse episódio ficou conhecido como Levante Integralista.

Entre 1937 e 1945, duração do Estado Novo, Getúlio Vargas deu continuidade à estruturação do Estado, orientando-se cada vez mais para a intervenção estatal na economia e para o nacionalismo econômico. Foram criados nesse período o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Fábrica Nacional de Motores (FNM), entre outros.

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1939, Vargas manteve um posicionamento neutro até 1941, quando da assinatura do acordo entre Brasil e Estados Unidos, pelo qual o governo norte-americano se comprometia a financiar a construção da primeira siderúrgica brasileira, em troca da permissão para a instalação de bases militares no Nordeste.

Após o torpedeamento de navios brasileiros por submarinos alemães, em 1942, foi declarado o estado de guerra à Alemanha, Itália e Japão - países do Eixo. Em novembro do ano seguinte, Vargas criou a Força Expedicionária Brasileira (FEB), cujo primeiro escalão foi mandado em julho de 1944 para combater na Itália.

Com o término do conflito em 1945, as pressões em prol da redemocratização ficaram mais fortes, uma vez que o regime do Estado Novo não se coadunava com os princípios democráticos defendidos pelos países aliados durante todo o conflito. Apesar de algumas medidas tomadas, como a definição de uma data para as eleições, a anistia, a liberdade de organização partidária e o compromisso de fazer eleger uma nova Assembleia Constituinte, Vargas foi deposto em 29 de outubro de 1945, por um movimento militar liderado por generais que compunham seu próprio ministério.

Afastado do poder, retirou-se para sua fazenda em São Borja, RS, apoiando a candidatura do general Eurico Dutra, seu ex-ministro da Guerra, à presidência da República. Nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte de 1946, Vargas foi eleito senador por dois estados: Rio Grande do Sul, na legenda do Partido Social Democrático (PSD), e São Paulo, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Por essa legenda, foi também eleito representante na Câmara dos Deputados por sete estados: Rio Grande do Sul, São Paulo, Distrito Federal, Rio de Janeiro,

Minas Gerais, Bahia e Paraná. Assumindo seu mandato no Senado como representante gaúcho, Getúlio Vargas exerceu também a legislatura que se seguiu (1946-1949).

Candidato à presidência da República pelo PTB, em 1950, Getúlio Vargas derrotou os candidatos Eduardo Gomes (UDN) e Cristiano Machado (PSD), elegendo-se com 3.849.000 votos.

Seu segundo período de governo foi marcado pela retomada da orientação nacionalista, cuja expressão maior foi a luta para a implantação do monopólio estatal sobre o petróleo, com a criação da Petrobrás e pela progressiva radicalização política. Vargas enfrentava oposição cerrada por parte da UDN, em especial do jornalista Carlos Lacerda, proprietário do jornal carioca *Tribuna da Imprensa*.

O atentado realizado contra Lacerda no início de agosto de 1954, no qual foi morto o major-aviador Rubem Florentino Vaz, detonou a crise final do governo, pelo envolvimento da guarda pessoal de Vargas no episódio. Para a investigação do que ficou conhecido como Atentado da Toneleros, foi instaurado um inquérito policial-militar, pelo Ministério da Aeronáutica. Pressionado pelas Forças Armadas, durante reunião ministerial realizada na madrugada de 23 para 24 de agosto, Vargas viu-se confrontado com a eminência da renúncia ou deposição, e suicidou-se com um tiro no coração, deixando uma carta-testamento em que acusava os inimigos da nação como os responsáveis por seu suicídio.

[Fonte: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001]

Gustavo Capanema Filho nasceu em Pitangui (MG), em 1900.

Formou-se pela Faculdade de Direito de Minas Gerais, em 1923. Durante seus tempos de universitário, vinculou-se, em Belo Horizonte, ao grupo de "intelectuais da rua da Bahia", do qual também faziam parte Mario Casassanta, Abgard Renault, Milton Campos, Carlos Drummond de Andrade e outras futuras personalidades das letras e da política no Brasil. Em 1927, iniciou sua vida política ao eleger-se vereador em sua cidade natal.

Nas eleições presidenciais realizadas em março de 1930, apoiou a candidatura presidencial de Getúlio Vargas, lançado pela Aliança Liberal - coligação que reunia os líderes políticos de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. No entanto, Vargas foi derrotado pelo candidato situacionista, o paulista Júlio Prestes. Nessa mesma ocasião, seu primo Olegário Maciel elegeu-se para o governo de Minas. Após a posse de Olegário, Capanema foi imediatamente nomeado seu oficial-de-gabinete e, logo em seguida, secretário do Interior e Justiça.

Partidário decidido do movimento revolucionário que depôs o presidente Washington Luís e conduziu Vargas ao poder em novembro de 1930, liderou, em fevereiro de 1931, junto com Francisco Campos e Amaro Lanari, a formação da Legião de Outubro, organização política

criada em Minas Gerais, com a finalidade de oferecer apoio ao regime surgido da Revolução de 30. A Legião de Outubro teve uma existência breve e apresentava traços programáticos e organizativos semelhantes aos movimentos fascistas. Sua criação desagradou aos líderes tradicionais do outrora todo poderoso Partido Republicano Mineiro (PRM), que teve grande parte de suas bases atraídas para a nova organização.

Em agosto de 1931, Capanema liderou a reação a um golpe deflagrado na capital mineira para afastar Olegário Maciel do governo. O golpe, que contou com a participação de políticos mineiros descontentes com os rumos da política estadual, foi articulado pelo ministro Osvaldo Aranha e contou com a conivência do próprio presidente da República. Meses depois, Capanema atuou como intermediário no processo de reaproximação entre Vargas e Olegário. No início de 1932, participou da fundação do Partido Social Nacionalista (PSN), surgido da tentativa de pacificação da política mineira. Em julho daquele mesmo ano, porém, o chamado "acordo mineiro" foi definitivamente rompido quando elementos ligados ao PRM apoiaram o movimento constitucionalista, deflagrado em São Paulo contra o governo federal. Capanema e Olegário Maciel, que, nessa ocasião, mantiveram-se ao lado de Vargas e deram combate aos rebeldes paulistas, participariam, em janeiro do ano seguinte, de mais uma experiência partidária, o Partido Progressista (PP), que reunia os setores políticos mineiros alinhados aos governos estadual e federal. Em setembro de 1933, com a morte de Olegário Maciel, Capanema assumiu interinamente a interventoria federal em Minas. Pleiteando, com o apoio do interventor gaúcho Flores da Cunha, a sua efetivação no cargo, Capanema tinha como principal adversário Virgílio de Melo Franco, que por sua vez era fortemente apoiado por Osvaldo Aranha, então ministro da Fazenda. Vargas, porém, surpreendeu a todos ao nomear para o cargo, em dezembro, o até então obscuro deputado Benedito Valadares. Como compensação, Capanema foi designado pelo presidente para dirigir o Ministério da Educação e Saúde. Nomeado em julho de 1934, permaneceria no cargo até o fim do Estado Novo, em outubro de 1945.

Sua gestão no ministério foi marcada pela centralização, a nível federal, das iniciativas no campo da educação e saúde pública no Brasil. Na área educacional, tomou parte do acirrado debate então travado entre o grupo "renovador", que defendia um ensino laico e universalizante, sob a responsabilidade do Estado, e o grupo "católico", que advogava um ensino livre da interferência estatal, e acabou conquistando maiores espaços na política ministerial. Em 1937, foi criada a Universidade do Brasil a partir da estrutura da antiga Universidade do Rio de Janeiro. Imbuído de ideais nacionalistas, Capanema promoveu a nacionalização de cerca de duas mil escolas localizadas nos núcleos de colonização do sul do país, medida intensificada após a decretação de guerra do Brasil à Alemanha em 1942. No campo do ensino profissionalizante, foi criado, através de convênio com o empresariado, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Na área de saúde, foram criados serviços de profilaxia de diversas doenças.

Outra importante iniciativa do ministério foi a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan). Capanema buscou, como ministro, estabelecer um bom

relacionamento com os intelectuais brasileiros, tendo sido auxiliado nessa tarefa pelo poeta Carlos Drummond de Andrade, seu chefe-de-gabinete.

Após o fim do Estado Novo, filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD), agremiação que aglutinava os setores políticos identificados com a ditadura varguista e pela qual se elegeu deputado federal constituinte por Minas Gerais em 1945. Capanema obteve, em seguida, sucessivos mandatos parlamentares. Entre 1959 e 1961, afastou-se do Parlamento para ocupar o posto de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). Retomou em seguida seu mandato de deputado. Em 1964, apoiou o golpe que depôs o presidente João Goulart. Logo depois, com a instituição do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de apoio ao regime militar. Permaneceu na Câmara dos Deputados até 1970. Em seguida, sempre por Minas Gerais, obteve um mandato no Senado Federal, onde permaneceu até 1979, encerrando então sua carreira política.

Morreu no Rio de Janeiro, em 1985.

[Fonte: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001]

Jorge Luís Gustavo Street nasceu em 1863, no Rio de Janeiro.

Médico, formou-se em 1886 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. A partir de 1896, passou a dedicar-se à indústria têxtil, adquirindo fábricas no Rio de Janeiro e em São Paulo. Em 1890, foi eleito para a diretoria da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Quatro anos depois, participou da primeira diretoria do Centro Industrial do Brasil (CIB), entidade que presidiria entre 1912 e 1926.

Nas primeiras décadas do século, publicou um grande número de artigos na imprensa em defesa da indústria nacional e do protecionismo alfandegário, ao mesmo tempo em que se tornava um pioneiro na adoção de medidas de assistência social em suas fábricas, como melhorias nas condições de higiene dos estabelecimentos, criação de creches e grupos escolares, construção de residências, ambulatórios, praças de lazer e outros benefícios.

Em 1914, passou a residir em São Paulo. Em 1917, defendeu as reivindicações operárias junto ao patronato durante a greve daquele ano na capital paulista, após atendê-las em suas fábricas. Nessa ocasião, explicitou opinião segundo a qual a greve, por suas profundas implicações sociais, não poderia ser tratada como um simples problema policial. Em setembro desse ano, defendeu, em artigo no *Jornal do Comércio*, a licença de dois meses para as trabalhadoras gestantes e, em seguida, promoveu reformas na sua fábrica Maria Zélia, de modo a transformá-la em um estabelecimento modelar. Pouco depois, concedeu férias remuneradas a seus funcionários, sofrendo, por isso, críticas dos demais empresários.

Favorável ao reconhecimento dos sindicatos operários, segundo ele, um fruto da própria evolução do capitalismo, defendia, ainda, o estabelecimento do contrato coletivo de trabalho e, antes da década de 1920, sugeriu a criação de uma legislação trabalhista. Apesar disso, em 1919, manifestou-se contrário à redução da jornada de trabalho para oito horas diárias, reivindicada pelos trabalhadores, só mudando de posição após ser convencido pelo empresário Francisco Matarazzo sobre a possibilidade de compensar as perdas decorrentes da medida, repassando-as para o preço dos produtos. Em 1928, participou da fundação do Centro Industrial do Estado de São Paulo (CIESP), fazendo parte da sua primeira diretoria. No ano seguinte, enfrentando dificuldades financeiras, encerrou suas atividades industriais. A partir de março de 1931, participou da montagem do recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, colaborando na elaboração de diversas leis trabalhistas, inclusive da que regulava a sindicalização. Em 1934, participou da fundação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), integrando a sua primeira diretoria.

Morreu em São Paulo, em 1939.

[Fonte: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001]

Luís Carlos Prestes nasceu em Porto Alegre, em 1898.

Concluiu o curso de engenharia na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, em 1909. Em 1922, ainda no Rio de Janeiro, participou de reuniões preparatórias do levante deflagrado contra o governo federal em 5 de julho, que deu início ao ciclo de revoltas tenentistas. Não chegou, porém, a participar das ações propriamente ditas por achar-se acamado no momento da revolta, vítima de febre tifóide.

Em setembro desse mesmo ano, foi transferido para o Rio Grande do Sul para servir no 1º Batalhão Ferroviário, em Santo Ângelo. Comprometeu-se com o movimento revolucionário de 1924, que se propunha a depor o presidente Artur Bernardes e, por conta disso, licenciou-se do Exército. Em julho, a capital paulista foi palco de uma primeira tentativa revolucionária naquele ano, ficando a cidade sob o controle dos rebeldes por três semanas. Comandados pelo general Isidoro Dias Lopes e pelo oficial da Força Pública, Miguel Costa, os revolucionários paulistas, após serem desalojados da capital pelas forças legalistas, rumaram para o estado do Paraná. Em outubro, foi a vez das guarnições do interior do Rio Grande do Sul se sublevarem, lideradas por Prestes e contando, ainda, com o apoio de tropas irregulares comandadas por caudilhos gaúchos. Derrotados, os rebeldes rio-grandenses também rumaram para o Paraná, onde encontraram, em abril de 1912, as forças paulistas.

Os dois grupos rebeldes, então, se unificaram, ficando o comando do novo exército revolucionário dividido entre Prestes e Miguel Costa, enquanto Isidoro Dias Lopes, devido à sua idade já avançada, dirigiu-se para a Argentina com a função de organizar, de lá, a rede de apoio externo ao movimento. Por quase dois anos, a Coluna Prestes - como acabou ficando conhecida - percorreu cerca de 25 mil quilômetros pelo interior do Brasil, passando por 13 estados da federação. A inviabilidade de seu objetivo - a derrubada do governo federal - acabou, porém, por levá-la a deixar o território brasileiro em fevereiro de 1927, internando-se na Bolívia. Apesar de fracassada em seu intento, a Coluna jamais sofreu qualquer derrota para as forças legalistas que a perseguiram por todo o período, o que proporcionou a Prestes enorme prestígio militar e político, valendo-lhe, ainda, o título de Cavaleiro da Esperança.

Na Bolívia, Prestes fixou-se em La Gaíba e assinou contrato com a Bolivian Company Limited, companhia inglesa de colonização, para trabalhar, junto com cerca de 400 homens que ainda permaneciam sob seu comando, em obras de saneamento e abertura de estradas. Em dezembro de 1927, foi procurado por Astrojildo Pereira, secretário geral do Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB), que lhe levou obras marxistas e lhe propôs uma aliança política, rejeitada por Prestes.

No final de 1928, transferiu-se para a Argentina, onde trabalhou como engenheiro. Nessa época, estudou o marxismo e aderiu ao socialismo, travando contato com importantes líderes comunistas, como o argentino Rodolfo Ghioldi e Abraham Guralski, dirigente da Internacional Comunista (IC). No ano seguinte, recebeu convite do PCB para candidatar-se à presidência da República, mas recusou-se por achar o programa do partido demasiadamente radical.

Por outro lado, foi assediado por seus antigos companheiros para aderir à campanha presidencial da Aliança Liberal, chapa de oposição que lançara Vargas à presidência, concorrendo com o paulista Júlio Prestes, candidato indicado pelo presidente Washington Luís. Manteve dois encontros com Getúlio Vargas em Porto Alegre, para onde se dirigiu clandestinamente, mas não chegou a qualquer acordo com o líder da Aliança Liberal. Após a derrota eleitoral de Vargas, em março de 1930, foi novamente procurado por líderes da Aliança, que dessa vez o convidaram a assumir a chefia militar do movimento que se preparava contra Washington Luís. Por considerar que tal movimento não resultaria em nada mais que uma simples troca de oligarquias no poder, negou-se a apoiá-lo.

Ainda em 1930, criou em julho a Liga de Ação Revolucionária (LAR), organização que obteve pouquíssimas adesões e logo seria extinta. Nesse momento, passou a utilizar-se de categorias marxistas em suas análises e pronunciamentos, mas seu relacionamento com o PCB acabou dificultado pelo processo de radicalização à esquerda pela qual passava o partido, que envolvia, inclusive, a substituição dos intelectuais que ocupavam postos em sua direção por elementos oriundos da classe operária. Transferiu-se, em seguida, para Montevidéu.

Em novembro de 1931, foi morar na União Soviética a convite do governo daquele país. Lá, trabalhou como engenheiro e dedicou-se ao estudo do marxismo-leninismo. Por pressão dos dirigentes soviéticos, foi aceito, em agosto de 1934, como membro do PCB. Logo depois, participou de uma reunião em Moscou na qual, a partir de informes levados por representantes brasileiros, decidiu-se por promover uma revolução armada no Brasil, cabendo a Prestes dirigi-la. Assim, em dezembro daquele ano, deixou a União Soviética com destino ao Brasil, acompanhado por Olga Benário, militante da IC, com quem se casara. Ao chegar ao Brasil, o casal manteve-se na clandestinidade.

Paralelamente a isso, em princípios de 1935, foi fundada no Brasil a Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente política que aglutinava tenentes decepcionados com o governo Vargas, socialistas e comunistas, unificados por um programa de conteúdo antifascista e antiimperialista. Em março, na sessão de lançamento da ANL no Rio de Janeiro, o nome de Prestes foi entusiasticamente aclamado como presidente de honra da organização. Sempre na clandestinidade, assistiu ao enorme crescimento da ANL nos meses seguintes e buscou restabelecer antigos contatos nos meios militares para desencadear a revolução. Em julho, divulgou manifesto em que, num tom bastante exaltado, pregava a derrubada do governo e exigia todo o poder à ANL. Vargas aproveitou a ocasião para jogar a organização na ilegalidade, o que fez com que muitos de seus dirigentes e militantes criticassem mais tarde a postura de Prestes. Apesar da ANL passar por forte refluxo organizativo nos meses seguintes, Prestes e seus colaboradores mais próximos continuaram a preparar o levante para depor Vargas. Em novembro, a insurreição teve início na cidade de Natal (RN), logo seguida por guarnições do Exército em Recife e no Distrito Federal. O governo, contudo, controlou facilmente a situação e desencadeou violenta repressão aos grupos de oposição, vinculados ou não ao levante. Em março de 1936, Prestes e Olga Benário foram presos. Meses depois, Olga, grávida, foi entregue pelas autoridades brasileiras ao regime nazista da Alemanha, onde morreu executada. A filha do casal, Anita Leocádia Prestes, nascida em um campo de concentração nazista, acabou sendo resgatada por sua avó paterna, após intensa campanha internacional.

Em 1943, ainda na prisão, foi eleito secretário-geral do PCB. Com a redemocratização do país em 1945, foi libertado, ao mesmo tempo em que o PCB conquistava a legalidade. Nesse momento, em nome da união nacional, aproximou-se de Vargas, que, segundo ele, deveria conduzir a reconstitucionalização do país, bem como ao processo de sucessão presidencial. Nas eleições realizadas em dezembro daquele ano, após a deposição de Vargas, elegeu-se senador pelo Distrito Federal e participou, no ano seguinte, da elaboração da nova Constituição do país.

O confronto internacional entre os dois grandes blocos de países surgidos após o fim da Segunda Guerra Mundial, a chamada Guerra Fria, e seus reflexos no Brasil, voltaram a jogar o PCB na ilegalidade. Em maio de 1947, o registro do partido foi cancelado e, em janeiro do ano seguinte, seus parlamentares, entre eles Prestes, foram cassados.

Voltou, então, a viver na clandestinidade. Em 1950, negou-se a apoiar qualquer candidato nas eleições que reconduziram Vargas ao poder, refletindo o momento de isolamento vivido pelo PCB. Fez oposição ao novo governo, até ser surpreendido pelo suicídio de Vargas em agosto de 1954. No ano seguinte, apoiou a eleição de Juscelino Kubitschek e voltou a apresentar-se publicamente, embora o partido continuasse na ilegalidade. No começo da década de 1960, deu apoio ao governo de João Goulart, a quem pressionava para que acelerasse a realização das chamadas reformas de base propostas pelo próprio presidente. Com o golpe militar de 1964 e a volta do país ao regime ditatorial, foi obrigado, mais uma vez, a viver na clandestinidade. Em 1971, deixou o país e exilou-se na União Soviética. Voltou anistiado ao Brasil em 1979, quando já se manifestavam sérias divergências no interior do PCB, que acabaram levando ao seu afastamento da secretaria-geral e, em seguida, à sua saída do partido que dirigira por mais de 30 anos.

Na década de 1980, orientou seus seguidores a ingressar no Partido Democrático Trabalhista (PDT), agremiação liderada por Leonel Brizola.

Morreu no Rio de Janeiro, em 1990, aos 92 anos de idade.

[Fonte: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001]

Manuel Lourenço Filho nasceu em Porto Ferreira (SP), em 1897.

Seguiu a carreira do magistério, inicialmente em São Paulo, em seguida no Rio de Janeiro. Entre 1922 e 1923, foi responsável pela reforma no ensino público no Ceará. Na década de 1930, transferiu-se para o Rio de Janeiro, exercendo funções de chefe de gabinete do ministro da Educação Francisco Campos. Por essa época, concebeu uma faculdade, reunindo as áreas de educação, ciências e letras. No tempo da gestão de Anísio Teixeira na Secretaria de Educação do Distrito Federal, dirigiu o Instituto de Educação do Rio de Janeiro.

Em 1935, foi nomeado diretor e professor de psicologia educacional da Escola de Educação da Universidade do Distrito Federal. Posteriormente, foi diretor geral do Ensino Público em São Paulo, membro do Conselho Nacional de Educação em 1937 e diretor geral do Departamento Nacional de Educação. Em 1938, a pedido do ministro Gustavo Capanema, organizou o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos que, em 1944, lançou a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.

Publicou, entre outros trabalhos, *Introdução ao estudo da Escola Nova e tendências da educação brasileira* (1940).

Faleceu em 1970.

Noemy Marques da Silveira

Noemy Marques da Silveira nasceu no dia 8 de agosto de 1902, em Santa Rosa do Viterbo, interior de São Paulo, e faleceu na capital paulista em 16 de dezembro de 1980. Assumiu o sobrenome Rudolfer ao casar-se com o engenheiro tcheco Bruno Rudolfer, em 1933¹. Estudou na Escola Normal do Brás de 1914 a 1918. Formada, começou a lecionar como professora substituta e, em 1921, por concurso de provas e títulos, assumiu o cargo de professora primária adjunta no Grupo Escolar Prudente de Moraes, na capital paulista, lá permanecendo até 1927. Entre 1927 e 1930, foi assistente de Lourenço Filho na área de psicologia e pedagogia na Escola Normal da Praça, e participou da aplicação dos *Testes ABC*, um dos trabalhos em que se envolveu diretamente. Nesse período, segundo Mirian Jorge Warde (2002),

Educação e Pesquisa. *Print version* ISSN 1517-9702. Educ. Pesqui. vol.38 no.2 São Paulo Abr./June 2012.

Plínio Salgado nasceu em São Bento do Sapucaí (SP), em 1895

Escritor e político brasileiro, foi deputado estadual (1928-1930), fundou a Ação Integralista Brasileira em 1932, movimento de cunho fascista que tentou chegar ao poder sob sua liderança, tentando depor Vargas em 1938. Foi preso e exilado em Portugal, tendo retornado ao Brasil em 1945. Fundou o Partido de Representação Popular (PRP). Em 1955, candidatou-se novamente a presidente da República; elegeu-se deputado federal para a legislatura de 1958 a 1962. Com a “Revolução de 1964”, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

Como escritor, participou do Movimento Modernista de 1922, atuando no grupo Verde-Amarelo. Entre seus trabalhos publicados, citamos os livros **O esperado**, de 1931, **O que é Integralismo?**, de 1934. O sonho de Plínio Salgado era tornar-se o *Führer* brasileiro, entretanto nunca conseguiu concretizar (ARMANDO FILHO, 1999, p. 79).

Faleceu em São Paulo, SP, em 1975

Roberto Cochrane Simonsen nasceu em Santos (SP), em 1889.

Engenheiro civil, concluiu seu curso na Escola Politécnica de São Paulo, em 1909. Em 1912, assumiu a chefia da Diretoria Geral da Prefeitura de Santos, cargo que deixou poucos meses depois para fundar a Companhia Construtora de Santos, empresa que realizou obras de grande porte na cidade, inclusive no setor de planejamento urbano. Adepto do taylorismo, Simonsen racionalizou o funcionamento de sua empresa, obtendo excelentes resultados do ponto de vista de sua produtividade.

Nos anos seguintes, ampliou seus negócios, passando a investir em outros setores, como a indústria. Em 1916, fundou e passou a presidir o Centro dos Construtores e Industriais de Santos, que objetivava oferecer assistência aos trabalhadores, ao mesmo tempo em que inovava as relações entre patrões e empregados no Brasil ao instituir, pela primeira vez no país, uma junta de conciliação, que funcionava sem qualquer caráter oficial.

Com o tempo, suas ideias e propostas acerca dos rumos da economia brasileira ganharam prestígio. Em 1919, participou com destaque da missão comercial brasileira enviada à Inglaterra, onde fez a defesa da participação de capitais e tecnologias estrangeiras no desenvolvimento econômico brasileiro. Ainda nesse mesmo ano, foi nomeado representante brasileiro no Congresso Internacional dos Industriais de Algodão, realizado em Paris, e na Conferência Internacional do Trabalho, ocorrida em Washington.

Em 1928, os industriais paulistas, que até então se faziam representar na Associação Comercial de São Paulo, decidiram abandonar a entidade para fundar uma outra que representasse exclusivamente os seus interesses. Foi criado, então, o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), de cuja primeira diretoria Roberto Simonsen fez parte como vice-presidente. Nas eleições presidenciais de 1930, a diretoria do CIESP apoiou o candidato situacionista Júlio Prestes. Apesar de vitorioso nas urnas, Prestes não chegou a tomar posse, uma vez que Getúlio Vargas, o candidato derrotado, à frente de um movimento revolucionário, assumiu o governo em novembro de 1930, depois do afastamento do presidente Washington Luís.

Em 1932, Simonsen assumiu papel destacado na direção do Movimento Constitucionalista de São Paulo, deflagrado contra o governo federal. Ficou sob sua responsabilidade, por exemplo, a condução do processo de adaptação do parque industrial paulista à economia de guerra, além de outras funções importantes. Com a derrota do movimento, em outubro de 1932, exilou-se durante um mês em Buenos Aires.

Ainda em 1932, criou em São Paulo o Instituto de Organização Racional do Trabalho (Idort). Em seguida, presidiu o Instituto de Engenharia de São Paulo e colaborou na fundação da Escola Livre de Sociologia e Política do estado, onde mais tarde lecionaria história econômica do Brasil.

Em 1933, elegeu-se à Assembleia Nacional Constituinte como deputado classista, representando as entidades sindicais do empresariado. Durante os trabalhos da Assembleia, combateu, junto com a maioria da bancada paulista, a inclusão da representação classista na nova Carta, o que, contudo, acabou ocorrendo. Fez ainda a defesa da intervenção estatal na economia e da legislação social e trabalhista. Em 1934, após a conclusão dos trabalhos constituintes, obteve novo mandato de deputado classista, agora para a legislatura ordinária que se iniciou em maio de 1935. Nesse mesmo ano, assumiu a presidência da Confederação Industrial do Brasil (CIB), posteriormente rebatizada como Confederação Nacional da Indústria (CNI). Em 1937, assumiu a presidência da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

Não se opôs à instalação da ditadura do Estado Novo por Vargas, em novembro de 1937. Durante a vigência desse regime, foi ativo colaborador do governo, destacando-se nos trabalhos de órgãos técnicos governamentais voltados ao fomento das atividades econômicas. Em 1942, foi nomeado para o conselho consultivo da Coordenação de Mobilização Econômica, órgão federal que desempenhou importante papel na condução da economia brasileira no contexto da Segunda Guerra Mundial.

A partir do final do Estado Novo, ganhou destaque nas instâncias governamentais e na imprensa a polêmica travada entre Simonsen, defensor da planificação econômica, e o economista Eugênio Gudin, defensor de teses ultra-liberais contrárias à intervenção estatal.

Com o fim do Estado Novo e a redemocratização do país, ingressou no Partido Social Democrático (PSD), pelo qual se elegeu senador por São Paulo em 1947. Um ano antes, havia se tornado o primeiro economista a conquistar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras (ABL).

Morreu no Rio de Janeiro, em 1948, exatamente durante uma solenidade na ABL.

[Fonte: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001]

Disponível em:
<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/roberto_simonsen/>. Acesso em:
4 mai. 2010.

Roberto Mange (Robert Auguste Edmond Mange) nasceu na Suíça em 1885

Formou-se engenheiro pela Escola Politécnica de Zurique, em 1910. Em 1913, o então diretor da Escola Politécnica de São Paulo, Antonio Francisco de Paula Souza, solicitou professores à Escola Técnica de Zurique para ensinar no Brasil. Mange aceita a indicação de lecionar em São Paulo e assume a cátedra de Engenharia Mecânica aplicada às máquinas. Foi convocado para a Guerra, retornando ao Brasil somente em 1915, indo residir em Ribeirão Pires, próximo à cidade de São Paulo.

Com a legislação pertinente ao ensino profissional regulamentada, Mange tornou-se superintendente do recém criado “Curso de Mecânica Prática”, depois Escola Profissional de Mecânica do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Defensor do ensino profissional, participou de várias comissões e, em 1929, viajou para Alemanha a fim de observar os cursos profissionais dirigidos aos operários das estradas de ferro. No ano seguinte, organizou o Serviço de Ensino e Seleção Profissional da Estrada de Ferro Sorocabana, do qual foi diretor até 1934. Em 1931

fundou, com outras especialistas, o Instituto de Organização Racional do Trabalho - IDORT, com o qual contribuiria durante muitos anos.

Participou de inúmeras comissões, tais como Comissão de Especialistas para Redação do Código de Educação, em 1933; Comissão Organizadora do Plano de Ensino Profissional, em 1934; e outras, ligadas à administração da cidade de São Paulo, relativas a saneamento, urbanização, trânsito e combustíveis. Colaborou com a Escola Técnica Nacional, com a Federação da Indústrias do Estado de São Paulo, com a Escola Técnica Getúlio Vargas, com a Escola Livre de Sociologia e Política, com o Ministério da Educação e Saúde, com as administrações públicas municipal e estadual. Em 1942, tomou posse como diretor do Departamento Regional do SENAI e, em 1947, retornou à Europa, buscando novidades para as escolas técnicas. Foi condecorado com o título de Cavaleiro da Legião de Honra da França, Diretor de Honra do IDORT, Professor Emérito da Politécnica de São Paulo e Mérito no grau de pioneiro, por serviços prestados à prevenção de acidentes do trabalho, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Fonte: Disponível em:

<<https://www.sistemas.unicamp.br/servlet/pckSahuAplicacao.ConsultaAcervos.PryResultadoConsultaAcervos?nocache=1272965944164#null>>. Acesso em: 4 mai. 2010.